

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

JOSÉ HENRIQUE SINGOLANO NÉSPOLI

**CONSELHOS POPULARES E PENSAMENTO POLÍTICO PETISTA
(1979-1991)**

FRANCA

2017

JOSÉ HENRIQUE SINGOLANO NÉSPOLI

**CONSELHOS POPULARES E PENSAMENTO POLÍTICO PETISTA
(1979-1991)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Maria Malatian

FRANCA

2017

Néspoli, José Henrique Singolano.

Conselhos populares e pensamento político petista (1979-1991) / José Henrique Singolano Néspoli. – Franca : [s.n.], 2017.

191 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Teresa Maria Malatian

1. Ciência política. 2. Neoliberalismo. 3. Partido dos Trabalhadores (Brasil). I. Título.

CDD –981.064

JOSÉ HENRIQUE SINGOLANO NÉSPOLI

**CONSELHOS POPULARES E PENSAMENTO POLÍTICO PETISTA
(1979-1991)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História e Cultura Política

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Teresa Maria Malatian

1º Examinador: _____

José Miguel Arias Neto

2º Examinador: _____

Júlio César Bentivoglio

3º Examinador: _____

Márcia Pereira da Silva

4º Examinador: _____

Marcos Sorrilha Pinheiro

Franca, _____ de _____ de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha companheira Daniella e aos meus filhos José Francisco e Luis Antonio. Meus amores e razão maior da minha vida. Desculpem-me pelo tempo que nos foi tirado.

Gostaria de agradecer também aos meus pais José Luís e Regina Célia, dois grandes exemplos de vida e que continuam a me ensinar muitas coisas. Através deles, gostaria de estender este agradecimento a toda a “grande família”: irmãos (Kelly e Dudu), tios, avós, primos, sogro, sogra, cunhados, enfim, todos aqueles parentes com os quais eu convivi e que ajudaram na minha formação humana.

Agradeço à professora Teresa Malatian pela oportunidade que ela me deu de desenvolver esta pesquisa, bem como à atenção e o carinho que dedicou a orientação deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos aqueles militantes com os quais eu convivi e que tanto contribuíram para minha formação política e intelectual.

NÉSPOLI, José Henrique Singolano. Conselhos populares e pensamento político petista (1979-1991). 2017. 191 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

RESUMO

A partir de fins da década de 1970, a decadência do regime militar brasileiro abriu na história do país um período de profunda crise de hegemonia e de ascensão das lutas das classes subalternas no país. Diante desse contexto, marcado por uma crescente descrença nas instituições políticas e representativas da sociedade brasileira, emergiu entre a população, particularmente entre o movimento sindical e popular, a reivindicação por novas formas de governo baseadas na participação direta da população. Nos anos 1980, a criação de conselhos populares foi uma das principais propostas do programa de governo do Partido dos Trabalhadores e desempenhou um papel fundamental na trajetória que levou o partido a se afirmar como a principal organização da esquerda brasileira ao final da década de oitenta. O PT afirmava que onde quer que ele alcançasse o poder, ele entregaria o governo nas mãos dos trabalhadores através da abertura de canais de participação (conselhos), envolvendo a população diretamente na gestão das diversas áreas da administração pública, tais como educação, saúde, habitação, etc. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a concepção e o papel dos conselhos e da participação popular na proposta e na estratégia política do PT ao longo da década de 1980, bem como as suas transformações nos anos 1990, com a ascensão da hegemonia neoliberal no Brasil.

Palavras-chave: conselhos populares. Partido dos Trabalhadores. pensamento político. Brasil anos 1980.

NÉSPOLI, José Henrique Singolano. Conselhos populares e pensamento político petista (1979-1991). 2017. 191 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

ABSTRACT

From the late 1970s, the decadence of the Brazilian military regime opened in the country's history a period of deep crisis of hegemony and rise of the struggles of the subaltern classes in the country. Given this context, marked by growing disbelief in the political institutions and representative of Brazilian society, the demand for new forms of government based on the direct participation of the population emerged among the population, particularly among the trade union and popular movements. In the 1980s, the creation of popular councils was one of the main proposals of the governing program of the Partido dos Trabalhadores and played a key role in the path that led the party to assert itself as the main organization of the Brazilian left in the late 1980s. The PT stated that wherever it reached power, it would deliver the government into the hands of the workers by opening channels of participation (councils), involving the population directly in the management of various areas of public administration, such as education, health, Housing, etc. This research aims to analyze the conception and role of councils and popular participation in the PT 's proposal and political strategy throughout the 1980' s, as well as its transformations in the 1990s, with the rise of neoliberal hegemony in Brazil.

Keywords: popular advice. Partido dos Trabalhadores. Political thought. Brazil 1980s.

NÉSPOLI, José Henrique Singolano. Conselhos populares e pensamento político petista (1979-1991). 2017. 191 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

ESPAÑHOL

Desde finales de 1970, la caída del régimen militar brasileño abrió en la historia del país un período de profunda crisis de la hegemonía y el ascenso de las luchas de las clases más bajas en el país. En este contexto, marcado por una creciente incredulidad en las instituciones políticas y representativas de la sociedad brasileña, surgió entre la población, especialmente entre el movimiento sindical y popular, la demanda de nuevas formas de gobierno basadas en la participación directa. En la década de 1980, la creación de consejos populares fue una de las principales propuestas del programa de gobierno del Partido dos Trabalhadores y jugó un papel clave en el camino que llevó al partido a afirmarse como la principal organización de la izquierda brasileña a finales de los años ochenta. El PT dijo que dondequiera que llegó al poder, que le daría al gobierno en manos de los trabajadores mediante la apertura de canales de participación (consejos) a la participación directa en la gestión de las distintas áreas de la administración pública, tales como la educación, la salud, vivienda, etc. Esta investigación tiene como objetivo analizar el diseño y la función de los consejos y la participación popular en la propuesta y la estrategia política del PT en toda la década de 1980, y su transformación en la década de 1990, con el ascenso de la hegemonía neoliberal en Brasil.

Palabras clave: consejos populares. Partido dos Trabalhadores. pensamiento político. Brasil 1980.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPÍTULO 1: Conselhos populares e crise de hegemonia no Brasil..... | 20 |
| 1.1 Abordagens e perspectivas no estudo dos conselhos populares | 20 |
| 1.2 – Crise de hegemonia e ascensão da luta pelos conselhos..... | 30 |
| 1.3 – A luta pelos conselhos populares e a formação do PT | 46 |
| CAPÍTULO 2: Os conselhos populares no pensamento político petista..... | 72 |
| 2.1 –Conselhos populares, partido e pensamento político..... | 72 |
| 2.2 – Conselhos populares e socialismo democrático no pensamento político petista..... | 81 |
| 2.3 – Conselhos e participação na estratégia democrático-popular do PT | 102 |
| CAPÍTULO 3: Hegemonia neoliberal e apassivamento dos conselhos populares..... | 132 |
| 3.1 - Revolução passiva e formação do Brasil contemporâneo | 132 |
| 3.2 - Hegemonia do neoliberalismo e apassivamento das classes subalternas | 143 |
| 3.3 - Crise do projeto contra-hegemônico e apassivamento dos conselhos populares | 165 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 182 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 186 |

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de Antonio Gramsci, o estudo da história das classes subalternas fundamentava-se na premissa segundo a qual “todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deveria por isso ser de valor inestimável para o historiador integral”¹, pois a constituição de formas de vida e pensamento autônomos por parte das classes subalternas era o que permitia subtrair os trabalhadores do domínio ideológico do capital e com isso abrir caminho para a luta pela emancipação. Tendo em vista que a hegemonia na sociedade capitalista é um processo por meio do qual as classes subalternas assimilam, pensam, agem e vivem de acordo com os modos de vida e as instituições das classes dominantes, libertar-se da ideologia dominante implicava em autonomizar-se dessas práticas e desses discursos e articular os subalternos em torno da constituição de um projeto político autônomo. Neste sentido, insistia Gramsci, extrair as classes subalternas da hegemonia do capital e construir a sua autonomia política e intelectual significa, em termos concretos, construir a própria possibilidade da transformação histórica.

Orientada por tal perspectiva, essa pesquisa tem por objetivo analisar a história do Brasil ao longo da década de 1980 a partir de um ponto de vista muito específico: a luta pelos conselhos populares. Segundo a definição mais corrente, os conselhos populares são comumente entendidos como canais de participação direta da população no exercício do poder de Estado, sendo que a luta pelos conselhos possui uma longa tradição na história dos movimentos operários e populares. No Brasil, eles emergiram com maior vitalidade a partir das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais contra o modelo de desenvolvimento autoritário e excludente promovido pela ditadura militar no país. Inicialmente, a luta pelos conselhos esteve associada aos movimentos sociais e populares, como uma forma de resistência ao regime e de pressão por melhores condições de vida e trabalho, enquanto que nos anos 1980 marcaram a irrupção do tema dos conselhos na vida política do país, momento em que os movimentos de luta pelos conselhos populares se articularam em torno de um projeto político classista, expresso na proposta de participação popular apresentada pelo Partido dos Trabalhadores.

A princípio, o que nos interessa ressaltar é que a ideia de conselhos foi fundamental para o processo de constituição de um projeto político autônomo dos trabalhadores, que permitiu as classes subalternas apresentarem, no contexto da redemocratização brasileira, um projeto de

¹ GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do Cárcere**, v.5. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p.135.

sociedade distinto tanto do regime militar, quanto da democracia liberal defendida pelas classes dominantes. Neste sentido, pode-se afirmar que a proposta de conselhos populares foi um dos elementos centrais do projeto de transformação social que as classes subalternas do país foram construindo ao longo dos anos 1980 e que teve sua expressão política no “projeto democrático-popular” formulado pelo PT.

Ou seja, do ponto de vista das classes subalternas, observa Gramsci, a questão da transformação social está relacionada a capacidade dos grupos subjugados pela sociedade capitalista de elaborarem projetos e práticas autônomas. A condição de subalterno, afirmava Gramsci, é precisamente a subsunção de sua subjetividade e de suas práticas às concepções de mundo das classes dominantes, definindo-se precisamente como uma ausência de autonomia, o que significa ausência de um ponto de vista próprio, um discurso autocentrado e posicionado a partir de si. De modo que, as classes subalternas não podem se tornar classe dirigente de um processo de transformação social se elas não possuírem uma concepção classista da sociedade e do Estado, de outro modo, continuarão se movendo no interior das visões de mundo próprias das classes dominantes, e com isso, não se constituem como sujeitos fundadores de uma nova sociabilidade. Para realizar a ruptura constituidora de sua identidade/projeto é necessário que as classes subalternas se distanciem dos discursos e das práticas das classes dominantes. Quando os subalternos formulam um projeto autônomo, eles estão fazendo a crítica da economia e da política na sociedade capitalista e atuando no sentido da criação de uma nova forma de sociedade. A conquista de uma subjetividade antagonista representaria, segundo Gramsci, a emergência de uma concepção de mundo alternativa à dos dominantes que luta para se objetivar em processo histórico real de transformação. Neste sentido, a luta pelos conselhos populares foi fundamental para a construção da autonomia política e intelectual das classes subalternas no Brasil dos anos 1980, tendo em vista que essas práticas apontavam para uma nova concepção de “fazer política”, própria de uma hegemonia operária e popular, distinta do liberalismo.

No capitalismo, inexistente uma participação popular mais permanente no Estado, em geral, a participação é esporádica e está limitada aos períodos eleitorais, de tal modo que a teoria correspondente a essa forma de organização do Estado, o liberalismo, apresenta o parlamento como o lugar por excelência da representação e da participação popular. Entretanto, os trabalhadores, ao lutarem por seus interesses ou direitos, desenvolvem uma multiplicidade de formas de auto-organização da população, que acabam por engendrar uma contra tendência a forma liberal de organização do Estado, na medida em que essa multiplicidade de organizações

atua no sentido de ampliarem os espaços de participação política existentes na sociedade capitalista. Pode-se afirmar, portanto, que os conselhos populares foram a principal forma política encontrada pelos trabalhadores ao longo do século XX na tentativa de construir uma nova democracia, baseada na participação direta da população, portanto, distinta da concepção liberal de democracia representativa.

Neste sentido, a estratégia de fortalecer a participação direta dos trabalhadores na administração do Estado através da criação de conselhos populares foi uma ideia historicamente relacionada ao universo político e cultural do movimento socialista. Karl Marx, por exemplo, ao analisar as “lições” daquela que foi a primeira experiência dos trabalhadores no poder, a Comuna de Paris, ocorrida no ano de 1871, estava convencido de que “a classe operária não pode apoderar-se da máquina estatal já pronta e colocá-la em movimento por seus próprios objetivos”, ou seja, era preciso substituir o aparelho de Estado; diante do que Marx entendia que a Comuna representava “a forma enfim encontrada da emancipação”, o regime político que permitiria libertar os homens para a construção de uma nova sociedade². De acordo com as ideias de Marx, para que as classes oprimidas conseguissem implementar um programa de transformações políticas e econômicas que apontassem para a superação dos limites impostos pela ordem capitalista, não bastava aos trabalhadores tomarem o poder do Estado, era preciso transformar a própria estrutura do poder, instaurando uma nova forma de democracia, baseada na participação direta dos trabalhadores. Apenas em tal moldura institucional se poderia levar adiante um processo de transição socialista que pudesse suplantar o sistema regido pelo capital.

A concepção de que os conselhos populares eram o mais importante órgão de mediação política e econômica do processo de superação do capitalismo foi amplamente difundida pelas ideias da Revolução Russa (e pelo papel que os soviets desempenharam na revolução), tendo uma grande repercussão no pensamento da esquerda, com profundas influências entre os movimentos socialistas do século XX. Embora essas experiências não tenham correspondido às expectativas lançadas pela teoria dos conselhos populares como via de transição ao socialismo, isso não impediu que a ideia de uma nova forma de democracia, baseada na participação direta da população, continuasse inspirando muitos movimentos sociais e políticos ao redor do mundo, ainda que com abordagens e perspectivas distintas. No entanto, o que não se pode deixar de assinalar é a hegemonia que as ideias e os movimentos socialistas tinham sobre a teoria e a prática dos conselhos populares ao longo do século XX. Neste sentido, pode-

² MARX, Karl. **Guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

se afirmar que a proposta petista de conselhos populares refletia, em certa medida, a uma influência das ideias socialistas no pensamento político do partido.

No Brasil, a luta pelos conselhos emergiu associada a uma série de movimentos sociais e populares, a maioria deles fragmentados, espontâneos e localizados, que lutavam contra os efeitos do modelo de modernização conservadora promovido pelos militares. Em termos políticos, esses movimentos orbitavam em torno da oposição à ditadura, com destaque para o MDB a partir dos anos 1970, que se orientava por uma concepção liberal de democracia. No entanto, ao longo dos anos 1980, a luta pelos conselhos foi assumindo um significado cada vez mais anticapitalista na realidade brasileira, o que se deve, por um lado, aos vínculos que a proposta de conselhos tinha com os movimentos sociais e de trabalhadores e, por outro, à relação política que a proposta manteve com o PT neste período, num momento em que o partido se definia como “socialista e democrático”.

Ao analisar a luta pelos conselhos no Brasil, primeiramente é importante assinalar que o significado e o sentido que a luta pelos conselhos assumiram na realidade brasileira e no pensamento petista não se devem unicamente a suas características internas ou as intenções dos atores, mas também ao contexto histórico no qual eles emergiram. Esse parece ser um aspecto fundamental de ser ressaltado justamente por ser muito pouco mencionado e analisado pelas correntes predominantes nos estudos sobre esses movimentos sociais. Como a literatura sobre a transição política demonstra, o Brasil viveu na década de 1980 um período marcado, por um lado, pela grave crise política e econômica decorrente da derrocada da ditadura, e, por outro, pelo aumento da capacidade de organização e mobilização da sociedade civil³. Principalmente a partir de fins dos anos 1970, o país entrou num período de ascenso do movimento de massas, que produziu um acirramento inédito da luta de classes no país, e que se estende até fins dos anos 1980. Portanto, não se pode deixar de levar em conta que a forma que a luta pelos conselhos populares assumiu no Brasil ao longo da década de 1980 se deu sobre bases históricas muito específicas, ou seja, naquele momento o tema dos conselhos e da participação popular foi impulsionado na vida política do país por um amplo movimento de ascensão da capacidade de organização e de luta das classes subalternas, o que contribuiu para dar um significado transformador a luta pelos conselhos.

O PT também é fruto e expressão dessa conjuntura de acirramento da luta de classes no Brasil, sendo frequentemente caracterizado como uma “novidade” na história política do país

³ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UERJ, 2010. SALLUM JR., Brasílio. **Labirintos**: dos gerais à nova república. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

justamente por ter feito dos conselhos e da participação popular o eixo central de sua proposta. Como se afirmava nos documentos do partido, a proposta de participação popular era a expressão do vínculo orgânico que o PT mantinha com os movimentos sociais de base. Como se pode notar, os conselhos ocupavam um lugar de destaque no pensamento político petista, pois era através desta identificação com as práticas de participação direta que o PT procurou se distinguir das outras correntes políticas, tanto do liberalismo, quanto do reformismo, do socialismo real, da luta armada, e outros. Por meio da fórmula “governar através dos conselhos”, o PT procurou formular uma proposta de conselhos adequada à realidade brasileira dos anos 1980, que consistia, em linhas gerais, na criação de espaços de participação no interior da nova ordem liberal-democrática que estava sendo construída no Brasil. Em outras palavras, e isso é importante deixar claro pois faz parte do quadro interpretativo mais geral proposto por esta pesquisa, o “projeto democrático-popular” formulado pelo PT ao longo da década de 1980 – no qual os conselhos desempenhavam um papel fundamental – foi a expressão política do processo de ascenso do movimento de massas que ocorria no país.

Neste contexto, a proposta de conselhos assumiu um significado extremamente radical e combativo no cenário político brasileira. Isso se devia ao fato de que naquele momento os conselhos colocavam em confronto direto as duas principais tendências da conjuntura dos anos 1980, a crise política e econômica e o ascenso dos movimentos das classes subalternas. Na medida em que o ascenso do movimento de massas implicava um crescimento das demandas sobre o Estado, por outro lado, a crise política e econômica limitava a capacidade do poder público em atender essas reivindicações, neste sentido, a participação popular expressavam contradições profundas da sociedade brasileira, isso contribuiu para que os conselhos assumissem um significado de transformação social naquela conjuntura. A estratégia política do PT procurava atrelar a luta pela participação popular a um programa de “reformas estruturais” da sociedade brasileira: os documentos do partido afirmavam que a política de conselhos tinha por objetivo impulsionar um processo de socialização dos serviços públicos, o que corresponderia a um processo de uma estatização dos setores de interesse público (estatização de setores como saúde, educação, saneamento), colocados sob controle dos conselhos, o que significaria a universalização dos direitos sociais, sob gestão direta da sociedade.

Os conselhos populares estavam, portanto, no cerne do projeto contra-hegemônico que as classes subalternas tinham construído ao longo dos anos 1980. No final da década, esse projeto se tornou hegemônico no campo da esquerda e conquistou a condição de principal

representante das classes subalternas no Brasil. Essa pesquisa pretende compreender a forma como a proposta de conselhos foi elaborada no pensamento político petista ao longo da década de 1980, mais especificamente, busca compreender a concepção de mundo e a direção política que o PT pretendia dar à luta pelos conselhos populares naquela conjuntura

Entretanto, a partir dos anos 1990, a luta pelos conselhos populares e pela participação popular sofreram algumas transformações muito significativas. De instrumento de transformação social, os conselhos se tornaram instrumentos de legitimação da ordem capitalista no país. O tema da “participação da sociedade civil” passou cada vez mais a ser hegemonizado por uma perspectiva neoliberal, orientada para a colaboração interclassista no enfrentamento dos problemas sociais, o que representa, em última instância, uma captura da subjetividade e do projeto das classes subalternas. Ou seja, a luta pelos conselhos sofreu um processo de cooptação e ressignificação muito semelhante ao caracterizado por Gramsci com o conceito de revolução passiva, em que uma reivindicação dos “de baixo” é incorporada e repolitizada pelos “de cima”, segundo seus interesses, resultando daí um movimento de fortalecimento da hegemonia das classes dominantes sobre o conjunto da sociedade⁴.

Ao invés de pressionar o Estado, por meio dos conselhos, para a efetivação dos direitos, a participação da sociedade civil, sob hegemonia neoliberal, passou a estar vinculada a projetos de filantropia, ao voluntariado e outras formas de colaboração de classe, perspectiva que opera uma separação entre as questões imediatas e suas causas estruturais, de modo que a luta contra as mazelas da sociedade capitalista se dá dissociada de um projeto de transformação social. A partir dos anos noventa, os conselhos foram parte constitutiva das reformas neoliberais do Estado que implicavam diminuição de custos e transferência de responsabilidades para os cidadãos, neste sentido, a redução da intervenção estatal na área social deveria ser acompanhada de um aumento da participação da sociedade civil. Como se os neoliberais tivessem arrancado a bandeira da participação das mãos da esquerda e tivessem conseguido ressignificá-la de acordo com seus interesses.

Essas mudanças na luta pelos conselhos estão relacionadas a transformações mais amplas da sociedade, ligadas fundamentalmente aos processos de crise do socialismo e a ascensão do neoliberalismo, que marcaram a emergência de uma nova época histórica. A ascensão do neoliberalismo, calcada na derrocada dos seus rivais, foi um processo de consequências políticas, econômicas e culturais que incidiu profundamente sobre a correlação de forças no Brasil, e no mundo, abrindo uma quadra histórica marcada pelo declínio dos

⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

movimentos de trabalhadores e das propostas de transformação social. Processos que resultaram numa crise do projeto político autônomo que a classes subalternas do país tinham construído ao longo da década de 1980, ao qual a luta pelos conselhos populares estava vinculada.

Nos anos 1990, passa-se da crise de hegemonia à crise do projeto contra-hegemônico. Reorganizados em torno das ideias neoliberais, as classes dominantes vão conseguindo recuperar a hegemonia sobre a sociedade, o que significava capturar a subjetividade antagonista das classes subalternas. O PT vai se acomodando a institucionalidade vigente e abandonando, ou atenuando, as propostas mais radicais de enfrentamento da ordem, e até mesmo a proposta de participação popular do partido passa por um processo de adequação à institucionalidade vigente, de modo que o projeto de contra-hegemonia vai aos poucos se convertendo em projeto de “inclusão cidadã”. Neste sentido, aquele projeto político autônomo que os trabalhadores tinham construído ao longo dos anos de 1980 passou a ser questionado no interior do próprio partido. A recuperação da hegemonia das classes dominantes sobre a sociedade brasileira desorganizou o projeto contra-hegemônico das classes subalternas, esse processo de apassivamento do antagonista encerrou uma janela histórica, em que a possibilidade de transformações mais profundas da sociedade brasileira se colocou de forma mais clara na história do país.

No entanto, essas mudanças na luta pela participação não foram devidamente percebidas pelas principais correntes de interpretação desses “novos movimentos sociais”. Isso porque entendiam a luta pelos conselhos, quase que exclusivamente, como a manifestação de uma nova cultura ou identidade política, para a qual os fatores econômicos ou políticos pouco importavam na definição do fenômeno. Por conta dessa abordagem, muitas dessas correntes transformaram numa espécie de “essência” o que era, na verdade, uma manifestação histórica do fenômeno, essas pesquisas atribuíram aos conselhos uma certa essência transformadora que os impedia de perceber que essas mesmas práticas sociais participacionistas, diante de uma nova conjuntura, passaram a ser hegemônicas, a partir dos anos 1990, por uma perspectiva neoliberal.

No entanto, para se compreender os objetivos e os interesses que dão sentido, orientam ou animam os diversos sujeitos sociais, é fundamental analisá-los em suas relações com a estrutura econômica e política e determinações recíprocas entre o plano interno e externo da sociedade. Neste sentido, é importante compreendermos que “os conselhos gestores são instrumentos de determinados processos políticos”, como afirma Maria da Glória Gohn. O que implica dizer que os conselhos não se explicam a si mesmos (seja por sua identidade, discurso

ou prática), mas devem ser compreendidos também em função do contexto histórico e de suas relações com os conflitos políticos e sociais de sua época. Daí que, ressalta Gohn, “a qualificação e o desenrolar do processo em que ocorre uma experiência de conselho é que informa sobre a sua natureza, e não a existência dos conselhos em si”, de tal sorte que o caráter e o sentido de uma política de participação popular se expressam por meio de suas posições no interior do contexto histórico ao qual pertence.⁵

A abordagem na qual baseia-se esta pesquisa fundamenta-se numa concepção dialética da história que parte da compreensão de que toda conjuntura histórica é um entrelaçamento de diversos fatores, com temporalidades diferentes, que enfeixam um conjunto díspar de determinações. Tal como expresso por Marx na sua conhecida definição: “o concreto é concreto, porque é a síntese de múltiplas determinações”⁶, de modo que o estudo do concreto (realidade) implica uma referência necessária à sociedade como totalidade à qual o objeto de estudo pertence. Segundo tal abordagem, tanto os fatos da realidade quanto os objetos do pensamento assumem seu significado real em função de suas relações concretas no interior do todo histórico ao qual pertence, ou seja, não só a interpretação do fato, mas a própria objetividade do fato histórico é dada pelo conjunto de suas relações com a totalidade contraditória de uma época.

A concepção da história como dinâmica de conflitos está no cerne das ideias que Gramsci assimilou do pensamento de Marx. Segundo Gramsci, o estudo da história não pode ser realizado adequadamente se tomarmos os objetos de forma isolada, analisando-os de modo fragmentado e desvinculado dos conflitos sociais / lutas de classes de uma determinada época. Por isso, de acordo com suas concepções, a história não deveria elevar-se acima dos conflitos, mas sim estar atenta aos processos de conquista da hegemonia e as possibilidades de construção de uma contra-hegemonia. Segundo Gramsci, “a inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma ‘natureza humana’ abstrata, fixa e imutável (...), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas”⁷. Por conseguinte, de acordo com a filosofia da práxis – que consiste na filosofia da unidade (ação recíproca) entre teoria e prática – as contradições de uma sociedade se expressam sempre por meio de uma determinada conjuntura histórica, e as conjunturas, por sua vez, são sempre a expressão de uma determinada correlação de força entre as classes sociais, e essa correlação, por fim, é a síntese concreta das relações

⁵ GOHN, Maria Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

⁶ MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

⁷ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. op.cit. p.56.

entre infraestrutura e superestrutura numa determinada época. Em outras palavras, a configuração de uma conjuntura é o resultado da síntese concreta entre as macro e as micro determinações de um certo período histórico, portanto, a “essência real” de uma época, tendo em vista que a dialética insiste no caráter histórico dos fatos, que é dado por suas relações com a totalidade social.

Fundamentando-se nessas concepções, essa pesquisa pretende estudar a luta pelos conselhos populares no Brasil em meio as contradições da sociedade capitalista e situando-os em relação aos projetos hegemônicos em disputa. Para tanto, procura compreender e explicar a forma (no sentido da concepção de mundo e da direção política) que a proposta de participação popular assumiu no pensamento político petista.

A pesquisa apoia-se no estudo dos documentos elaborados pelo PT entre 1979 e 1991, que compreende os documentos de fundação do partido (A tese de “Santo André-Lins”, Carta de Princípios, Declaração política, Plataforma política, Manifesto de lançamento e Programa), as resoluções dos encontros nacionais realizados neste período (do 1º ao 7º Encontro Nacional e um Encontro Extraordinário), até o I Congresso Nacional do PT, de 1991, tido como um ponto de inflexão da história do partido. Baseando-se na análise desses documentos, essa pesquisa tem por objetivo partir do estudo da singularidade do PT, daquilo que foi tido como a novidade petista para a história brasileira (a proposta de “governar através dos conselhos”), para encaminhar a análise no sentido de compreender a dinâmica mais geral da luta pela participação popular no Brasil.

No primeiro capítulo, procuramos examinar as raízes do processo de emergência da luta pelos conselhos populares na vida política brasileira. Nosso entendimento é de que os conselhos populares surgiram de uma conjuntura histórica muito específica, que combinava crise de hegemonia e ascensão do movimento de massas. Esse contexto criou condições políticas, econômicas, sociais e ideológicas mais propícias para a expansão da luta pelos conselhos populares no Brasil, sendo que as linhas gerais dessa conjuntura que se iniciou em fins dos anos setenta estendeu-se por toda a década de 1980, fornecendo o solo histórico sobre o qual a luta pelos conselhos emergiu na história política e institucional do país.

No segundo capítulo, procuramos analisar a forma política e ideológica que a proposta de conselhos populares assumiu no pensamento político petista durante a década de 1980. Como se sabe, o PT hegemonizou a luta pela participação popular no Brasil ao longo dos anos oitenta, sendo que a proposta de “governar através dos conselhos” foi uma das principais bandeiras do partido naquele momento. Neste sentido, nos interessa compreender a teoria dos conselhos

populares formulada pelo PT, como o pensamento político associava a luta pela participação direta com um projeto de transformação social vinculado a uma determinada concepção de mundo, a ideologia do socialismo democrático, e a uma determinada direção política, a estratégia democrático-popular.

No terceiro capítulo, destacamos o impacto que as transformações políticas e econômicas do capitalismo contemporâneo tiveram na luta pela participação popular no Brasil. A crise do socialismo e a ascensão do neoliberalismo no início dos anos 1990 abriu uma conjuntura de crise do projeto contra-hegemônico formulado pelas classes subalternas e de apassivamento das lutas sociais no país. A partir do que as classes dominantes promoveram uma ressignificação da luta pela participação popular na sociedade brasileira, sendo que a hegemonia neoliberal foi capaz de produzir um processo de repolitização da luta pela participação, transformando-a, de instrumento de mudança social, em mecanismo de legitimação da ordem social no Brasil contemporâneo.

CAPÍTULO 1:

CONSELHOS POPULARES E CRISE DE HEGEMONIA NO BRASIL

1.1 Abordagens e perspectivas no estudo dos conselhos populares

No Brasil, a emergência de uma luta pela criação de conselhos populares é um fenômeno que esteve inicialmente ligado a um conjunto dos movimentos sociais surgidos durante a década de 1970, como as comunidades eclesiais de base, as associações de bairro, os movimentos urbanos, o novo sindicalismo, etc., que fizeram do tema da participação uma das suas principais bandeiras de atuação política. O surgimento dessas lutas e reivindicações foi um fenômeno amplamente notado e assinalado pela literatura brasileira como uma “novidade” na história do país.

Os estudos sobre esses movimentos sociais tiveram grande importância na elaboração de uma série de “interpretações do Brasil” que procuravam apresentar uma imagem do país que estava saindo da ditadura, particularmente entre aquelas que buscavam apresentar o Brasil como um país moderno e desenvolvido. O surgimento desses movimentos de luta pela participação popular renovou a preocupação política e intelectual com as bases sociais do poder. A sociedade brasileira, que historicamente foi vista como incapaz de se organizar de forma autônoma e independente em relação ao Estado, começava a demonstrar um grau de ativismo social que parecia indicar uma nova capacidade de mobilização e organização da sociedade civil no país. Muitos pesquisadores viram nesses movimentos sociais dos anos 1970-1980, e em suas práticas participativas, o germe em potencial de uma nova relação entre Estado e sociedade sobre a qual poderia repousar uma política de democratização do país que tivesse por objetivo romper com a ordem autoritária e excludente que vigorava na sociedade brasileira.

Por tudo isso, a emergência de movimentos sociais que reivindicavam a criação de conselhos populares e outros canais de participação foi um fenômeno que teve um profundo impacto na vida política e intelectual do país, geralmente descrito como a “descoberta da sociedade civil”⁸.

De maneira geral, pode-se afirmar que predominou na literatura brasileira o entendimento de que a ascensão dessas diversas formas de luta por participação popular expressava, no fundo, o aparecimento de uma nova cultura política no país, sobretudo entre as classes subalternas. Essa abordagem decorreu em grande medida, afirma Gohn, porque prevaleceu na literatura brasileira a ideia de que os movimentos sociais surgidos nas décadas

⁸ WEFFORT, Francisco C.. **Por que democracia?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

de 1970 e 1980 tratavam-se de “novos movimentos sociais” – entusiasmo que levou muitos pesquisadores a exaltarem “as novas práticas em termos de ações pioneiras, como se nunca antes houvessem ocorrido”. O que nos coloca a necessidade de começarmos pela análise dessa corrente de interpretação, suas ideias e concepções. De acordo com o balanço bibliográfico realizado por Maria da Glória Gohn, “o denominador comum nas análises dos novos movimentos sociais no Brasil foi a abordagem culturalista”, que se caracterizou por privilegiar os aspectos discursivos e identitários na análise desses atores sociais.⁹

Com base nessa definição, os “novos” movimentos sociais eram aqueles engajados em novas formas de fazer política, para os quais a luta cultural e pelas identidades eram muito importantes, enquanto que os “velhos” movimentos sociais, como o operário e o camponês, eram vistos como lutas mais convencionais por necessidades materiais e recursos financeiros. Ou seja, eles seriam “novos” porque suas reivindicações não tinham um teor unicamente socioeconômico, mas apresentavam uma atuação de caráter mais ideológico. Enquanto que na Europa, os “novos movimentos sociais” estavam associados os movimentos feministas, ecológicos, de jovens, etc., na América Latina, os “novos movimentos sociais” se referiam àqueles movimentos que não se envolviam com a política oficial ou com o Estado, que lutavam por participação e atuavam por meio de ações diretas. Tal como ressalta Gohn, essa abordagem proposta pela teoria dos novos movimentos sociais procurava valorizar as práticas culturais e enfatizar o caráter extra- institucional desses movimentos.¹⁰

Éder Sader, por exemplo, no livro *Quando novos personagens entraram em cena* (talvez, o mais influente trabalho sobre o assunto no Brasil), afirma que os movimentos sociais surgidos na década de 1970 expressariam a “emergência de uma nova configuração das classes populares”:

Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, parecia emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade.¹¹

⁹ GOHN, Maria Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

¹⁰ GOHN, Maria Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. op.cit.

¹¹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.35-6.

Segundo Sader, esses movimentos expressavam o surgimento de uma nova cultura política que se estabelecia entre os trabalhadores e as camadas populares do país, fundada na ideia da autonomia em relação ao Estado e à política institucional. Ao invés de dirigirem suas reivindicações ao Estado, esses movimentos estariam mais preocupados em assegurar direitos sociais por meio de ações diretas, que privilegiavam o trabalho de base e a participação direta da população nos processos de tomada de decisão, buscando promover, dessa maneira, mudanças na sociedade e em suas práticas culturais, passando muitas vezes por fora e independentemente das instituições formais de representação da sociedade. Essa identidade de defesa da autonomia em relação ao Estado e aos partidos que Sader aponta seria a base sobre a qual se construíram as práticas de participação direta apresentadas por esses movimentos, entendidas muitas vezes como uma forma de expressão direta dos interesses sociais no Estado sem que fosse necessário passar pela esfera da representação política.

Para Francisco Weffort, outra importante referência dessa corrente de interpretação, o processo de organização autônoma da sociedade, ao qual estaria vinculado a luta pela participação popular, foi um processo que teve sua origem como uma reação da sociedade em relação ao regime autoritário implementado no Brasil pelos militares. Segundo Weffort, a experiência do “terror de Estado”, especialmente do período Médici, teria produzido uma “completa subversão das ideias tradicionais” acerca do Estado, provocando mudanças significativas na cultura política dominante no país: o sonho de um Estado intervencionista, acalentado pela maioria das forças políticas do país entre os anos 1930-60, havia se tornado um pesadelo após o golpe de 1964. Diante das “decepções com o Estado”, amplos setores da política e da sociedade brasileira “tomaram consciência” do valor universal da democracia e da participação da sociedade civil.¹²

Também para Marilena Chauí, os traços constituintes dos novos sujeitos sociais no Brasil expressavam uma “determinação decisiva” de romper com a “tradição sócio política da tutela e da cooptação” dos setores mais ativos da classe trabalhadora pelo Estado¹³. A defesa da autonomia por parte desses movimentos sociais anunciava, portanto, uma nova concepção da política, na qual o Estado deixava de ocupar o lugar de instrumento privilegiado da mudança social enquanto que a cultura e a sociedade civil passam a ser identificados como o caminho da transformação.

¹² WEFFORT, Francisco C.. **Por que democracia?**. op.cit.

¹³ CHAUI, Marilena. Prefácio in: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. op.cit.

Por fim, na mesma linha de interpretação, Evelina Dagnino afirma que os discursos e as práticas dos novos movimentos sociais representaram a emergência de uma “nova concepção de cidadania” no país, que se caracterizava por reivindicar “uma ampliação e um aprofundamento da concepção de democracia”. Ou seja, uma cultura política que apontava para um tipo de democracia participativa que superava o nível institucional formal do regime democrático e se estendia para a democratização do conjunto das relações sociais, incluindo também o conjunto das práticas culturais. Sendo que, para Dagnino, as práticas participacionistas disseminadas pelos movimentos sociais minavam a legitimidade do regime autoritário vigente no país e apontavam para um projeto alternativo que ia além do reestabelecimento de uma democracia liberal no Brasil.¹⁴

Ainda segundo essa interpretação dominante na literatura brasileira, teria sido a cultura política presente inicialmente nos movimentos sociais dos anos 1970 que desencadeou um processo de renovação política e teórica na esquerda brasileira que conduziu ao surgimento do Partido dos Trabalhadores nos anos 1980. Neste sentido, o PT seria expressão da mesma cultura política presente nos movimentos sociais daquele período, pois o PT seria um desdobramento desses novos movimentos sociais e o principal representante dessa “nova concepção de cidadania” na política brasileira. Nessa abordagem, o PT e sua proposta de governar com base nos conselhos aparecem como o desenvolvimento lógico e natural dos novos movimentos sociais, o que por vezes transmite uma ideia muito linear e evolutiva do processo histórico.

Dessa perspectiva, o ângulo mais importante para analisar a ascensão e a trajetória da luta pela participação popular no Brasil seria, portanto, o ponto de vista da cultura política e das identidades coletivas. Essa ênfase nos aspectos culturais dos “novos movimentos sociais” deslocou a análise do estudo das contradições sociais da realidade brasileira para o estudo das ações coletivas, discursos e práticas da sociedade civil. Isso porque, defende Sader, a ideia de autonomia proferida por esses novos movimentos sociais não decorria de nenhum tipo de determinação da estrutura política ou econômica do país, pois “se observarmos os traços dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos 1970”, afirma o autor, “nós nos damos conta de que elas dificilmente podem ser explicados pela exposição das condições dadas”, de modo que relacionar os processos sociais concretos as características estruturais de uma época “não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno”. Essa afirmação de caráter teórico é bem representativa da perspectiva culturalista que segundo Gohn predominou na literatura

¹⁴ DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

brasileira: para Sader, a explicação dos novos movimentos sociais “depende, em primeiro lugar do significado daquilo que define um determinado grupo enquanto grupo, quer dizer, sua identidade”, sendo que essa identidade se encontra corporificada nos discursos e nas práticas coletivas criadas pelos grupos, que por meio de suas ações se auto definem. Não se trata, portanto, de uma identidade derivada das estruturas sociais, mas auto referida.¹⁵

Essa perspectiva teórica dos “novos movimentos sociais” foi elaborada em oposição as abordagens que enfatizavam a relevância das estruturas econômicas e políticas da sociedade capitalista e a centralidade da luta de classes no processo histórico. De maneira geral, para essa corrente de interpretação entende que a mobilização da sociedade se produz a partir de objetivos culturais, pós-materialistas, como valores, identidades, reconhecimento, etc., de modo que não seria possível (nem faria sentido) relacioná-la ao pertencimento de classe dos atores mobilizados.¹⁶

Como fundamento dessa abordagem encontra-se o entendimento de que são as práticas culturais que determinam fundamentalmente os significados das práticas sociais e políticas. Segundo essa concepção, a cultura não é uma esfera da vida social entre outras, mas uma dimensão de todas as instituições econômicas, sociais e políticas. Ou seja, a cultura compreenderia um processo coletivo e incessante de produção de significados que molda a experiência social e configura as relações sociais, neste sentido, compreende-se a política como representação da cultura, pura e simplesmente. Importante ressaltar também que essa abordagem culturalista teve uma grande adesão de parcela significativa da esquerda, pois chamava a atenção para outras reivindicações políticas e sociais que transcendiam a dinâmica da transição política, que as elites pretendiam restringir a uma simples mudança de governo.

Essa abordagem rompia com as características do pensamento político vigente no país à época, que trazia consigo os temas das estruturas econômicas e sociais e a questão do Estado nacional para inaugurar uma nova interpretação do país, voltada para a valorização da cidadania, dos movimentos sociais, das identidade coletivas e para as questões do cotidiano. O ponto de ruptura dessa corrente de pensamento político, em relação aos anos de 1950 e 1960, incidia justamente no entendimento que tinham do Estado e da esfera pública brasileira, que antes eram tidos como estratégicos à modernização e à democratização do país, passaram a ser vistos como obstáculos ao livre desenvolvimento da sociedade. O tema do Estado forte e do crescimento econômico foram substituídos pela questão democrática e pela participação da

¹⁵ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. op.cit.

¹⁶ GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**. n.32, 2011. p.107-126.

sociedade civil, de modo que, o estudo das contradições da sociedade capitalista é abandonado e no lugar central das investigações encontra-se o estudo dos elementos que conferem identidade aos movimentos e organizações da sociedade civil, pois entendiam que nas abordagens anteriores os sujeitos sociais eram dissolvidos em análises macroestruturais de cunho fundamentalmente economicistas.¹⁷

Essa crítica necessária e pertinente contra a diluição dos atores sociais em análises economicistas desaguou, porém, numa abordagem com fortes tendências culturalistas, que desdenhava qualquer referência à totalidade e ao próprio modo histórico de constituição social dos sujeitos. Ao negar o poder das estruturas na sociedade, essas abordagens negaram o papel das determinações e dos processos objetivos na história, destacando o primado da subjetividade dos indivíduos e o papel dos agentes sociais em suas lutas cotidianas, trata-se, portanto, de uma forma de interpretar e pensar a sociedade superdimensionando o papel do sujeito, e que concebe a realidade como resultado do pensamento. Esse tipo de abordagem centrada fundamentalmente na ação social dos movimentos sociais acaba por retratar os sujeitos como se eles fossem movidos unicamente por forças internas. Conseqüentemente, há nessa teoria social uma grande dose de voluntarismo.

Na medida em que essa corrente não se atente devidamente para a “ação recíproca” existente entre pensamento e realidade, muitas dessas análises não se perguntaram sobre a relação que a luta pelos conselhos tinha com o momento histórico no qual ela se moviam. Com isso, não eram capazes de reconhecer o caráter histórico dos fatos que lhe serviam de base e terminavam por incorrer em certa naturalização do processo histórico, muitas vezes apresentado como o desdobramento lógico e linear de uma cultura política na história. Se num primeiro momento essa abordagem contribuiu para a compreensão dos movimentos sociais e da luta por participação, a partir de determinado momento ela passou a dificultar a compreensão das transformações que haviam ocorrido na luta pelos conselhos.

Neste sentido, Gildo Marçal Brandão afirma que o pressuposto metodológico fundamental a ser considerado no estudo das ideias de um autor ou de um movimento político é que nenhuma forma de pensamento ou cultura pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais ela tenta dar respostas. E mais, ressalta Brandão, o significado e os efeitos das ideias ou das propostas políticas escapam as intenções de seus formuladores e sofrem alterações influenciadas pelo peso das conjunturas, de modo que, o estudo de uma ideia

¹⁷ SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ou projeto político não podem ser tomados de forma isolada do seu contexto histórico, já que estão profundamente enraizadas nas “condições materiais de vida”.¹⁸

Para Michel Löwy, o trabalho do historiador das ideias e da cultura consiste justamente em inserir as formas de pensamento na totalidade histórica e social da qual elas fazem parte. Löwy observa que o estudo dos “quadros sociais” que condicionam o pensamento é fundamental não só para a explicação das ideias, mas também para a sua compreensão¹⁹. Isso não significa que a origem e a evolução de uma proposta política sejam um simples reflexo dessas condições econômicas, sociais e políticas, entretanto, uma forma de pensamento não pode ser explicada em sua gênese e compreendida em seu conteúdo fora do contexto sócio histórico no qual está inserida. De um ponto de vista dialético, essa abordagem implica ao pesquisador reconhecer que “infraestrutura e superestrutura, pensamento e quadros sociais, teoria e prática, ‘consciência’ e ‘ser’ não estão separados em compartimentos estanques, presos em condições abstratas”, mas estão “dialeticamente ligados uns aos outros e integrados no processo histórico”, de modo que, não é possível separar as ideias/cultura de seu contexto²⁰.

A ascensão da luta pelos conselhos populares num determinado contexto histórico é, portanto, um fenômeno mais complexo e determinado do que unicamente uma questão de cultura ou de identidade política, tendo em vista que envolve uma série de fatores sociais que devem ser tomados como um “complexo de múltiplas determinações”²¹. Não que os aspectos culturais e ideológicos não tenham importância para a análise dos conselhos, contudo, “o conselho operário só pode ser entendido quando situado no quadro mais amplo envolvendo a relação da cena política com os determinantes e os condicionamentos oriundos da economia, da cultura, da ideologia, etc.”²².

Em contraposição as abordagens culturalistas, a análise da crise de hegemonia das classes dominantes consistiu-se no ponto central da abordagem marxista voltada para o estudo dos movimentos sociais e da luta por participação surgidos no Brasil durante as décadas de 1970 e 1980. Que envolvia, além da análise das formas de consciência e organização das classes subalternas, o estudo das contradições do sistema capitalista e da dinâmica da luta de classes²³.

¹⁸ BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007. p.43.

¹⁹ Löwy aponta que o estudo dos quadros sociais envolve a análise da estrutura econômica e social, da superestrutura política, da superestrutura ideológica e da conjuntura histórica mais específica. LÖWY, Michel. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

²⁰ LÖWY, Michel. **A teoria da revolução no jovem Marx**. op.cit. p.31.

²¹ MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

²² MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 51.

²³ GOHN, Maria Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. op.cit.

Tal como concebia Marx, as crises revelam as contradições e os limites da ordem capitalista numa determinada época, sendo que as crises mais profundas do sistema não se restringem a esfera econômica, mas se estendem por todo o tecido social e se manifestam de forma mais nítida no plano das lutas políticas e ideológicas. Processo que outro marxista, Antonio Gramsci, procurou analisar mais detidamente através do conceito de crise de hegemonia, momento em que as classes dominantes perdem a direção política e moral do processo histórico e abre-se um período de disputas marcadas por um acirramento das lutas de classes.

De acordo com as observações de Gramsci, a crise capitalista lançava milhares de trabalhadores na luta em defesa de suas condições de vida, o que explicava a emergência de uma série de novas organizações e formas de luta, que se formavam por fora das organizações políticas existentes. Esse caráter “espontâneo” da ascensão da luta pelos conselhos populares, afirma Gramsci, é a expressão/síntese da explosão do conjunto das contradições da sociedade capitalista (econômicas, políticas, culturais, etc.), o que manifestava o caráter “orgânico” (e não vanguardista) daquela forma de luta, diretamente relacionada à conjuntura de crise do sistema capitalista e de suas instituições políticas. Tendo em vista a luta pelos conselhos operários na Itália, Gramsci afirmava que sem a análise da crise do imperialismo, a luta pelos conselhos era impensável, pois eles estavam ligados ao caráter necessário e atual dessa forma da luta de classes. O que abria espaço para a disputa de uma nova hegemonia entre as massas.²⁴

Ao estudar a experiência concreta de ascensão da luta pelos conselhos populares nas primeiras décadas do século XX, Isabel Loureiro constata que os conselhos foram em grande parte uma criação espontânea dos trabalhadores, que surgiram de forma improvisada e independentemente de iniciativas partidárias, como expressão da auto-organização das massas. Assim foi com o surgimento dos soviets em 1905, com a revolução russa de 1917 e com a revolução alemã de 1918, afirma a autora. Em todos estes casos, os conselhos não apareceram na história por força de teoria, de ideologia ou de deliberação política, na verdade, eles surgiram de forma muito espontânea, como fruto da experiência concreta da luta das classes subalternas e das contradições da sociedade capitalista.²⁵

Loureiro observou que, muito frequentemente, a reivindicação pela criação de conselhos populares teve sua origem nas lutas pelas necessidades mais imediatas das camadas populares, geralmente impulsionada por razões de ordem socioeconômicas. Diante de necessidades básicas que não são atendidas no âmbito de uma determinada ordem política e econômica, as classes

²⁴ Para Gramsci e os conselhos ver: BUCI-GLUCKMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

²⁵ LOUREIRO, Isabel. Os conselhos na revolução alemã de 1918/19. **Revista Crítica Marxista**, n.23, 2006.

subalternas inventam formas de luta e canais alternativos para tentar influenciar o poder e o processo de tomada das decisões. Ou seja, os trabalhadores geralmente tendem a construir organismos próprios, independentes e por fora das instituições dominantes, como meio de levarem adiante suas reivindicações não atendidas na ordem do capital. Nesse sentido, pode-se afirmar, como Loureiro, que a luta pelos conselhos populares tende a surgir com mais força na vida política de um país nos contextos de crise e de acirramento da luta de classes.

Grigori Zinoviev, por exemplo, destacado dirigente bolchevique na revolução russa, num texto escrito em 1920, intitulado *Quando e sob quais condições podem ser criados os soviets operários?*, pergunta-se sobre as bases históricas sobre as quais ascendeu a luta pelos conselhos populares nas primeiras décadas do século XX. Observando a trajetória das lutas conselhistas, Zinoviev também observou que a ascensão de um movimento de luta pelos conselhos populares não depende unicamente das ideias mirabolantes ou da boa vontade dos reformadores sociais, ele notou que a ascensão dos conselhos populares na cena política de um país é um fenômeno ligado a determinadas conjunturas históricas muito particulares, que criam condições propícias no interior das quais a ideia dos conselhos pode ter maior receptividade e adesão no conjunto da sociedade, especialmente entre as classe subalternas. Segundo Zinoviev, os conselhos populares somente podem surgir como força política significativa na vida política de um país sob “determinadas condições”, que ele assim as caracterizou:

- a) um ascenso revolucionário das massas nos mais amplos círculos de trabalhadores e trabalhadoras, dos soldados e da população ativa em geral;
- b) uma tal agudização da crise econômica e política que comece a provocar a perda de poder das mãos do velho regime;
- c) quando amadureceu nas fileiras das camadas significativas de trabalhadores, e sobretudo nas fileiras do partido comunista, a mais séria disposição em começar uma luta decidida, sistemática e planejada pelo poder.²⁶

Evidente que Zinoviev tem em mente o quadro da revolução russa e a ação dos bolcheviques naquele contexto, no entanto, se extrairmos o cerne de suas observações da linguagem e das circunstâncias de sua época, as reflexões de Zinoviev fornecem algumas indicações fundamentais para se pensar a dinâmica da luta pelos conselhos populares na história, mesmo em conjunturas muito distintas daquela de Outubro de 1917.

De acordo com a interpretação que propomos das ideias de Zinoviev, pode-se afirmar que a luta pelos conselhos populares numa determinada época somente alcança uma dimensão

²⁶ ZINOVIEV, Grigori. Quando e sob quais condições podem ser criados os soviets operários? In: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano Cavini (orgs.). **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.86-7.

relevante na vida política de um país quando inserida no quadro de uma profunda crise econômica e política “que comece a provocar a perda de poder das mãos do velho regime”. As crises são fundamentais pois são elementos perturbadores da ordem social, geralmente promovem certa desorganização das relações políticas e do sistema de dominação, o que dissemina entre a população o sentimento de descrença nos governos e nas instituições comprometidas com a ordem vigente, abrindo brechas por onde pode emergir um movimento de “ascenso das massas”, ou seja, um aumento das lutas sociais acompanhado por um crescimento de organizações autônomas e independentes em relação as instituições política dominantes. Além do acirramento da luta de classes, Zinoviev também chama a atenção para o elemento subjetivo da luta política, quando destaca a necessidade de um amadurecimento da consciência política das massas trabalhadores no sentido de que precisam abandonar uma postura de reivindicar às autoridades para assumirem uma atitude de “luta pelo poder”.

Essa abordagem nos permite sair do campo do idealismo e do voluntarismo para percebermos as bases materiais e sociais da emergência dos conselhos populares na história. Ao mesmo tempo em que se trabalha com um tipo de escrita da História que é uma espécie de “análise de conjuntura”, conjuntura entendida aqui não como um simples eco das manifestações culturais e ideológicas, em que o processo histórico se apresenta como um encadeamento lento e mecânico dos acontecimentos no tempo, mas como um concentrado de múltiplas determinações, na qual a ação política nunca é uma mera ilustração de uma lógica histórica de longa duração.

De certo modo, a conjuntura que se delineou no Brasil a partir da crise da ditadura militar guarda muitas semelhanças com o quadro acima apresentado. Conforme a historiadora Virgínia Fontes, o período entre 1975 e 1989 caracterizou-se como um momento de profunda crise de hegemonia na história do Brasil²⁷. O esgotamento do milagre econômico abriu um período de crise de legitimidade no país: a modernização autoritária promovida pelos militares passou a ser fortemente contestada por diversos setores da sociedade, principalmente pelas camadas populares, que criticavam o regime por engendrar um crescimento econômico extremamente concentrado e desigual. Esse sentimento de insatisfação na população impulsionou uma intensa onda de mobilização e politização das classes subalternas, gerando um dos períodos de maior agitação social na história do país, que sob diversos aspectos desaguava na proposta de participação popular, capitaneada pelo PT.

²⁷ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UERJ, 2010.

Foi essa conjuntura que forneceu as bases sociais para o crescimento da luta pelos conselhos populares no cenário político brasileiro. Enquanto a crise econômica deteriorava as condições de vida das camadas populares e ampliava o sentimento de insatisfação na sociedade, a crise política refletia uma desconfiança da população em relação às instituições e ao governo de enfrentar os problemas. Por isso que os conselhos se formam a partir de baixo, no processo de ascenso das lutas operárias e populares, formam-se na ação direta, na recusa das burocracias e são a maneira prática criada pelas classes subalternas com o objetivo de constituir a auto-organização de suas lutas. Essa combinação de crise econômica e política que se estendeu por toda a década de oitenta gerou um caldo de insatisfação e descrença na população que forneceram as bases sociais para a ascensão da luta pelos conselhos populares no Brasil.

Como demonstrou Perry Anderson, os períodos de crise criam condições mais propícias para a ação das ideias na sociedade, dando-lhe uma força de mobilização e de direção do processo histórico cujo impacto muitas vezes suplanta o seu contexto de origem e se traduz no surgimento de novas organizações na cena política²⁸. Neste sentido, a crise da ditadura representou um enfraquecimento do padrão de dominação autoritário e excludente que vigorava como modelo de desenvolvimento para o capitalismo brasileiro, por onde adentrou uma série de novos atores sociais e reivindicações populares que se articulavam em torno da ideia de participação popular.

Dessa perspectiva, a emergência da luta pelos conselhos populares no Brasil, bem como o caráter que eles assumiram no pensamento político petista, é um fenômeno que não pode ser compreendido fora desse “complexo de múltiplas determinações” que foi a conjuntura dos anos 1980 (e não por uma única dimensão da vida social, seja a cultura, a economia, etc.). De tal modo que a proposta de conselhos populares formulada pelo PT foi a expressão de um contexto de uma profunda crise de hegemonia das classes dominantes e esteve vinculada a um forte movimento de ascenso das lutas dos trabalhadores.

1.2 – Crise de hegemonia e ascensão da luta pelos conselhos

Compreender a conjuntura de crise de hegemonia que se abriu no Brasil a partir do declínio do regime militar é fundamental para compreendermos a ascensão dos conselhos populares a partir de seu contexto histórico específico, ou seja, a partir das bases sociais concretas sobre as quais se moveu este processo de ascensão dos movimentos sociais e das lutas

²⁸ ANDERSON, Perry. As ideias e a ação política na mudança histórica In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S.. **A teoria marxista hoje - problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

por participação. Isso nos permite compreender toda historicidade do fenômeno e o seu caráter organicamente vinculado à sua época.

Do ponto de vista da totalidade, é fundamental situarmos a ascensão da luta pelos conselhos populares no Brasil como um fenômeno pertencente ao contexto histórico que se delineia a partir da crise do sistema capitalista nos anos 1970. Em grande medida, foi a crise que forneceu as bases e os temas sobre os quais foi se construindo a luta pelos conselhos. Como ressalta Gelsom Almeida, a crise da ditadura militar no Brasil não foi deflagrada unicamente por conta de uma derrocada interna do regime, mas também pela eclosão de uma crise econômica de âmbito mundial que afetou diretamente a economia brasileira. Pode-se afirmar, portanto, guardada as devidas proporções e as mediações necessárias, que a emergência da luta pelos conselhos no Brasil foi um fenômeno diretamente relacionado à conjuntura, às contradições e aos conflitos desencadeados pela crise do sistema capitalista, que atingiu o seu ápice no país ao longo dos anos 1980.

A crise econômica e política que atingiu a ditadura a partir de meados da década de 1970 desencadeou processos que tiveram um profundo impacto na sociedade brasileira. Na verdade, foi essa crise de hegemonia que forneceu os alicerces do processo de transição política que levaria a formação do Brasil contemporâneo – processo ao qual a luta pelos conselhos esteve associada. Tal como a literatura aponta, a falência do modelo de desenvolvimento implementado pelos militares no Brasil desencadeou dois processos que contribuíram fortemente para a crise do regime ditatorial no país: a crise econômica e a luta pela democracia²⁹. Esses dois processos se alimentavam e, em certa medida, eram as duas grandes forças sociais que se tratava de representar no quadro da transição política. Ao gerar descontentamento e insatisfação na população, a crise foi enfraquecendo a capacidade de ação política e repressiva do regime, de modo que, a desagregação da ditadura militar foi criando, aos poucos, as condições políticas que permitiram surgir na sociedade uma intensa mobilização pela democratização do país. Um período de grande agitação política e social da história do país, no qual a luta pelos conselhos populares e por outras formas de democracia direta era a sua expressão mais radicalizada.

Neste sentido, a ascensão da luta pelos conselhos populares no Brasil consiste numa manifestação específica, relativa a um processo mais amplo, que consiste num movimento de ascenso das massas na política e de acirramento da luta de classes no país, processo que foi se adensando com o desenrolar da crise ao longo dos anos 1980. De modo que a emergência dos

²⁹ SALLUM JR., Brasília. **Labirintos**: dos generais à nova república. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

conselhos populares e da participação popular não pode ser desvinculada desse processo mais geral de fortalecimento da sociedade civil no país, em particular das classes subalternas. Daí a necessidade de se analisar mais detidamente o quadro geral e as principais tendências que caracterizaram essa conjuntura de crise de hegemonia sob a qual se deu a ascensão dos movimentos sociais e das lutas por participação.

Como demonstra Nilson Araújo de Souza, a crise do regime militar foi um desdobramento da crise mundial, um processo associado e interligado que representou o esgotamento de todo um modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A desaceleração da economia brasileira iniciada no segundo semestre de 1974, acompanhando o movimento da economia mundial, não representou apenas uma reversão de um ciclo econômico de curto prazo. Representou, na verdade, emergência de uma crise estrutural, que refletiu o esgotamento do padrão de reprodução dependente que se consolidou no Brasil a partir do fim dos anos 1960.³⁰

Ou seja, a crise que corroeu as bases do desenvolvimentismo induzido pela ditadura militar engendrou impasses monumentos para o regime, tendo em vista que aquelas tendências recessivas encontravam respaldo na dinâmica do capitalismo mundial naquele momento. Conforme afirmava Florestan Fernandes, a “crise brasileira”, que se instaurou no país a partir da desagregação do regime militar, era consequência da superposição de uma “crise conjuntural” (relativa ao contexto nacional de derrocada da ditadura) com uma “crise estrutural” (referente a estagnação mundial da economia capitalista) que dotou a crise brasileira de um caráter de longa duração, estendendo-se por mais de uma década³¹. O esgotamento de um modelo de desenvolvimento colocava a necessidade de substituí-lo por outro, o que abria um período de grandes conflitos políticos e lutas sociais sobre os rumos do país.

Tal como os autores referidos já indicaram, a crise dos anos setenta foi um momento de uma crise estrutural do capitalismo. A definição de crise estrutural geralmente a caracteriza como um momento em que o sistema capitalista não consegue mais se expandir porque os interesses do capital (busca do lucro) encontraram seus limites estruturais no interior de uma determinada ordem social. Por esse motivo, as crises estruturais do capitalismo não são facilmente solucionadas, pelo contrário, elas se caracterizam por serem duradouras no tempo, ao mesmo tempo em que são globais, na medida em que atingem a totalidade do sistema, e por

³⁰ SOUZA, Nilson Araújo de. A economia da ditadura e da transição in: PINHEIRO, Milton [et.al.]. **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

³¹ FERNANDES, Florestan. **A constituição inacabada: vias históricas e significado político**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

isso mesmo apresentam uma solução incerta, caracterizando-se por uma época de instabilidade e acirramento das lutas de classes.

No entanto, como Marx já advertia, por detrás da aparência estritamente econômica da crise, na realidade, a crise capitalista não é outra coisa senão o esgotamento de um determinado padrão de dominação de classe, uma certa correlação de forças entre capital e trabalho, que havia se tornado relativamente estável num dado período. Segundo Marx, a crise aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro, desaceleração econômica, etc., entretanto, sua essência decorre do colapso de um determinado modelo acumulação/dominação do capital, seja porque os “de cima” estão insatisfeitas com suas taxas de lucratividade, seja porque os “de baixo” não aceitam mais aquele padrão de vida.³²

As crises estruturais do capitalismo não são, portanto, apenas crises econômicas, mas sim crises de toda uma ordem social existente, ou seja, são crises econômicas, sociais, política e ideológicas ao mesmo tempo. Assim, as crises mais profundas do capitalismo não se restringem a esfera da produção, mas se estendem para todo o tecido social, causando desemprego, agravamento das tragédias sociais e instabilidade na vida das pessoas, o que certamente repercutem também no plano político e ideológico. Gramsci insistia que os momentos de crise deviam ser analisados na sua totalidade, o que englobava uma análise da relação dialética entre os elementos socioeconômicas (infraestrutura) e os componentes político-ideológicos (superestrutura) envolvidos na determinação do fenômeno. De tal modo que as crises orgânicas do capitalismo ocorrem no momento em que as “contradições insanáveis na estrutura” não podem mais serem contidas dentro dos limites impostos por uma determinada ordem política e institucional (superestrutura).³³

Neste sentido, pode-se afirmar que a crise estrutural dos anos 1970 decorreu do esgotamento do padrão de desenvolvimento capitalista instituído no pós-guerra, caracterizados pelo fordismo e pelo keynesianismo. Segundo David Harvey, o período que vai de 1945 a 1970 foi uma época de notável crescimento econômico, foi um período que se buscou evitar novas crises, como a de 1929, que viessem a abalar os pilares da economia capitalista fragilizando o sistema capitalista diante da ameaça soviética no quadro da Guerra Fria. Por conta disso, a edificação da nova ordem mundial no pós-segunda guerra procurou estabelecer acordos e tratados que garantissem a paz e a cooperação entre as potências capitalistas a fim de promover um crescimento acelerado, como forma de levar o desenvolvimento capitalista ao restante do

³² BENSÁID, Daniel. **Marx, manual de instruções**. São Paulo: Boitempo, 2013.

³³ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

mundo. A expansão internacional do capitalismo tinha por objetivo alavancar um processo de crescimento econômico que permitisse elevar o nível de vida da população dos países do “mundo livre”, tendo em vista expandir o consumo de massa como forma de afastar o perigo das revoluções comunistas.³⁴

Dessa maneira, a ordem política e econômica instituída no pós-guerra (sob a hegemonia dos Estados Unidos) fez da intervenção do Estado o principal regulador e dinamizador da economia capitalista. Se no plano econômico, punha-se em curso um processo de internacionalização do capital, com a conseqüente expansão da industrialização fordista a uma quantidade significativa de países; no plano político, transformou-se os Estados nacionais num importante fator de expansão da economia e das relações sociais capitalistas, o que ocasionou numa ampliação das funções e da intervenção do Estado no conjunto da sociedade. Tal como Virgínia Fontes ressalta, parte da estratégia das potências capitalistas para o enfrentar o avanço do comunismo consistia em conter as lutas sociais através da atuação do Estado. Segundo Fontes, uma parcela dos recursos financeiros obtidos com a reprodução ampliada do capital, com base nas modernas técnicas do fordismo, deveria ser empregada pelas burguesias nacionais na contenção das lutas sociais no âmbito dos Estados nacionais, seja através de aumento de salários ou de direitos (educação, saúde, previdência, etc.), seja na forma de repressão violenta e direta aos movimentos e conflitos na periferia.

No entanto, a partir de fins dos anos 1960 esse modelo de desenvolvimento começa a entrar em crise. O historiador Perry Anderson afirma que a crise dos anos 1970 marcou o esgotamento de um longo ciclo de crescimento econômico, que havia se iniciado após a Segunda Guerra Mundial e que se estendeu por cerca de “trinta anos gloriosos”. Aquele mundo de prosperidade e desenvolvimento, conhecido como os “anos dourados” do capitalismo, começava a ficar para trás, a partir de então, o sistema capitalista entraria num longo período de recessão econômica e de agravamento da questão social.³⁵ Enquanto que Eric Hobsbawm, outro historiador inglês, caracteriza o período dos vinte anos que se seguiram à crise do petróleo de 1973 como a história de um mundo que “resvalou para a instabilidade e a crise”. Após um período de notável desenvolvimento econômico e social, o conjunto do sistema capitalista entrou num longo período de estagnação econômica e de profundas crises políticas, que

³⁴ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6ª ed., Edições Loyola: São Paulo, 2012.

³⁵ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo in GENTILI, P.; SADER, E. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

espalharam instabilidade e insegurança social por todas as partes do mundo. De tal maneira que para Hobsbawm, os anos 1970 e 1980 podem ser caracterizados como as “décadas de crise”.³⁶

Só para se ter uma ideia, esse período de crise estrutural do capital, ressalta Ricardo Antunes, “teve dimensões tão fortes que, depois de desestruturar grande parte do Terceiro Mundo e eliminar os países pós-capitalistas do Leste Europeu, ela afetou o centro do sistema global de produção do capital”³⁷, ou seja, a profundidade da crise foi tamanha, que atingiu praticamente todos os tipos de regimes políticos vigente no mundo, pondo em crise desde as ditaduras da América Latina, passando pelas políticas keynesianas e pelo Estado de bem-estar social na Europa Ocidental, pelo Estado desenvolvimentista norte-americano, até atingir a União Soviética e o Leste Europeu.

Essa crise mundial do capitalismo promoveu, como um de seus efeitos, uma profunda deterioração dos mecanismos de controle e intervenção dos Estados nas economias. As tentativas de enfrentar a crise por meio de medidas desenvolvimentistas, que buscavam manter o crescimento econômico através de investimentos estatais em infraestruturas e com gastos sociais resultaram num endividamento crônico dos Estados frente as agências financeiras internacionais. O fato é que a partir da crise dos anos 1970, os Estados intervencionistas, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, caracterizados por uma certa racionalidade desenvolvimentista, entraram todos em crise pelas mesmas razões: erosão de suas bases de legitimidade e crise fiscal.

No Brasil, essas transformações do sistema capitalista mundial incidiram diretamente sobre os pilares do modelo de desenvolvimento implementado pelos militares no país. A partir do que vai emergindo na política brasileira um período de crise de hegemonia e de acirramento das lutas de classes no país muito em função do agravamento das consequências e das contradições do processo de modernização conservadora.

Segundo Souza, os militares (e seus aliados civis) introduziram no Brasil um modelo econômico que tinha por base o fortalecimento dos laços de dependência em relação ao capital internacional e o aprofundamento da exploração da força de trabalho no país³⁸. Logo que os militares chegaram ao poder, as classes que se sagraram dominantes com o golpe de 1964 implementaram uma política que tinha por objetivo criar as condições institucionais necessárias para um novo ciclo de desenvolvimento capitalista no país: por um lado, isso significava retirar

³⁶ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³⁷ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006. p.166.

³⁸ SOUZA, Nilson Araújo de. A economia da ditadura e da transição. op.cit.

os obstáculos legais e jurídicos que emperravam a expansão do capital internacional no país, o que se deu com a revogação da lei de remessa de lucros,; por outro lado, sob o argumento de “combate à inflação”, os militares trataram de promover medidas de contenção dos salários, por meio do arrocho e da repressão às mais diversas organizações dos trabalhadores. Assim, os militares criaram condições políticas e econômicas mais “atrativas” para uma maior abertura do país ao capital estrangeiro.

Esse modelo econômico tinha a função de levar a diante o processo de industrialização acelerada da economia brasileira, que já havia se dando desde os anos 1930. Neste sentido, a ditadura militar não promoveu uma ruptura total com os elementos desenvolvimentistas do período anterior. Segundo Francisco de Oliveira,

O golpe de Estado de 1964 foi um abalo sísmico no sistema político... Mas o golpe não significou a mudança de “modelo”, senão que as exigências do processo de acumulação da industrialização substitutiva requeriam radicalização do controle do novo ator fundamental – o operariado – e uma acumulação primitiva ainda mais profunda. E não significou uma nova sociabilidade. A ditadura estatizou os setores mais importantes da produção numa escala e abrangência que nenhum nacionalista do período anterior havia sonhado, mesmo as formações de esquerda. E operou sobre o proletariado não apenas mantendo a tutela estatal inaugurada pelo Estado Novo varguista nos anos 1930, mas indo além no controle salarial...³⁹

Desde a década de 1930 que o Estado brasileiro havia se constituído no principal indutor do desenvolvimento capitalista no país. Através da intervenção estatal buscava-se promover uma industrialização da economia brasileira por meio de um processo de substituição de importações, apoiando-se para isso num modelo de desenvolvimento que associava capitais nacionais, investimento estatal e capital estrangeiro. Segundo Oliveira, os militares aprofundaram o processo de industrialização do país, no entanto submeteram o modelo desenvolvimentista à hegemonia das frações imperialistas da burguesia nacional, com isso, ampliaram significativamente o investimento estatal na economia apoiando-se sobretudo no endividamento externo e no controle da força de trabalho.

A partir de meados da década de 1970, começaram a escassear os investimentos estrangeiros no país, de modo que, diante da crise mundial o país passou a ter dificuldades crescentes para manter o crescimento acelerado. Como os autores apontam, a derrocada do regime militar brasileiro começou a entrar em marcha principalmente a partir do fim do “milagre econômico” (1969-1973), período caracterizado por altas taxas de crescimento, cujo

³⁹ OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento In: OLIVEIRA, RIZEK. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo: 2007.

declínio representou mais do que uma mera dificuldade momentânea, mas sim um esgotamento estrutural que atingiu os pilares do modelo econômico e político implementado no Brasil pelos militares.

Com a crise da ditadura, eclode no Brasil um conjunto de contradições que já vinham se acumulando à décadas e que eram decorrentes do modelo de modernização conservadora vigente no país. Como demonstrou Florestan Fernandes, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se realizou por meio de uma “via prussiana”, que acarretou uma separação entre a capitalismo e democracia no país. Esse modelo de modernização conservadora dissociou a revolução econômica da revolução política, ou seja, o crescimento capitalista foi acelerado até o ponto do milagre econômico, enquanto que o Estado ficou congelada em formas de poder não democráticas. Em tais condições, deixa de haver qualquer correlação entre aceleração do crescimento econômico e democratização da renda e do poder, sendo que a burguesia tende a maximizar seus alvos puramente econômicos e a minimizar suas identificações com a democracia. A questão é que, até os anos 1970, a ordem burguesa no Brasil não tinha dirigido um movimento de incorporação da classe trabalhadora ao campo da cidadania ampla e dos direitos sociais.⁴⁰

A modernização conservadora vivenciada pelo país durante a ditadura fez com que se agravassem velhas contradições, ao mesmo tempo em que engendrou outras de natureza nova, todas, dentro de uma perspectiva de “crescimento com pobreza”. O crescimento econômico e as desigualdades regionais e sociais avançam simultaneamente, sem que o crescimento eliminasse tais desigualdades ou que essas desigualdades inviabilizem o crescimento, ou sejam o regime viabilizou um modelo de concentração de renda⁴¹. Mesmo no período do milagre econômico, momento em que o país atingiu altas taxas de crescimento (11% ao ano), as condições de trabalho apresentavam como principais características o despotismo fabril, a alta rotatividade, as longas jornadas, a repressão política e o arrocho salarial.

Por um lado, o desenvolvimentismo brasileiro caracterizou-se por uma apropriação burguesa do Estado, por meio do qual procurou-se induzir o processo de industrialização fordista no país. Por outro, o modelo Estado desenvolvimentista compreendia também

⁴⁰ FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

⁴¹ Só para se ter uma ideia do tipo de desenvolvimento promovido pelos militares: de 1964 a 1967, em São Paulo, principal centro industrial do país, o salário mínimo real caiu 22%. Segundo estudos da época, a faixa dos 3,2% mais bem remunerados da população brasileira aumentou sua participação na renda do país de 27%, em 1960, para 33,1% em 1970, o que evidencia que a política econômica dos governos militares não estava voltada para os setores mais vulneráveis da sociedade, ao contrário, ela favorecia a concentração de renda. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

implementar políticas de controle da sociedade, ora por meio da violência e de repressão, ora ampliando de forma segmentada os direitos de cidadania, o que resultou num tipo de cidadania regulada. De tal forma que se instituiu um padrão de desenvolvimento em que as classes proprietárias absorviam os ganhos da modernização da economia, deixando de fora as demandas da maioria da população para atender aos interesses da acumulação acelerada de capitais. O Estado brasileiro portava-se, ao mesmo tempo, como a vanguarda do desenvolvimento e o protetor do “atraso”.⁴²

De modo que, quando nos referimos à crise do regime militar, estamos tratando, na verdade, de uma justaposição de múltiplas crises que se combinam, um contexto em que várias questões se concentram: crise do fordismo, do keynesianismo, do desenvolvimentismo, da modernização conservadora, etc. De modo que a crise dos anos 1970, em meio a qual os conselhos populares emergiram como um instrumento de luta das classes subalternas diante da deterioração de suas condições de vida e de trabalho, está associada a uma crise de dimensões internacional e histórica do sistema capitalista.

Tudo isso deixa evidente que havia um descontentamento represado da população em relação ao regime militar, de maneira que os movimentos de reivindicação e contestação da ordem não surgiram do nada, eles permearam todo o período da ditadura, basta lembrar dos protestos estudantis, da greve de Osasco e Contagem, bem como de tantos movimentos sociais, na vitória eleitoral do MDB nas eleições de 1974, etc. Eles já vinham se manifestando desde os anos 1960, no entanto com uma margem de atuação muito restrita. No entanto, a desaceleração da economia brasileira iniciada após o fim do milagre brasileiro impulsionou essas tendências que já se demonstravam anteriormente, abrindo-se um período de transição em que o regime autoritário dirigido pelos militares foi perdendo força, ao mesmo tempo em que emergiam uma série de novos atores sociais no cenário político do país.⁴³

Todo esse conjunto de contradições que eclodem com a crise dos anos 1970 desencadeiam forças sociais que assumem a forma de processos muito específicos no campo da política brasileira, que expressavam exatamente a crise do modelo de modernização conservadora e explosão das contradições que já vinham se acumulando à décadas e que o regime militar procurava reprimir. Como afirma Virgínia Fontes, o processo de ascensão das lutas sociais a partir de meados dos anos 1970 girou em torno de dois eixos fundamentais: “luta contra às desigualdades” e a “luta pela democratização”. Esses dois processos eram a síntese

⁴² NEVES, Maria Lucia Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

⁴³ SOUZA, Nilson Araújo de. *A economia da ditadura e da transição*. op.cit.

desse conjunto de contradição que emergiram na sociedade brasileira neste contexto de crise do capitalismo, que ditaram a dinâmica da vida política brasileira durante o processo de transição democrática – e para os quais, em última instância, a luta pelos conselhos procurava oferecer uma resposta⁴⁴.

Segundo Nilson de Souza,

O fim do “Milagre”, isto é, o esgotamento da economia dependente provocou igualmente o esgotamento do regime político construído para viabilizar sua expansão no Brasil. As contradições sociais e políticas, nascidas no bojo da crise econômica, repercutiram no interior do regime, levando ao seu esgotamento. Abriu-se então um longo período (1974-1984) em que regime ditatorial foi perdendo força – e até mesmo se modificando – e foram se fortalecendo as forças da democracia.⁴⁵

Essa perda de legitimidade limitava a capacidade de repressão dos militares, tornando cada vez mais difícil manter os baixos níveis salariais – que consistia, como vimos, num dos pilares do modelo de desenvolvimento instaurado pelos militares. A crise do milagre econômico, que se baseou largamente na repressão sindical, no arrocho salarial e na perseguição política, arrastou consigo a credibilidade dos militares e as bases sociais de aceitação da ditadura, o que ocasionou progressivamente o crescimento das lutas sociais e o acirramento da disputa de projetos políticos para o país.

Neste sentido, entendemos que a partir de meados dos anos 1970 o Brasil entrou num período de profunda crise de hegemonia, no sentido gramsciano do termo. De acordo com as concepções de Antonio Gramsci, a dominação de uma classe ou grupo social não se fundamenta apenas no controle do Estado e de seus aparelhos de repressão, mas abrange também um conjunto de relações ideológicas e culturais que se manifestam através de uma “direção moral e intelectual” da classe dominante sobre o conjunto da sociedade. A conquista da hegemonia representaria o êxito em alcançar a adesão voluntária dos grupos dominados às ideias e práticas definidas pelas classes dominantes, o que resultaria em épocas de relativa estabilidade política, onde os conflitos sociais são apassivados e vigora o consenso na sociedade.⁴⁶

Entretanto, Gramsci ressalta que esses períodos de hegemonia são comumente abalados pelas frequentes crises do sistema capitalista, que promovem uma desorganização da produção e das relações políticas, abrindo com isso um período de crise de hegemonia das classes dominantes. A crise econômica cria um terreno favorável para a crise política na medida em

⁴⁴ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. op.cit.

⁴⁵ Ibidem. p.348.

⁴⁶ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. op.cit.

que ela compromete as bases materiais para a construção do consenso e da legitimação da ordem vigente. As condições socioeconômicas instáveis criadas pela crise reverberam por todo o conjunto das instituições políticas e culturais da classe dominante.

Tal como ocorreu com a ditadura militar brasileira, que ao ser atingida pela crise econômica mundial dos anos 1970, entrou num processo de perda de legitimidade e de desagregação do regime. Sem poder assimilar os interesses de uma parcela significativa da sociedade, a capacidade das classes dominantes de articular o consenso e a legitimidade da ordem social vigente fica abalada, nesse momento, diversos grupos sociais começam a se afastar do governo e de suas organizações, comprometendo de forma decisiva a capacidade dirigente das classes dominantes.

A partir de então, começa-se a configurar, de acordo com Gramsci, uma situação de “oposição entre representantes e representados”, resultado da

... crise de hegemonia da classe dirigente, que acontece ou porque a classe dirigente fracassou em alguma tarefa política para a qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas, ou porque parcelas significativas das massas passaram, de súbito, da passividade política a uma certa atividade, colocando reivindicações que em seu complexo inorgânico constituem uma revolução. Quando se fala de “crise de autoridade”, trata-se exatamente da crise de hegemonia ou crise do Estado em seu conjunto.⁴⁷

Os laços que unem Estado e sociedade começam se romper e aquilo que Gramsci chamou de bloco histórico ameaça se desagregar. Segundo Gramsci, bloco histórico são os vínculos orgânicos e concretos que ligam uma base econômica a um determinado conjunto de instituições políticas e ideológicas, uma unidade entre infraestrutura e superestrutura, entre Estado e sociedade civil, que sustenta uma determinada ordem social, um padrão de dominação da relação capital / trabalho. A desorganização das relações políticas e econômicas no interior de um bloco histórico abrem um período de crise de hegemonia, marcado por agudas disputas políticas, econômicas, culturais e sociais

É neste sentido que a crise de hegemonia é uma “crise do Estado no seu conjunto”, afirma Gramsci, isso significa que a crise de hegemonia não se limita apenas aos partidos do governo e as instituições públicas, ela é uma crise do Estado e das organizações políticas e culturais que dão sustentação às classes dominantes, portanto, processa-se também no nível da sociedade civil, onde as classes dominantes exercem a sua direção “moral e intelectual” da

⁴⁷ Ibidem. p.61.

sociedade⁴⁸. Ou seja, na crise de hegemonia, as ideologias dominantes perdem força e os laços existentes entre governantes e governados vão se enfraquecendo. Os aparelhos de hegemonia já não conseguem soldar o bloco histórico em torno da visão de mundo das classes dominantes e a classe trabalhadora não se sente mais representada nas instituições e nos dirigentes que se encontram no poder, isso produz uma profunda descrença da sociedade nas instituições políticas e culturais das classes dominante. Com isso, o consenso vai paulatinamente se dissolvendo e adentra-se um período de disputas em que a agitação das classes sociais cresce.⁴⁹

Ou seja, as crises de hegemonia são marcadas por um deslocamento político e ideológico das classes subalternas em relação aos partidos e organizações das classes dominantes, que resulta numa alteração da correlação de forças entre as classes ou grupos sociais, portanto, um período de instabilidade política. Como afirmava Gramsci, “se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam”⁵⁰. É esse “desgarramento” das massas em relação as ideologias dominantes que criam as condições sociais para a emergência de novos movimentos políticos e ideológicos das classes subalternas, como a luta pelos conselhos populares no Brasil.

Como boa parte da literatura assinala, no caso da realidade brasileira, as forças sociais desencadeadas pela crise da ditadura se expressaram na política por meio de dois processos: o crescimento eleitoral do único partido legal de oposição ao regime, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e a emergência de uma série de movimentos sociais e populares, que lutavam basicamente por participação e por demandas sociais.

O MDB era um partido que havia sido criado pela ditadura em 1966 para abrigar a “oposição consentida”. Por ser uma organização imposta de cima para baixo num ato de força dos militares, demorou um bom tempo para que ele começasse a despertar alguma simpatia na sociedade. Muitos entendiam que ele tinha sido instituído pelo Estado para conferir uma aparente legitimidade ao jogo político das instituições representativas e evitar o desgaste de um sistema de partido único. Além do que, enquanto o regime esteve numa escalada de endurecimento do autoritarismo, ninguém levava muito a sério a possibilidade de uma oposição legal e parlamentar contra ditadura. A maior parte dos grupos organizados de esquerda

⁴⁸ BIANCHI, Álvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. **Novos Rumos**, ano 17, nº36, 2002.

⁴⁹ CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013.

⁵⁰ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. op.cit. p.63.

preferiram aderir a luta armada, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o único grupo de esquerda que se ligou ao MDB desde o início. Contudo, a derrota da luta armada e o início da abertura promoveram uma revalorização da luta política institucional. De organização desacreditada, o MDB se transformou a partir de 1974 no principal órgão de oposição à ditadura.⁵¹

Como sabemos, foi o MDB que hegemonizou a luta contra a ditadura e a estratégia da redemocratização. O MDB era um partido de orientação liberal, com uma estratégia moderada, balizada pela ideia de uma transição política sem grandes transformações econômicas e sociais. A estratégia do MDB consistia em forjar um amplo leque de alianças em torno do movimento pela restauração da democracia no país, ou seja, uma frente plural e policlassista que incluía desde as elites descontentes, associações profissionais, intelectuais, grupos ligados a luta armada, comunistas, imprensa, movimento estudantil, setores do movimento operário, movimentos sociais, Igreja Católica, enfim, uma *Frente Democrática* que buscava transmitir a imagem da “sociedade contra o Estado”.

A partir de meados dos anos 1970, o MDB passou a receber um considerável apoio das classes populares no momento das eleições – especialmente nas eleições de 1976 e 1978, quando algumas reivindicações próprias dos movimentos populares encontraram certa acolhida no programa do partido. Funcionando principalmente como legenda eleitoral, o MDB até conseguiu dar coesão a sociedade no seu enfrentamento com o regime, sendo que expressivos setores sociais e políticos passaram a ver no MDB um canal institucional legítimo para expressar suas demandas sociais. Contribuiu também para essa aproximação do MDB com a sociedade o fato de que o partido assumiu uma postura mais aguerrida de crítica à ditadura, procurando divulgar e valorizar as lutas dos movimentos sociais e atuando na repercussão das manifestações populares: o MDB queria ser identificado como o “partido da sociedade civil”.⁵²

Considerando que o regime militar brasileiro tinha continuado a realizar eleições para a maioria dos cargos e não abolira o Congresso nem o Judiciário (ainda que destituído de alguns de seus poderes), a estratégia para a instauração da democracia no país não tinha que implicar uma ruptura institucional com o regime militar, isto é, uma vez restauradas as eleições diretas para todos os cargos executivos, a transição teria sido realizada. Para o MDB, o fim da ditadura era definido como a chegada de um governo civil ao poder. Sendo assim, a estratégia emedebista buscava evitar o enfrentamento direto com o regime e promover uma transição para

⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. op.cit.

a democracia pela via institucional, sem mudanças econômicas ou sociais significativas, pois entendia que somente por meio de uma transição pactuada seria possível retornar a democracia.

Apesar dos esforços, o MDB não conseguiu se transformar num partido verdadeiramente popular. O caráter de colaboração de classe da sua política, conduzida sob uma perspectiva liberal, constituiu um claro limite nessa direção, pois no entendimento das lideranças emedebistas, a unidade da frente democrática dependia de um certo esquecimento das questões específicas de classe. Embora as reivindicações dos movimentos sociais encontrassem certa aceitação do partido, elas não recebiam tanta ênfase quanto eles esperavam. Por tudo isso, o MDB não foi capaz de estabelecer vínculos políticos mais orgânicos com os trabalhadores e as camadas populares.⁵³

Por outro lado, uma parte dos interesses e das forças sociais que emergiam da crise da ditadura não encontravam expressão nos canais da política institucional. De modo que, por fora das instituições tradicionais de representação da população (como partidos e parlamentos), surgiram uma série de movimentos e organizações oriundas das classes subalternas, como associações de bairro e de moradores de favela, movimentos de luta por creches, movimentos contra a carestia, oposições sindicais, comissões pastorais e comunidades eclesiais de base, etc., que se organizavam de maneira independentes do Estado e dos partidos e buscavam manifestar as demandas reprimidas da classe trabalhadora e das camadas populares que o processo de modernização conservadora do capitalismo brasileiro havia deixado de lado.

Segundo Vinícius Caldeira Brant, a maioria dessas organizações de base que se formaram durante a ditadura, constituíram-se a partir do desamparo do Estado, do governo ou dos partidos, fatores que contribuíram para estimular a organização autônoma e a identidade de independência dos movimentos sociais em relação a política.⁵⁴ A emergência dessas organizações populares deu-se, a princípio, de forma muito fragmentada, como produto da falta de identidade política das classes subalternas decorrente das condições de extrema repressão contra as organizações políticas dos trabalhadores, que resultou no surgimento de múltiplas organizações populares dispersas, pulverizadas pelo conjunto da sociedade civil, porém sem qualquer tipo de ideologia que as aglutinassem.

No contexto da ditadura, os conselhos populares aparecem como uma das poucas formas possíveis das classes subalternas de levar a diante as suas reivindicações, ou seja, eles eram uma forma de luta que respondia àquela situação. Por um lado, na medida em que os conselhos

⁵³ SINGER, Paul; BRANT, Vinícius C. (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. São Paulo: Vozes, 1980.

⁵⁴ BRANT, V. C.; Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo in: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius C. (org.); **São Paulo: o povo em movimento**, op.cit.

se baseiam na participação direta da população, eles passariam por fora das instituições representativas e com isso dispensariam as mediações político-partidárias, que naquele momento estavam sob forte controle do regime militar. Por outro lado, como as lutas pelos conselhos tinham nesse momento um caráter local e muito segmentado, eles eram uma forma de “contornar” a ditadura e lutar por suas demandas e reivindicações sem que isso implicasse um enfrentamento direto com o regime, pelo menos não com o poder federal, controlado diretamente pelos militares. Portanto, a luta pelos conselhos e pela participação popular não era apenas fruto de uma identidade subjetiva ou decisão puramente abstrata, mas foi também uma resposta possível das classes subalternas àquela conjuntura.

Conforme ressalta Gohn, a luta pelos conselhos populares começou a tomar corpo no Brasil durante o período da ditadura militar, como um produto da experiência de exclusão política vivenciada pelas classes subalternas, que tiveram que desenvolver outras formas de luta, por fora dos espaços tradicionais de representação da população, que haviam sido sufocados pelos militares. De modo que, um conjunto de movimentos sociais surgidos durante a década de 1970 fizeram da participação popular um dos principais temas de sua atuação política. Neste sentido, os conselhos emergiram a partir do enfrentamento das condições de vida decorrentes do processo de modernização conservadora implementado pela ditadura, como um espaço alternativo criado pelas camadas populares para lutarem por melhores condições de vida.⁵⁵

Gramsci chamava a atenção para o fato de que a característica fundamental da crise de hegemonia não é o “vazio de poder” como muitos acreditam, mas sim uma multiplicidade de poderes pulverizados numa série de organizações espalhados pela sociedade civil. Na medida em que o Estado, o parlamento e os partidos dominantes se mostram incapaz de absorver as demandas das classes subalternas, elas explodem num conjunto de organizações e movimentos que se apresentam de uma forma muito difusa. Neste sentido, a emergência de inúmeros movimentos sociais no Brasil durante os anos 1970 expressavam também essa crise da política, crise dos partidos e das instituições, enfim, dos centros de aglutinação dos interesses e das representações sociais.

O aparecimento desses movimentos sociais trouxe novas formas de participação no campo da política brasileira, com atitudes e discursos que enfatizavam a ação e a participação coletivas, os procedimentos da “democracia de base”, o engajamento direto nas lutas sociais, enfim, um conjunto de organizações populares que lutavam para democratizar o Estado “por

⁵⁵ GOHN, Maria Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

baixo”. Da experiência com o autoritarismo ficou uma atitude de profunda desconfiança em toda institucionalidade que escapasse do controle direto das pessoas implicadas. O repúdio à forma vigente da política, encarada como manipulação, deu origem a um conjunto de ideias e práticas políticas que valorizavam a ação direta, a participação popular e a autonomia política⁵⁶. Essas práticas não se identificavam com a concepção liberal de cidadania, que associava participação política com o direito de voto e com os institutos da democracia representativa, mas sim com os conselhos populares e os procedimentos da democracia direta.

Segundo Gohn, a participação popular consistia num dos principais temas articuladores das lutas e das demandas das classes subalternas, de modo que ao redor da luta pela participação foi se constituindo um polo de lutas classistas na sociedade⁵⁷. A luta pelos conselhos e pela participação eram reivindicações que contribuíram para distanciar os setores mais combativos das classes subalternas do modelo de democracia liberal proposto pelas classes dominantes, nesse sentido, foi fundamental para construção de uma subjetividade classista e de um projeto político autônomo dos trabalhadores. Pode-se afirmar que a luta pelos conselhos populares no Brasil foi impulsionada por esse processo de auto-organização das classes subalternas, e que o crescimento dos movimentos sociais durante os anos 1970 representou o início de um período de ascenso das lutas dos trabalhadores no país, que acentuou ainda mais a crise de hegemonia no país.

Tal como afirmava Gramsci, que apontava a existência de questões econômicas no desenvolvimento das crises capitalistas, no entanto, não as viam como determinantes: "pode-se excluir que, de per si, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais"⁵⁸. Gramsci tinha plena convicção de que, nas sociedades de capitalismo avançado, apenas a crise econômica não era capaz de romper os arranjos de poder que sustentam a ordem capitalista. Colocado de tal maneira o problema, temos que a crise de hegemonia não deriva automaticamente da crise econômica, ela não instala, por si só, a crise de hegemonia. Isto só pode ocorrer se houver a presença de sujeitos políticos organizados, consciente de suas concepções de mundo, com um programa que oriente a ação política de forma coletiva. De modo que, a crise, no fundo, é firmada pela ruptura da passividade de certos grupos sociais e pela sua entrada ativa no cenário político, desequilibrando arranjos de poder que antes tendiam a excluir esses grupos.

⁵⁶ BRANT, Vinícius C. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo, op.cit

⁵⁷ GOHN, Maria Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. op.cit.

⁵⁸ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. op.cit.

Ou seja, a crise de hegemonia não é um acontecimento externo à luta de classes, na verdade, é a própria ação política das classes subalternas que instala a crise de hegemonia das classes dominantes e permite restituir o sentido da política como atividade transformadora. Se não houver sujeito histórico, com perspectiva crítica, organização política, projeto autônomo, não adianta ter crise econômica e agravamento da questão social que o processo de transformação social não se realiza. Sendo assim, uma conjuntura de crise não é deflagrada apenas pelas contradições internas da esfera produtiva, mas também pela participação crescente das classes subalternas na cena política, que incide sobre a correlação de forças entre as classes sociais.

É justamente nesse sentido que Gelson Almeida procura caracterizar a crise de hegemonia da ditadura militar no Brasil. Para o autor, esse período de crise da ditadura não foi deflagrado “a partir unicamente de uma derrocada interna”, mas foi impulsionado por “um processo de transição política que teve de fazer face à participação crescente e não prevista dos trabalhadores”⁵⁹. Ao final da década de 1970, esses movimentos sociais e populares tiveram um profundo impacto na vida política do país, especialmente após as greves de 1978-79, e promoveram um alargamento das demandas e dos projetos relativos à redemocratização do país.

Esses movimentos sociais e de luta por participação forneceram as bases sociais para um processo de organização classista e autônoma dos trabalhadores, que resultou numa conjuntura de ascensão da luta de classes no Brasil. Do mesmo modo que foi esse processo de “descolamento” de parte das classes subalternas em relação as ideologias dominantes que forneceu as bases sociais para a emergência de uma luta pela criação de conselhos populares no cenário político brasileiro na década de 1980.

Nesse contexto, o tema dos conselhos e da participação popular esteve no núcleo das reivindicações e da estratégia das principais e mais combativas organizações dos trabalhadores que vão se formando ao longo dos anos 1980. Parafraseando o historiador inglês E.P. Thompson, pode-se afirmar que a luta pela criação dos conselhos populares foi um elemento constitutivos do “fazer-se” da classe trabalhadora brasileira neste período.

1.3 – A luta pelos conselhos populares e a formação do PT

A partir de fins dos anos 1970, o Brasil entrou definitivamente numa nova conjuntura histórica, marcada por intensas lutas de classes que se estenderam por toda a década de 1980.

⁵⁹ ALMEIDA, Gelson Rozentino de. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

Como vimos, a crise de hegemonia debilitou as bases de apoio à ditadura militar e trouxe à tona um conjunto de insatisfações e contradições da sociedade brasileira que causaram um deslocamento das bases sociais do Estado, ou seja, um distanciamento de parcela da população em relação às ideias e às práticas que sustentavam o regime. Em meio a este processo de crise de hegemonia da ditadura militar no Brasil emergiu um significativo movimento de luta e mobilização das classes subalternas no país.

Este tópico pretende realizar uma análise da mudança de conjuntura ocorrida no Brasil a partir de fins dos anos 1970, que foi resultado, como Gramsci nos ensina, não da crise econômica diretamente, mas da ação política das massas trabalhadoras, que emergiram no cenário político brasileiro com as greves de 1978-80. E como os subalternos só emergem na história como protagonistas quando são portadores de um projeto próprio, autônomo, distinto das classes dominantes, pretende-se analisar também o papel que a luta pelos conselhos populares desempenhou nesse movimento de distanciamento das classes subalternas em relação às propostas liberais e de construção de um projeto contra-hegemônico de transformação da sociedade brasileira, que foi capitaneado pelo PT.

A partir das massivas greves do final dos anos 1970, observa-se a passagem de uma certa situação de passividade da classe para um momento de ascenso das lutas dos trabalhadores, o que inaugurou uma nova conjuntura no país – conjuntura entendida no sentido gramsciano, como correlação de forças entre as classes. Aqueles movimentos sociais fragmentados que vinham se formando na sociedade brasileira encontraram sua primeira experiência de unificação no ciclo de greves de 1978-1980, em torno das quais se formou uma ampla rede de solidariedade que englobava boa parte daqueles movimentos sociais e organizações da sociedade civil que ainda não haviam sido introduzidas na arena política, portanto, que não se identificavam nem com a ditadura, nem com a proposta de democracia liberal apresentada pelo MDB. De modo que o movimento de trabalhadores passou a ser liderança de um amplo movimento de massas que incidiu profundamente na transição política brasileira.

Segundo Florestan Fernandes,

As greves de 1978-1979 foram o elemento essencial de desgaste acelerado da ditadura militar... Em consequência, operou-se um profundo solapamento nas bases sociais de sustentação do chamado “sistema”, que só logrou manter-se através de concessões aos de baixo, através de uma “liberalização a partir de cima”, da “abertura” que alargava a “transição lenta, gradual e segura” inaugurada por Geisel.

Os analistas que colocam o movimento burguês no âmago do “processo de democratização” e subestimam (ou pura e simplesmente ignoram) o significado das greves e da rebelião dos de baixo cometem um equívoco amazônico... O impulso que

veio de baixo cortou os impasses do imobilismo burguês, e, se não foi bastante forte e organizado para conduzir a uma eclosão democrática, pelo menos implodiu as várias muralhas que bloqueavam os diversos caminhos alternativos da história em processo.⁶⁰

A partir do final dos anos 1970, a luta de classes saltou para o primeiro plano da cena política brasileira, a democratização das instituições teve que cada vez mais responder aos dinamismos provenientes desse processo de acirramento da luta de classes no país. Tal como entendia Florestan, “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que 'fecham' ou 'abrem' os circuitos da história”⁶¹, de modo que a partir de fins dos anos 1970 pode-se afirmar que emergiu no Brasil uma época de profundas disputas entre as classes pela direção da sociedade que “abriu” a história do país, por onde emergiu um conjunto de transformações.

De acordo com essas concepções, as lutas de classes não derivam automaticamente das estruturas econômicas de um determinado modo de produção, mas se formam no próprio conflito. Dito de outro modo, as contradições entre capital e trabalho são estruturais na sociedade capitalista, no entanto, a dinâmica da luta entre as classes não é sempre a mesma, ela ascende, refluí, abre, fecha, enfim, há todo um vocabulário empregado para expressar essa dinâmica. Na Ideologia Alemã, Marx e Engels afirmam que “os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra outra classe; quanto ao mais, eles se comportam como inimigos na concorrência”⁶². Ou seja, os grupos explorados e oprimidos na sociedade capitalista formam-se enquanto classe desde que estejam organizadas com o objetivo de combater, questionar ou ameaçar determinados fundamentos das relações de dominação vigente. Quando isso não ocorre, os trabalhadores encontram-se atomizados, (na forma de indivíduos isolados) e a classe não se constitui enquanto sujeito político. Para Marx e Engels, portanto, a constituição de uma classe não se define simplesmente como expressão de um quadro estático da estrutura sócio profissional, para eles, as classes aparecem como uma relação antagônica e recíproca, ou seja, as classes definem-se na luta e pela luta, assumem existência na relação conflituosa com outras classes, sendo que a constituição de uma classe seria inseparável da noção de luta de classes. É esse processo de intensificação das lutas de classes que vai construindo a possibilidade da transformação histórica.

⁶⁰ FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo**. 2ed. São Paulo: Globo, 2006. p.106-107.

⁶¹ FERNANDES, Florestan. **Os circuitos da história**. São Paulo: Hucitec, 1977, p.5.

⁶² MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

Na mesma linha, Antonio Gramsci entende que os momentos de acirramento da luta de classes na história estão relacionados à constituição de projetos de transformação social que se tornam dirigente entre as massas. Para realizar a ruptura constituidora de sua identidade e de seu projeto de classe, é necessário que as classes subalternas se subtraíam dos discursos e das práticas das classes dominantes e se coloquem como sujeito de um projeto político autônomo. Permanecer nos horizontes ideológicos e políticos das classes dominantes é aceitar a subalternidade da classe trabalhadora, significa anular-se como projeto de subjetividade histórica que pretende objetivar-se numa nova sociabilidade. De tal forma que a irrupção da classe trabalhadora enquanto sujeito político está relacionada a sua capacidade de formular sua própria visão de mundo e apresentá-la na forma de um projeto político autônomo que pretende tornar-se hegemônico.

De modo que, além das determinações econômicas, as classes formam-se também por suas ações de classe, ou seja, forma-se uma classe quando se põe em luta contra a ordem vigente, ou seja, quando os trabalhadores inventam, nas lutas cotidianas, uma forma de prática coletiva que rasga o véu da reprodução social e reconstitui a política como atividade transformadora. No Brasil, do mesmo modo como os problemas e contradições decorrentes do modelo de modernização conservadora – cujas características que se acentuaram a partir da crise capitalista – contribuíram para um distanciamento crítico em relação às ideias e práticas das classes dominantes, a luta pelos conselhos populares foi fundamental para a construção de um projeto político autônomo dos trabalhadores, de uma concepção de Estado e de sociedade distinta do projeto de democracia liberal apresentado pelas classes dominantes.

No início da década de 1970, circulava nos meios políticos e intelectuais do país a convicção de que a ditadura militar havia conseguido incorporar completamente a classe trabalhadora brasileira à ordem capitalista. As análises de conjuntura da primeira metade dos anos setenta afirmavam que a classe trabalhadora havia sido completamente subjugada pela lógica do capital, despolitizada pela ação de um Estado autoritário que esvaziava a política, alienada pelos meios de comunicação e pela cultura de massa, de modo que a classe trabalhadora parecia conformada demais para oferecer qualquer tipo de resistência ao regime. Um gerente de multinacional que operava no Brasil à época afirmou: “A disciplina, a dedicação ao trabalho, o entusiasmo dos trabalhadores brasileiros contrastam profundamente com as agitações e convulsões que afligem atualmente todos os países desenvolvidos da área capitalista...”⁶³, numa menção clara a onda de greves, protestos e ocupações de fábrica que

⁶³ SADER. *Quando novos personagens entraram em cena*. op.cit. p.31.

estouraram na Europa a partir de 1968 e prolongam-se por alguns anos. De modo que, parecia que as derrotas sofridas pelo movimento operário brasileiro em 1964 e em 1968 tinham conseguido quebrar a mobilização dos trabalhadores, portanto, apresentavam-se incapazes de ir à luta de forma autônoma e combativa.

No entanto, ao final da década de 1970 o assunto era justamente a cerca da expressiva irrupção de movimentos de trabalhadores no cenário político brasileiro, que vinham à tona trazendo a marca da autonomia, da organização de base e da contestação à ordem autoritária. As greves de 1978-1980 desencadearam um ascenso do movimento de massas que repercutiu profundamente na política brasileira. A ação política das massas trabalhadoras provocou um agravamento da crise da ditadura e uma rápida alteração da conjuntura brasileira. Gramsci já chamava atenção para a importância que o "fenômeno sindical" tinha neste momento de "ruptura da passividade" da classe trabalhadora, pois o sindicato constitui geralmente a primeira experiência de luta e organização dos trabalhadores⁶⁴. Desse ponto de vista, a ascensão do movimento sindical brasileiro representou a passagem de setores das classes subalternas, que até então não tinham uma "voz ativa", a uma posição de sujeito na luta política e social do país, desequilibrando os arranjos de poder que pautavam o processo de redemocratização até então, provocando assim uma alteração na correlação de força entre as classes.

Neste sentido, Santana afirma que o ascenso das massas trabalhadoras no cenário político brasileiro introduziu novas demandas e pautou novos projetos (ou possibilidades) para o futuro do país.

O movimento operário e sindical brasileiro experimentou, no fim da década de 1970, um momento marcante para sua história. Submergidos após o duro impacto promovido pelo golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco ou quase nenhum espaço de manobra, senão aquele do silencioso trabalho no interior das empresas e de pontuais tentativas mais visíveis de contestação, o sindicalismo de corte progressista emergiu, cobrando a ampliação dos espaços de representação dos interesses da classe trabalhadora. No cenário político mais amplo, a emergência do movimento dos trabalhadores acabou estremecendo os arranjos políticos da transição para o regime democrático, que iam sendo pensados sem eles.⁶⁵

As greves de 1978-1979 puseram fim a um longo período de silenciamento e repressão dos trabalhadores no Brasil. A ditadura militar tinha bloqueado as demandas e as reivindicações da classe trabalhadora sobre o governo e as empresas. Ao implementar um modelo autoritário

⁶⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. op.cit.

⁶⁵ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990 in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.286

de desenvolvimento, o objetivo principal do golpe de 1964 foi de acabar com a mobilização sindical existente no país, subordinando os trabalhadores brasileiros às condições de trabalho ainda mais duras. Só para termos uma noção dos níveis de exploração impostos pela ditadura, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, por exemplo, estavam em 1978 entre os trabalhadores mais bem pagos do Brasil, porém se comparados aos seus pares dos Estados Unidos, enquanto os americanos recebiam \$8,65 (oito dólares e sessenta e cinco centavos) por hora, os metalúrgicos brasileiros recebiam o equivalente a \$0,60 (sessenta centavos de dólar americano) por hora⁶⁶. As altas taxas de crescimento econômico alcançadas entre 1969 e 1974, obtidas com base na superexploração da mão-de-obra e na repressão ao movimento sindical, foram avolumando as tensões classistas no interior das fábricas.

Durante a ditadura, as greves foram proibidas e os sindicatos se tornaram incapazes de pressionar o governo e os patrões, de modo que o golpe de 1964 redefiniu o peso da classe trabalhadora no interior da correlação de forças existente na sociedade. Os conflitos entre capital e trabalho sumiram da cena pública brasileira e se deslocaram para dentro das fábricas, onde a progressiva deterioração dos salários e das condições de trabalho que foram alimentando uma crescente insatisfação entre a classe trabalhadora do país. Diante da fragilidade dos sindicatos naquela conjuntura, os operários se viam cada vez mais empurrados para formas de lutas espontâneas, como diminuir o ritmo da produção, quebrar máquinas, operação tartaruga, atrasar na volta das refeições, etc. De tal maneira que nos anos mais duros do regime militar a sabotagem da produção substituiu a greve como principal instrumento de luta dos trabalhadores para defender seus salários. Tal como demonstrado por Ruy Braga, já na primeira metade da década de 1970, as empresas encontravam dificuldades para conter os conflitos trabalhistas, acumulando um caldo de insatisfação que se espalhava pelas bases.⁶⁷

As greves dos metalúrgicos do ABCD paulista entre 1978 e 1980 foram o estopim e o epicentro de um processo que desencadeou um amplo ascenso do movimento de trabalhadores na política brasileira. Os sindicatos metalúrgicos do ABCD abandonaram as inúmeras tentativas de negociar com a ditadura para se voltarem a uma política de mobilização das bases e de enfrentamento do regime. Durante a campanha salarial de 1978, os sindicatos dos metalúrgicos do ABCD resolveram denunciar a inutilidade das negociações feitas com o governo, de modo que os trabalhadores somente iriam reaver as perdas salariais impostas pelo arrocho quando os metalúrgicos paralisassem a produção.

⁶⁶ ALMEIDA, Gelson Rozentino de. **História de uma década quase perdida**. op.cit. p.134.

⁶⁷ BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

A greve dos metalúrgicos estourou em 12 de maio de 1978 e contou com uma expressiva participação das bases. Protestos de massa e assembleias em estádios de futebol demonstravam a força com que os trabalhadores ressurgiam na história política brasileira – em meio a esse processo começa a se destacar a figura do dirigente sindical Luís Inácio da Silva, o Lula. Mesmo com a Justiça do Trabalho declarando a greve dos metalúrgicos ilegal, o impacto da greve foi tão grande que desencadeou uma onda de paralisações que alcançou grandes, médias e pequenas empresas de todo o país, demonstrando claramente a disposição de luta dos trabalhadores mesmo diante da temida ditadura.

A irrupção dos trabalhadores em fins dos anos setenta foi um movimento, em grande medida, espontâneo. Segundo Gramsci, as lutas das classes subalternas são frequentemente caracterizadas pela espontaneidade, que expressa um certo impulso inquieto, ou “instinto” de revolta, que emerge devido às condições de vida inaceitáveis ou em contextos de crises. Essas rebeliões e revoltas espontâneas dos grupos subalternos indicam um profundo sentimento de descontentamento social e de desejo de mudanças⁶⁸. Neste sentido, as greves de 1978 manifestaram que existia uma insatisfação muito forte represada na classe trabalhadora, fruto do acúmulo de anos de superexploração da força-de-trabalho promovido pelo modelo de modernização conservadora vigente no país. Para Almeida, a forma com que as greves estouraram pelo Brasil, a rapidez com que se espalharam pelas fábricas, o caráter massivo que muitas delas assumiram, demonstram que as greves ultrapassaram em muito a capacidade de organização dos sindicatos. O que deixa evidente o forte componente espontâneo que marcou as greves de 1978, uma espécie de revolta da classe trabalhadora contra suas condições de vida.⁶⁹

Em 12 de maio de 1978, 100 operários da fábrica de caminhões e ônibus Saab-Scania compareceram ao trabalho, marcaram o cartão de ponto, mas não ligaram as máquinas: de braços cruzados, não trabalharam. Na semana seguinte, todos os 1.800 operários da fábrica aderiram, e mais os de 23 outras fábricas. Agindo da mesma maneira, na segunda semana, 77.950 operários do ABCD paulista também entraram em greve. Nas semanas seguintes, 245.935 trabalhadores de mais nove cidades do Estado de São Paulo aderiram ao movimento.⁷⁰

A velocidade com que a greve dos metalúrgicos se propagou entre os trabalhadores revelava um movimento de organização pelas bases, na verdade, de auto-organização, que

⁶⁸ GREEN, Marcus. Gramsci e as lutas subalternas hoje: espontaneidade e organização política. **Revista Outubro**, nº 25, março 2016.

⁶⁹ BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. op.cit. p.163.

⁷⁰ ALMEIDA, Gelson Rozentino de. **História de uma década quase perdida**. op.cit. p.135.

muitas vezes se deu por fora da burocracia sindical. As greves de 1978 não ficaram restritas aos metalúrgicos do ABCD paulista, elas se estenderam por diversos outros grupos de trabalhadores. Naquele mesmo ano, ocorreram outras importantes greves no país, dentre as quais se destacaram os portuários de Santos, bancários, metalúrgicos de João Monlevade, Betim, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, professores, setor têxtil, entre tantos outros. Em todas essas greves predominaram as reivindicações relacionadas a aumento salarial, seguido por melhores condições de trabalho, reconhecimento das comissões de fábrica e pela redemocratização do país.

Na avaliação de Mauro Iasi, a eclosão do ciclo de greves iniciado no ano de 1978 representou o rompimento com o período de passividade da classe trabalhadora no Brasil. No entanto, o rompimento dessa passividade não decorreu, como pensam as correntes culturalistas e voluntaristas, de um trabalho pedagógico de “conscientização” desenvolvido pelo setor esclarecido e organizado da classe junto ao conjunto da sociedade, como se fosse um imenso “trabalho de base”. Ou seja, não resultou um processo lento e progressivo de difusão de uma cultura política na sociedade. Na verdade, a irrupção do ciclo grevista e a saída da condição de passividade das classes subalternas foram consequências da explosão das contradições do modelo de modernização conservadora exacerbadas pela profunda crise do sistema capitalista. Isso explica porque que as greves de fins dos anos 1970 apresentaram um forte elemento espontâneo, que se manifestou de forma muito além das bases organizadas dos sindicatos.⁷¹

O estudo de Ruy Braga procurou demonstrar que esse ascenso do movimento de trabalhadores no Brasil em fins dos anos 1970 teve por base um forte processo de auto-organização dos trabalhadores, que se expressou de forma muito clara nas lutas das comissões de fábrica ao longo do ciclo grevista de 1978-80. Para Braga, a verdadeira força do movimento grevista não se originava tanto da ação de um novo sindicalismo, mas sim da rebelião operária no chão de fábrica. Muitas vezes eram as comissões de fábrica que decretavam a greve e só depois os sindicatos eram chamados para ajudar na negociação. As greves de 1978-80 deram um grande impulso na criação ou reativação das comissões de fábricas, tendo em vista que os trabalhadores viam nelas uma forma de auto-organização ao mesmo tempo eficaz como instrumento de resistência ao despotismo fabril e independente dos sindicatos, muitas vezes controlados pela ditadura ou por dirigentes pelegos. Como instrumento de ação direta que se organiza nos locais de trabalho (portanto, independente de mediações políticas ou

⁷¹ IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe** (o PT entre a negação e o consentimento). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

organizacionais), a vitalidade das comissões de fábrica refletiu o forte ativismo existente nas bases operárias.⁷²

A eclosão do movimento grevista de 1978-80 alterou a correlação de forças que vinha da ditadura, pondo fim a um período de dez anos de intenso controle exercido pela aliança empresarial-militar sobre os trabalhadores e suas organizações. Quando os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve em 1978, abrindo caminho para as paralisações que se seguiram em outras categorias, eles romperam com os limites estabelecidos pela lei antigreve e com o silêncio geral que havia sido imposto à classe trabalhadora pelo mesmo desde as greves de Contagem e Osasco, em 1968. O ciclo grevista desencadeado em fins dos anos 1970 subverteu a estrutura sindical oficial, restabelecendo na prática o direito de greve. Com isso, a entrada em cena dos trabalhadores incidiu diretamente num dos pilares de sustentação política e econômica da ditadura militar: a superexploração e o controle da força de trabalho. Segundo Santana, as greves de 1978, 1979 e 1980 tornaram possíveis outras mobilizações que se espalharam por todo o país numa “verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil”.⁷³

As greves de 1979 e 1980 foram assumindo um significado político cada vez mais consciente, de contestação à ditadura militar e à política econômica do governo. Os empresários e os militares se articularam e se prepararam para reprimir duramente as greves. Enquanto que o governo intervinha nos sindicatos em greve e afastava os seus dirigentes, os empresários se negavam a conceder os aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores. A reação autoritária e intransigente da ditadura frente ao aumento da pressão das massas trabalhadoras serviu como um elemento que catalisou a insatisfação da população contra o regime e transformou o movimento de luta dos trabalhadores em um poderoso sujeito político. Mesmo sabendo da intenção do regime de criminalizar e reprimir as greves, os metalúrgicos voltaram a fazer greves massivas, com assembleias e manifestações reunindo 90, 110, 150 mil pessoas, assinalando uma generalização do confronto capital-trabalho. A imagem de uma aliança espúria entre empresários e militares forjada contra os trabalhadores foi se consolidando na consciência das massas, resultando na constituição de uma identidade classista, que foi um elemento decisivo no processo de politização das classes subalternas do país em torno de um projeto de transformação social.

De uma postura de moderação e colaboração de classes, os trabalhadores passaram para uma política de luta e reivindicações classistas. Como afirma Eurelino Coelho, a partir das

⁷² BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. op.cit.

⁷³ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e regime militar no Brasil in: PINHEIRO, Milton [et.al.]. **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

greves de 1978-1980, os trabalhadores se descolaram política e organizacionalmente das classes dominantes, com isso “abre-se um novo momento na história política quando forças sociais poderosas procuram meios para se expressar”. de modo que a ascensão das massas por meio do ciclo grevista ocorrido em fins dos anos 1970 representou uma mudança na “configuração da luta de classes no país”.⁷⁴

A emergência do movimento de trabalhadores trouxe novos atores para a cena política do país, que apresentavam uma outra proposta de democracia que ia além dos espaços restritos determinados pela política de transição pactuada com a ditadura, o que significou um distanciamento da parcela mais combativa das classes subalternas em relação à política de conciliação e às concepções liberais apresentadas pelo MDB

Desde meados dos anos 1970 que a luta contra a ditadura vinha se articulando principalmente em torno do MDB. Como vimos, o MDB era um partido hegemonizado por uma orientação liberal, que pregava um retorno à democracia sem grandes transformações sociais, e sua estratégia era a construção de uma frente ampla contra a ditadura, que deveria incluir desde as elites econômicas e políticas dissidentes, passando pela imprensa, Igreja Católica, movimentos sociais, intelectuais, estudantes, estendendo-se até a classe trabalhadora, todos juntos numa política de colaboração de classes contra a ditadura. As eleições de 1978 marcaram o auge da política emedebista de frente ampla, inúmeras candidaturas lançadas pelo partido contavam com a participação de grupos que até então não haviam sido atraídos pelo MDB: artistas, cantores, líderes políticos vítimas de expurgo dos militares, estudantes, intelectuais, bem como os sindicatos.⁷⁵

Entre as organizações de esquerda, o principal defensor da política de frente ampla foi o Partido Comunista Brasileiro. Contraopondo-se a opção da maioria dos grupos que optaram pela luta armada, o PCB foi o único partido do campo da esquerda que se ligou ao MDB desde o início do sistema bipartidário, tendo em vista que o partido havia se definido por uma via institucional de luta contra a ditadura cujo eixo deveria ser a composição de uma frente ampla entre as “forças democráticas”, numa política de colaboração de classes. Ao longo dos anos setenta, o PCB intensificou a sua política de frente ampla e consolidou seu apoio ao MDB, de modo que a atuação do PCB passou a se confundir cada vez mais com a do MDB. Tendo em vista minimizar suas diferenças com as correntes pelegas em nome da prioridade da luta antiditatorial, a ação do PCB nos anos 1970 caracterizou-se pela moderação política no combate

⁷⁴ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

⁷⁵ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. O MDB e as esquerdas. op.cit.

ao regime, pois tinha receio que confrontos mais agudos com a ditadura pudessem trazer retrocessos no curso das conquistas “democráticas” obtidas pela frente oposicionista. Neste contexto, o PCB entendia como restrito ou mesmo inexistente o espaço para uma ação operária autônoma, o movimento dos trabalhadores deveria se submeter as necessidades de moderação política da frente democrática e privilegiar ações voltadas para o fortalecimento das instituições representativas (eleições).⁷⁶

Quando estourou as greves dos trabalhadores de fins dos anos 1970, a imprensa partidária do PCB divulgou uma avaliação extremamente positivamente a respeito das greves, embora sempre enfatizasse a necessidade de sua articulação com a luta democrática mais geral. Na visão do partido, a luta dos trabalhadores naquela conjuntura deveria ter como objetivo/limite não criar dificuldades e não confrontar a abertura promovida pelos militares, visto que para os comunistas não se tratava de um processo de auto-reforma da ditadura, mas sim de conquistas das “forças democrática”. Dessa perspectiva, o que deveria pautar a ação dos trabalhadores não era a crítica da abertura, e sim a necessidade de preservar os espaços institucionais obtidos pela frente ampla.

Pode-se afirmar que até o ano de 1978 esse conjunto de movimentos sociais e populares manteve certa relação com a estratégia e as propostas do MDB. As greves de 1978 haviam proporcionado a aproximação dos sindicalistas autênticos com intelectuais de esquerda e políticos do MDB. A intensa rede de apoios que se formou durante as greves de 1978-79 tinha deixado um saldo positivo de relações políticas entre estes sujeitos. Sendo que chegaram até a ocorrer reuniões entre o grupo dos sindicalistas com políticos de esquerda do MDB tratando da fundação de um novo partido político tendo em vista a reforma partidária anunciada pelos militares, no entanto, não houve consenso entre os grupos. Os sindicalistas defendiam a proposta de um partido político da classe trabalhadora, independente; enquanto que alguns políticos do MDB defendiam a criação de um partido socialista de tipo europeu, mas a maioria acabou se decidindo por permanecer no MDB. A ascensão daquele movimento de trabalhadores em fins dos anos 1970 representou a abertura de uma nova conjuntura em função do distanciamento da parcela mais combativa da classe trabalhadora em relação à política de conciliação de classes proposta pelo MDB, bem como das suas concepções liberais de democracia, de modo que, a partir de então, passaram a se apresentar na política brasileira com um projeto próprio.

⁷⁶ SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil in: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil v.6**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

O ano de 1979 representou o momento decisivo na configuração de uma nova conjuntura de luta de classes no Brasil. Foi precisamente neste ano, que esse conjunto de movimentos sociais e populares que haviam surgido ao longo dos anos 1970 se descolou definitivamente da frente política capitaneada pelo MDB para assumir uma perspectiva classista de organização autônoma dos trabalhadores. Talvez o primeiro documento que retrate esse descolamento do movimento dos trabalhadores no cenário político brasileiro seja a tese aprovada no IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em janeiro de 1979, que apontava para a necessidade de criação de um novo partido político, um partido próprio dos trabalhadores. Segundo as resoluções do congresso,

As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação. Fazer isso é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores, que se expressa na construção de seu partido. O MDB, hoje o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea, não pode cumprir este papel.⁷⁷

Na avaliação daqueles dirigentes sindicais, o MDB não poderia ser a expressão política daquela classe trabalhadora emergente, principalmente porque ela queria expressar-se de modo independente e de uma perspectiva de classe. O PCB, partido histórico da classe trabalhadora, também não estava em condições de colocar-se como direção daquele movimento, porque se orientava por uma política de aliança de classes tal como era concebida pela frente democrática. A formação de um novo partido começava a ser vislumbrada em função do acirramento dos conflitos entre capital e trabalho no Brasil, ainda mais porque alguns dos mais importantes protagonistas das lutas sociais que abalaram o regime militar em fins dos anos 1970 não encontravam formas adequadas de expressão no interior do principal partido de oposição, tendo em vista que o MDB era uma organização hegemônica por uma linha política liberal conservadora, no interior da qual as questões sociais e os interesses da classe trabalhadora tinham pouco espaço.

A partir de 1979 a discussão sobre a criação de um novo partido começou a se delinear claramente no país. Muitos dos novos movimentos sociais e populares surgidos no período das lutas contra a ditadura na década de 1970 não consideravam o MDB um instrumento apropriado para veicular as demandas e as práticas sociais que procuravam expressar na política brasileira.

⁷⁷ Tese de Santo André-Lins (1979) in: **Resoluções de Encontros e Congressos: Partido dos Trabalhadores (1979-1998)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p.47.

Como vimos, um dos traços mais marcantes desses movimentos sociais era a sua identidade de autonomia em relação à política, aos partidos e ao Estado. No entanto, isso não impediu que, ao longo dos anos 1970, movimentos sociais e MDB mantivessem uma certa relação de colaboração na luta contra a ditadura. Foi somente com o surgimento de um vigoroso movimento de massas que se criou as condições políticas e sociais para essa cisão entre os setores mais combativos das classes subalternas e as organizações orientadas por uma perspectiva liberal. Ao se pôr em movimento, a ação prática da classe trabalhadora foi fundamental para esclarecer aos trabalhadores a relevância das divergências políticas e ideológicas em relação ao MDB. Aquelas divergências que eram ideológicas se tornam questões essencialmente práticas, relativas a direção e aos objetivos do movimento de luta dos trabalhadores naquela conjuntura.

A partir das greves de fins dos anos 1970, as diferenças de classe, que antes eram apagadas em nome de uma frente ampla contra a ditadura, começaram a vir à tona no cenário político brasileiro, provocando um acirramento das divergências políticas e ideológicas entre as classes. As razões para esse distanciamento do setor mais combativo do movimento de trabalhadores em relação ao MDB, e as suas concepções liberais, foi abordado em outro documento de 1979, a *Carta de Princípios* – documento que se destinava a divulgar a criação de um novo partido e onde se teciam duras críticas ao MDB.

O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insana: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras...

Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses das massas trabalhadoras.⁷⁸

Pelo conteúdo das críticas apresentadas, pode-se notar que ascensão do movimento de massas em fins dos anos 1970 provocou um descolamento dos setores mais combativos das classes subalternas não só em relação ao MDB, mas também em relação a própria hegemonia das classes dominantes do país. As greves de 1978-80 tiveram um efeito “pedagógico” para a

⁷⁸ Carta de princípios (1979) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**: op.cit. p.51.

classe trabalhadora, pois serviram para eliminar quaisquer dúvidas a respeito do papel que o Estado brasileiro desempenhava no conflito capital-trabalho: a aliança entre ditadura e empresários que se formou para reprimir as greves provocou uma rápida politização na consciência das classes subalternas do país, a partir do que se consolidou a convicção da necessidade de uma “independência política dos trabalhadores”.

No início, a passagem de uma luta sindical para a formação de um partido político pareceria muito improvável, tendo em vista que reiteradamente se afirmou o caráter apolítico daquele movimento grevista e sua firme intenção de não participar da política partidária do país. No entanto, o que ocorreu no final da década de 1970 e início dos anos 1980 foi uma notável politização de diversas lutas sociais que encontraram na emergência de um movimento grevista sua expressão de unidade na luta contra as condições de trabalho e contra a ditadura, transformando-se assim num movimento político.⁷⁹

É muito conhecido um depoimento do próprio Lula, personagem dos mais representativos desse momento histórico, em que ele afirmava na época: “realmente eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política”⁸⁰. Segundo Rachel Meneguello, a passagem da luta sindical, limitada à dimensão estritamente econômica, para uma luta política, de caráter mais geral, deu-se em função do esgotamento da estratégia “grevista-reivindicativa de massas”, pois ao final de longos três anos de luta, a estrutura sindical e as relações trabalhistas (reivindicações importantes do movimento) haviam permanecido intactas, de modo que fazia-se necessário dar um novo formato à estratégia de luta dos trabalhadores que fosse capaz de escapar das rígidas estruturas trabalhistas. Diante da ampla repressão do governo e dos patrões em relação ao movimento grevista, os trabalhadores perceberam os limites do sindicato e tomaram consciência da importância da luta política e da transformação da sociedade como um todo.

Tal como afirma Meneguello, as greves de 1978-80 foram fundamentais para a politização dos trabalhadores, tendo em vista que suas lutas evidenciavam cada vez mais o caráter classista do Estado e da política na sociedade brasileira.

Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangerem os nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente,

⁷⁹ IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. op.cit.

⁸⁰ MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir.⁸¹

Aquele movimento de luta da classe trabalhadora por salários, ou seja, por questões pontuais e imediatas, foi o suficiente para revelar o caráter autoritário e excludente do capitalismo brasileiro e de suas elites. O modelo de modernização conservadora vigente no país até então mantinha de pé a separação entre capitalismo e democracia no país. Esse processo de politização das classes subalternas ocorreu a partir da experiência com as lutas sociais de fins dos anos 1970 se deu num momento em que as características autoritárias da “via prussiana” de desenvolvimento do capitalismo transformavam a luta pela constituição de uma cidadania livre no Brasil numa conquista que se faz contra o Estado e contra o capitalismo.⁸² Neste sentido, o processo de politização ocorrido nestes anos caminhou no sentido de fortalecer uma certa tendência classista e anticapitalista na consciência política dos setores significativos das classes subalternas do país.

Assim, o ascenso da luta de classes, com seus desdobramentos políticos e ideológicos, reconfigurou a correlação de forças no país engendrando a necessidade de uma nova formação política. De acordo com a *Carta de Princípios*, a demanda pela criação de um novo partido tinha suas raízes num “movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes”⁸³. Segundo Coelho, a ideia de “independência política dos trabalhadores” serviu como uma espécie de “princípio hegemônico” no processo de construção do novo partido, um elemento de unificação em torno do qual se produziu um consenso que agregou diversos sujeitos. Por independência política diante do Estado entendia-se uma recusa por todo tipo de política feita “pelo alto”, por meio de vias autoritárias, institucionais, parlamentares e tantas outras formas de estatismo presentes na tradição política brasileira. Enquanto que por independência frente às elites políticas entendia-se fundamentalmente a perspectiva classista que o movimento pretendia expressar, recusando a política de aliança e conciliação com as elites para apresentar uma linha política mais combativa e de autonomia dos trabalhadores. De modo que foi essa ideia de independência política dos trabalhadores que orientou o processo de construção do novo partido, o PT.⁸⁴

Coelho ressalta que esse processo de construção da independência dos trabalhadores, além de ser um processo político e organizacional, era também processo intelectual, na medida

⁸¹ Carta de princípios (1979) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.49.

⁸² ALMEIDA, Gelson Rozentino de. **História de uma década quase perdida**. op.cit.

⁸³ Carta de princípios (1979) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.51.

⁸⁴ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. op.cit.

em que fazia parte do “princípio hegemônico” em torno do qual foi se constituindo o novo partido uma outra concepção de política como “atividade própria das massas”, ou seja, como ação política direta que extrapola o momento da representação e se institui como participação popular na elaboração / execução de políticas públicas. Neste sentido, os grupos que afluíram para o PT tinham uma concepção do processo de democratização do país que não se limitava ao plano das instituições e se estendia também para a democratização da riqueza e do poder.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas antes criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão.⁸⁵

Observa-se, portanto, que se por um lado havia um descolamento das massas em relação as instituições políticas e as concepções liberais de democracia, por outro lado, ocorria uma reaglutinação dessas forças sociais em torno de uma proposta de democracia baseada na participação direta. Tal como assinalou Coelho, a ideia de “independência política dos trabalhadores” representou o princípio dialético da identificação/diferenciação no processo de formação do PT. A ideia de uma organização autônoma dos trabalhadores funcionou como um “magneto” que atraiu determinados sujeitos ao mesmo tempo que repeliu outros. Os princípios que distanciaram aquele nascente movimento de trabalhadores do MDB e de outras organizações liberais foram os mesmos que possibilitaram a aproximação do grupo dos sindicalistas com algumas organizações de esquerda. Se a proposta de criação de um novo partido aprovada no IX Congresso dos metalúrgicos, em janeiro de 1979, representou uma ruptura daquele movimento de trabalhadores diante da política de conciliação do MDB, por outro lado significou uma aproximação do grupo dos sindicalistas autênticos (ao qual pertencia Lula) em relação ao grupo das oposições sindicais e das esquerdas. Dessa forma, a ideia de “independência política dos trabalhadores” ao mesmo tempo que repeliu alguns grupos políticos, foi capaz de unificar outros tantos, permitindo a convivência entre correntes políticas diferentes, muitas vezes contraditórias, porém minimamente articulados com base nessa perspectiva em comum.⁸⁶

Confluíram para a formação do PT uma série de tendências e organizações políticas, como sindicalistas, movimentos sociais e populares, ex-guerrilheiros, trotskistas, intelectuais,

⁸⁵ Declaração Política (1979) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. .p.56

⁸⁶ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. op.cit.

comunidades eclesiais de bases, enfim, diversos grupos que se caracterizavam, segundo Lahuerta, por uma perspectiva avessa à dimensão político-institucional (por isso se recusavam a atribuir grande importância ao MDB e à transição democrática pautada no calendário eleitoral) e centrada na ideia de independência da classe trabalhadora (o que no cenário político daquela época significava se posicionar a esquerda do PCB).⁸⁷ Dessa maneira, classismo e defesa da participação popular foram os elementos aglutinadores que deram unidade e autonomia aquele movimento da classe trabalhadora que se punha em luta contra o capital, pois entendiam que o Brasil só conseguiria superar o autoritarismo e as desigualdades sociais através de uma maior organização e participação das camadas populares na política. Neste sentido, a proposta de uma política baseada nos conselhos e na participação direta ao mesmo tempo em que capturava o sentimento de descrença nas instituições em função da crise que o país vivia, era também um elemento da unidade interna do novo partido.

Como salientou Ruy Braga, esse movimento de trabalhadores que ascendeu em fins dos anos 1970 deu-se num contexto de crise de hegemonia que o distanciava da proposta de “uma solução parlamentar para os impasses do regime”⁸⁸. A experiência com as eleições parlamentares de 1974, quando o MDB venceu a Arena por ampla margem de votos, deixou claro que mesmo uma vitória da oposição parlamentar não seria suficiente para alterar a situação dos trabalhadores. Diante desse quadro, as diversas correntes políticas que confluíram para o PT eram partidárias de novas formas de governo baseadas na participação direta da população.

O que importa assinalar sobre o processo de formação do PT é que a necessidade de construir um novo partido começou a ser percebida por muitos como uma “demanda objetiva” daquele contexto histórico, ou seja, a proposta de organizar um partido dos trabalhadores não era resultado da ideia de um grupo ou de um personagem apenas, Lula e os sindicalistas perceberam a necessidade de construir um novo partido ao mesmo tempo em que vários outros sujeitos sociais de diversas regiões do país chegaram à mesma conclusão. De tal maneira que confluíram para o PT não apenas uma corrente de pensamento ou cultura política, mas sim uma pluralidade de organizações e tendências, cada uma com projetos muito distintos uns dos outros, e com uma expectativa diferente a respeito do partido que estava sendo construído.

Como ressalta Lincoln Secco, a diversidade regional, social e política dos movimentos que compuseram a formação do PT foi muito maior do que a historiografia supõe. Ainda hoje predomina a visão de que o PT foi formado pela confluência de três setores sociais:

⁸⁷ LAUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil in: www.gramsci.org, 2001.

⁸⁸ BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. op.cit.

sindicalistas, Igreja Católica e organizações de esquerda. No entanto, Secco demonstra que a formação do PT resultou da aglutinação de uma multiplicidade muito maior de sujeitos sociais, espalhados por todo o território nacional, sendo que foram inúmeros os casos em que a organização do partido se deu pelas mãos de outros grupos sociais, como movimento de favelados, organizações de trabalhadores rurais, movimento estudantil, associação de professores, políticos do MDB, membros de conselhos municipais etc⁸⁹. Tendo por base essas pesquisas, não se pode deixar de observar que a construção do PT conseguiu aglutinar uma enormidade de movimentos sociais e grupos políticos, não porque havia uma única identidade que os unificassem, mas por não concordarem com política de frente ampla do MDB, de modo que a formação do PT resulta, nem tanto de uma cultura política compartilhada, mas sim de uma visão estratégica da conjuntura.

Como bem demonstrou Coelho, a construção do PT foi uma resposta organizativa das classes subalternas às mobilizações e lutas de classes do final da década de 1970. No entanto, essa passagem do social para o político, das greves e protestos para a concretização de uma nova formação partidária não foi um processo mecânico ou natural. A unificação daqueles diversos sujeitos e a formação de um novo partido não era um acontecimento que estava dado de antemão, havia vários projetos de partido em discussão e o fato de que o resultado histórico tenha sido, ao final, o PT tal como ele se configurou, isso não estava, de modo algum, determinado *a priori*.⁹⁰

Ou seja, por tudo que foi exposto até então, que no fundo se trata da análise do processo de surgimento de uma nova conjuntura no Brasil no interior da qual a proposta de conselhos populares teve um papel de destaque nas lutas das classes subalternas, pode-se afirmar que esse processo de formação de uma nova conjuntura no país pouco se assemelha àquela imagem da história que se move muito lentamente no tempo, no ritmo das longas durações. Na verdade, a configuração de uma nova conjuntura no Brasil foi resultado da ação política das classes subalternas, ou, como diria Bensaid, de uma ação estratégica das classes subalternas, da “arte da iniciativa e do movimento, da delimitação e da combinação das forças”, que interrompem o desenvolvimento linear de um processo que se impõe como continuidade histórica, de modo que a ação política abre uma brecha no encadeamento monótono do tempo submetido as regularidades, de tal forma que os acontecimentos surgem como bifurcação numa pluralidade de possíveis, concepção que recupera a política como atividade humana constituidora do real.⁹¹

⁸⁹ SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

⁹⁰ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. op.cit.

⁹¹ BENSÁID, Daniel. **Marx, manual de instruções**. op.cit.

Os diversos grupos que compuseram o PT perceberam que naquele contexto havia um espaço no cenário político brasileiro que demandava ser ocupado, que era a ausência de organizações que se colocassem à esquerda do PCB e apresentassem um projeto de caráter classista para o país. Avaliavam que naquele momento já havia se formado uma base social, formulação ideológica e experiência de luta para o surgimento de uma nova esquerda, no entanto, faltava uma organização política que desse maior unidade e direção a esse movimento. Alguns autores afirmam que o PT se formou e atravessou a década de 1980 sem concorrentes no campo da esquerda, por isso teria crescido tão rapidamente no cenário político brasileiro. Entretanto, a questão que muitas vezes passa despercebida nas análises é que não teve concorrentes porque a formação do PT foi, na verdade, a construção de uma frente de esquerda, que unificou as diversas correntes à esquerda do PCB. Não era nem um pouco lógico, natural ou determinado de antemão que se fosse conseguir articular essa frente ampla da esquerda que reunisse numa mesma organização grupos e correntes tão diversos, que iam desde sindicalistas, militantes cristãos de pastorais, passando por grupos de intelectuais e políticos do MDB, até trotskistas da Convergência Socialista, ex-combatentes da luta armada, organizações marxistas-leninistas, comunistas dissidentes, etc.

A formação de uma nova conjuntura histórica no Brasil, que se deu entre os anos de 1978 e 1980, não pode ser explicada simplesmente como consequência do encadeamento linear e constante dos acontecimentos, nem como o desdobramento lento e gradual, porém progressivo, de um determinado elemento na história, seja ele econômico ou cultural. Portanto, nada de longas durações determinando unilateralmente a política ou a história. Como vimos, a crise de hegemonia da ditadura militar teve como consequência o aguçamento de um conjunto de contradições que provocou um deslocamento das classes subalternas em relação às organizações representativas da hegemonia das classes dominantes. Essa desagregação do bloco de poder liderado pelos militares forneceu as bases sociais e políticas para essa alteração muito acelerada da correlação de forças entre as classes no país. Embora as contradições que esse processo expressou se acumulassem ao longo de muito tempo, a mudança de conjuntura se deu num lapso temporal muito curto. Assim como afirma Jorge Grespan, os períodos de crise aceleram a história, quebram o encadeamento monótono do tempo e a política surge como disputa entre um campo de possibilidades.⁹²

Neste sentido, a formação do PT envolveu toda uma articulação de forças sociais que expressou um arranjo político, uma ação política de sujeitos coletivos que tinham por objetivo

⁹² GRESPLAN, Jorge. O lugar da história em tempos de crise. **Revista de História**, 151, 2ª-2004, 09-27.

intervir no processo histórico, produzindo resultados significativos no que diz respeito aos rumos da redemocratização do país. Ou seja, a criação do PT foi resultado de uma “ação estratégica” das classes subalternas, para usar os termos de Bensaid. Segundo o autor, a história não é apenas a reprodução das estruturas e das longas durações, ela sofre também a interferência da ação humana, que Bensaid denomina de ação estratégica, que seria a “arte da decisão, do momento propício, da bifurcação aberta para a esperança” que abre um tempo de possibilidades na história. Assim, a estratégia consistiria na “arte de uma possibilidade determinada pela situação concreta: sendo cada situação singular, o momento da decisão é sempre relativo a essa situação, adaptado ao objetivo a ser atingido”, sendo a estratégia, portanto, a arte da “resposta apropriada. Ela não domina a situação. Não a sobrevoa. Não a sobrepuja. Enraiza-se nela para novamente pôr em questão as regras e as normas estabelecidas”⁹³. Essa caracterização da política representa melhor o que foi a formação do PT do que a ideia de um desdobramento, um novo capítulo, porém contínuo e linear, de expansão de uma “nova concepção de cidadania”, cultura política ou identidade na sociedade.

Aproveitando-se de um conjunto de circunstâncias e incertezas, partindo de um ciclo de lutas de classes marcadas por uma certa espontaneidade das massas, diversas lideranças e movimentos passaram a organizar esse movimento de insatisfação a fim de dar-lhe maior unidade e direcionamento. A construção de uma organização política permitiu conectar-se de modo mais orgânico aquele movimento de massas, buscando fornecer-lhes uma estrutura organizativa mais permanente e que lhe permitisse inserir suas demandas na vida política do país. De modo que a ascensão autônoma dos trabalhadores provocou uma acelerada mudança na correlação de forças no país.

Segundo Gramsci, é o partido que permite dar uma direção consciente e duradoura aos movimentos espontâneos de luta das classes subalternas, de modo que ele é o organizador e o porta-voz de um determinado projeto político. A formação do PT deu maior unidade e direção aquelas correntes que se colocavam à esquerda do PCB, dando-lhes maior capacidade de intervenção no processo histórico. Os anos de 1979-1980 representaram o surgimento de uma nova conjuntura não só devido ao surgimento de um novo ator político, que era ao mesmo tempo uma expressão e um dinamizador da luta de classes no país, mas porque representou uma alteração de forças no país, de modo que a conjuntura histórica dos anos 1980 foi marcada por um período de acirramento dos conflitos políticos e sociais no país.

⁹³ BENSÁID, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008. p.28-9.

Neste sentido, a eclosão das greves operárias e das lutas populares entre 1978 e 1980, que culminou na formação do PT, propiciou a configuração de novos sujeitos políticos, que se afirmavam como autônomos e independentes, destoando cada vez mais não só do projeto de auto-reforma do regime, denominado “distensão” e depois “abertura”, mas também do projeto de “democratização” das oposições liberais (capitaneadas pelo MDB) e reformistas (identificadas com os PCs). Segundo Roberto Oliveira, as lutas de 1978 a 1980 não só haviam trazido a questão social para o centro do debate político do país, como também esboçava uma concepção alternativa da própria democracia, como democracia participativa. A atuação organizada dessa emergente classe trabalhadora no cenário político do país representou a emergência de um novo projeto político, representado na criação do PT.⁹⁴

Segundo Fontes, a formação do PT alterou os limitados contornos sugeridos pela “redemocratização” ao imantar e incorporar politicamente a parcela mais combativa do campo popular. A presença massiva de trabalhadores e de sindicatos na construção do PT reforçava a perspectiva de classe do partido, que atuava no sentido de difundir um elemento anticapitalista na consciência da classe trabalhadora. Embora houvesse no seu interior uma enormidade de tendências diferentes, a atuação do PT caracterizou-se ao longo dos anos 1980 marcadamente como um partido anticapitalista, empurrado pela conjuntura de crise de hegemonia e de luta de classes que vivia o país.⁹⁵

Iasi afirma que esses elementos anticapitalistas da proposta petista aproximavam o partido de uma perspectiva socialista, ainda que muito difusa e indefinida. A proposta política do PT apresentava um programa de reformas estruturais que conflitava fortemente a ordem social vigente no Brasil, ainda mais naquele contexto dos anos 1980. No interior desse programa de transformações sociais, os conselhos e a participação popular ocupavam um lugar central no pensamento político petista: o “PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas”, dizia o Manifesto de fundação do partido⁹⁶. Tendo em vista os limites da democracia liberal que vinha sendo construída no país, os conselhos e a participação popular são apresentados em todos os documentos de fundação do PT como os únicos instrumentos políticos capazes de alavancar um processo de transformação da sociedade brasileira. O partido afirmava que buscava conquistar o poder político para implantar um governo dos trabalhadores baseado nos conselhos populares.

⁹⁴ OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil in: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo: 2007.

⁹⁵ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: op.cit.

⁹⁶ Manifesto (1980) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.66.

... é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.⁹⁷

Aos olhos daquele nascente partido político, a democracia que interessava aos trabalhadores não se esgotava nas instituições representativas, mas se articulava com formas diretas e massivas de participação popular, por meio do qual se poderia produzir um processo de “inversão de prioridades” na política brasileira. Neste sentido, a proposta dos conselhos populares é a constituição de um campo político autônomo ou independente em relação as ideias políticas autoritárias e liberais. A centralidade da participação fundamentava-se na convicção de que o processo de democratização do país implicava a incorporação da classe trabalhadora como sujeito político independente, articulado por formas próprias de organização (sindicatos, partidos, organizações de base, conselhos populares, etc.).

O PT foi um partido que procurou se vincular organicamente à luta pelos conselhos populares, fazendo da participação popular uma das suas principais propostas de governo. A criação do PT representou, portanto, um avanço organizacional na luta pelos conselhos na medida em que esse partido “pretende se constituir em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política”⁹⁸. Neste sentido, com o surgimento do PT, a luta pelos conselhos populares adquiriu uma dimensão de âmbito nacional, passou a contar também com uma ampla base social, além de estar atrelada a um determinado projeto de transformação da sociedade brasileira.

Assim, a luta pelos conselhos populares, que inicialmente se deu de forma muito fragmentada e espontânea durante os anos 1970, experimentou um grande salto na década de 1980 e atingiu um lugar importante na vida política e institucional do país. Se nos anos 1970, a luta pelos conselhos era uma forma de “contornar” a ditadura e não bater de frente com a questão do poder de Estado, ao ser incorporada ao programa de um partido político, a proposta dos conselhos deixou de ser uma ação pontual e fragmentada para se transformar justamente num projeto de governo do Estado e da sociedade.

Com a redemocratização, o Brasil passou a conviver com a pressão da sociedade civil sobre os governos para implementarem formas de democracia participativa. Nos anos 1980, as propostas de democracia participativa emergiram principalmente em países da semiperiferia do

⁹⁷ Manifesto (1980) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.67

⁹⁸ Declaração Política (1979) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. .p.56

capitalismo, como o Brasil, que tinham pouca tradição democrática. A proposta petista de governar com base nos conselhos apontava para um problema que rapidamente se revelou muito real para a população, que é a incapacidade das democracias de corte liberal de incorporar o impulso dos “de baixo”, vindo das mobilizações populares, de modo que, por meio das políticas de participação, trata-se de reformular a relação entre Estado e sociedade civil e colocar as estruturas de governo sob controle direto da população, levando a cabo uma tentativa de mobilização permanente dos cidadãos, que apontasse para uma reforma democrática radical do Estado, na prática incompatível não apenas com os modelos políticos liberais, mas também com a própria dinâmica do capitalismo.⁹⁹

A partir da criação do PT, a luta pelos conselhos ganhou uma base organizacional mais significativa, envolvendo uma série de movimentos sociais e organizações políticas, e passou a estar vinculado a um programa de governo com tendências claramente anticapitalista. Segundo Emir Sader, importante intelectual petista, tudo que esteve envolvido nos anos 1980 com a luta pela democracia participativa representou, de forma aberta, um contraponto a alguns dos pressupostos essenciais da democracia liberal que vinha se implementando no país. De maneira que, o movimento de ascensão da luta pelos conselhos foi capitaneado por um projeto contra-hegemônico, com teor classista e anticapitalista, encabeçado pelo PT, “um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática”.

Este movimento de organização dos trabalhadores e das camadas populares manteve uma tendência crescente ao longo da década de 1980 e se transformou num dos maiores movimentos de massa da história do Brasil. Aqueles movimentos sociais fragmentados dos anos 1970 se aglutinaram, resultando na criação de novas organizações como o Partido dos Trabalhadores (1980), a Central Única dos Trabalhadores (1983) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984). Estas entidades representam um novo patamar organizacional da luta de classes no Brasil, pois pela primeira vez na história do país as classes trabalhadoras conseguiam construir organizações nacional (tendo em vista que as classes dominantes brasileiras fizeram de tudo ao longo do século XX para evitar que isso ocorresse). Como afirma Fontes, o feito popular mais significativo da década de 1980 residia exatamente numa nova capacidade de organização dos trabalhadores, demonstrando que estava em curso na década de 1980 um processo de intensificação da luta de classes de abrangência nacional e de disputa pelo poder do Estado.¹⁰⁰

⁹⁹ SADER, Emir. Por outras democracias in: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

¹⁰⁰ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: op.cit.

A caracterização da conjuntura dos anos 1980 como um período de intensas lutas de classes é amplamente atestada pela literatura. Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho, “é impossível diminuir a importância histórica das ondas de choque das lutas sociais e políticas que se estenderiam, de modo surpreendente e ininterrupto”, ao longo da década de 1980, projetando os trabalhadores brasileiros naquele período como um dos mais combativos em escala mundial. Movimentos e greves multiplicavam-se incessantemente, aparecendo em quase todos os cantos do país. Como se a retirada da ditadura houvesse liberado forças represadas que passaram a se manifestar com marcante vigor essas demandas e reivindicações reprimidas. Para Aarão, os anos 1980 no Brasil foram anos de grande efervescência social.¹⁰¹

Segundo André Singer, o PT surgiu “na crista da onda democrática que varreu o Brasil da segunda metade dos anos 1970 até o fim dos 1980”. O caráter radical do partido se manifestava na negação de uma política de conciliação com as elites e na crítica ao populismo e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), elementos comuns naquela esquerda que participou da fundação do PT. Falava-se de um partido “sem patrões”, que não fosse “eleitoreiro” e que organizasse e mobilizasse os trabalhadores “pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores”. Na visão de Singer, o PT contribuiu para que aspirações longamente represadas emergissem com potência suficiente para deslocar o pêndulo da trajetória nacional durante os anos 1980.¹⁰²

Em seu estudo sobre a década de 1980, Gelson R. Almeida destaca que esse período pode ser caracterizado como uma época de expansão dos direitos e da capacidade de organização dos trabalhadores. Entre 1979 e 1989, houve um crescimento de cerca de 36% do número total de sindicatos no país e as greves ao longo de toda a década foram milhares, com destaque para as greves gerais de 1983, 1986, 1987, 1989. De modo que tudo isso demonstrava a disposição de luta da classe trabalhadora durante os anos 1980.¹⁰³

Segundo a socióloga norte-americana Beverly Silver, que estuda os deslocamentos do capital pelo mundo, e os conflitos sociais decorrentes desse movimento, afirma que ao longo da década de 1980 eclodiu no Brasil um período de intensas lutas entre capital e trabalho que se destacou por apresentar um dos maiores níveis de atividade grevista do mundo naquele período. Esse forte movimento sindical, afirma a autora, retardou a implementação das políticas

¹⁰¹ REIS, Daniel Aarão. O Partido dos trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3)

¹⁰² SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁰³ ALMEIDA, Gelson Rozentino de. **História de uma década quase perdida**. op.cit.

anti-inflacionárias (neoliberais) impostas pelo FMI naquele momento. Também chama a atenção que este movimento sindical teve um papel ativo na promoção da democratização do país, especialmente com relação a inclusão de artigos na constituição como o direito de greve.¹⁰⁴

Florestan Fernandes, escrevendo em 1986, na condição de deputado constituinte, observava: “o Brasil passa por uma crise institucional das mais profundas que já enfrentou”. Essa crise, segundo ele, decorria de uma série de fatores, entre os quais se destacavam a “internacionalização do seu sistema de produção e de mercado”, a “metropolização acelerada de algumas cidades”, o “crescimento acelerado do regime de classes e de seu impacto sobre a fragmentação de uma sociedade civil construída para o domínio de minorias oligárquicas e plutocráticas”, entre outros. Em função de todos estes acontecimentos, Florestan Fernandes chamava a atenção para o fato de que a “sociedade brasileira não é mais aquela”, justamente porque havia ocorrido o “aparecimento de um novo padrão de luta sindical e de luta política de classes” no Brasil que teria corroído as bases da ordem autoritária.¹⁰⁵

Obviamente, a proposta de conselhos populares formulada pelo PT durante os anos 1980 não podem ser compreendidas fora dessa conjuntura. A luta pela participação popular exerceu um papel político e intelectualmente muito relevante para a ascensão da luta de classes no Brasil. Politicamente, a proposta dos conselhos populares simbolizava o elo de ligação entre o PT e as suas bases, principalmente com o movimento sindical e popular, ao mesmo tempo em que consistia num elemento diferenciador do programa petista em relação aos partidos das classes dominantes. Ao final da década de 1980, o PT havia se transformado no principal partido da esquerda brasileira, que passou a hegemonizar a representação política dos trabalhadores, de modo que a proposta de participação foi fundamental neste processo de ascensão do partido.

De fato, a ideia de “governar através dos conselhos” marcou a atuação política dos petistas durante os anos oitenta, basta observar as experiências de administração municipal do PT neste período: Diadema (1982), Fortaleza (1985), São Paulo (1988), Porto Alegre (1988), bem como a atuação do PT na constituinte. Em todas elas, a ideia de participação popular forneceu o norte para a ação política do partido. Ao longo dos anos 80, os conselhos populares eram entendidos como um instrumento de contestação da ordem, capaz de produzir políticas radicais que apontavam para uma alternativa anticapitalista. Nesse sentido, pode-se afirmar que a proposta de conselhos foi o símbolo da política do PT na década oitenta, período em que o

¹⁰⁴ SILVER, Beverly. **As forças do trabalho**: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁰⁵ FERNANDES, Florestan. **A constituição inacabada**. op.cit.

PT se afirmar como o principal partido da esquerda brasileira, suplantando a influência política dos comunistas e dos trabalhistas que outrora hegemonizaram a representação da classe trabalhadora.

Portanto, é importante ter em mente que esse processo de elaboração de um projeto político que se torna hegemônico entre as massas se deu sobre um determinado solo histórico, ou seja, foi essa conjuntura dos anos oitenta, de crise de hegemonia e de ascensão do movimento de massas, que forneceu as bases econômicas, políticas, sociais e culturais sobre as quais o PT foi construindo uma estratégia em torno dos conselhos e da participação popular que ficou conhecida como projeto democrático-popular. Um projeto de transformações estruturais que, segundo seus formuladores, tinha por objetivo abrir caminho para a construção de uma sociedade socialista e democrática no Brasil.

CAPÍTULO 2:

OS CONSELHOS POPULARES NO PENSAMENTO POLÍTICO PETISTA

2.1 – Conselhos populares, partido e pensamento político

Tal como procuramos demonstrar, o projeto político formulado pelo PT ao longo da década de 1980 – no interior do qual os conselhos populares ocupavam um lugar de destaque – foi, na verdade, a expressão política de um movimento de ascenso das lutas das classes subalternas no país. A luta pelos conselhos populares foi a manifestação mais crítica e radical que emergiu do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Foi essa conjuntura de transição, que combinava crise de hegemonia e intensificação das lutas de classes no país, que criou as condições favoráveis para o surgimento de um número significativo de movimentos sociais e populares que incluíram a criação de conselhos entre as suas reivindicações e que aos poucos acabaram impondo o tema da participação na agenda política do país.

O PT foi o partido que mais se comprometeu com a luta pelos conselhos populares na política brasileira, sendo que a proposta de participação popular ocupou um lugar central no pensamento político petista durante os anos 1980. O PT afirmava que se comprometia a “governar através dos conselhos” e que tinha como objetivo construir uma forma de “democracia exercida diretamente pelas massas”. De acordo com o pensamento político do partido, essas medidas permitiriam estabelecer uma “nova relação entre Estado e sociedade” no país, a partir da qual seria possível desencadear um processo de transformações estruturais da sociedade brasileira. Assim, tendo em vista que um partido ou uma proposta política não nascem fortuitamente da decisão de seus criadores e só podem sobreviver se responderem, de uma maneira ou de outra, a alguns problemas fundamentais colocados pela sociedade, somente podemos compreender a proposta de conselhos populares do PT se a situarmos como uma resposta dos trabalhadores àquela conjuntura e que apresentava uma perspectiva classista da política e da sociedade brasileira.

A proposta de conselhos não só ocupou um lugar central no pensamento político do partido, como também foi fundamental para o processo de ascensão do PT à condição de principal partido da esquerda brasileira. Quando o PT surgiu, no ano de 1980, embora agregando alguns setores importantes da sociedade, em termos de influência política-eleitoral era uma organização pouco expressiva e se encontrava atrás daquelas forças que haviam hegemonizado a representação da classe trabalhadora desde o período anterior ao golpe de 1964, como os comunistas (do PCB) e os trabalhistas (organizados agora no PDT). Contudo,

ao final da década de 1980, o PT ultrapassou essas organizações, impulsionado por sua intensa ligação com as lutas do período, assumindo a condição de força hegemônica entre os trabalhadores. Essa é a comprovação prática, histórica, de que o PT (e sua proposta) foi o partido que se vinculou de modo mais orgânico ao movimento de ascenso das lutas das classes subalternas no país, tendo em vista que foi o partido que mais cresceu durante os anos 1980.

Portanto, não se pode negar a profunda relação existente entre pensamento e realidade, entre a forma que os conselhos populares assumiram no pensamento petista e a conjuntura brasileira dos anos 1980, tanto que procuramos assinalar as “múltiplas determinações” da conjuntura que incidiram sobre o fenômeno dos conselhos populares no Brasil. Entretanto, tão importante quanto afirmar a relação indissociável entre pensamento e realidade, é fundamental também enfatizar, por outro lado, que os fenômenos e as contradições da esfera social não se manifestam mecanicamente no campo da política, ou seja, as ideias/projeto não decorrem automaticamente das contradições sociais, eles precisam ser “inventados” – evidentemente que sob determinadas condições, nunca como racionalidade abstrata. Por conseguinte, a passagem das aspirações e das necessidades sociais para a esfera da política não ocorre de modo espontâneo ou mecânico, mas sim por meio da sua elaboração no plano das ideias e da linguagem (ou seja, de um pensamento político).

Tal como afirma a filosofia da práxis desenvolvida por Antonio Gramsci, o campo da política constitui uma esfera específica da realidade, com características próprias e relativamente autonomia diante da base econômica, social, cultural, etc. Enquanto a realidade social pertence à esfera do concreto cotidiano e do vivido, o campo da política pertence à esfera do discurso e da representação, entretanto, e isso é o mais importante de ser observado, não existe uma passarela natural entre esses dois campos. Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originam há sempre uma distância a ser considerada, pois é precisamente neste espaço, entre o problema real e o discurso ou projeto, que se situa o campo da mediação política. Sendo assim, a política teria como uma de suas principais funções articular as necessidades e as aspirações mais ou menos difusas e espontâneas da população e procurar vinculá-las a um determinado projeto político.¹⁰⁶

Neste sentido, a passagem da luta por conselhos populares, que se apresentava inicialmente sob a forma de reivindicação dos movimentos sociais, para a forma de programa de partido coloca algumas questões significativas que não podem deixar de ser observadas. Se por um lado é importante assinalar que a proposta de participação popular formulada pelo PT

¹⁰⁶ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

foi a expressão orgânica de determinadas condições sócio históricas, por outro lado, é igualmente importante ressaltar que as contradições e manifestações da realidade social não se expressam de forma direta e mecânica no plano da política, o que exige reconhecer que a proposta de conselhos populares do PT se baseia nas reivindicações e movimentos da sociedade, mas não se reduz a essas reivindicações. A proposta petista de participação popular consiste, portanto, numa construção política, que visa atrelar as demandas imediatas e fragmentadas dos movimentos a uma determinada concepção de mundo ou projeto político mais amplo de transformação do conjunto da sociedade brasileira.

Como vimos, a luta pelos conselhos populares emergiu no cenário brasileiro a partir de manifestações relativamente espontâneas das classes subalternas diante do aguçamento das contradições sociais e do fechamento dos espaços de representação política da sociedade promovido pelo regime militar. A maioria desses movimentos que lutavam pela criação de canais de participação não eram evidentemente socialistas, comunistas, participacionistas, nem mesmo tinham muito claro a adesão a alguma ideologia política, na base do movimento encontram-se questões imediatas e pontuais de pessoas que lutavam por melhores condições de vida. Entretanto, na medida em que a reivindicação por conselhos populares se transforma em programa de partido, a proposta sofre algumas mudanças qualitativas que não podem deixar de ser notadas, pois passa a estar vinculada a uma organização nacional, a uma determinada concepção de mundo e a um projeto político.

Assim, a partir do momento em que a luta pelos conselhos assumiu a forma de um programa de governo no PT, a proposta sofreu uma apropriação/elaboração no pensamento político petista, que passo a atrelá-la a uma determinada interpretação da sociedade brasileira, conseqüentemente, a um determinado projeto político. Deste modo, ao mesmo tempo em que a proposta de conselhos formulada pelo PT representava tendências profundas que vinham da base da sociedade civil (movimentos sociais, sindicatos, comunidades, etc.), por outro lado, ela também procurava dar uma direção política para esse ascenso do movimento de massas. Ao ser incorporada pelo PT, a proposta de conselhos passa por uma elaboração política e intelectual que a articula com um projeto “socialista e democrático” de transformação da sociedade brasileira.

A abordagem que predominou na literatura brasileira sobre movimentos sociais e participação popular raríssimas vezes tratou de forma adequada essa passagem de movimento para partido. Tendo por base uma visão culturalista da história, essa abordagem caracterizou por definir a emergência e a evolução da luta pelos conselhos populares no Brasil, tanto entre

os movimentos sociais quanto no PT, como a expressão de uma única e mesma cultura política, de uma “nova concepção de cidadania”, como afirmava Evelina Dagnino¹⁰⁷. De acordo com tal abordagem, essa nova cultura política teria se manifestado inicialmente entre os “novos movimentos sociais”, depois ela foi se difundindo na sociedade civil ao longo dos anos 1970 (sindicatos, movimentos, etc), até culminar na fundação do PT, todos esses momentos seriam episódios de uma mesma história de expansão e difusão de uma cultura política no tempo. Essa interpretação culturalista acaba vendo a passagem do social para o político de forma muito natural e harmônica, como se o social e o político correspondessem integralmente um ao outro.

Colocando a questão dessa perspectiva, as abordagens culturalistas promovem uma naturalização das ideias (na medida em que a cultura só se move à longo prazo, portanto sem um sujeito social) e uma dissolução da especificidade da política (na medida em que ela aparece determinada pela cultura). Essas concepções deterministas da história promovem uma supremacia do social que suprime qualquer margem de autonomia da política (ação humana). Opondo-se à essas concepções, Daniel Bensaïd chama a atenção para o fato de que as contradições econômicas e sociais jamais se exprimem de maneira direta no campo das “superestruturas”, mas sim sob a forma específica e transformada da política, que nunca é o simples prolongamento de uma determinação social ou o reflexo da luta econômica, mas trata-se, afirma o autor, de conceber a luta política como muita mais ampla e complexa que a luta dos operários contra o patronato e o governo¹⁰⁸.

Em seus escritos sobre teoria política, Bensaïd por diversas vezes recupera os debates ocorridos na passagem do século XIX para o XX, momento em que a extensão do sufrágio e o surgimento dos partidos de massa colocaram de forma mais clara o problema da política na sociedade capitalista. Naquele momento, os dirigentes socialistas da II Internacional partiam de uma concepção teórica que postulava uma certa equivalência entre o social e o político, o que os levavam a supor que bastaria que o direito de voto fosse estendido para o conjunto dos trabalhadores para que os interesses dessa classe se tornasse dominante no plano da política, ou seja, por ser maioria na sociedade, os trabalhadores seriam maioria na política, de modo que o social e o político de certa forma se equivaleriam. No entanto, a experiência revelou que os trabalhadores não votam necessariamente de acordo com seus interesses de classe, neste

¹⁰⁷ DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994; ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

¹⁰⁸ BENSAÏD, Daniel. Lênin, ou a política do tempo partido in: BENSAÏD, Daniel. & LÖWY, Michael. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000, p.177-191; BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente**. São Paulo: Boitempo, 2008; BENSAÏD, Daniel. **Marx, manual de instruções**. São Paulo: Boitempo, 2013.

sentido, fica evidente que a passagem do social ao político é um processo mecânico, mas sempre um processo de disputa entre projetos.

Pode-se afirmar que as abordagens culturalistas que predominaram no estudo dos movimentos sociais e da participação popular no Brasil empregaram um raciocínio muito semelhante a forma de pensar dos dirigentes da II Internacional. Se para eles, classe operária era sinônimo de socialdemocracia, para essas abordagens, conselhos e participação popular eram sinônimos de petismo. Ou seja, essas abordagens identificavam toda forma de participação popular com uma política de caráter democrática e potencialmente transformadora da realidade brasileira, sendo que, na verdade, identificavam uma manifestação particular, histórica, do fenômeno (a luta pelos conselhos populares nos anos 1980) como sendo a própria essência, eterna e imutável, do fenômeno. Em função dessa perspectiva, entendia-se os movimentos sociais, assim como todas as manifestações da sociedade civil brasileira (associações, sindicatos, movimentos, etc.), eram expressões de uma mesma identidade ou cultura política, democrática e transformadora, que encontrava sua representação mais fidedigna no PT.

Estabelecia-se, portanto, uma correspondência automática entre o político e o social, que tomada de uma forma a-histórica, trouxe implicações teóricas que aos poucos foram demonstrando suas consequências. Evelina Dagnino, num texto muito significativo em que ela apresenta uma espécie de balanço crítico da literatura sobre sociedade civil e participação popular no Brasil, a autora afirma que a interpretação dominante sobre movimentos sociais no país produziu uma “visão homogeneizada da sociedade civil, que deixou marcas profundas no debate teórico e político sobre o tema”¹⁰⁹. As marcas que Dagnino se refere, trata-se justamente da dificuldade que essa corrente teve de compreender as transformações pelas quais os conselhos passaram a partir dos anos 1990.

Neste sentido, é importante recuperar, como faz Bensaïd, a ideia de que a política não se reduz ao simples reflexo das identidades sociais ou mesmo dos interesses de classe, mas sim a sua transposição para um campo específico da totalidade social, marcado por uma relativa autonomia e por características próprias, de modo que entre o conflito socioeconômico imediato e o conflito político mediado não existe uma linha de continuidade natural ou predeterminada entre eles. Retomando a crítica de Lenin que apontava uma certa “confusão entre o partido e a classe” no pensamento dos dirigentes socialistas de sua época, Bensaïd se opõe a redução da política ao social, recusando-se explicitamente a confundir o conteúdo social de uma

¹⁰⁹ DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo (SP): Paz e Terra: UNICAMP/IFCH, 2002.

reivindicação e sua expressão política, o que nos leva a refletirmos sobre “a representação do social na política”¹¹⁰. Assim, observa Bensaïd, entre a luta social e a luta política não existe uma separação rígida e absoluta, pois no fundo a política surge e é inventada no social, nas resistências às formas de exploração e opressão, na luta por novos direitos, etc., contudo, não se pode esquecer também que a política estrutura um campo específico da realidade, onde os antagonismos sociais manifestam-se através do embate de projetos políticos, que expressam percepções e expectativas distintas diante dos problemas. Desse modo, a luta de classes toma a forma mediada da luta política entre partidos.¹¹¹

Ou seja, o partido não é uma forma de organização entre outras (como os sindicatos, as associações e os movimentos), mas a forma específica sob a qual a luta de classes se inscreve no campo da política, pois é o partido que permite articular as diversas lutas imediatas e fragmentadas das classes e dar-lhes uma direção tendo em vista objetivos políticos de longo-prazo. Com o partido, uma proposta adquire estruturas organizacionais e políticas para a sua implementação ao integrar um programa de reformas que busca se realizar por meio do poder de Estado. Através da disputa entre os partidos e de suas propostas, os interesses particulares e momentâneos são vinculados, atrelados e combinados a um determinado projeto mais amplo de sociedade. Ou seja, o partido é a condição para a formulação de um pensamento político que ultrapasse o horizonte imediato da luta do dia a dia, constituindo-se no elo entre a ação imediata e a finalidade última do projeto, a mediação entre o particular e o universal.¹¹²

Assim, a luta de classes não se dá apenas no plano da materialidade imediata, ela exige fundamentalmente a luta ideológica, pois é no terreno das ideologias e das concepções de mundo que as forças sociais tomam consciência de seu lugar na sociedade e de suas tarefas. As ideologias são, portanto, momentos constituidores de atores específicos, são tentativas de diagnosticar e resolver problemas reais e de dirigir política e culturalmente a ação de determinadas forças sociais. O discurso ideológico é o terreno no qual os projetos políticos são construídos e impostos a totalidade social como hegemônico. De modo que são as ideologias que dão homogeneidade, organicidade e universalidade as classes. No entanto, as ideologias e os projetos não são um dado da estrutura econômica, eles têm que ser construídos pelas classes e por seus intelectuais (sendo que o partido é o intelectual coletivo que deve elaborar as ideologias de modo a dar-lhes eficácia e nexos com a realidade).¹¹³

¹¹⁰ Bensaïd, Daniel. Lenin, ou a política do tempo partido. op. cit.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Bensaïd, Daniel. **Os irreduzíveis**. op. cit.

¹¹³ Dias, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

Pode-se afirmar, portanto, que a passagem da proposta de conselhos populares da forma de reivindicação de movimentos sociais para a forma de programa de partido no PT significou exatamente o que Gramsci se referia como a passagem do “momento econômico-corporativo” para o “momento ético-político”, ou seja, o momento em que os interesses e demandas oriundas das contradições da sociedade capitalista se transportam para o plano das ideologias e das concepções de mundo que buscam se objetivar como direção do processo histórico. No pensamento petista, os conselhos deixam de ser apenas canais de manifestação de interesses pontuais e insatisfações fragmentadas para assumir um lugar de destaque no projeto de transformação da sociedade brasileira que o PT formulou ao longo dos anos 1980. Deste modo, a transformação da proposta de participação em programa de partido representou mais do que apenas um salto organizacional, mas uma mudança qualitativa, em que a proposta de conselhos passa a estar vinculada a um determinado projeto político, que ao longo dos anos 1980 foi se tornando hegemônico entre as classes subalternas do país.

Neste sentido, este capítulo pretende analisar o processo de construção intelectual do projeto político formulado pelo PT ao longo dos anos 1980, procurando analisar, particularmente, o papel que os conselhos populares desempenharam no pensamento político do partido. Organicamente vinculado as lutas sociais de sua época, a proposta de participação popular apresentada pelo PT foi fundamental para organizar as classes subalternas em torno de um projeto contra-hegemônico para o país.

Tomando por base as categorias de análise desenvolvidas por Gramsci, um projeto político é composto por “concepção de mundo” e “direção consciente”. Por concepção de mundo entende-se um ideal de sociedade, aquilo que Gramsci denominou de momento ético-político, enquanto que por direção consciente compreende-se uma estratégia e um programa de medidas que permitam avançar no sentido do momento ético-político. Assim, enquanto a concepção de mundo cria um horizonte ideológico próprio, distinto de outras classes, a direção consciente consiste na arte de dar respostas concretas aos problemas reais de acordo com determinadas finalidades. Na dialética do pensamento gramsciano, essas duas categorias representam, portanto, a relação (recíproca) entre o curto e o longo prazo da ação política, sendo que o momento ético-político coloca o terreno em que a direção política se move.

Para Gramsci, a questão central da política residiria nonexo entre a construção de uma determinada visão de mundo e a sua capacidade de realização como hegemonia. Trata-se, portanto, da capacidade que uma classe tem de elaborar uma concepção de mundo e sua capacidade de transformá-la em direção do processo histórico. Sendo assim, a capacidade que

uma classe (subalterna ou dominante) tem de construir sua hegemonia decorre da sua possibilidade de elaborar sua própria visão de mundo, de diferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às classes antagônicas, afirmando-se como projeto para si e para a sociedade, buscando ser direção de outras classes.

Do ponto de vista das classes subalternas, o desenvolvimento de uma concepção de mundo pressupõe um processo de conquista da autonomia política e intelectual dos subalternos em relação aos discursos e às práticas das classes dominantes. Como afirmava Gramsci, sem romper com a ideologia dominante, “a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente”¹¹⁴. De modo que, para os subalternos construírem a sua ruptura com a aceitação da ordem vigente eles precisam “inventar” projetos de transformação social, elaborar novas concepção de mundo, o que passa por formular um novo tipo de sociedade e uma nova forma de Estado (o momento ético-político).

Ou seja, a construção de um projeto de transformação é decisiva pois ela cria a possibilidade de subtrair os trabalhadores do domínio do capital. No processo de elaboração de uma visão de mundo específica das classes trabalhadoras, um dos lances mais importantes para os subalternos é o permanente trabalho de escapar à captura da sua subjetividade antagonista e da redução de seu pensamento ao nível dos interesses imediatos. Para construir sua hegemonia, as classes dominantes procuram impedir os subalternos de construir o seu projeto de uma nova sociedade, fazendo-os permanecer na esfera econômico-corporativo da luta política. No entanto, quando os subalternos formulam um projeto contra-hegemônico, eles estão fazendo a crítica da economia e da política na sociedade capitalista e atuam no sentido da invenção de uma nova forma de sociabilidade, o momento ético-político. Por isso que, para Gramsci, o primeiro passo da emancipação é a libertação ideológica das classes subalternas, pois uma das faces da dominação na sociedade capitalista é a transformação do projeto político das classes dominantes em horizonte ideológico onde se movem as classes em confronto. Para realizar a ruptura constituidora de sua identidade/projeto, é necessário que as classes subalternas se subtraíam dos discursos e das práticas dominantes, lutem contra eles, colocando-se como sujeito portador de um projeto de transformação social.¹¹⁵

No entanto, para romper com esse horizonte ideológico é preciso que as classes subalternas formulem a crítica da ordem vigente. Deslegitimar a ordem do capital significa acima de tudo organizar a possibilidade de uma nova sociabilidade. De modo que, para tornar

¹¹⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v.3. op.cit. p.21.

¹¹⁵ DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

suas lutas mais eficazes, as classes subalternas devem fundar suas lutas numa “direção consciente”, ou seja, numa ação política fundamentada por uma concepção de mundo autônoma e apoiada na compreensão crítica da realidade. É essa direção consciente que permite conectar os elementos espontâneos e dispersos da lutas subalternos com os objetivos políticos de longo-prazo. De modo que a construção de uma direção consciente é fundamental pois permite que a classe ou o grupo social possua a capacidade de não apenas se revoltar contra condições de vida inaceitáveis, mas possua também o conhecimento e a capacidade de transformá-las.¹¹⁶

Portanto, não basta elaborar uma concepção de mundo, essa reforma intelectual e moral deve necessariamente estar ligada a um programa de medidas econômicas e políticas, que é exatamente o seu modo concreto dela apresentar-se. Ou seja, pensar a construção de uma nova forma social, de uma nova sociabilidade e de um novo Estado, só é possível se pensamos conjuntamente as formas específicas de sua realização material e política. Como afirma Gramsci: “não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido ‘metafísico’, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido”¹¹⁷. De modo que, o partido político é o intelectual coletivo das classes subalternas e o seu papel é fazer com que as massas possam superar o nível econômico-corporativo da luta para atingir o momento ético-político da disputa pela hegemonia. Para tanto, a tarefa do partido e dos intelectuais orgânicos é a de construir respostas e soluções adequadas aos problemas colocados pelo real a sua classe ou grupo social, buscando construir as mediações entre as lutas concretas e o momento ético-político. O partido seria, então, o organizador de uma vontade coletiva, que se articula em torno de um projeto político e de uma estratégia própria, por meio da qual se expressam as suas concepções de mundo.¹¹⁸

Neste sentido, a proposta de conselhos populares apresentada pelo PT representou um elemento fundamental para a constituição de um projeto político e intelectualmente autônomo dos trabalhadores. Enquanto que as elites e as principais forças políticas do país se aglutinavam em torno de um projeto de democracia liberal-representativa para o Brasil, o PT procurava organizar os trabalhadores em torno de práticas e discursos que apontassem para uma forma de democracia direta e participativa, representando, portanto, o projeto contra-hegemônico que procurou organizar as classes subalternas em torno de um projeto de transformação social durante a década de 1980. A análise do pensamento político petista permite afirmar que a ideia

¹¹⁶ GREEN, Marcus. Gramsci e as lutas subalternas hoje: espontaneidade e organização política. Revista Outubro, n. 25, março de 2016

¹¹⁷ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, v.3. op.cit. p.15

¹¹⁸ DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida**: op.cit.

de conselhos populares desempenhou um papel muito importante no processo de construção do projeto de transformação social formulado pelo PT na medida em que os conselhos aparecem como elementos centrais tanto da ideologia, quanto da estratégia do partido

Sobre a configuração do pensamento político petista, é verdade que o PT foi formado por uma pluralidade de ideias e propostas (assim como todo partido, na verdade, tem diversidade interna), no entanto, apesar das diferenças, um projeto acaba se tornando hegemônico no interior do partido, sendo que este projeto que se sagra dominante nunca é a expressão somente de uma única tendência, mas contém também elementos de consenso que garantam a unidade da organização, o que permite que essas concepções se tornem a política “oficial” do partido. Esse processo permitiu a formação de um pensamento político petista, expresso em alguma medida nas resoluções do partido, e que, bem ou mal, foi capaz de manter a unidade e o crescimento do partido ao longo dos anos oitenta.

Neste sentido, esse capítulo pretende fazer uma análise do projeto de transformação social elaborado pelo PT ao longo da década de 1980, procurando observar o papel que os conselhos populares ocuparam no pensamento político petista, tanto no que se refere ao momento ético-político formulado do partido, definido como “socialismo democrático”, quanto na estratégia de transformação da sociedade brasileira, caracterizada como “democrático-popular”.

2.2 – Conselhos populares e socialismo democrático no pensamento político petista

De acordo com as ideias que deram origem ao Partido dos Trabalhadores, os conselhos populares são apresentados como o eixo principal de uma política de transformação social que conduziria o Brasil no sentido de uma sociedade socialista e radicalmente democrática. Os documentos de fundação do partido afirmam que os conselhos populares seriam uma forma de administração da esfera pública que se baseia na participação direta da população no processo de tomada de decisões, o que significava “colocar o Estado nas mãos dos trabalhadores”, tendo em vista que essa era a “única maneira de pôr fim à exploração e à opressão”¹¹⁹. De modo que, a defesa dos conselhos e das práticas de participação direta estava associada no pensamento político petista à ideia de socialismo democrático.

Neste sentido, pode-se afirmar que a ideia de socialismo democrático foi o “momento ético-político” que orientou a atuação do partido ao longo dos seus primeiros anos de existência,

¹¹⁹ Declaração Política (1979) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**: Partido dos Trabalhadores (1979-1998). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

sendo que essas concepções se expressavam de forma mais direta na proposta petista de “governar através dos conselhos”. Na medida que a formulação de um momento ético-político cria um horizonte ideológico próprio, no interior do qual se move uma determinada força social, a ideia de socialismo democrático foi fundamental para nortear o partido nos diversos debates políticos e ideológicos que marcaram o contexto da década de 1980. Pois foi a partir dessa identificação com a ideologia do socialismo democrático que o PT procurou posicionar-se diante tanto das questões nacionais próprias da realidade brasileira, como o regime militar, a transição política, a luta armada, etc., quanto das questões internacionais, como a ascensão do neoliberalismo, a crise “socialismo real”, o declínio da socialdemocracia, etc. Tendo em vista que uma ideologia não existe por si mesma, mas define-se no confronto com outras ideologias, tal como afirma Gramsci, este tópico da pesquisa pretende analisar como o PT foi mobilizando e construindo o ideal do socialismo democrático em meio aos embates políticos e ideológicos que o partido travou ao longo do seu processo de formação enquanto organização independente.

O estudo das ideias e do projeto político formulado pelo PT é certamente um tema polêmico, que já foi abordado de diversas maneiras, por diferentes correntes de interpretação. A maioria delas abordam a questão de uma forma teórica ou idealista: dedicam-se a analisar se o socialismo petista teria conseguido formular o “verdadeiro” socialismo, aquele que seria capaz de articular socialismo e democracia, e assim, finalmente conduzir a humanidade à emancipação; ou se o projeto de socialismo elaborado pelo PT seria a exata expressão das ideias de Marx ou de Gramsci. Como se o estudo das ideologias fosse apenas uma questão de lógica. Nesta pesquisa, analisaremos as ideias como processo de disputa de hegemonia, ou seja, não como formulações abstratas e idealistas, mas sim como um processo de formulação de uma concepção de mundo / projeto de transformação social que tem que ser construído pelas classes subalternas, e por seus intelectuais, mas não de forma abstrata, mas como expressão/interpretação de uma determinada conjuntura ou correlação de forças (que se manifesta inclusive no campo das ideias).

O que nos interessa, portanto, é compreender o processo de construção, pelo pensamento político petista, de uma teoria dos conselhos populares no Brasil. Essa teoria foi um elemento fundamental do projeto de transformação social formulado pelo PT ao longo dos anos oitenta e constituía-se na tentativa de dar uma direção política para as lutas dispersas e fragmentadas dos movimentos sociais por participação, conectando-as a um momento ético-político de caráter anticapitalista (o socialismo democrático). De modo que no pensamento político petista, os conselhos populares aparecem como sinônimo de luta pelo socialismo.

Na conjuntura da primeira metade dos anos 1980, a proposta de democracia participativa apresentada pelo PT, de fato, representou uma cisão política e intelectual com relação a proposta de democracia liberal que vinha predominando na transição política. Enquanto o regime militar perdurou, a vida política do país foi amplamente hegemônica pelo tema da democracia. Na avaliação apresentada por Francisco Weffort no seu influente livro *Por que democracia?*, de 1984, a luta política naquele momento da história do país era fundamentalmente uma luta em torno da democracia, ou seja, havia um amplo consenso em torno da democracia que ela passou a ser o terreno onde os diversos grupos sociais e partidos projetavam seus interesses e ideologias tendo em vista a luta pelo poder (mesmo os setores mais aliados do regime se declaravam favoráveis ao retorno da democracia), a questão portanto passava a residir na direção, no conteúdo e na qualificação do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Conforme afirmava Weffort, “a luta política no Brasil, hoje, é tanto uma luta pela democracia quanto uma luta pela hegemonia dentro da democracia”¹²⁰. Neste contexto, a proposta de uma democracia baseada nos conselhos foi fundamental para a construção da autonomia das classes subalternas em direção a um projeto de transformação mais profundo da sociedade brasileira.

No interior desse quadro, a proposta socialista e democrática formulada pelo PT traduzia-se, em termos práticos, na luta pela construção de uma nova democracia, uma “democracia do ponto de vista dos trabalhadores”. Essa ideia aparece já na Carta de Princípios, de 1979, onde se afirmava que o PT pretendia “construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias”, pois somente essa forma de poder político permitiria efetivar o “poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade”.¹²¹

Neste sentido, a criação e o fortalecimento dos conselhos populares deveriam ser a marca principal da proposta de governo do PT, pois eles lançariam as bases da nova democracia que o PT se propunha a construir. Segundo o programa apresentado pelo partido em 1982 no documento *Plataforma Eleitoral Nacional Trabalho, Terra e Liberdade* reafirma-se que os conselhos seriam o caminho para se promover um processo de transformação do Estado e da sociedade brasileira.

Colocar a economia e a administração pública a serviço dos trabalhadores é um dos principais objetivos do PT, mas ele não será atingido simplesmente pela estatização das atividades produtivas. Isoladamente, isso só fortalecia o poder dos tecnocratas e burocratas. Só acreditamos na mobilização dos trabalhadores.

¹²⁰ WEFFORT, Francisco C.. **Por que democracia?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984. p.59.

¹²¹ Carta de Princípios (1979) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**: op.cit. p.67.

Esta mobilização tem de abrir condições para que todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao controle popular.

As escolas terão de ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários; os postos de saúde terão de ser controlados pela população e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controladas por sindicatos e associações; os trabalhadores têm de [ter] o direito de fiscalização à contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre o emprego, preço e salário; os sindicatos têm de ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm de ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores etc.¹²²

O que deveria distinguir a proposta do PT das demais forças políticas era o lugar que se atribuía as massas na administração do Estado. O projeto político do PT caracterizava-se pela defesa dos conselhos e da participação popular na definição das prioridades e na execução das medidas. De modo que, o desafio do PT consistia em combinar democracia representativa com democracia direta por meio da introdução de mecanismos de participação direta da população nas decisões do governo. Como afirmam os documentos do partido desse período, “o PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organizações dos explorados – como, por exemplo a criação de conselhos populares”¹²³.

Nesse sentido, o PT afirmava que a “democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular”, sendo que “essa participação deve conduzir a uma sociedade sem exploradores nem explorados, e sem a divisão entre governados e governantes”.¹²⁴ Ou seja, segundo o pensamento petista, a criação dos conselhos expressaria uma série de necessidades e reivindicações das camadas populares que o sistema capitalista seria incapaz de atender, desencadeando assim um processo de enfrentamento das elites dominantes do país e de superação da ordem liberal e capitalista no Brasil. Na medida em que a defesa da democracia no contexto da transição política não se limitava à superação do regime autoritário e a instituição de uma democracia liberal nos marcos do capitalismo, essa nova forma de democracia proposta pelo PT é apresentada como o caminho da transformação da sociedade brasileira no sentido de uma sociedade socialista. É por isso que no pensamento político PT, a luta pelos conselhos está relacionada diretamente a ideia de socialismo democrático.

¹²² Plataforma Eleitoral Nacional Trabalho, Terra e Liberdade (1982) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**, op.cit. p.125.

¹²³ Ibidem. p132.

¹²⁴ III Encontro Nacional (1984) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**, op.cit. p.153.

Segundo Evelina Dagnino, o pensamento político petista foi a expressão de um processo de “renovação da esquerda latino-americana” que se deu por volta da década de 1970 e que fez da luta pela participação da sociedade civil a estratégia fundamental do projeto de transformação social dessa nova esquerda. Com a derrota da luta armada, a resistência contra os regimes autoritários concentrou-se cada vez mais na luta pelo retorno do regime democrático, de modo que a democracia serviu como conceito unificador, por meio do qual princípios teóricos e formas anteriores de luta foram redefinidas. A revolução não é mais concebida como um ato insurrecional de tomada do poder do Estado, mas como um processo de organização, fortalecimento e conscientização da sociedade civil.¹²⁵

Para Dagnino, a estratégia da participação forneceu ferramentas analíticas e orientações políticas para lidar com organizações emergentes que não se encaixavam na ordem vigente. Neste sentido, a estratégia da participação popular constituiu uma base integradora a partir da qual foi possível aglutinar dos movimentos sociais emergentes, bem como da multiplicidade de preocupações e interesses que esses movimentos traziam para a cena política. O PT entendia que essa política de conselhos e de participação era a estratégia apropriada para a nova ordem democrática que aos poucos se instaurava no Brasil. No pensamento político petista, democracia significava mais do que a simples democratização do regime político, mas referese à democratização da sociedade como um todo, incluindo a erradicação das formas econômicas e sociais de exclusão e desigualdade.

Na análise de Mauro Iasi, a proposta de conselhos populares apresentada pelo PT nos anos 1980 ainda era uma proposta sob forte influência das ideias socialistas e se caracterizava por um projeto de ampliação da participação da população no poder com o objetivo de criar as condições políticas para sustentar um programa de estatização de alguns setores da sociedade. Essa estratégia de fortalecer a participação direta dos trabalhadores na administração do Estado através da criação de conselhos populares tendo em vista produzir transformações sociais foi uma proposta vinculada, ao longo do século XX, com as ideias do movimento socialista. De acordo com as formulações do PT sobre os conselhos, os objetivos do partido não seriam atingidos simplesmente pela estatização das atividades produtivas, sendo fundamental o desenvolvimento de condições políticas para que os problemas de interesse público fossem submetidos ao controle popular. De modo que, a proposta petista de conselhos populares estava baseada no entendimento de que para implementar um programa transformações econômicas e

¹²⁵ DAGNINO, Evelina. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana in: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. op. cit.

sociais que apontasse para a superação do capitalismo, não bastava aos trabalhadores tomarem o poder do Estado, é preciso transformar a própria estrutura do poder, instituindo uma forma superior de democracia, que ultrapassasse os limites do regime parlamentar-representativo e introduzisse elementos de democracia direta na administração do Estado.¹²⁶

Tendo por base o contexto político da transição brasileira, o PT se esforçou para diferenciar as suas concepções de democracia do projeto de democratização formulada pelos “setores liberais” do país. A estratégia das classes dominantes para a transição brasileira consistia-se numa “liberalização” progressiva das instituições que estavam sob o comando dos militares por meio de uma transição “lenta, gradual e segura”, sem grandes rupturas institucionais, muito menos com algum tipo de transformação social. De modo que o projeto da transição deveria se limitar a incorporação das elites políticas e das classes dominantes ao poder de Estado, concluindo-se por dentro da institucionalidade criada pela ditadura militar (representada no Colégio Eleitoral), o que significava que o desfecho da ditadura no Brasil deveria se dar sem que a passagem de um regime para o outro assumisse o caráter de um processo democrático¹²⁷.

O PT foi o principal crítico dessa lógica elitista e “pelo alto” que vinha prevalecendo no processo de transição brasileira, em que as elites procuram alinhar pactos conciliatório entre as elites com o objetivo de excluir a maioria esmagadora da população do processo político. Na avaliação do partido, a transição para a democracia no Brasil também estava sendo feita “pelo alto”, por uma conciliação entre as elites que tinha por objetivo limitar a influência da participação popular no processo de construção da nova ordem política e institucional, reeditando as fórmulas de conciliação nacional entre liberais e conservadores tão frequentes na história do Brasil.

O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira.¹²⁸

¹²⁶ IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe** (o PT entre a negação e o consentimento). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

¹²⁷ WEFORT, Francisco C.. **Por que democracia?**. op. cit.

¹²⁸ Carta de Princípios (1979) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op. cit., p.53

Ou seja, a democracia não seria capaz de se consolidar no Brasil se ela não procurasse atender as demandas e as reivindicações da população, o que não seria possível se não se alterasse também as estruturas e o modelo de desenvolvimento baseado na modernização conservadora. Apenas uma forma de democracia que fosse aberta a participação direta da população seria de enfrentar os problemas que atingem a sociedade brasileira, o que, tendo em vista o caráter autoritário e excludente do capitalismo brasileiro, representaria uma política que escapava ao controle da ordem capitalista. A ideia consistia em construir uma forma de democracia no país que permitisse encaminhar uma ampla participação popular por meio da qual se implementaria uma série de transformações que poderia abrir um processo de transição para o socialismo no Brasil.¹²⁹

Analisando a proposta de participação popular formulada pelo PT, Emir Sader afirma que ela era uma estratégia política que se colocava na contracorrente do processo de ascensão no liberalismo na década de 1980. O tema da democracia participativa incorporava uma série de reivindicações, movimentos sociais, organizações de base, lutas por direitos, políticas locais, que abrangiam um conjunto de necessidades e aspirações reprimidas da população num projeto que, segundo Sader, apontava para um horizonte de negação e de superação da ordem liberal. Como fica evidente ao analisarmos o pensamento político petista, e as ideias de alguns de seus intelectuais, entendia-se que as propostas de democratização radical do Estado levariam aos governos e aos parlamentos as reivindicações populares, que pressionariam o Estado por formas de atendimento dessas demandas, pois acreditava-se que essa lógica se contrapunha à redução do Estado aos interesses do mercado.¹³⁰

Além da crítica ao projeto liberal e ao capitalismo brasileiro, a proposta de conselhos populares formulada pelo PT era também um acerto de contas com as experiências da esquerda no Brasil. As críticas à transição recaíam principalmente sobre o PCB, importante partido de esquerda da época e o principal defensor da política de frente ampla entre os trabalhadores. No entendimento do PT, “em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente”, assim como “não podemos aceitar que a *frente das oposições* se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva”. Sendo a expressão de um movimento de ascenso do

¹²⁹ ALMEIDA, Gelson Rozentino de. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

¹³⁰ SADER, Emir. Por outras democracias in: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

movimento de massas e da vontade de organização política autônoma dos trabalhadores, o PT representava uma perspectiva classista da política, que entrava em confronto com a política da frente ampla defendida pelo PCB. Orientação política que o PT caracterizava como populismo ou peleguismo, pois teria abandonado a perspectiva de organização autônoma e de base dos trabalhadores, aderindo ao pacto entre as elites, por meio de um processo de cooptação pelo Estado.

No campo da esquerda, o socialismo democrático representou a emergência de uma nova ideologia política no Brasil, distinta não só das ideias e das práticas dos comunistas, como também da luta armada.

A ascensão do socialismo democrático relaciona-se também com o fracasso da luta armada. Eder Sader destaca que a derrota de uma esquerda guerrilheira no início dos anos 1970 não foi apenas uma derrota política e militar, mas foi também uma derrota teórica e intelectual. As “ações de vanguarda” eram pensadas como o prelúdio de uma guerra civil que abriria espaço para a posterior intervenção das massas populares na luta revolucionária, contudo, os enfrentamentos militares se produziram sem que os supostos sujeitos revolucionários (as massas) tivessem se envolvido ou participado, limitando-se a uma história em que os protagonistas se restringiram às forças de repressão do regime militar e aos grupos guerrilheiros. Com a derrota da luta armada sobrevêm uma profunda crise política e teórica nestes grupos de esquerda, sendo que a autocrítica teve como tema central justamente o tema da ligação das vanguardas com as massas. Esse processo de autocrítica resultou numa derrocada da perspectiva militarista entre a esquerda e a afirmação da ideia de que as transformações dependiam do enraizamento das “vanguardas” no movimento de massas.¹³¹

Denise Rollemberg ressalta que após a derrota da esquerda armada, muitos desses grupos passaram por um processo de revisão das suas concepções. Em meio a esse movimento de autocrítica do grupos de esquerda, a ideia de democracia foi aparecendo e se impondo como valor a ser incorporados em suas práticas e discursos, passando a ser considerada uma referência inclusive no projeto de transformação social. Outra avaliação que emergiu desse processo de autocrítica afirmava que o fracasso da luta armada no Brasil decorria da concepção errada da forma da organização revolucionária adequada ao país, de onde se concluía a necessidade de

¹³¹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

construir um partido que fosse capaz de mobilizar as massas – o que a estratégia de guerrilha não tinha sido capaz de fazer.¹³²

Neste sentido, o esgotamento das experiências populistas dos anos 1930-1964, a política de conciliação dos partidos comunistas e a derrota da luta armada deixaram o campo livre para uma força política e ideologicamente renovada. De modo que, para Emir Sader, o nascimento do PT foi uma resposta a trajetória e a crise das forças de esquerda na década de 1970. A partir dessas experiências, forjou-se a percepção de que a luta contra o capitalismo deveria necessariamente combinar-se com a luta democrática, passando boa parte da esquerda brasileira a entender que a luta por uma democracia de base no Brasil confrontava-se com a lógica de modernização conservadora vigente no país até então¹³³.

No contexto ideológico mais geral, o pensamento petista foi inquestionavelmente fruto daquele contexto político e intelectual da década de 1980 marcado pela derrocada do socialismo na URSS e pela derrota eleitoral de diversos partidos socialdemocratas na Europa¹³⁴. A questão do socialismo democrático se colocava naquele momento em função da crise dessas duas experiências, que apareciam como duas escolhas que deviam ser evitadas. Enquanto na Europa observava-se o declínio da socialdemocracia e a ascensão do neoliberalismo, no Leste Europeu processava-se a derrocada do “socialismo real” e a restauração do capitalismo – movimentos que foram as duas principais expressões da luta dos trabalhadores ao longo do século XX. Este contexto levou muitas organizações ligadas ao movimento operário e as camadas populares a se lançarem num movimento de elaboração de uma nova teoria e uma nova prática para a esquerda.

Em seus documentos e discursos, o PT sempre procurou manter uma posição crítica em relação às experiências socialistas do século XX, pois entendia que a sobrevivência da esquerda passava pela “reinvenção” do socialismo. Desde a sua origem, o PT sempre procurou distinguir seu projeto político tanto do modelo de socialismo desenvolvido na URSS, quanto da socialdemocracia europeia. Segundo a crítica petista, o modelo soviético introduziu uma forma de economia planificada que levava, inevitavelmente, a um regime político autoritário, enquanto que a proposta socialdemocrata de reformas progressivas enveredou por um caminho

¹³² ROLLEMBERG, Denise. Debate no exílio: em busca da revolução in: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil v.6**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

¹³³ SADER, Emir. O que está escrito na estrela? In: SADER, Emir (org). **E agora PT?** Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹³⁴ MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1ed. Revista. São Paulo: Boitempo. 2011.; NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

institucional que se demonstrou incapaz de superar as desigualdades sociais características da ordem capitalista.¹³⁵

Segundo Clovis Bueno, o pensamento político petista seria marcado por uma profunda ambiguidade. Por um lado, o PT afirma rejeitar a socialdemocracia por sua acomodação ao caráter formal da democracia burguesa, reduzindo a atuação política dos trabalhadores aos limites da ordem jurídica e institucional, o que acaba por inviabilizar qualquer projeto de transformação socialista. Neste sentido, o PT rejeita a socialdemocracia tanto como projeto político que visa apenas suavizar a exploração do capitalismo por meio de reformas que não rompem com o sistema, quanto como via de transformação que submete e direciona a ação do partido e das classes subalternas aos limites da institucionalidade vigente no sistema capitalista, em particular à dinâmica eleitoral e parlamentar. Por outro lado, o PT critica também o “socialismo real” ou o “socialismo burocrático”, que não atende aos trabalhadores, mas a uma casta de tecnocratas, com isso, condena as experiências socialistas do século XX pela inexistência de democracia, falta de liberdade, autoritarismo, planejamento burocratizado e ineficaz, estagnação econômica, entre outros. Ou seja, enquanto o socialismo real não era democrático e a socialdemocracia não era socialista¹³⁶.

Marco Aurélio Garcia, outro importante intelectual petista, afirmava que o surgimento do PT permitiu à esquerda brasileira pensar as relações entre socialismo e democracia de forma independente da “inspiração socialdemocrata ou bolchevista”. Sendo assim, os conselhos aparecem no pensamento político petista como a estratégia para se desvencilhar da via autoritária comunista, quanto da estreiteza da socialdemocracia, limitada à representação parlamentar sem movimento social. No pensamento político petista, os conselhos petistas seriam, portanto, a forma de interação entre Estado e sociedade civil que, por natureza, levaria o país a uma profunda transformação das estruturas políticas e econômicas da sociedade brasileira.¹³⁷

Desde os seus primeiros documentos, o PT sempre procurou manifestar sua diferença em relação às experiências socialistas anteriores. Essa diferença residia, segundo o partido, no “seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo”¹³⁸.

¹³⁵ AZEVEDO, Clovis Bueno. **A estrela partida ao meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

¹³⁶ AZEVEDO, Clovis Bueno. **A estrela partida ao meio**. op. cit.

¹³⁷ GARCIA, Marco Aurélio. **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

¹³⁸ **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.54.

O discurso de Lula no encerramento do I Encontro Nacional do PT, em 1981, expressa bem essa concepção:

Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a ideia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.¹³⁹

O PT afirmava em seus documentos ter chegado a um novo tipo de socialismo, um “socialismo democrático” que era uma resposta aos problemas políticos e intelectuais que afligiam o movimento operário internacional naquele contexto. De acordo com a proposta petista de conselhos defendida pelo partido durante os anos 80, através da criação de canais de participação direta das camadas populares nas instituições democráticas seria possível trilhar uma via de transição ao socialismo distinta tanto do autoritarismo do modelo soviético quanto da passividade da via eleitoral socialdemocrata. Importante observar também que a reflexão sobre o lugar dos conselhos no pensamento petista não estabelece só um diálogo / contraponto com as correntes do movimento socialista internacional, mas tem também um papel fundamental na crítica da política brasileira, em que a participação popular era apresentada pelo pensamento petista como a única forma de superar o histórico problema do distanciamento do Estado brasileiro diante da sociedade (via prussiana).

Para alguns intelectuais petistas, como Emir Sader, o aparecimento dessa nova esquerda representou a ascensão de uma nova ideologia política no Brasil que nada tinha a ver com aquilo que ele designa como as duas gerações anteriores da esquerda brasileira, os comunistas e a luta armada. A dura experiência da ditadura militar, associada a crítica do “socialismo real” contribuíram decisivamente para que a esquerda brasileira abandonasse o tema da revolução e fizesse da democratização a sua principal bandeira de luta¹⁴⁰. Enquanto que, para Marilena Chauí, a grande contribuição que o PT poderia dar ao pensamento político brasileiro seria de fazer a crítica tanto do liberalismo quanto do comunismo. E assinalar a distância do PT em relação as várias tradições que pesavam sobre o pensamento das esquerdas consistia, naquele momento, em apresentar um projeto socialista e democrático, distinto tanto do PCB quanto da luta armada¹⁴¹.

¹³⁹ Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores (1981) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.104.

¹⁴⁰ SADER, Emir. O que está escrito na estrela? In: SADER, Emir (org). **E agora PT?** op.cit.

¹⁴¹ CHAUI, Marilena. PT “leve e suave”? In: SADER, Emir (org). **E agora PT?** op.cit..

Toda essa tensão fica evidente no descaso do pensamento petista em relação às tradições políticas e culturais da esquerda, de onde decorre, como chama a atenção Martinho, uma grande contradição no pensamento petista entre a construção de um projeto tipicamente de esquerda e um relativo desprezo por conceitos e princípios desse campo ideológico. Talvez por isso, o PT nunca tenha ido muito além de um vago enunciado sobre a sua concepção de socialismo, que na maioria das vezes se confundia com a proposta de governar através dos conselhos.¹⁴²

Isso se deveu, segundo Martinez, ao fato de que o PT surgiu no cenário político brasileiro em meio a duas grandes contradições que incidiram diretamente sobre a formação do partido: no plano nacional, o PT cresceu num momento de crise política e econômica do modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil; enquanto que no plano externo, assistia-se ao declínio do movimento socialista internacional. Diante dessa conjuntura, o fortalecimento da sociedade civil / criação de conselhos populares eram apresentados pelo PT como a única política que seria capaz de produzir um “acúmulo de forças” no sentido da transformação da sociedade brasileira¹⁴³.

Como afirma Mauro Iasi, a formação do pensamento político petista PT foi a expressão de um determinado tipo de consciência de classe no Brasil, que se caracterizava por fortes elementos classistas e anticapitalistas, mas também por duras críticas as experiências socialistas do século XX. É neste universo político e cultural que o PT, e seus intelectuais, terão que se mover para formularem um projeto de transformação social para o Brasil.¹⁴⁴

No entanto, mesmo diante dessa profunda crise política, programática e ideológica que se abatia sobre a esquerda, o PT ainda assim se definia como socialista. Contudo, o desafio que o PT se punha naquele momento consistia em formular uma proposta socialista contemporânea, que respondesse as mudanças ocorridas na sociedade brasileira – tendo em vista o grau de desenvolvimento da economia, o novo papel do Estado, o surgimento de novos sujeitos, etc. – e à necessidade se incorporar a democracia aos discursos e as práticas da esquerda brasileira – inclusive como via para a transformação social. Ou seja, a questão mais importante da conjuntura situa-se na formulação de um projeto socialista e democrático para o Brasil¹⁴⁵.

¹⁴² MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3)

¹⁴³ MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005) in: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil v.6**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁴⁴ IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. op.cit.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? in: SADER, Emir (org). **E agora PT?** op.cit..

Tendo em vista que o padrão de análise que emergiu nas ciências sociais brasileiras restringiu-se demasiadamente ao âmbito nacional, a maioria dos estudos tenderam a ver o pensamento petista como uma ideologia nacional, exclusivamente brasileira, e com isso não aperceberam que o pensamento petista se insere num quadro de referências mais amplas, que é o universo político e intelectual do movimento socialista internacional. Gramsci ressalta que a conformação das ideologias seria o resultado de um complexo processo social que envolve tanto questões próprias e internas ao campo do pensamento, quanto questões referentes as relações existentes entre pensamento e realidade, neste sentido, o campo das ideologias é essencialmente o terreno da hegemonia, terreno no qual se expressam a luta de classes e a correlação de forças existente na sociedade. Para o estudo dessas ideologias, Gramsci faz uma observação teórico-metodológica de grande importância: “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, e se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais”¹⁴⁶. Ou seja, o debate das ideias não pode ser circunscrito ao âmbito nacional, ele se dá num outro plano de abrangência. Neste sentido, as ideias do PT não podem ser compreendidas adequadamente isolando-as do contexto político e intelectual mais geral dos anos 1980, com destaque para o peso que a situação do movimento socialista internacional e os debates da esquerda na época tiveram sobre a formação do pensamento político petista.

Portanto, a influência do socialismo democrático no pensamento político petista somente pode ser compreendida no interior das experiências socialistas da segunda metade do século XX. Leandro Konder, ao analisar a situação das ideias socialistas no começo da década de 1980, afirmou que o movimento socialista se encontrava naquele momento numa “tríplice crise”. Primeiramente, a crise do modelo soviético. Segundo, a crise do maoísmo. E terceiro, a crise da socialdemocracia. Essa análise da conjuntura no início dos anos 1980 apresentada por Konder remete a um balanço sobre os debates e dos embates que movimentaram o campo da esquerda durante a segunda metade do século XX, e com isso apresenta um importante panorama para compreendermos as ideias do socialismo democrático.¹⁴⁷ É importante atentarmos, ainda que brevemente, para essa “tríplice crise”, pois ela explica muito da conjuntura mental da época em que o PT surgiu.

¹⁴⁶ Antonio Gramsci apud DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira**. op.cit. p.65.

¹⁴⁷ KONDER, Leandro. As crises do socialismo e a situação atual do marxismo in: KONDER. **O marxismo na batalha das ideias**. 2.ed – São Paulo: Expressão Popular. 2009.

Após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, quando as denúncias dos crimes de Stalin vieram à tona, uma forte crise abateu-se sobre o campo socialista. A partir da crise do stalinismo, começaram a emergir na década de 1960 quatro orientações políticas que disputariam a hegemonia do movimento socialista internacional. A primeira direção era uma tentativa de redirecionar o bolchevismo soviético, abatido pelo impacto de 1956, a partir de um projeto de “desestalinização” da União Soviética liderado por Krushev. A segunda linha política que se apresentava como direção para o movimento socialista era o maoísmo chinês, que emergiu com o triunfo marcante da revolução de 1949. Uma terceira orientação remetia a socialdemocracia, que após a Segunda Guerra Mundial viveu um período de retorno ao poder. E a uma quarta linha política, que se colocava como uma renovação do socialismo, teve seu laboratório nos PCs da Europa ocidental (PCI, PCE e PCF), a partir de procuravam apresentar uma “via democrática para o socialismo”.¹⁴⁸

A tentativa de promover uma desburocratização do partido e do Estado na União Soviética após as denúncias do XX Congresso, com reformas que apontassem para uma superação do stalinismo e para uma ampliação das liberdades políticas na URSS, buscando com isso recuperar a liderança sob o movimento comunista internacional, não foi muito adiante. Em 1964, krushev, que encabeçava esse processo de liberalização, foi destituído do poder e no final dos anos 1960 a União Soviética viu a sua liderança sobre o movimento comunista internacional novamente questionada em função da Primavera de Praga e da intervenção militar na Tchecoslováquia no ano de 1968, sendo a partir de então a direção do PCUS jamais recuperaria o prestígio que teve algumas décadas antes.

Já o modelo chinês passou a se apresentaram ao mundo como uma alternativa ao "modelo soviético" a partir do XX Congresso do PCUS e do relatório Krushev. A Revolução Cultural, promovida por Mao Tse Tung, se afirmava como uma tentativa de se evitar os problemas decorrentes da burocratização do processo revolucionário e continuar dando a iniciativa política às massas trabalhadoras do campo e da cidade. No entanto, o fracasso e os excessos da revolução cultural levaram ao abandono dessa política e a adoção das reformas modernizantes de Xiaoping, que representaram uma certa abertura da China ao mercado capitalista, e conseqüentemente, um declínio da influência chinesa no movimento socialista internacional da época.

Após a Segunda Guerra Mundial, a socialdemocracia viveu um período de ascensão na Europa, chegando ao poder em alguns países, onde implementou um Estado de Bem Estar

¹⁴⁸ BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução**: 1848-1989. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p.234.

Social, com pleno emprego e amplos serviços sociais. Ao longo dos anos 1950 e 1960, a social democracia experimentou crescimento até atingir o seu auge no início dos anos 1970. No entanto, ao mesmo tempo o que é esse auge político era alcançado, as condições econômicas subjacentes ao sucesso de sua política (ciclo de expansão do capital) se esmoreciam. Em meados dos anos 70, os índices de crescimento tinham caído, a inflação se acelerava e o desemprego crescia, a social democracia se viu associada a própria crise do capitalismo e o resultado foi uma onda de reações contra o Estado de Bem Estar Social, que resultou na ascensão do neoliberalismo na Europa.

Perry Anderson, ao analisar a atuação da esquerda na Europa ocidental no período do pós-guerra, afirma que o continente se caracterizou por duas zonas políticas distintas. Historicamente, os partidos de massas na segunda internacional surgiram nos países do Norte (Alemanha, Inglaterra, Suécia, Noruega, etc.), nessa região que a socialdemocracia clássica lançou suas raízes, onde havia uma classe trabalhadora numerosa, baseada em grandes concentrações de indústrias pesadas, que forneceram as condições para a criação de partidos de massa, sindicatos fortes, que permitiram um rápido crescimento eleitoral da socialdemocracia. Por outro lado, afirma Anderson, no sul da Europa, o crescimento da esquerda tomou um caminho diferente. Na França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia, a industrialização chegou de maneira mais atrasada ou menos intensa, em consequência disso, o anarco-sindicalismo ainda era uma corrente importante, quanto a segunda internacional e a socialdemocracia viviam o seu período de ascensão. No entanto, no período entre guerras, a terceira internacional formou partidos comunistas pelo sul da Europa e que já em 1945 tinham se tornado a força importante no movimento de trabalhadores da região. Esses partidos comunistas do sul da Europa (PCI, PCF, PCE, etc.) buscaram se inserir na vida política e eleitoral de seus países por meio da adoção de um socialismo democrático. Na década de 1970, enquanto a socialdemocracia vivia um período de declínio no Norte da Europa, os partidos comunistas do Sul viviam seu período de ascensão.¹⁴⁹

Portanto, tal como apresentado por Leandro Konder, no início dos anos 1980 o movimento socialista encontrava-se numa profunda crise. Sendo que a única corrente do movimento que ainda desfrutava de certa credibilidade naquela conjuntura de início da década de 1980 era o socialismo democrático. Neste sentido, as ideias e as experiências desse movimento tiveram uma significativa influência no pensamento político petista. De um ponto

¹⁴⁹ ANDERSON, Perry. Introdução in: ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (org.). **Um mapa da esquerda na Europa ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

de vista mais geral, pode-se afirmar que o PT fez parte desse movimento político e intelectual mais amplo, denominado de socialismo democrático. Apesar de afirmar-se como uma novidade, como algo inédito na história da esquerda, a verdade é que o PT foi uma expressão brasileira desse conjunto de ideias de abrangência mais ampla.

Ao longo das décadas 1960 e 1970, os partidos comunistas da Itália, da França e da Espanha foram se afastando da linha política do partido comunista da União Soviética. A ruptura desses partidos com a linha política do PCUS devia-se, por um lado, à resistência dessas organizações quanto à universalização do modelo stalinista de socialismo, por outro, às mudanças profundas na estrutura sócio-política das sociedades capitalistas. De modo que o objetivo daqueles partidos era adequar a concepção de socialismo e as estratégias de transição às condições específicas do capitalismo desenvolvido.¹⁵⁰

Após o XX Congresso do PCUS, quando as denúncias aos crimes de Stalin vieram à tona provocando uma forte crise no mundo socialista, um outro conjunto de fatos relacionados a repressão político-ideológicas fortaleceram as críticas à URSS. Foi esse autoritarismo do Estado soviético que se tornou o eixo da crítica que levou ao surgimento da chamada “via democrática para o socialismo”. Na medida em que a via para o socialismo era concebida como democrática, isso significava um afastamento da experiência soviética, do modelo de partido único e da ideia de ditadura do proletariado. Os aspectos institucionais da vida capitalista e a questão democrática passaram a compor predominantemente a problemática dos partidos comunistas no ocidente europeu. Porém, o eurocomunismo não se limita à oposição que fazia ao modelo soviético, ele se propõe também a superar as práticas socialdemocratas. A “via democrática para o socialismo” se basearia no aprofundamento da democracia de base e na conjunção de estratégias e alianças que permitissem o acúmulo de forças sociais em torno de um programa de reformas permanentes e progressivas, que tendia a tornar a revolução uma processualidade histórica. Um projeto de transformação que seria conquistado por meio um profundo processo de democratização e que possibilitaria ao proletariado tornar-se classe dirigente no Estado e na sociedade.¹⁵¹

Há uma notória influência do pensamento de Antônio Gramsci nessas propostas que genericamente ficaram conhecidas como socialismo democrático. A busca pela apreensão das novas determinações da sociedade capitalista e a necessidade de criar estratégias revolucionárias compatíveis com a realidade dos Estados liberais democráticos estão, sem

¹⁵⁰ BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução**. op.cit.

¹⁵¹ NASCIMENTO, Adriano; TONET, Ivo. **Descaminhos da esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2009.

dúvida, entre as principais contribuições da reflexão gramsciana ao pensamento socialista. Contudo, Hobsbawm ressalta que a difusão e a interpretação das ideias de Gramsci foram condicionadas pelos interesses do Partido Comunista Italiano, que se utilizou do prestígio de Gramsci para legitimar a sua prática política, que se caracterizava por uma tática de buscar, cada vez mais, a hegemonia dentro do Estado liberal democrático. Segundo Eric Hobsbawm, as ideias de Gramsci foram apresentadas como uma estratégia de transformação socialista, distinta do modelo da Revolução de Outubro, ou seja, como base para uma espécie de ocidentalização da via para o socialismo, que significava a adaptação das estratégias políticas dos partidos comunistas à realidade do capitalismo ocidental desenvolvido, com suas particularidades econômicas, políticas, sociais e culturais. As ideias de Gramsci tiveram seu auge entre as décadas de 1970 e 1980. Num momento em que as ideias de Lenin, Stálin, Trotsky ou Mao já não inspiravam mais a esquerda, o pensamento de Gramsci era o único capaz de manter vivo o tema da luta pelo socialismo.¹⁵²

De acordo com a teoria dos partidos eurocomunistas, a luta pelo socialismo deveria ser o fundamento da luta pela democracia, tendo em vista que a democracia só se realiza plenamente com a superação da ordem burguesa. Desse modo, essa corrente de pensamento afirmava a necessidade de se construir uma “democracia progressiva” como instrumento estratégico para a construção do socialismo, que criaria as condições objetivas e subjetivas para a emergência do proletariado a condição de classe dirigente. Tal como afirmava Togliatti, a democracia progressiva é “nossa ação para impulsionar a sociedade no sentido do socialismo que anima, dá conteúdo e eficiência a nossa luta pela democracia”¹⁵³. Sendo assim, de acordo com a teoria eurocomunista, a democracia elevada às últimas consequências representaria a própria negação da ordem capitalista, desse modo, entendia-se que o avanço do processo de democratização explicitaria o antagonismo de classes e estimularia a superação do capitalismo.

As ideias de socialismo democrático, formuladas pelos partidos comunistas da Europa, começaram a ser mais intensamente assimiladas no Brasil a partir de meados dos anos 1970 e influenciaram profundamente o surgimento de uma nova esquerda no país, de modo que situar a formação do PT no interior desse movimento político e intelectual mais amplo, denominado de socialismo democrático, nos permite compreender melhor as próprias ideias do partido.

Os textos mais representativos dessa corrente de pensamento no Brasil foram os ensaios de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal* (1979) e Francisco Weffort,

¹⁵² HOBBSAWM, Eric. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

¹⁵³ BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução: 1848-1989**. op.cit.. p.259.

Por que democracia? (1984). Segundo Marcelo Braz, a assimilação das ideias de socialismo democrático no Brasil era o resultado de um longo processo político que o autor definiu como os “longos anos de 1960”: período compreendido entre o ano de 1958 (ano em que o impacto do Relatório Krushev atingiu o Brasil) e o final dos anos 1970 (quando as manifestações de uma sociedade civil fortalecida emergiram no país). Neste sentido, a assimilação das ideias do socialismo democrático pretendia superar de uma só vez o esgotamento da estratégia política do PCB e os limites do voluntarismo de uma esquerda armada.¹⁵⁴

Braz ressalta que as ideias do socialismo democrático incidiram principalmente sobre dois pontos fundamentais: a) a relação entre socialismo e democracia e b) a redefinição da revolução brasileira. Segundo Coutinho, os impasses a que haviam chegado tanto o modelo soviético, quanto a socialdemocracia, resultavam em grande parte de uma concepção equivocada do vínculo entre socialismo e democracia. Já para Weffort, a concepção autoritária e estatista vigente na política brasileira, tanto na direita quanto na esquerda, não havia permitido a existência de uma verdadeira democracia no país. Essa corrente de pensamento entendia que a democracia era importante não só na sociedade capitalista, mas deveria continuar existindo tanto na fase de transição ao socialismo, quanto no socialismo plenamente desenvolvido. O que não significava que a democracia no socialismo, mesmo do ponto de vista político-institucional, seria uma simples continuação da democracia liberal, pois a democracia socialista pressupõe a criação de novos institutos políticos: os mecanismos de representação direta das massas populares.

Segundo Coutinho, essa socialização da participação política corresponderia, na mesma medida, a uma socialização da economia. Neste sentido, a “democracia de massas” seria a superestrutura política e ideológica que conduziria a um processo de transformações econômicas e sociais de caráter socialista, um tipo de Estado baseado na articulação entre formas de representação e os organismos da democracia direta. Confirmando a rejeição ao modelo soviético, Coutinho afirma que a transição socialista não podia ser feita por uma nova burocracia que governe de “cima para baixo” a sociedade, daí a necessidade de criação dos mecanismos de participação direta que invertam essa tendência a burocratização e a alienação do poder de Estado.¹⁵⁵

¹⁵⁴ BRAZ, Marcelo. “A democracia como valor universal”: um clássico da esquerda no Brasil in: BRAZ, Marcelo (org.). **Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹⁵⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como um valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1980.

Enquanto que Weffort partia da seguinte concepção: a diferença entre reforma e revolução decorria fundamentalmente do peso da participação do povo na direção do processo político, assim, o que caracterizaria um processo revolucionário seria o predomínio dos mecanismos de democracia direta sobre os mecanismos de representação. Ou seja, para Weffort havia uma relação direta entre participação popular e transformação social, neste sentido, a luta pela democratização permitiria a emergência do povo na política, o que implicaria em transformações na sociedade brasileira. No entanto, em vez de opor representação e participação, ele entendia que a questão atual consiste em pensar mecanismos que permitam que os dois princípios se complementem.¹⁵⁶

A democracia que essa nova esquerda propunha construir no Brasil baseava-se num aprofundamento da democracia, ou democratização, que significava uma ampla incorporação organizada das massas na vida política do país. No entanto, e isso é muito importante para compreender as ideias desse movimento, tal democracia de base não podia ser implementada por nenhum tipo de via insurrecional, somente poderia ser construída por meio da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras. Essas ideias operavam uma mudança na concepção de transformação social, segundo a qual a revolução não é mais concebida como uma tomada do poder do Estado, mas como um processo de construção de uma nova hegemonia¹⁵⁷.

Tal como afirmavam Coutinho e Weffort, entre outros, o que se propunha era uma ocidentalização da via de transição para o socialismo, colocando a “questão democrática” no centro das atenções da esquerda brasileira. Os autores vinculados a essa corrente de pensamento partiam da compreensão de que o Brasil tinha passado por um significativo processo de modernização do capitalismo e que isso teria provocado alterações substantivas da sociedade brasileira, esse novo grau de desenvolvimento do sistema capitalista requeria novas estratégias políticas compatíveis com a luta de classes no país, portanto, uma redefinição da revolução brasileira.

Para Coutinho, a particularidade da via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria se dado por meio de uma via prussiana, que resultava de um pacto entre as frações da classe dominante do país, imposto “de cima para baixo” com a marginalização das massas populares. Partindo deste ponto de vista, o autor apontava a separação entre Estado e sociedade

¹⁵⁶ WEFFORT, Francisco C.. **Por que democracia?**. op. cit.

¹⁵⁷ DAGNINO, Evelina. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana in: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. op. cit.

civil como a contradição central da sociedade brasileira, logo, a principal tarefa das classes trabalhadoras naquela conjuntura seria a inversão desta tendência elitista e autoritária vigente na política brasileira. Diante desse quadro, a democracia assumia um certo caráter anticapitalista no Brasil, de modo que, segundo Coutinho, a luta pela democracia não era apenas uma alternativa à via prussiana, mas também como processo de criação dos pressupostos necessários para o avanço do Brasil no rumo do socialismo.¹⁵⁸

Segundo Weffort, o autoritarismo foi a forma normal da dominação burguesa no Brasil até então. No entanto, apesar dessa tradição, o autor ressalta que as transformações ocorridas no Brasil em função do milagre econômico e da experiência do terror de Estado teriam desencadeado um processo de “descoberta da sociedade civil”, que fornecia as bases para um processo real de democratização do país vindo “de baixo”. A ponto de Weffort afirmar que a proposta de uma democracia com base na participação da sociedade civil ter um de uma “verdadeira revolução” no Brasil.¹⁵⁹

Ou seja, o que os autores procuravam demonstrar era que a aplicação das ideias do socialismo democrático só era possível porque o Brasil tinha se transformado numa sociedade “ocidental”, com um Estado moderno e uma sociedade civil fortalecida. Só assim poderia se imaginar a possibilidade de as classes subalternas conquistarem democraticamente a direção do aparelho de Estado.

Neste sentido, as ideias do socialista democrático forneceram o horizonte ideológico sobre o qual foi se construindo o pensamento político petista. Na interpretação do Brasil que o PT apresentou nas resoluções do 3º e do 4º Encontros Nacionais do partido, as análises sobre a formação social brasileira afirmavam que “o capitalismo encontra-se num alto nível de desenvolvimento no Brasil, neste final do século XX”, em função desse desenvolvimento a classe trabalhadora também se expandiu, passando a se organizar e a lutar por seus direitos¹⁶⁰. Diante desse processo de socialização da política, o Estado brasileiro foi obrigado a ampliar-se para além dos seus aparelhos coercitivos e incorporar, de maneira contraditória, várias reivindicações e expectativas de outras classes ou grupos sociais.

Segundo a avaliação do partido:

... é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil, que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o

¹⁵⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como um valor universal. op.cit.

¹⁵⁹ WEFFORT, Francisco C.. **Por que democracia?**. op. cit.

¹⁶⁰ **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.315

Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando como modernos aparelhos coercitivos, não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior.¹⁶¹

A sociedade civil brasileira cresceu e diversificou-se a partir de meados dos anos 1970, quando um forte crescimento de auto-organização envolveu os operários, os camponeses, as mulheres, as classes médias, etc., todo esse processo culminou num fortalecimento da sociedade civil de tal forma que não podia mais ser ignorada pelas classes dominantes e pelo Estado. O surgimento de organizações de massas, a ação de numerosos sindicatos e a criação de grandes partidos políticos promoveram um fortalecimento da sociedade civil. O crescimento do movimento operário e popular colocou em xeque as relações de poder estabelecidas entre Estado e sociedade civil, assentadas até então sobre uma ordem política excludente e autoritária, de modo que os aparelhos repressivos do Estado já não eram suficientes para manter a dominação, era necessário que as classes dominantes abrissem espaço para a participação dos trabalhadores na disputa da hegemonia. Essas transformações nas estruturas de poder da sociedade moderna deixavam evidente que o domínio do Estado-força não era mais garantia de manutenção do poder político, que exigiam do Estado uma nova configuração, fundamentada cada vez mais no caráter hegemônico da política, ou seja, numa nova esfera pública caracterizada pelo crescente protagonismo das organizações da sociedade civil.

Segundo o pensamento petista, somente nesse contexto político e econômico seria possível levar ao diante uma política de conselhos e participação popular por dentro das instituições da democracia liberal, imaginando com isso introduzir um processo de transformações socialistas da sociedade brasileira. Rejeitava, portanto, a teoria da dualidade de poderes, de onde se concluía a necessidade de uma revolução que destruísse o Estado burguês (parlamento) e institísse um novo Estado proletário (baseado nos conselhos). Pelo contrário, o PT afirma que a transição para o socialismo se daria através da expansão ilimitada da democracia política, com a criação de canais de participação direta da população (conselhos), através dos quais a classe trabalhadora obteria a hegemonia na sociedade e no Estado. Acreditava-se que esse processo de democratização, a ser alcançado em plena ordem capitalista, seria a antessala de uma sociedade socialista radicalmente democrática. A estratégia para a transição ao socialismo assim se configuraria: a expansão ilimitada da democracia política permitiria a realização de reformas sociais, econômicas, que implicaria a emergência de uma nova sociedade. O capitalismo, não podendo comportar essa combinação entre democracia

¹⁶¹ V Encontro Nacional (1987) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.316.

representativa e democracia direta, transformar-se-ia qualitativamente em direção ao socialismo.

Neste sentido, as ideias do socialismo democrático construíram um horizonte ideológico autônomo em relação as ideologias das classes dominantes. Diante do movimento de ascenso da luta de classes no Brasil, o pensamento político petista procurou colocar o par socialismo e democracia como momento ético-político para as lutas das classes subalternas, em contraposição a proposta de revolução democrático-burguesa que vigorava entre outras forças de esquerda do país.

2.3 – Conselhos e participação na estratégia democrático-popular do PT

A estratégia política de um partido consiste na maneira de ele combinar as diferentes lutas imediatas com a finalidade maior do partido, trata-se, portanto, da mediação que deve ligar as diferentes ações particulares ao conjunto de um plano geral dirigido conscientemente no sentido dos objetivos de longo prazo estabelecidos pelo partido. No caso do PT, a ideia de fortalecer os conselhos populares e a participação direta fez parte desde a origem do partido do conjunto de medidas que o PT propunha como estratégicas para a transformação do país no rumo de uma sociedade socialista e democrática. Paulatinamente, o PT foi desenvolvendo as suas concepções políticas e ideológicas ao longo dos anos oitenta, de modo que se sedimentou no partido uma concepção sobre a estratégia de transformação da sociedade brasileira que iria culminar na formulação da estratégia democrático-popular.

No entanto, quando estudamos o comportamento político da classe trabalhadora precisamos de partida evitar duas armadilhas: compreendê-lo como mera intencionalidade subjetiva, ou como simples determinação de uma objetividade dada. Como ressalta Mauro Iasi, a formulação de uma estratégia consiste numa síntese de fatores subjetivos e objetivos. Por isso mesmo, quando se trata de estudar uma determinada estratégia não se deve entendê-la como uma escolha arbitrária de uma certa direção ou vanguarda, mas sim como uma síntese que expressa a maneira como o conjunto da classe buscou compreender a sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação.¹⁶²

A estratégia do PT foi inicialmente apresentada como uma política de “acúmulo de forças” que aos poucos vai se desenvolvendo até tomar a sua formulação mais clara na estratégia democrático-popular apresentada no V Encontro Nacional do PT, realizado em

¹⁶² IASI, Mauro. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. Artigo publicado no site: pcb.org.br, 2013.

dezembro de 1987. Esse encontro representou um momento muito importante na história do partido, em que ele assumiu a responsabilidade de definir melhor seu discurso, sua estratégia, a forma de organização interna, sua ideologia e seus objetivos. Como na primeira metade da década de 1980, a dinâmica da política brasileira tinha girado em torno da luta contra a ditadura, o tema da democracia dominou amplamente a vida política e ideológica do país naqueles anos, inclusive a do PT. Com o fim da ditadura, entretanto, o partido se viu impelido a definir melhor o seu programa e a sua estratégia política, tendo em vista também o seu interesse de disputar as próximas eleições para presidente da república (agendada inicialmente para o ano de 1988), enfim, todas essas questões foram abordadas no V Encontro Nacional do partido. Foi nesse momento que as ideias e as propostas do PT adquiriram uma elaboração mais clara e definida com a formulação de um projeto democrático-popular para o Brasil, no interior do qual os conselhos populares desempenhavam um papel muito importante.

Se por um lado, é verdade que a formulação da estratégia democrático-popular se fundamentou em determinadas concepções de mundo e ideologias políticas (momento ético-político), por outro lado, ela é também a expressão de uma determinada conjuntura – que no sentido gramsciano exprime sempre uma certa correlação de forças.

Durante a segunda metade da década de 1980, o PT viveu um momento da sua trajetória política que combinava isolamento na vida institucional com crescimento entre as lutas das classes subalternas. Não aceitando o que considerou uma traição do PMDB ao movimento das Diretas Já, o PT negou-se a participar da eleição indireta no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves como presidente, em 1985, pondo fim à ditadura. Foi o único partido que ficou desde o início na oposição ao governo Sarney e também foi o único que votou contra o texto final da constituição de 1988, alegando ser um texto muito rebaixado. Todo esse isolamento ficava ainda mais evidente diante da profunda supremacia do PMDB no cenário político-institucional do país, que naquele contexto detinha sozinho a maioria das cadeiras do congresso legislativo e 22 dos 23 governadores de estado. Por outro lado, o PT vivia um período de crescimento entre os movimentos sociais e as organizações populares, transformando-se cada vez mais numa referência de luta e organização entre as classes subalternas. Essa situação que combinava isolamento na política institucional do país com crescimento do partido no meio das lutas sociais reforçava no pensamento político petista a ideia de que era necessária uma forma de poder que passasse por fora do parlamento para que as transformações ocorressem, fundamentando assim a perspectiva de uma estratégia baseada na participação e nos conselhos populares.

É no interior desse quadro e respondendo a essas circunstâncias que o PT realiza o seu V Encontro Nacional, do qual emerge a estratégia democrático-popular. Segundo as resoluções aprovadas no V Encontro, a formulação da estratégia petista fundamentava-se na seguinte leitura da conjuntura brasileira: o partido entendia que o país estava entrando num período de “esgotamento do Governo Sarney”. Compreender essa avaliação da conjuntura é fundamental, pois é dela que vai se deduzir as tarefas políticas para aquele momento histórico. Na visão do partido, o país estava vivendo, a partir de 1987, um processo de agravamento da crise política e econômica que já vinha se desenrolando no país. De modo que após um curto período de expectativas em relação a instauração da Nova República, o governo Sarney entrou num processo de “esgotamento” devido ao fracasso de suas políticas econômicas e à desagregação da Aliança Democrática, bloco de partidos que dava sustentação ao governo.

As políticas econômicas dos anos iniciais da Nova República (Plano Cruzado e Plano Bresser) eram políticas de caráter reformista e o seu fracasso abria, aos olhos do PT, a possibilidade de uma saída pela esquerda da crise brasileira. O Plano Cruzado foi definido pelos seus idealizadores como um plano de reformas, de crescimento econômico e de combate à pobreza. Segundo esse plano, o combate à crise econômica devia se dar sem prejuízo do crescimento, portanto, tratava-se de combater a inflação sem recorrer ao aperto do salário, do gasto público e do crédito, mas ao contrário, abrindo um confronto com a especulação financeira e comercial. O Plano Cruzado era uma política econômica de caráter desenvolvimentista que aplicou um choque na economia por meio do congelamento de preços e de uma reforma monetária, que reduziu drasticamente a inflação, beneficiando principalmente as frações ligadas aos setores produtivos da burguesia (principalmente o setor industrial) e os vastos segmentos de trabalhadores, em especial os de menor renda salarial. Num primeiro momento, essas políticas econômicas proporcionaram ao governo uma grande legitimidade política que até então o governo ainda não tinha conquistado, o que criou as condições para a vitória esmagadora do PMDB nas eleições de 1986. Contudo, mal havia acabado as eleições o Plano Cruzado sofreu alterações que permitiram o retorno da inflação e a erosão dos efeitos sociais daquela política, levando-a ao seu fim.¹⁶³

O programa econômico seguinte, o Plano Bresser, embora mais modesto, procurava reeditar os pilares da política econômica do Plano Cruzado na medida em que buscava combater a inflação e a crise econômica através do incentivo ao crescimento econômico, evitando com

¹⁶³ SOUZA, Nilson Araújo de. A economia da ditadura e da transição in: PINHEIRO, Milton [et.al.]. **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

isso penalizar os setores mais pobres da população, dirigindo as medidas contra o capital financeiro internacional (decretação da moratória, por exemplo). No entanto, a força do capital internacional, o tamanho do endividamento do Estado, a amplitude da dependência econômica brasileira, entre outros fatores, levaram ao fracasso do Plano Bresser.

Na avaliação do PT a respeito da conjuntura, as resoluções do V Encontro Nacional afirmavam que o fracasso das políticas econômicas da Nova República estava gerando um agravamento da crise social no país, que tinha por consequência uma rápida desmoralização do governo Sarney e dos partidos da base aliada, que causou em fins de 1987 a desagregação da Aliança Democrática, bloco de partidos que dava sustentação ao governo Sarney.

De acordo com o historiador David Maciel, a Aliança Democrática foi uma ampla frente política encabeçada pelos moderados do PMDB e pelos dissidentes do PDS que se formou em 1984, após a derrota das Diretas, para viabilizar a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e com isso dar um desfecho conciliatório ao processo de transição “pelo alto” formulado pelos militares. No entanto, as origens desse arranjo político que conduziu o desfecho da transição no Brasil, conhecido como Aliança Democrática, remontam, na verdade, ao final dos anos 1970 e representou uma reação ao ascenso da luta de classes no cenário brasileiro. O ressurgimento do movimento de trabalhadores em fins dos anos 1970, com destaque para as greves de 1978-79, provocou uma alteração na conjuntura e um consequente realinhamento das forças políticas no país. Essa reaglutinação política das classes dominantes foi inicialmente tentada pela reforma partidária de 1978, promovida pelos militares, que procurava desmontar e inviabilizar a estratégia da frente democrática implementada pelo MDB, em torno da qual tinham se aglutinado amplos setores da sociedade.¹⁶⁴

Dentro desse conjunto de reformas introduzido pelos militares, que marcaram a passagem do projeto de *distensão* para a *abertura*, destacaram-se a anistia e o fim do bipartidarismo no país, o que permitiu que a esquerda se organizasse de forma independente e separada do MDB. Com isso, os militares pretendiam criar um grupo de partidos com os quais poderia estabelecer um campo de interlocução entre os setores moderados do regime e as alas mais conservadoras da oposição liberal, o que se esboçou inicialmente com as articulações entre o PP de Tancredo Neves, o PMDB e o PDS. Esse campo de interlocução, liberal e conservador, caracterizava-se pelo compromisso com o processo de transição nos termos em que ele vinha se dando, ou seja, um processo lento, gradual e seguro, sob o controle dos militares e sem

¹⁶⁴ MACIEL, David. A Aliança Democrática e a transição política no Brasil in: PINHEIRO, Milton [et.al.]. **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

grandes transformações sociais. Esse arranjo político que havia se esboçado no início dos anos 1980 foi, no entanto, temporariamente desorganizado durante o período das Diretas Já, para logo depois da derrota do movimento ser retomado, consolidando-se finalmente com a formação da Aliança Democrática.¹⁶⁵

A derrota das Diretas Já abriu caminho para um desfecho conciliatório com o regime militar, com a transição sendo realizada por meio do colégio eleitoral, em torno da qual se unificaram as classes dominantes do país representadas na aliança entre os setores mais moderados do PMDB com a Frente Liberal (composta por dissidentes do PDS) que se aglutinaram na chapa Tancredo Neves e José Sarney, porém contando com o apoio de todos os partidos políticos do país, exceto do PDS, pela direita, e do PT, pela esquerda. A Aliança Democrática desempenhou um papel fundamental no processo de transição política no Brasil não só porque foi capaz de eleger Tancredo Neves à presidência da República, encerrando assim a ditadura militar, mas principalmente porque foi a fiadora da reforma institucional ocorrida durante a segunda metade dos anos 1980, que deu origem a nova ordem política e institucional do país.

De acordo com David Maciel, a longa crise de hegemonia que se abriu em meado dos anos 1970, em função da crise do bloco nacional-desenvolvimentista, e se estendeu por toda a década de 1980, atingiu sua fase mais aguda justamente no período entre 1987 e 1989, do momento de desagregação da Aliança Democrática à 1ª eleição presidencial após a ditadura foi um período em que as classes dominantes do país entraram num processo de fragmentação, que acentuou ainda mais o quadro de crise de hegemonia e intensificação das lutas de classes no país.¹⁶⁶

Neste sentido, o fracasso das políticas econômicas e os compromissos apresentados pelo governo Sarney com uma política de conciliação com as forças militares, mesmo diante da enorme pressão popular em favor de mudanças mais incisivas, provocou um forte desgaste político causando a desagregação da Aliança Democrática, em fins de 1987, com a saída de alguns setores moderados do PMDB e de partidos de esquerda dessa frente. Diante desse quadro, a análise do PT era de que “seja pela resistência política e social dos trabalhadores e da oposição à Nova República, seja pelas acentuadas divisões dentro da burguesia..., o fato é que o governo se decompõe”. O colapso da Aliança Democrática no final do ano de 1987 representou a desintegração do bloco de poder que pretendeu conduzir a transição por meio de

¹⁶⁵ MACIEL, David. A Aliança Democrática e a transição política no Brasil. op.cit.

¹⁶⁶ Ibidem.

uma política conciliadora e conservadora, encabeçada então pelo governo Sarney. De modo que a “decomposição” da Aliança Democrática abria uma possibilidade singular na longa história política do país das classes subalternas ascenderem ao poder com um projeto de transformação da sociedade brasileira.

Por isso que, na avaliação da conjuntura, o PT entendia que a crise do governo Sarney significava “a possibilidade de aglutinar, em torno de um Programa de Governo, com candidato próprio (o Lula), os trabalhadores, os setores populares e parcelas do pequeno empresariado urbano e rural, em contradição com a política econômica do governo e os interesses do grande capital, para acabar com a transição conservadora”¹⁶⁷.

O que significava um momento histórico singular, tendo em vista que a história do Brasil se caracteriza por uma longa sequência de acontecimentos articulados por pactos de elite, fiados pela força militar, como afirma Emir Sader. Momentos de transformação do país em que as elites dirigentes se anteciparam à constituição de uma vontade popular surgida “de baixo”, procurando alinhar pactos conciliatório entre as elites que excluíram a maioria esmagadora da população do processo histórico. No entendimento dos petistas, também a transição para a democracia no Brasil foi feita “pelo alto”, por uma conciliação entre as elites que tinha por objetivo limitar a influência da participação popular no processo de construção da nova ordem política e institucional. A desagregação da Aliança Democrática, que foi quem viabilizou a transição conservadora, significava um enfraquecimento desse processo histórico “pelo alto”, que domina a história brasileira, representando um momento em que as massas poderiam irromper na política brasileira.

É neste sentido que as resoluções do V Encontro Nacional do PT caracterizam o Governo Sarney como “o elo fraco da transição burguesa”, ou seja, a brecha no sistema de dominação por onde pode emergir uma política de transformação social. Isso colocava determinadas tarefas para os trabalhadores naquele momento que consistia em apresentar uma alternativa de esquerda para o país: o “PT deve, então, apresentar um programa a todas as forças políticas e sociais que queiram dar um basta ao Governo Sarney e seus apoiadores, à transição conservadora e à *Nova República*”. Tratava-se, segundo o PT, de retomar a mobilização, acumular forças e apresentar uma alternativa à crise brasileira que apontasse “para os trabalhadores o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo”.¹⁶⁸

¹⁶⁷ V Encontro Nacional (1987) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.312.

¹⁶⁸ Ibidem. p.312.

No entanto, esse conjunto de transformações só poderia ser implementado e levado adiante por meio de uma força política fundada na organização autônoma e classista dos trabalhadores, que se expressasse por meio dos conselhos populares e outros canais de participação direta da população no Estado. Neste sentido, tendo em vista a formulação da estratégia democrático-popular do PT, as resoluções do V Encontro afirmam:

É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Por que o uso do termo nacional, nesta formulação, indica a participação da burguesia nesta aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo.¹⁶⁹

Como os documentos do partido demonstram claramente, a formulação da estratégia democrático-popular apresentada pelo PT deu-se em grande medida com base na crítica da estratégia democrático-nacional formulada pelo PCB. Desde o início, o PT foi o desaguadouro de um conjunto de militantes e organização que vinham discordando da linha política do PCB desde o contexto da derrota de 1964 e de sua política de frente democrática. A crítica ao populismo e ao PCB eram elementos comuns no pensamento político dos grupos que formaram o PT¹⁷⁰. De modo que o PT sempre procurou se diferenciar do PCB não só pela ideologia e por suas concepções de mundo, mas também por sua estratégia política. Neste sentido, procurando apresentar as razões da sua atuação política e de sua estratégia, as resoluções do V Encontro Nacional do PT tomam, como contraponto crítico, a teoria e a prática do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A necessidade de diferenciação decorria da disputa política e ideológica entre os dois partidos, tendo em vista que o PCB foi o principal partido de esquerda ligado a classe trabalhadora no período pré-1964, mantendo certa influência entre os trabalhadores até os anos 1980.

Compreender a estratégia democrático-nacional é fundamental para compreender o pensamento político petista, pois é a partir do exame crítico da teoria e da prática do PCB que o PT vai elaborando a sua estratégia democrático-popular.

A teoria da “revolução brasileira” – que alimentou a atuação do PCB desde a sua origem, na década de 1920, até fins dos anos de 1980 – fundamentou-se na estratégia da “revolução democrático-burguesa”. De acordo com a visão do PCB, o Brasil seria uma formação social atrasada, de caráter “semicolonial”, em que a passagem para o socialismo ainda não era

¹⁶⁹ Ibidem. p.312.

¹⁷⁰ SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

possível, sendo que a tarefa imediata consistia na realização de uma revolução burguesa que permitiria superar os “resquícios feudais” e desencadear o desenvolvimento de uma sociedade capitalista e democrática no Brasil, que lançaria as bases da futura revolução proletária. O auge desta política se deu entre meados de 1940 e o golpe de 1964, quando a chamada Revolução Democrática Nacional foi a estratégia predominante naquele ciclo de lutas da classe trabalhadora¹⁷¹.

Tal como foi expresso na famosa Declaração do PCB de março de 1958: “A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”¹⁷². A principal tarefa desta revolução era eliminar o latifúndio e criar as condições para o desenvolvimento de um capitalismo nacional, considerado como pré-condição para a formação de uma sociedade moderna na qual a contradição transitaria para o eixo capital e trabalho. Os fundamentos mais essenciais da estratégia democrática-nacional formulada pelo PCB residiam, portanto, na avaliação de que a contradição principal da sociedade brasileira se encontrava nos elementos que obstaculizavam o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, notadamente a permanência da estrutura agrária tradicional e o imperialismo. Na visão do PCB, o imperialismo se apresenta como um fator de entrave ao desenvolvimento das relações capitalistas, na medida em que o interesse do imperialismo é de anexar áreas agrárias em busca de suas matérias primas e de mercado para seus produtos, nesse ponto coincidiria com os interesses dos setores oligárquicos ligados à produção de produtos primários e daí a aliança conservadora que impediria o desenvolvimento de relações propriamente capitalistas nestas formações sociais.

Segundo a Declaração de março de 1958, “a contradição entre nação em desenvolvimento e o imperialismo e seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira”¹⁷³. O fato de o país ser qualificado como um país “semicolonial” colocava a luta contra o imperialismo no cerne da ação política. O incipiente desenvolvimento de uma economia capitalista no Brasil teria criado uma burguesia industrial moderna que se chocava com os interesses das elites agrárias e do imperialismo. O crescimento da industrialização levaria ao desenvolvimento de um tipo de “capitalismo autônomo”, que interessaria tanto à burguesia “nacional” como ao proletariado.

¹⁷¹ DEL ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. *Novos Temas*. nº7, 2º semestre, 2012. p. 217-336.

¹⁷² DELO ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira, op.cit. p.227.

¹⁷³ SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. p.92.

De acordo com essa interpretação, a contradição central da sociedade brasileira estaria entre o latifúndio e o imperialismo, de um lado, e os setores favoráveis ao desenvolvimento de um capitalismo induzido pelo Estado nacional, de outro¹⁷⁴. E como, num país em estágio de desenvolvimento “semicolonial”, como o Brasil, o operariado se apresentava ainda como uma força política e social muito incipiente, nessas condições o proletariado e os camponeses deveriam apoiar a burguesia nacional neste enfrentamento contra o latifúndio e o imperialismo, com o objetivo estratégico de aprofundar o caráter nacional (reforma agrária, nacionalizações e desenvolvimento independente) e democrático (sufrágio universal, liberdade expressão, ampliação dos direitos, etc.) presentes no desenvolvimento da revolução burguesa.

Embora com variações táticas significativas, durante mais de meio século o PCB defendeu uma política de alianças com a burguesia nacional, tendo em vista a realização de uma revolução democrático-nacional contra o latifúndio e contra o imperialismo, cujo objetivo principal seria eliminar os “restos feudais” e criar as condições para o desenvolvimento de um capitalismo autônomo no Brasil, “etapas” consideradas como pré-condição para a formação de uma sociedade moderna e industrializada no país, no interior da qual o proletariado teria um peso fundamental, o que colocaria na ordem do dia a possibilidade de uma revolução socialista no país.

Para o PCB, a luta contra os “elementos feudais” presentes na formação social brasileira era o elemento central da sua formulação política e, de acordo com Antonio Mazzeo, é nela que estava inserida a questão democrática para PCB. De acordo com o pensamento pecebista, desde o seu surgimento, que o Estado nacional brasileiro orientou a sua ação para a construção de uma forma política autoritária e elitista do Estado, sendo que esses elementos feudais e coloniais se expressavam no plano político por meio de um Estado oligárquico. No entanto, a partir do momento em que o capitalismo começou a se desenvolver no Brasil, por volta dos anos 1920, o tema da revolução brasileira começou a ganhar atualidade, sendo que essa contradição se expressaria politicamente na luta da burguesia contra estes setores oligárquicos e na necessidade de uma estratégia democrática e nacional.¹⁷⁵

Assim, o Estado que emergiu após 1945 não se constituía mais como um Estado hegemônico por latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo. Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento do capitalismo constituía-se num elemento progressista que havia permitido alterações expressivas na vida nacional, bem como possibilitaria a ampliação

¹⁷⁴ IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. op.cit.

¹⁷⁵ MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

dos espaços democráticos da sociedade nacional. Deste modo, o PCB entendia que era possível levar a diante um conjunto de reformas “antifeudal” e “anti-imperialista” em aliança com os setores nacionalistas da burguesia, por meio de uma frente política entre as forças democráticas e nacionais do país, atuando por dentro das instituições vigentes.

Nesse contexto, “o proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano”¹⁷⁶. Essas declarações expressavam o abandono da luta armada em prol da escolha eleitoral. Essa guinada tática moldava-se não apenas a orientação internacional, mas contava com a influência de elementos próprios à conjuntura brasileira do pós-guerra. Assumindo a defesa das liberdades democráticas e da constituição, a ação parlamentar começa a ser compreendida como uma das tarefas necessárias dos socialistas na Revolução Democrática. Desloca-se, assim, o fulcro da política do PCB para o campo institucional-parlamentar, favorecendo o campo das alianças, subordinando a luta do proletariado ao politicismo de viés liberal. Assim, o PCB vai cada vez mais centrar sua práxis na ideia de democratização política da vida nacional, sendo que as tarefas consistiam na democratização crescente da vida política, no ascenso do movimento operário, no desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática.¹⁷⁷

Tal como afirmam Segatto e Santos, na estratégia democrático-nacional formulada pelo PCB a tese lenineana de revolução democrático-burguesa sob hegemonia do proletariado não teria por objetivo a instauração de uma república dos conselhos (participação direta, soviets ou governos revolucionários), mas sim o aprofundamento da democracia política no país (sufrágio universal, liberdade de organização, etc.). De modo que, principalmente a partir dos anos 1950, a estratégia do PCB fundamentou-se essencialmente na democracia representativa como requisito indispensável à livre movimentação das classes sociais, para que pudessem aumentar sua influência e disputar os rumos da democratização do país, tendo em vista implementar um programa “antifeudal” e “anti-imperialista”, em aliança com as frações nacionalistas da burguesia brasileira, que impulsionaria o processo de transformação da sociedade brasileira à patamares mais elevados.¹⁷⁸

Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho, o PCB apresentou uma estratégia política entre os anos 1920 e 1980 que se caracterizou pela valorização da democracia e de suas

¹⁷⁶ SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. op.cit. p.92.

¹⁷⁷ MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada**. op.cit.

¹⁷⁸ SEGATTO, José Antonio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991 in: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil v.6**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p.26

instituições como vias de transformação social. De modo que, ao longo de todo esse período, o PCB se orientou pela tentativa de impor limites substantivos à forma autoritária de modernização capitalista no Brasil.¹⁷⁹

Segundo Mazzeo, o PCB teve na questão democrática o centro de sua estratégia da “revolução brasileira” expressa por meio da teoria da etapa democrático-burguesa da revolução. Em meio a um contexto de desenvolvimento tardio do capitalismo e de inexistência de uma burguesia nacionalista disposta a realizar uma revolução democrático-burguesa nos moldes clássicos, o PCB é quem assumiu esta tarefa. A luta pela democracia como eixo fundamental da vida social brasileira foi a temática que permeou as resoluções e ações políticas do PCB ao longo de toda sua trajetória. Importante assinalar que, no pensamento político dos comunistas, a questão democrática está inserida no quadro da luta contra os “elementos feudais” presentes na sociedade brasileira. Neste sentido, para o PCB, a luta pela democracia não se limitava a participação política nas instituições, mas continha também uma dimensão social e econômica na concepção de democracia dos comunistas. E será dentro dessa chave de interpretação da realidade brasileira que o PCB se constituiu no maior polo democrático do Brasil durante décadas, e isso no plano da cultura, da política e da economia. Aspectos que fizeram do PCB um dos maiores catalisadores das lutas democráticas no Brasil, em especial durante o período do regime militar.¹⁸⁰

Mesmo após o Golpe de 1964, o PCB continuou reafirmando a validade da estratégia democrática-nacional para aquela nova conjuntura. Passando a atribuir uma ênfase maior a democracia política e deixando um pouco de lado os aspectos sociais e econômicos do seu programa, o PCB defendia a necessidade de uma frente pluriclassista de luta contra a ditadura, composta por diversos segmentos da sociedade, inclusive os setores liberais da burguesia. Aos olhos do partido, enquanto não fosse derrotada a ditadura e instituída a democracia não havia espaço naquele contexto para uma ação autônoma da classe operária, devendo os trabalhadores e a esquerda permanecer aliados a burguesia liberal no MDB.¹⁸¹

Para o PCB, a estratégia democrático-nacional, materializada na Frente Democrática, continuaria válida enquanto não fosse derrotada a ditadura e instituído o regime democrático no país. Luiz Werneck Vianna, importante intelectual do PCB na época, escrevendo em 1986,

¹⁷⁹ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Breve história do “comunismo democrático” no Brasil in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3)

¹⁸⁰ MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada**. op.cit.

¹⁸¹ SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil v.6**. op.cit.

portanto, já no contexto da Nova República, defendia a estratégia da Frente Democrática e a necessidade de a esquerda e os trabalhadores apoiarem o Governo Sarney. “Ainda não rompemos com o padrão de desenvolvimento do capitalismo autoritário imposto ao país nos anos 1930”, afirmava Vianna, “daí que o nome real da ruptura se chama conquista da democracia política, estabelecendo um divisor de águas entre o longo período orgânico da modernização conservadora e uma nova articulação na formação econômico-social radicalmente diversa da que até então prevalece”, de onde ele concluía que a “ruptura está na constituinte”¹⁸². Sendo assim, a aliança com a burguesia liberal se mantinha necessária até a conquista do sufrágio universal, de modo que somente após a instituição do Estado Democrático de Direito é que a contradição principal da sociedade brasileira transitaria para o eixo capital-trabalho.

Como vimos, “o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática”, pois implicava numa política de alianças com a burguesia. É importante ter em mente que a origem do PT esteve relacionada a um processo de acirramento da luta de classes no país, em torno do qual se aglutinou um conjunto de forças que eram contrárias à política de frente ampla com a burguesia liberal. Segundo o historiador Paulo Henrique Martinez, um dos aspectos mais evidentes no processo de construção intelectual e política do PT foi a sua tentativa de diferenciar-se da estratégia democrático-nacional representada pelo PCB, de modo que o eixo articulador dessa nova esquerda que surgia no país baseava-se no princípio da “independência política dos trabalhadores”. Na conjuntura dos anos 1980, o PT representava uma proposta política à esquerda do PCB, que negava as alianças com a burguesia e que colocava a questão do classismo como forma de luta e organização dos trabalhadores no Brasil. Como os próprios documentos do partido afirmavam, o PT rejeitava a estratégia democrática-nacional porque entendia que não era possível avançar num projeto de transformação da sociedade brasileira por meio de alianças com setores da burguesia (“classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo”), de modo que, a única solução para as lutas e demandas da classe trabalhadora consistia numa transformação de caráter socialista com a ordem social existente no Brasil¹⁸³.

A perspectiva socialista do PT decorria, portanto, da compreensão de que o Brasil já era uma formação social predominantemente capitalista. De acordo com os documentos do partido: “o capitalismo encontra-se num alto nível de desenvolvimento no Brasil”, esse desenvolvimento capitalista expandiu uma moderna estrutura de classes no país, composta por

¹⁸² VIANNA. Luiz Werneck. **A transição**: da Constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

¹⁸³ MARTINEZ. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado. op.cit.

uma “poderosa classe burguesa”, bem como por uma “diversificada camada de assalariados urbanos e rurais na indústria, no comércio, nos serviços em geral e na agricultura”¹⁸⁴. Conforme essa caracterização, o Brasil já era uma sociedade capitalista na qual o eixo das contradições girava em torno da relação capital-trabalho, portanto, não fazia sentido no pensamento político petista a ideia de lutar pela superação dos “restos feudais”, por meio de uma “revolução democrático-nacional” em aliança com a burguesia, tendo em vista pôr em marcha no país um desenvolvimento nacional do capitalismo. Na visão do PT, o predomínio das relações sociais capitalistas no Brasil colocava a atualidade da luta pelo socialismo e, conseqüentemente, das tarefas referentes a este objetivo, como a organização autônoma dos trabalhadores, a estratégia de transformação da sociedade e a instauração dos conselhos populares como via de transição ao socialismo.

Para diversos pesquisadores do pensamento político petista, a caracterização do Brasil como uma sociedade de capitalismo avançado país constitui o elemento originário da estratégia democrático-popular apresentada pelo PT. Para Morena Marques, o processo de a formulação da estratégia democrático-popular sintetizava o “principal debate tático-estratégico construído pela classe trabalhadora brasileira após a contrarrevolução burguesa” de 1964 e tinha suas raízes numa interpretação comprometida com uma visão “moderna” do país¹⁸⁵. Segundo a autora, a construção da estratégia democrático-popular resultou de um acúmulo de reflexão, de uma massa crítica que veio se formando desde o Gole de 1964 e que procurava fazer um balanço da experiência dos trabalhadores no período anterior.

Segundo Mauro Iasi, a estratégia democrático-popular parte de uma interpretação do Brasil que incorporava a contribuição de importantes intelectuais brasileiros que já vinham questionando a teoria e a prática do PCB desde os anos 1960, dentre os quais Iasi destaca a relevância que as ideias de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes tiveram nesse processo. Esses dois pensadores foram intelectuais orgânicos das classes subalternas e tiveram uma profunda incidência intelectual na elaboração de uma estratégia alternativa a dos comunistas. É bem verdade, ressaltava Iasi, que a afirmação de uma estratégia como horizonte hegemônico de uma classe não pode ser compreendida como resultante da mera intencionalidade dos sujeitos políticos ou de grandes pensadores, ela é produto também de todo um conjunto de fatores entre os quais incluem-se o grau de desenvolvimento econômico, a dinâmica da luta de classes, o caráter do Estado e a expressão destas contradições na consciência social de uma época. No

¹⁸⁴ **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit.

¹⁸⁵ MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

entanto, Iasi chama a atenção para o fato de que esses autores elaboraram uma interpretação do Brasil alternativa àquela apresentada pelo PCB, a partir da qual se lançaram os fundamentos teóricos e intelectuais para a elaboração de uma nova estratégia política para a luta dos trabalhadores, que posteriormente foi incorporada pelo pensamento político petista.¹⁸⁶

Por caminhos distintos, tanto Caio Prado Jr. quanto Florestan Fernandes, ambos chegaram à crítica dos fundamentos da estratégia que predominou entre a classe trabalhadora até o golpe de 1964 e que teve no PCB (e na estratégia democrático-nacional) a sua expressão política mais significativa. Esses autores criticavam a visão do Brasil como um país atrasado, “semi-colonial”, com “traços feudais” e “pré-capitalistas” apresentada pelo PCB, de modo que os germes da estratégia democrático-popular originam-se de uma determinada maneira de interpretação do Brasil que foi sendo construída durante o período da ditadura militar e que se caracterizava por apresentar a sociedade brasileira como uma formação social moderna e plenamente capitalista.

De acordo com a visão do Brasil formulada por Caio Prado Jr., a colonização do país pelos portugueses confundiu-se, desde o início, com o processo de expansão comercial marítima europeia, portanto, estava relacionada à gênese do capitalismo enquanto sistema mundial. Segundo as ideias de Prado Jr., o Brasil sempre foi uma unidade produtiva inserida no sistema capitalista, destinada a produzir mercadorias que seriam vendidas no mercado mundial, de modo que nunca teria existido feudalismo no Brasil, por consequência, falar da necessidade de uma “revolução democrático-burguesa” no país era uma imposição de modelos interpretativos preconcebidos e estranhos à formação social brasileira. Assim como a economia brasileira teria surgido umbilicalmente atada ao sistema capitalista mundial, a burguesia brasileira também se encontraria organicamente atada ao imperialismo, de onde se conclui, afirma Caio Prado Jr., que a “burguesia nacional”, tal como ela foi conceituada pelo pensamento político do PCB, isto é, como uma força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não teria realidade histórica no Brasil. Na sua revisão crítica da história brasileira, Caio Prado chamava a atenção para os desdobramentos políticos da interpretação “equivocava” do país subjacente a estratégia democrática e nacional, que a partir de uma suposta sobrevivência dos “restos feudais” no país, deduzia a necessidade de uma política de aliança com uma, inexistente, “burguesia nacional” brasileira.¹⁸⁷

¹⁸⁶ IASI, Mauro. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. op.cit.

¹⁸⁷ PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. 5ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

De acordo com os estudos de Marcos Del Roio, as ideias de Caio Prado Jr. estiveram entre as mais influentes no período imediatamente posterior ao Golpe de 1964, especialmente o balanço apresentado no livro *Revolução Brasileira*, que influenciou profundamente a cultura política da esquerda brasileira durante a ditadura. Como para Caio Prado não existia no Brasil nem “restos feudais”, nem “burguesia nacional” em confronto com o imperialismo, a política brasileira deveria se afirmar a partir de uma perspectiva de classe, de modo que para levar adiante um projeto de transformação da sociedade, os trabalhadores deveriam basear-se num bloco de alianças calcado no protagonismo dos setores populares, que abrangesse as massas assalariadas do campo e da cidade em aliança com setores médios na busca de melhores condições de vida, trabalho e remuneração. Sendo que essas reivindicações não podiam ser atendidas pela simples reprodução da lógica do lucro e do mercado privado, logo, as classes subalternas não deveriam submeter as suas lutas à uma política de conciliação com a burguesia.¹⁸⁸

Da mesma forma, Florestan Fernandes também apresentou uma interpretação do Brasil como uma sociedade na qual o capitalismo já havia se consolidado. No entanto, Florestan chamava a atenção para o fato de que a revolução burguesa no Brasil não podia ser compreendida com base nas formas “clássicas” de transição ao capitalismo (como Inglaterra, França e Estados Unidos), ou seja, situações em que uma aliança da burguesia com os camponeses e o proletariado em confronto com a nobreza feudal ou dominação estrangeira levaram a processos revolucionários. Nestes casos clássicos, as revoluções burguesas assumiram contornos simultaneamente de uma revolução nacional e democrática. Entretanto, no Brasil, a revolução burguesa assumiu uma forma “não clássica” em que a transição para o capitalismo se deu por meio de uma aliança da burguesia com a própria ordem arcaica e pré-capitalista, de modo que a burguesia brasileira realizou uma revolução (especialmente no campo econômico e social) todavia não a estendeu a suas dimensões nacionais e democráticas.¹⁸⁹

A consequência direta desta forma “não clássica” de desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil, afirma Fernandes, foi que ela se realizou justamente divorciando-se de seus elementos de seu caráter nacional e democrático, isso implicou que o desenvolvimento da ordem capitalista no país pudesse ocorrer sem ser pressionada pela demanda dos “de baixo”, o

¹⁸⁸ DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo in: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (orgs). **História do marxismo no Brasil v.4: Visões do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2000.

¹⁸⁹ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Zahar Editores, 1975.

que permitiu um padrão de acumulação baseado na superexploração dos trabalhadores e na exclusão das camadas populares diante dos interesses das classes dominantes internas e externas, dinâmica que era assegurada por uma organização autocrática do poder.¹⁹⁰

Essa interpretação do Brasil como um tipo específico de capitalismo era uma ideia recorrente nos documentos e no pensamento político petista. Nas resoluções do V Encontro Nacional do PT ela aparece formulada da seguinte maneira:

O capitalismo viveu no Brasil um período de acelerada expansão, nas últimas décadas. Desenvolveu um parque industrial moderno, expandiu a rede de serviços e criou as condições para que o capital financeiro e a economia mercantil penetrassem nas áreas rurais. Esse crescimento, contudo, deu-se por meio da ampliação da dependência do País em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista nos segmentos econômicos mais importantes.¹⁹¹

Acolhendo a interpretação do país formulada por esses intelectuais (Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes), a estratégia democrático-popular apresentada pelo PT fundamentava-se, primeiramente, na convicção de que as relações de produção vigentes no Brasil eram predominantemente capitalistas, por conta disso a principal contradição da sociedade brasileira estaria localizada na moderna contradição entre capital e trabalho. Embora a implementação da ordem burguesa no Brasil tenha se dado por meio de um caminho singular de transição ao capitalismo, “pelo alto”, por meio da qual a economia capitalista se desenvolveu no país em consonância com estrutura agrária tradicional e com a dependência em relação ao imperialismo. Desse processo surge uma sociedade capitalista desenvolvida, porém marcada por profundas desigualdades sociais e regionais, pela concentração de terras e pelo caráter autoritário do Estado. Contudo, a presença desses traços não significava, no pensamento político petista, a falta de capitalismo no país, mas sim a expressão de um tipo específico de capitalismo, dependente e periférico, no interior do qual as demandas democráticas e populares não podiam ser atendidas, de onde se concluía que a superação das precárias condições de vida que se abatiam sobre a maioria da população só poderia se dar por meio de uma transformação de caráter socialista no Brasil.

Desse ponto de vista, o PT rejeitava a política de alianças com a burguesia como forma de avançar na superação das desigualdades e da marginalização povo brasileiro, pelo contrário, “existe um certo consenso, entre os militantes e filiados do PT, de que a burguesia é a inimiga

¹⁹⁰ DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira. op.cit.

¹⁹¹ V Encontro Nacional (1987) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.319.

principal das mudanças sociais e dos trabalhadores” de maneira que essas mudanças deveriam se dar justamente contra a burguesia, por meio de uma organização classista, que apontasse no sentido do socialismo.¹⁹²

Neste sentido, o PT afirmava que “a alternativa que apresentamos à Nova República e à dominação burguesa no País é democrática e popular, e está articulada com nossa luta pelo socialismo”, em contraposição a estratégia democrática e nacional, tal como apresentada pelo PCB, que levava à conciliação de classes e a subalternidade dos trabalhadores. O PT representava, portanto, uma perspectiva classista da política, pautada no confronto com a burguesia e com as classes dominantes. De acordo com as resoluções do partido: “um governo e um programa democráticos e populares são o reconhecimento de que só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil”, de tal forma que esse bloco de forças classista seria o fio condutor capaz de fazer avançar as transformações na sociedade brasileira em direção a construção do socialismo.¹⁹³

No entanto, embora o PT afirmasse que o “objetivo estratégico” do partido fosse o socialismo, a percepção predominante no partido era de que naquela conjuntura imediata dos anos 1980 a revolução socialista não estava colocada na ordem do dia, por isso a estratégia democrática e popular era apresentada como uma política de “acúmulo de forças”. Ou seja, “a luta por uma alternativa democrática e popular exige uma política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo”¹⁹⁴. Tratava-se, portanto, de uma política que deveria se dedicar a um trabalho de organização, politização e mobilização da classe trabalhadora, para que pudesse conquistar espaços no interior das instituições, o que significava acumular forças na sociedade civil e no Estado. A política de “acúmulo de forças” buscava fortalecer a capacidade de luta das classes subalternas em torno de um conjunto de reformas que pudessem começar a ser implementadas na ordem capitalista, mas que só seriam concluídas em meio a um processo de transformações socialistas.

A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias, de democratização

¹⁹² V Encontro Nacional (1987) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.314.

¹⁹³ Idem p.314.

¹⁹⁴ Idem p.321.

radical do espaço e da sociedade – tarefas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo.¹⁹⁵

De acordo com o pensamento político petista, a dificuldade que as classes dominantes encontravam para obter a hegemonia numa sociedade de capitalismo dependente, ainda mais numa conjuntura de crise, abria a possibilidade de uma força representativa dos trabalhadores alcançar o poder do Estado. A impossibilidade de uma passagem imediata ao socialismo implicava, portanto, uma política de “acúmulo de forças” que se fundamentava na organização das demandas populares em torno de programa antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário, que ao se confrontar com o caráter dependente do capitalismo brasileiro levaria a uma ruptura com a lógica de mercado, que poderia avançar no sentido da superação do capitalismo. Neste sentido, o programa democrático-popular apresentado pelo PT nas resoluções do V Encontro incluía uma série de medidas que abrangiam tarefas de caráter democrático (como eleições diretas, revogação da lei de segurança nacional, fim da censura, revogação do estado de sítio, liberdade de organização e direito de greve, etc.), tarefas de caráter anti-imperialista (como rompimento com o FMI e controle da remessa de lucros para o exterior), assim como medidas de caráter anticapitalista (como estatização dos serviços de transportes coletivos, da indústria de cimento e do sistema financeiro, bem como a criação de instrumentos de democratização do poder, entre outros).

Neste sentido, a estratégia democrático-popular apresentada pelo PT acolheu, como destaca Iasi, outra importante formulação de Florestan Fernandes, a ideia de que um programa socialista para o Brasil teria como primeira tarefa a realização das “reformas democrática em atraso”. De acordo com Fernandes, a luta pelo socialismo no Brasil compreenderia dois momentos, um que se desenvolveria dentro das possibilidades e dos limites da ordem democrática, e outro que levava aos caminhos da construção do socialismo no Brasil, sendo que a passagem de um momento para outro se daria através da realização das reformas democráticas que não foram realizadas pela burguesia, como sufrágio universal, reforma agrária, nacionalizações, expansão dos direitos, etc. (programa antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário). A estratégia apostava, portanto, que a luta por reformas democráticas e populares se converteria, progressivamente, num fator de subversão da ordem existente, dada a incapacidade da ordem burguesa de atender essas reivindicações no interior de um capitalismo dependente. Florestan Fernandes avaliava que naquele momento não seria possível uma revolução socialista no Brasil, no entanto, a apresentação das “tarefas democráticas em atraso”,

¹⁹⁵ V Encontro Nacional (1987) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.309.

que coincidem com os interesses da massa dos trabalhadores, levaria a um impasse cuja solução apontaria para uma transformação socialista.¹⁹⁶

Segundo a análise que Iasi faz da estratégia petista, essa formulação de Florestan Fernandes sobre a necessária combinação de uma “revolução dentro da ordem” com uma “revolução fora da ordem” consistia num dos principais elementos da estratégia de democrático-popular apresentada pelo PT. Tal como expresso nas resoluções do partido:

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista.¹⁹⁷

Ou seja, de acordo com o pensamento político petista, a organização classista e autônoma dos trabalhadores consistiria no elemento fundamental que permitiria avançar do momento democrático e popular para uma fase propriamente socialista das transformações, pois um programa “anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio” somente poderia ser implementado por um leque de forças políticas e sociais hegemonizado pela classe trabalhadora. Mesmo esse programa político sendo composto de tarefas democráticas, tendo em vista o caráter dependente do capitalismo brasileiro, ele não poderia ser completado no interior da ordem e da institucionalidade vigente no capitalismo brasileiro, daí a necessidade de se criar os conselhos populares como uma forma de organização e expressão das classes subalternas. É neste ponto que emerge a discussão sobre conselhos no pensamento político petista e que marca a particularidade da estratégia democrático-popular.

Como assinalou Rachel Meneguello, a proposta de implementação de uma democracia direta foi um dos elementos diferenciadores do programa do PT em relação aos outros partidos da época. A “novidade petista” propunha uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, baseada na participação direta da população na gestão da esfera pública¹⁹⁸. A ideia de governar através dos conselhos populares marcou profundamente a política petista durante os anos 1980 pois o partido entendia que a implementação de um programa de reformas estruturais da

¹⁹⁶ IASI, Mauro. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. op.cit.

¹⁹⁷ V Encontro Nacional (1987) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.322

¹⁹⁸ MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

sociedade brasileira dependia da força do “poder popular”, ou seja, do nível de organização e consciência da classe trabalhadora expressa fundamentalmente através dos conselhos e dos canais de participação popular.

Sem dúvida, o tema da participação popular foi um importante elemento da estratégia democrático-popular apresentada pelo PT nas resoluções do V Encontro Nacional. Através dos conselhos, a proposta petista procurava se diferenciar da estratégia democrático-nacional do PCB também na via da transformação. Principalmente após 1958, o PCB apostou na democracia liberal representativa como caminho para se realizar as “reformas de base” da sociedade brasileira, o que aprofundou a política de conciliação com a burguesia e acabou levando a derrota da classe trabalhadora em 1964. Segundo o pensamento político petista dos anos 1980, não seria possível implementar um projeto de transformação social no Brasil se não se alterar as estruturas de poder do país, o que implicava em introduzir novas relações entre Estado e sociedade baseadas na participação popular, nos conselhos e em outras formas de democracia direta. No entanto, mesmo a proposta dos conselhos e da participação popular ter sido um elemento orgânico do pensamento e da prática política do PT nos anos 1980, ela ainda não recebeu a devida atenção dos estudos mais recentes sobre a estratégia democrático-popular.

Analisando os documentos do partido, Moacir Gadotti e Octavio Pereira, no livro *Pra que PT?*, de 1989, afirmam que a proposta do PT consistia em estimular a constituição de organismos de poder local, a multiplicação de formas de representação e participação da população, sobretudo os conselhos populares, que “em geral darão base sólida e ajudarão a imprimir avanços nas administrações petistas”, de modo que sem estes instrumentos “será inviável aplicar as plataformas de governo do PT”. Assim, os conselhos desempenhariam um papel fundamental na estratégia democrático-popular que seria a de fornecer a “sustentação popular organizada necessária para a implementação do programa do partido”.¹⁹⁹

Neste sentido, as formulações do partido baseavam-se numa distinção entre as tarefas relacionadas à conquista do “poder político” e aquelas relativas à efetiva “construção do socialismo”. Primeiramente, a conquista do Estado é considerada um momento necessário para fazer avançar o processo de construção da sociedade socialista, já que “para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela

¹⁹⁹ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989. p.290-1.

burguesia”, pois “não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a serviço”.²⁰⁰

A conjuntura de crise de hegemonia das classes dominantes do final dos anos 1980 abria a possibilidade imediata de o PT conquistar cargos no legislativo e no executivo, entretanto, a construção do socialismo passava pela organização do poder popular em torno dos conselhos. Segundo essa estratégia, o PT deveria lutar pelas “reformas democráticas em atraso” e, na medida do possível, introduzir tarefas próprias da fase de transição ao socialismo, como a criação e o fortalecimento dos conselhos populares. Neste sentido, a ocupação de postos no interior das instituições teria por objetivo auxiliar no processo de construção da organização e politização das classes subalternas. As administrações petistas deveriam implementar uma política de participação popular que teria por objetivo acumular forças até transformar os trabalhadores em classe hegemônica na sociedade e politicamente dominante no interior do Estado. Segundo as resoluções do partido, o papel dos conselhos populares na estratégia democrático-popular consistiria em ser a base política e institucionais que daria sustentação ao conjunto de transformações que levaria a sociedade brasileira ao socialismo democrático.

De acordo com o pensamento político do PT, a participação popular, os conselhos e a organização seriam os eixos condutores de um processo de transformações profundas da sociedade brasileira, pois “essas formas embrionárias de poder proletário são escolas de auto-organização e participação política dos trabalhadores, que apontam no sentido da construção de um socialismo efetivamente democrático, em que o poder seja exercido pelos próprios trabalhadores e não em seu nome”. Neste sentido, o PT afirmava que “para resolver as contradições sociais e políticas do sistema capitalista é fundamental que todas essas experiências de luta e organização operárias, populares e democrática sirvam como eixo de preparação e organização das classes trabalhadoras para a conquista do poder e a construção da nova sociedade”.²⁰¹

No pensamento político do PT, a implementação dos conselhos era entendida como uma tarefa relacionada ao processo de construção do socialismo, ou, no mínimo, como uma medida que entrava em confronto com as estruturas de poder político e econômico do capitalismo brasileiro. Florestan Fernandes, por exemplo, em documento da campanha de 1986 quando foi eleito deputado federal, formulou da seguinte maneira o seu projeto político: “pretendo empenhar-me a fundo na defesa de medidas socialistas que o PT arrola em suas palavras de

²⁰⁰ V Encontro Nacional (1987) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.312.

²⁰¹ Idem. p.312.

ordem e que podem, não obstante o caráter retrógrado da burguesia brasileira, ser incorporadas à ordem legal existente”, dentre as quais ele destacava a “conquista de peso e voz pelas classes trabalhadoras na sociedade civil, no controle do funcionamento do Estado e na participação de órgãos do governo que são estratégicos para a elaboração de política fundamentais em todas as áreas e para a formulação de programas ou planos”.²⁰²

O PT entendia que a abertura de canais efetivos de participação direta da população nas esferas do poder estatal reforçaria o processo de auto-organização das classes subalternas, o que contribuiria para a mudança da correlação de forças num sentido favorável aos trabalhadores, permitindo assim a “luta pelo socialismo”. Como se pode constatar nas afirmações de Gadotti e Pereira, a concepção de participação popular do PT seria uma medida que visava radicalizar a incipiente democracia brasileira, pois “frente ao colapso de uma democracia que não queremos, de decisões burocráticas e procedimentos autoritários, os conselhos são não só a forma de autogoverno da população trabalhadora, como o próprio germe de uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado, rumo ao socialismo que queremos”²⁰³. A ideia de que a participação popular instauraria uma nova relação entre Estado e sociedade civil no Brasil era muito influente no PT dos anos 1980, tanto na teoria como na prática política do partido. Além das relações que a proposta dos conselhos populares tinha com o “objetivo estratégico socialista” do partido, ela também correspondia a um desdobramento de outro importante elemento do pensamento político petista, que era a crítica do populismo.

Segundo Milton Lahuerta, a teoria do populismo foi uma corrente de interpretação do Brasil muito influente nos anos 1970-1980 e que teve uma grande influência na formação do pensamento político petista. A teoria do populismo apresentava uma visão do Brasil que correspondia a expressão intelectual da emergência de novas modalidades de estruturação da sociedade civil (os “novos movimentos sociais”) que surgiram em decorrência do processo de modernização autoritária induzido pelos militares. A crítica que essa teoria fazia em relação a atuação das classes subalternas e de suas organizações no período anterior ao golpe de 1964 (os “velhos movimentos sociais”) era de que eles tinham se deixado capturar por uma concepção “estatista” da política, que terminou por inviabilizar as formas de organização autônoma da sociedade civil.²⁰⁴

²⁰² FLORESTAN, Fernandes. **Pensamento e ação**: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006, p.128.

²⁰³ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT?** op. cit. p.284.

²⁰⁴ LAUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil in: www.gramsci.org, 2001.

Conforme aponta Gohn, a teoria do populismo baseava-se numa ideia de autonomia política e organizacional que reivindicava um duplo distanciamento: de um lado, em relação ao Estado; de outro, em relação as práticas populistas e clientelistas presentes na sociedade e nos partidos políticos. Essa abordagem enfatizava o caráter extra institucional dos novos movimentos, pois entendia-se que assim eles não estariam contaminados pelos vícios da política oficial e dominante. Sendo que a organização autônoma da sociedade civil era um elemento fundamental para uma estratégia de transformação da sociedade brasileira.²⁰⁵

Segundo os estudos mais recentes acerca do populismo, essa corrente de interpretação do Brasil procurou elaborar uma interpretação crítica da experiência nacional-desenvolvimentista do país, buscando apresentar uma recusa pela esquerda ao trabalhismo, ao comunismo e ao tipo de relação entre Estado e sociedade que eles ensejavam. Neste sentido, a teoria do populismo tecia uma dura crítica as lideranças sindicais e populares anteriores ao golpe de 1964, que eram caracterizadas como pelegas e reformistas, marcadas pela inatividade, pela falta de mobilização e pelo atrelamento à burocracia clientelista imposta pelo Ministério do Trabalho. Portanto, ao mesmo tempo que a teoria do populismo era a expressão de formas mais autônomas de organização em relação ao Estado e que anunciava um novo potencial de ação para os setores populares, por outro lado, ela procurava apontar as consequências (consideradas nefastas) da herança trabalhista e comunista para a organização e para a luta dos trabalhadores.²⁰⁶

O núcleo da análise de Francisco Weffort, uma das principais referências da teoria do populismo, residia na questão histórica da incorporação das classes subalternas à vida econômica e política no Brasil. Segundo Weffort, o movimento populista caracterizou-se por incorporar os trabalhadores e as camadas populares na esfera pública brasileira como massa, ou seja, de forma desorganizada e subordinada aos interesses da burguesia e limitada à política institucional, por conta disso os trabalhadores não apresentaram condições organizacionais e ideológicas de pressionar por uma participação mais efetiva e autônoma na política brasileira. Para Weffort, o fato de a participação da classe operária no processo político não ter sido organizada e orientada de forma politicamente autônoma foi o que possibilitou a cooptação das classes populares pelos líderes populistas, permitindo a formação de uma aliança variada entre

²⁰⁵ GOHN, Maria Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

²⁰⁶ FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

setores da oligarquia do café, burguesia industrial e classes populares urbanas, atrelada ao Estado, visto como o principal instrumento de transformação da realidade brasileira.²⁰⁷

Conforme ressalta Daniel Aarão Reis, a teoria do populismo acusa os comunistas de terem abandonado a perspectiva de organização autônoma da classe operária, acabando por aderir a conciliação e as estruturas de poder do Estado populista por meio de um típico processo de cooptação das lideranças sindicais e populares. Sendo que o elemento em comum entre comunistas e trabalhistas era principalmente a concepção do papel do Estado na sociedade. Assim, não era apenas o Estado nacional desenvolvimentista que precisava ser superado, mas também a tradição da esquerda comunista, cuja ideologia implicava valores que, em algum sentido, eram nacionalistas e populistas. Neste sentido, a “tragédia” do movimento operário devia-se menos ao atraso da classe operária do que ao elitismo manobrista daqueles que pretendiam representá-la, mas que terminaram subordinando-se às injunções da política institucional.²⁰⁸

De onde se concluía que enquanto os trabalhadores estivessem aliados à burguesia, o movimento operário não se constituiria como ator/ sujeito nessa relação política e, quando o fez, como no caso do governo Goulart e das “reformas de base”, evidenciou os limites do populismo. No momento em que as massas romperam com essa incorporação tutelada pelo Estado e pelas elites, ganhando maior autonomia e transformando-se em sujeitos políticos com um projeto próprio, o sistema populista entrou em colapso pois o capitalismo brasileiro não permitia reformas muito aprofundadas do país.

No fundo, ressalta Lahuerta, o pensamento político subjacente a teoria do populismo pautava-se num horizonte avesso à dimensão institucional e centrado na ideia de independência da classe operária. Tal interpretação dava margem para as correntes à esquerda do PCB, como o novo sindicalismo, os movimentos sociais e outras organizações da esquerda revolucionária, que se recusavam em atribuir grande importância às eleições tuteladas pelos militares, ao mesmo tendo em que revelavam uma grande desconfiança em relação à estratégia da frente ampla e ao projeto de transição política proposto pela Frente Democrática. Assim, segundo tais concepções, o Brasil só seria capaz de superar o autoritarismo e as desigualdades sociais se as camadas populares se organizassem de forma autônoma e independente.²⁰⁹

²⁰⁷ WEFFORT, Francisco Córrea. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

²⁰⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita in: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história**. op.cit.

²⁰⁹ LAUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil op. cit.

Partindo dessa perspectiva colocada pela teoria do populismo, o pensamento político petista entendia que a democratização do país passava pelo fortalecimento da sociedade civil, identificada especialmente com os movimentos sindicais e populares. Daí a importância de se manter a independência política da classe trabalhadora e a necessidade de não se atrelar ou subordinar as lutas da classe trabalhadora as instituições políticas e a dinâmica eleitoral das democracias liberais. Essa perspectiva desembocava numa prática política em que os conselhos e a participação popular eram elementos centrais na proposta de transformação da sociedade brasileira, pois governar com base nos conselhos permitiria ao partido governar junto com os movimentos sociais e populares, mantendo assim a perspectiva de “independência política dos trabalhadores” mesmo dentro das instituições do Estado capitalista.

Ou seja, no pensamento político petista, organização classista e autônoma dos trabalhadores, conselhos populares e socialismo democrático são todos termos interligados, como partes constitutivas da estratégia formulada pelo PT ao longo dos anos 1980, que procurava apresentar um caminho para a transformação da sociedade brasileira.

Como já destacamos, apoiado no trabalho de Eurelino Coelho, a unidade do PT ao longo dos anos 1980 deu-se em torno da noção de “independência política dos trabalhadores” e que esse princípio aglutinador do partido se desdobrava, entre outras coisas, numa concepção de democracia direta fundada na participação das bases²¹⁰. Neste sentido, a presença e o peso da proposta de conselhos populares no pensamento petista estava diretamente relacionada a importância que o princípio da “independência política dos trabalhadores” teve no partido durante este período, pois entendia-se que os conselhos populares eram a única maneira de se fazer avançar um projeto de transformação social para além das concessões e conciliações com a burguesia. Pois diante da composição do legislativo e do executivo na conjuntura brasileira de fins dos anos 1980, em que se podia verificar um grande predomínio das forças liberais e conservadoras no interior das instituições brasileiras, a aprovação de qualquer medida no parlamento dependeria do apoio e de alianças com uma parcela da burguesia. Neste sentido, a criação e o fortalecimento dos conselhos populares eram apresentados como a única maneira de se manter uma política classista por dentro das instituições e com isso conseguir arrancar transformações mais significativas da política brasileira.

Além disso, o PT acreditava romper com a tradição política brasileira que se fundamentava numa visão “estatista” da política²¹¹. Ao propor uma forma de governo baseada

²¹⁰ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. op.cit..

²¹¹ WEFFORT, Francisco C.. **Por que democracia?**. op.cit.

na participação direta, a relação entre Estado e sociedade num governo democrático popular fortaleceria a organização autônoma da sociedade, ao invés de cooptar o movimento social pelo Estado, caracterizando-se como uma esquerda que fazia da sociedade civil, e não do Estado, o agente principal da transformação social.²¹²

Uma análise dos documentos do partido é suficiente para percebermos a importância que os conselhos populares ocupavam na estratégia democrático-popular do PT. No entanto, as funções táticas imediatas que os conselhos desempenhariam no projeto petista ficam mais evidentes se observarmos o debate político e teórico que as deliberações do V encontro desencadearam no interior do partido. Enquanto as resoluções apresentavam afirmações de caráter genérico, na forma de declaração de princípios ou orientações gerais, na sequência do V encontro, uma série de documentos e reflexões nos órgãos de comunicação do partido procuravam analisar e desenvolver as propostas contidas no projeto democrático-popular.

Uma análise mais detida da repercussão e dos desenvolvimentos que a proposta de conselhos populares teve no pensamento político petista, pode-se afirmar que a política de participação popular desempenharia num governo petista funções táticas de ordem socioeconômica, educativa-ideológica e político-organizacional.

Segundo o artigo *Participação popular*, de Celso Daniel, publicado na revista do partido, Teoria e Debate, de março de 1988, os conselhos populares eram definidos como canais que permitiam expressar a “participação popular independente” e justamente por isso eles representariam naquele momento um dos principais “meios de concretizar o estabelecimento de canais de controle da maioria da sociedade sobre o Estado, invertendo a relação autoritária e excludente hoje dominante”²¹³. Ou seja, acreditava-se que conselhos populares seriam capazes de promover uma “inversão de prioridades” na gestão do Estado, o que na linguagem petista da época significava afirmar que a política de participação popular dotaria o poder estatal de um caráter redistributivista na medida em que as prioridades da administração pública seriam estabelecidas com base nas reivindicações populares.

Assim, a expectativa era que a política de participação popular produzisse um processo de “inversão de prioridades” na administração do Estado contribuindo para melhorar as condições de vida da população. Segundo Emir Sader, o programa democrático-popular apresentado pelo PT nas eleições municipais de 1988 definia-se justamente pelo empenho na

²¹² DAGNINO, Evelina. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana in: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. op. cit.

²¹³ DANIEL, Celso. Participação popular. Revista Teoria e Debate. 2ªed, março/1988.

criação de canais efetivos de participação direta da população em todos os setores da Prefeitura, permitindo introduzir novos atores, especialmente os movimentos sociais, no processo de gestão do município. De acordo com o pensamento político petista, a implementação de canais de participação popular causaria uma “inversão de prioridades” do poder público, que teria um impacto redistributivo na atuação do Estado, de modo que num curto prazo de tempo a participação popular provocaria mudanças nas estruturas socioeconômicas do município.²¹⁴

Conforme afirmava Pedro Demo (intelectual petista ligado à área de participação), em sociedades marcadas por profundas desigualdades, como é o caso da sociedade brasileira, a participação popular tendia a ter um impacto socioeconômico significativo na realidade pois um “planejamento participativo” resultaria em políticas que direcionariam o gasto público em favor da parcela mais pobre população²¹⁵. Na medida em que a participação tendia a priorizar as demandas populares, a criação de conselhos seria uma forma de abrir o conflito e a disputa com as elites políticas e econômicas do país sobre a destinação do fundo público, voltando os recursos públicos para áreas tipicamente de interesse das camadas mais populares, como educação, saúde, moradia, etc., contribuindo para efetivar os direitos no Brasil e para avançar as transformações sociais no país. Neste sentido, o PT entendia que a participação seria um elemento importante para se contrapor a tendência dominante do Estado no interior das sociedades capitalistas, que é a tendência a favorecer a lógica da acumulação de capital.

Além das funções táticas de ordem socioeconômicas, a participação popular também desempenharia, segundo os intelectuais da estratégia democrático-popular, um importante papel de caráter ideológico. Acreditava-se que o processo de participação contribuiria para a formação de uma consciência mais crítica a respeito da realidade vivenciada pelas pessoas, a partir do que vai se elaborando um conhecimento mais aprofundado dos problemas que afetam a sociedade, promovendo assim uma democratização de informações, que acabava levando a questão do enfrentamento concreto dos problemas da sociedade. Segundo Moacir Gadotti, membro do governo petista de Luiza Erundina na cidade de São Paulo entre 1989 e 1992, a estratégia da participação popular era o elemento central de um importante processo educativo que tinha por objetivo fortalecer a consciência política da população, estimulando-a a assumir efetivamente o seu papel de sujeito da transformação social²¹⁶.

²¹⁴ SADER, Emir. **Governar para todos**: uma avaliação da gestão de Luiza Erundina. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1992.

²¹⁵ DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 5ªed. São Paulo, Cortez, 2001.

²¹⁶ GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992. (Série Educação Internacional do IPF).

Já Celso Daniel afirmava que uma gestão municipal comprometida com “a participação popular pode e deve contribuir para o florescimento de uma cultura política socialista, alternativa à cultura política dos dominantes”. No entanto, isso não se faz simplesmente através da propaganda retórica do socialismo, ressalta o autor, mas sobretudo mediante a colocação em prática, nas ações do dia-a-dia, de “uma nova relação entre a comunidade e o poder estatal, em que aquela possa controlar a este, por meio da participação popular, significa abrir espaço para o questionamento da dominação. Significa, portanto, cumprir um papel de natureza não apenas conjuntural, mas estratégica, na linha da construção do socialismo”.²¹⁷ Dessa forma o pensamento político petista entendia que a participação popular desenvolveria um processo de conscientização da população que contribuiria para a luta das classes subalternas.

Em outro artigo da Revista Teoria e Debate, Ricardo Azevedo afirma que a participação popular continha um caráter pedagógico. Segundo Azevedo, “a grande importância estratégica que o florescimento dos conselhos traz é a de abrir espaços para que as decisões sobre a vida do município passem pela discussão e pelo controle da população”, todo esse processo de socialização da política resultaria numa ampliação da consciência popular acerca do Estado e de fortalecimento das formas de auto-gestão do poder público. Segundo Azevedo, “esse é um importante elemento de cultura socialista. Mais importante ainda num país como o nosso, dotado de uma cultura excludente, em que política para muitos é entendida como coisa das elites e com a qual a população não tem nada a ver”. Dessa forma, para os intelectuais petista, a participação acarretaria um processo de politização da população.²¹⁸

Além dessas tarefas já mencionadas, a criação dos conselhos populares cumpriria também um conjunto de tarefas relacionadas a questão político-organizacional dos trabalhadores. Neste sentido, a participação popular era parte essencial da estratégia petista de introduzir os interesses da população excluída no processo de gestão através da alteração na relação entre Estado e sociedade, ao mesmo tempo em que procurava reforçar o processo de auto-organização das classes subalternas. Segundo Demo, essa postura alternativa do poder público acarretaria mudanças no comportamento da população, que de objeto ou cliente passaria a sujeito principal das políticas públicas. Com a participação, acreditava-se que seria possível romper com as formas assistencialistas de fazer política, pois o assistencialismo não passa de maneira estratégica de manutenção da pobreza, além de nunca resolver o problema, consagra a desigualdade vigente, ao mesmo tempo que forma uma postura subserviente da

²¹⁷ DANIEL, Celso. Participação popular. op.cit.

²¹⁸ AZEVEDO, Ricardo de. Uma varinha de condão? Revista Teoria e Debate. 3ªed, junho/1988.

população na expectativa de receber uma ajuda do poder público, que aos poucos vai cortando a capacidade de iniciativa própria da sociedade. O fundamental da participação é uma política onde as soluções materiais venham vinculadas à mobilização e participação direta da população.²¹⁹

Segundo Gadotti e Pereira, a criação dos conselhos populares era considerada uma estratégia fundamental de acúmulo de forças no sentido de fortalecer processo de auto-organização popular e desta forma contribuir para uma mudança na correlação de forças favorável aos trabalhadores. Os conselhos não foram criados apenas como objetivo não só discutir prioridades ou fiscalizar a administração pública, mas para que contribua para a organização dos trabalhadores e para a construção de uma nova sociedade. Pois somente o controle político da sociedade civil, altamente organizada, sobre o Estado poderia garantir a conquista dos direitos sociais no Brasil e sustentar um grau mais elevado de democracia, que pressupõe a organização de um poder popular, único meio de romper com o descaso dos governantes e de colocar o Estado a serviço da sociedade.²²⁰

No pensamento petista, os conselhos populares seriam uma forma de contrabalancear a força que os setores conservadores detêm no interior do Estado brasileiro. Os conselhos deveriam se constituir em mecanismos de democratização e de participação nas decisões do Estado tendo em vista o enfrentamento das tradições políticas autoritárias e clientelistas que predominam na vida pública brasileira. Segundo Lincoln Secco, a proposta dos conselhos populares mina o poder conquistado pelas elites na base de relações clientelísticas e mantido a partir da separação entre representantes e representados²²¹. De acordo com Florestan Fernandes, os conselhos populares são uma resposta de como democratizar decisões que são normalmente tomadas de forma autoritária ou centralizada²²². Para Celso Daniel, a instauração de novas formas de participação popular consiste numa forma de superar o autoritarismo e o populismo, e fazer frente ao poder econômico das elites²²³.

A participação popular era o caminho para se livrar das velhas formas de fazer política, onde reina o clientelismo, a mera barganha de favores pessoais, o corporativismo, eleitoralismo e o fisiologismo. A questão, por conseguinte, consistia em construir um poder alternativo, um poder exercido pela maioria e, portanto, contraposto ao poder econômico e administrativo das

²¹⁹ DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. op.cit.

²²⁰ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**. op.cit.

²²¹ SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

²²² Florestan Fernandes apud GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**. op.cit.

²²³ DANIEL, Celso. **Participação popular**. op.cit.

elites do país, que fosse capaz de sustentar a implementação de um programa democrático-popular.

Neste sentido, pode-se afirmar que a estratégia democrático-popular formulada pelo PT foi a expressão política de um processo de ascenso das lutas dos trabalhadores e das classes subalternas no Brasil, que encontrou o seu auge no final dos anos 1980. Sendo que a proposta de conselhos populares foi a expressão mais radical desse processo de lutas e ocupou um lugar central no projeto e na estratégia de transformação social apresentada pelo PT naquele momento. De acordo com o pensamento petista, os conselhos populares poderiam ser os instrumentos de mediação política entre as lutas atuais e imediatas dos trabalhadores com o projeto de uma sociedade socialista e democrática no Brasil.

CAPÍTULO 3:

HEGEMONIA NEOLIBERAL E APASSIVAMENTO DOS CONSELHOS POPULARES

3.1 - Revolução passiva e formação do Brasil contemporâneo

As contradições que marcaram o Brasil durante os anos 1980 atingiram o seu ponto mais agudo no final da década. A conjuntura de crise de hegemonia e de acirramento das lutas de classes que emergiu no país em função do esgotamento do regime militar (e de seu modelo de desenvolvimento) alcançou o ápice do seu desenvolvimento nos anos de 1987 a 1989, período em que as classes dominantes do país se encontravam profundamente divididas e desarticuladas em função da desagregação da Aliança Democrática, ao passo que as classes subalternas e as forças democráticas alcançaram um grau inédito de organização, mobilização e força política na história do país. Foi justamente neste momento de radicalização da luta de classes no Brasil que o projeto democrático-popular formulado pelo PT se tornou hegemônico entre as classes subalternas como principal força de esquerda do país. Neste momento, a proposta de uma “democracia do ponto de vista dos trabalhadores” – no interior da qual os conselhos populares desempenhavam um papel fundamental – despontou no cenário político como uma possibilidade concreta de transformação da sociedade brasileira.

No entanto, a partir dos anos 1990 o contexto histórico se altera drasticamente. De uma conjuntura marcada pela crise de hegemonia das classes dominantes e pelo ascenso do movimento de massas passa-se para um outro momento histórico marcado pela ascensão da hegemonia neoliberal e pelo apassivamento das classes subalternas. Essas transformações atingiram profundamente as bases sociais sobre as quais tinha se construído a luta pelos conselhos populares e a direção política que até então tinha hegemônico as lutas por participação. Esse capítulo pretende analisar o processo de repolitização da luta por participação promovida pela ascensão do neoliberalismo no Brasil.

Como vimos, o processo de desagregação do regime militar levou a uma profunda crise política e econômica que impulsionou uma intensa onda de mobilização e politização da população do país. Segundo Carlos Nelson Coutinho, a sociedade civil brasileira se fortaleceu muito durante o processo de transição política, forçando o país a romper com o modelo “prussiano” de desenvolvimento capitalista no qual vinha se fundamentando até então, para impor uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil, que lançava as bases de um renovado regime democrático no país. Para Coutinho, o desenvolvimento da economia capitalista induzido pelo regime militar teria promovido uma complexificação da estrutura

social brasileira e uma diversificação dos interesses sociais na vida política do país, sendo que o crescimento da capacidade de organização das classes subalternas provocou uma alteração nas estruturas de poder da sociedade brasileira, uma vez que o poder não poderia ser mais circunscrito unicamente a um Estado autoritário, pois haviam aparecido diversas e significativas organizações de massa espalhadas por toda sociedade.²²⁴

A impressionante dimensão que a luta de classes assumiu nos anos 1980 deve-se, em parte, ao impulso que essas lutas receberam a partir da criação de novas organizações políticas e sociais com atuação enraizada por todo o país. As mais significativas expressões nacionais desse processo de ascensão da luta de classes no Brasil foram as fundações do PT, em 1980, da CUT, em 1983 e do MST, em 1984, que expressavam uma “nova capacidade organizativa de âmbito nacional” dos trabalhadores brasileiros. No entanto, ao final dos anos 1980, o projeto democrático-popular passou a hegemonizar esse amplo ascenso do movimento de massas que vinha ocorrendo no país, o que representou a emergência de uma nova direção e de um novo projeto político para as lutas dos trabalhadores: CUT, MST e PT passam a ser as principais organizações das classes subalternas no Brasil, todas articuladas basicamente em torno de uma mesma concepção de mundo (socialismo democrático) e de um mesmo projeto (democrático-popular).²²⁵

Para Coutinho, a crescente organização dos grupos e classes sociais na defesa de seus interesses, através de partidos, sindicatos, movimentos, etc., criava uma correlação de forças que tornava muito improvável a acomodação dos conflitos sociais no interior de uma ordem política autoritária. Foi essa conjuntura de radicalização das lutas sociais e democráticas após um período de 20 anos de ditadura que esteve na base de certos avanços na Constituição de 1988, como o sufrágio universal e a ampliação dos direitos sociais. O Brasil, que historicamente havia se caracterizado por ser uma formação social em que “o Estado era tudo” e “a sociedade civil era primitiva e gelatinosa” teria passado por uma “socialização da política”, que aumentou o poder da sociedade civil e alargou os espaços de participação da população no interior do Estado brasileiro. De modo que, essas transformações forneceram o fundamento de uma “relação equilibrada entre Estado e sociedade civil” no Brasil, que deu origem a um novo regime democrático no país.

²²⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira in: COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²²⁵ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UERJ, 2010.

Por entre a crise do regime militar emergiu no Brasil um novo ciclo político e organizacional de luta das classes subalternas que produziu uma alteração na correlação de forças vigente na sociedade brasileira, de modo que este movimento de ascenso das lutas sociais e democráticas na década de 1980 forçou uma reformulação do pacto social vigente no país. Segundo Bering e Boschetti, ao longo dos anos oitenta o movimento operário e popular foi se tornando um ator político importante e que havia escapado ao controle das elites. Mesmo tendo sofrido duras derrotas durante o processo constituinte, sua presença pautou alguns eixos da nova Constituição, como afirmação das liberdades democráticas, dos direitos sociais, soberania e reforma agrária. Neste sentido, o texto constitucional contemplou avanços nos direitos sociais que anunciavam uma importante reforma democrática do Estado brasileiro, engendrando um tímido formato socialdemocrata com mais de 40 anos de atraso em relação aos países centrais do capitalismo²²⁶.

Esse processo de radicalização do movimento operário e popular, observado na intensificação das lutas sociais e das mobilizações grevistas em fins dos anos 1980, refletiu-se numa “guinada à esquerda” das classes subalternas, que se expressou politicamente na ultrapassagem da candidatura de Luís Inácio “Lula” da Silva, do PT, sobre o candidato Brizola, do PDT, como o representante dos trabalhadores e das camadas populares no 2º turno das eleições presidenciais de 1989. Como ressalta Daniel Aarão Reis Filho, a figura de Leonel Brizola, personagem de tradição reconhecida no campo da esquerda (já tinha sido governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro) e com propostas reformistas mais moderadas, era apontado como o principal nome da esquerda naquele momento e o candidato que provavelmente iria para o 2ª turno das eleições disputar com o candidato representante das elites. No entanto, a ida de Lula para o 2º turno representou uma radicalização política “à esquerda” das classes subalternas tendo em vista que as propostas do PT na campanha eleitoral de 1989 apresentavam, segundo Daniel Aarão, um caráter “reformista-revolucionário” ancorado nas tradições nacional estatistas mais radicais da esquerda brasileira, com um programa de governo que girava em torno de reformas “anti-monopolista, anti-imperialista e anti-latifundiário”.²²⁷

Segundo Mauro Iasi, a crise do governo Sarney associada a uma radicalização do movimento sindical e popular criaram um cenário de crescimento do projeto democrático-

²²⁶ BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2)

²²⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. Partido dos Trabalhadores: trajetória, metaformoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

popular do PT, que colocava a disputa eleitoral numa situação mais favorável aos trabalhadores²²⁸. Portanto, a chegada de Lula ao 2º turno foi um fato extremamente significativo e que demonstrava claramente que aquele processo de mobilização e politização das classes subalternas passava cada vez mais a ser hegemônico pelo PT e por seu projeto democrático-popular, no interior do qual os conselhos populares ocupavam um lugar central. Conforme se afirmava no Plano de Ação de Governo da candidatura Lula, apresentado em junho de 1989:

O primeiro compromisso do governo do PT é o de construir uma democracia efetiva da maioria, com a mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade: é dar origem a um poder que seja expressão da vontade e dos interesses dos trabalhadores e de todo o povo. Somente assim as profundas mudanças contidas no Plano de Ação de Governo poderão ser viabilizadas.²²⁹

Tal como foi formulada pelo pensamento petista ao longo dos anos 1980, a proposta de criação e fortalecimento dos conselhos populares era a expressão mais radical de uma concepção classista da política e do governo, sendo que os conselhos permitiriam superar a democracia liberal formal e implementar numa nova forma política capaz de levar adiante um programa de reformas estruturais que transformariam o país. A disposição do PT de implementar uma política de participação popular não era um discurso meramente eleitoral, mas algo confirmada pela experiência prática dos governos democrático-populares eleitos em 1988, como na administração de Luiza Erundina em São Paulo (SP), e de Olívio Dutra em Porto Alegre (RS), que implementaram uma política de participação popular com significativa inserção social. Como vimos, os conselhos populares foram um elemento constitutivo do projeto de transformação social que as classes subalternas foram construir ao longo da década de 1980 e que teve no PT o seu principal representante.

Esse processo de acirramento da luta de classes no Brasil atingiu o seu desenlace no 2º turno das eleições presidenciais de 1989, com a disputa entre Collor e Lula, que expressou uma polarização radical entre um candidato com discurso conservador e neoliberal, contra um candidato de esquerda com propostas de transformação social. Em parte, é possível afirmar que o sucesso das duas candidaturas, Collor e Lula, resultou da desagregação do sistema partidário herdado da Nova República, que girava fundamentalmente em torno de PFL, PMDB e PDS²³⁰. As classes dominantes que desembarcavam do bloco desenvolvimentista procuravam se

²²⁸ IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe** (o PT entre a negação e o consentimento). São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.446.

²²⁹ VI Encontro Nacional (1989) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.404.

²³⁰ SALLUM JR., Brasílio. **Labirintos: dos generais à nova república**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

reorganizar agora em torno de um novo bloco de poder neoliberal. Aquele conjunto de forças conservadoras e autoritárias, que durante toda a transição política havia se unido com o objetivo de evitar que o povo tivesse uma incidência maior na política (como foi no caso das Diretas, da sucessão presidencial e no processo da Constituinte) agora se articulavam em torno da candidatura de Collor, tendo em vista barrar a última oportunidade dos interesses das massas populares incidissem sobre o processo de transição política, as eleições presidenciais.

As eleições de 1989, portanto, foram o ápice de um contexto de imensas lutas de classe, claramente organizadas em âmbito nacional, que se estenderam por toda a década de 1980. A polarização eleitoral entre Collor e Lula ocorrida nas eleições de 1989 representou a falência do modelo nacional desenvolvimentista, visto que nenhum dos dois candidatos eram herdeiros desta tradição política. Enquanto que Collor representava uma maior internacionalização da economia brasileira, Lula representava a quebra dos padrões de exclusão social vigente no país. Diante dessa conjuntura, Francisco de Oliveira percebia que a crise do Estado brasileiro era posta a partir dois ângulos. De um lado, os setores populares passaram a afirmar crescentemente que a relação entre Estado e sociedade no Brasil era uma relação claramente insatisfatória e reivindicavam uma nova forma de relação entre Estado e sociedade civil, mais democrática. Por outro lado, o bloco das classes dominantes também demandava reformas, tendo em vista que o Estado tinha perdido a capacidade de ser o motor e o guia da expansão capitalista no país, tal como tinha sido desde os anos 1930.²³¹

A vitória de Fernando Collor nas eleições de 1989 significou o início de uma virada na correlação de forças no Brasil. Imediatamente após a derrota daquele amplo movimento de massas representado politicamente pela candidatura de Lula, começaria um longo período de esterilização dos direitos conquistados na Constituição de 1988. A eleição de Collor representou a introdução, com toda a legitimidade que uma vitória eleitoral garante, do neoliberalismo no Brasil. A partir de então, tem se início um processo de “ajuste” da sociedade brasileira aos novos padrões de trabalho e sociabilidade sobre os quais o sistema capitalista vinha se reformulando desde a crise dos anos 1970. De modo que a agenda política do país passou a ser orientada pela ideia de uma reforma do Estado centrada nos temas da privatização e da redução dos gastos públicos e de abertura da economia do país aos capitais internacionais, que atingiu diretamente as possibilidades de efetivação dos direitos recém adquiridos com a Constituição de 1988.

²³¹ OLIVEIRA, Francisco. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina in: SADER; GENTILI. **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.70-1.

Segundo Oliveira, Collor fez deslançar uma nova forma de sociabilidade no Brasil pautada agora no fenômeno da globalização, que pode ser caracterizada como uma verdadeira “contrarrevolução do nosso tempo”. Essa nova era se inaugurava sob o impacto da financeirização do capitalismo, da explosão da dívida externa e das metamorfoses do mundo do trabalho provocadas pelo avanço tecnológico da Terceira Revolução Industrial. Iniciado por Collor e imensamente aprofundado ao longo dos anos 1990, o desmanche neoliberal transformou o Estado brasileiro numa espécie de refém do novo poder econômico financeiro, provocando desindustrialização, destruindo empregos, quebrando o mercado formal de trabalho, enfraquecendo os sindicatos.²³²

Embora os avanços da Constituição de 1988 tivessem sido notáveis, sendo que ela representou a constituição mais democrática que o país já teve: pela primeira vez na história do Brasil, os direitos civis, políticos e sociais foram estendidos para toda a população. No entanto, na avaliação do historiador José Murilo de Carvalho as transformações econômicas e políticas que se seguiram a promulgação da constituição brasileira contribuíram para pôr em xeque a própria existência dos direitos, na medida em que eram orientadas pelo imperativo da redução do papel do Estado na sociedade.²³³

Do ponto de vista da reforma democrática anunciada pela Constituição de 1988, a história do Brasil pós-ditadura caracterizou-se por um amplo e abrangente movimento de contrarreforma, que solapou as possibilidades de mudanças mais profundas nas estruturas da sociedade brasileira²³⁴. Mauro Iasi chama a atenção para o fato de que aquele ciclo de luta dos trabalhadores, que se estendeu por toda a década de 1980, tinha conseguido equilibrar a correlação de forças no país, impondo certas conquistas que foram expressas na constituição de 1988, no entanto, a partir dos anos 1990 esse movimento começa a refluir e passa por um processo de apassivamento das lutas sociais, ao mesmo tempo em que se implementava um projeto de desmonte dos direitos no país.²³⁵

Deste modo, a correlação de forças alcançado nos anos finais de 1980, caracterizada pelo avanço das forças progressistas, espelhado em boa medida nos resultados do processo constituinte e da primeira eleição direta para a presidência da República, foi se alterando consideravelmente a partir dos anos 1990 e deu lugar a um processo acelerado de ampliação da

²³² OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento in: OLIVEIRA, RIZEK. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo. 2007.p.27.

²³³ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 13ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²³⁴ BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**. op.cit.

²³⁵ IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. op.cit.

hegemonia neoliberal no Brasil e de enfraquecimento do projeto contra-hegemônico aglutinado em torno do PT.²³⁶

O cientista político André Singer caracterizou da seguinte maneira o novo contexto que se abria no país.

A derrota da Frente Brasil Popular, em 1989, inicia, entretanto, a restauração. Os governos seguintes buscaram emendar a Constituição recém-promulgada. De modo a retirar os direitos aprovados e dar conteúdo neoliberal à democracia em construção. Com a derrubada das barreiras protecionistas, a recessão, o desemprego, a quebra das cadeias produtivas, Collor, e depois Fernando Henrique Cardoso, demoliram as fundações da onda democrática, e vasta parcela da classe trabalhadora “virou suco” (leia-se: caiu na “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente”). Em decorrência, os sindicatos recuaram. O número de greves despencou da média anual de 1102 entre 1985 e 1989 para 440 entre 1999 e 2002.

Pode-se afirmar, portanto, que a partir dos anos 1990 inaugura-se uma nova conjuntura no país, marcada pela ascensão do neoliberalismo e por um apassivamento da luta de classes no país. Tal conjuntura expressava uma alteração na correlação de forças entre as classes no país, processo teve profundas consequências também para a luta pelos conselhos populares na medida em que afetou as bases sociais e o projeto político ao qual estavam vinculados, o que permitiu uma certa captura do tema da participação pela hegemonia neoliberal.

Com base nas categorias de Gramsci, pode-se afirmar que a passagem dos anos 1980 para a década de 1990 caracterizou-se por um processo muito semelhante àquele descrito pelo pensador italiano em seu conceito de revolução passiva. Gramsci empregou o termo para analisar diversas situações históricas em que a classe dominante, mesmo abalada por uma profunda crise política e econômica, tendo que enfrentar graves conflitos sociais e ameaçada por um projeto alternativo, ela consegue superar este momento de crise e recuperar a sua liderança sobre o conjunto da sociedade, fazendo com isso avançar o capitalismo. A analogia entre o conceito gramsciano e a realidade brasileira deve-se justamente ao fato de que, a partir dos anos 1990, as classes dominantes do país foram capazes de recuperar a direção política e moral da sociedade após um longo período de crise de hegemonia, conseguindo com isso promover um processo de apassivamento da luta de classes no Brasil.

Em termos históricos, Gramsci fundamenta o conceito da seguinte forma:

²³⁶ NEVES, Lucia Maria W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

O conceito de “revolução passiva” deve ser rigorosamente deduzido dos princípios fundamentais da ciência política:

1. nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontrarem espaço para um movimento progressivo posterior;
2. a sociedade não se coloca problemas sem que as condições necessárias para sua solução tenham se formado etc.

Entendemos que esses princípios devem ser, primeiramente, desdobrados criticamente em todo seu alcance e depurados de qualquer resíduo de mecanismo ou fatalismo.²³⁷

De acordo com a concepção de história de Gramsci, essas duas proposições, apresentadas por Marx no Prefácio de *Contribuição para a crítica da economia política*, de 1859²³⁸, traduzem adequadamente as concepções da filosofia da práxis referente a questão das condições objetivas e subjetivas da transformação social. Enquanto que a primeira proposição remete para as contradições objetivas da estrutura econômica e social e suas crises, a segunda afirmação aponta para o princípio subjetivo da maturação das condições política e ideológica de solução das contradições, ou seja, para o problema da formação de uma vontade coletiva capaz de levar adiante uma política de transformação social. É a questão da relação dialética entre estrutura e superestrutura que o pensamento de Marx permite colocar corretamente o problema da práxis na história, afirma Gramsci. Não basta só a vontade de mudar, nem só a crise. Deste modo, a derrocada de um “bloco histórico” se deve, de uma forma ou de outra, à crise econômica e social resultante das contradições intrínsecas a um determinado modo de produção, no entanto, depende também da formação de uma vontade coletiva que se coloque o problema de superar tal ordem social.²³⁹

A confluência desses dois fatores daria origem a processos revolucionários clássicos, que Gramsci chamou de revoluções de “tipo perfeito” ou “jacobino”. No entanto, Gramsci chamou a atenção também para o fato que nem sempre essas duas condições se realizam plenamente, e que nessas ocasiões emergiam processos distintos, não-clássicos, que ele denominou de “revolução sem revolução”, “revolução-restauração” ou “revolução passiva”.

²³⁷ GRAMSCI, Antonio. Nota o conceito de revolução passiva In: SADER, Emir (org.). **Gramsci**: poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.77.

²³⁸ Gramsci se refere a seguinte passagem de Marx: “Jamais uma sociedade desaparece antes de desenvolver todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção superiores lhe substituem antes que as condições materiais de sua existência se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se coloca problemas que não seja capaz de resolver: considerando melhor as coisas, descobrir-se-á sempre que o problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estava em vias de aparecer”.

²³⁹ BIANCHI, Álvaro. *Revolução Passiva: o pretérito do futuro*. Crítica Marxista nº23. 1ª ed. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2006.

Analisando a história de seu país, porém refletindo sobre os processos de revoluções passivas, Gramsci afirma:

O fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram uma parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou ainda “revoluções passivas”.²⁴⁰

As revoluções passivas são, portanto, um movimento de reação das classes dominantes diante de um processo de acirramento da luta de classes, em função de as classes subalternas terem se lançado num projeto de transformação. Gramsci desenvolveu o seu conceito de revolução passiva baseando-se principalmente nas análises que Marx fez das revoluções de 1848, em especial nas obras *Luta de classes na França* e *o 18 Brumário*. As revoluções de 1848 foram as primeiras revoluções com as quais a burguesia teve que se defrontar com o operariado. Gramsci observa que naquele momento as classes subalternas não tiveram força suficiente para impor uma transformação social que rompesse com a nascente ordem capitalista. O que se viu em seguida aos acontecimentos de 1848 foi à derrota das revoluções e o início de um novo ciclo de expansão do capitalismo. Segundo Gramsci, o que se verificou após as revoluções de 1848 foi um movimento de apassivamento da luta de classes sobre o qual se construiu um longo período de estabilidade política e social na França, que perdurou até a década de 1870.²⁴¹

Perry Anderson lembra que o interesse pelo conceito de revolução passiva no pensamento gramsciano esteve profundamente marcado por sua experiência política no período entre guerras, contexto que foi caracterizado pela ascensão e derrota da revolução socialista no ocidente e pela restauração/fortalecimento da ordem capitalista na região. Assim, quando Gramsci empreendeu sua investigação sobre o tema da revolução passiva, ele estava particularmente interessado em compreender o processo de ativação e politização das massas italianas após a Primeira Guerra Mundial e a sua posterior recondução à passividade sob a vigência de um Estado autoritário, o fascismo.²⁴²

Como ressalta Domenico Losurdo, revolução passiva é uma categoria da qual Gramsci se serve para mostrar a capacidade da burguesia que, mesmo atingida por crises econômicas e

²⁴⁰ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.393.

²⁴¹ LOSURDO, Domenico. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro, Revan, 2006.

²⁴² ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo – SP: Brasiliense, 1989.

políticas constantes, consegue produzir transformações político-sociais bastante relevantes, que permitem que a burguesia, mesmo não sendo mais a classe revolucionária (portadora de um projeto de transformação), consiga, por meio de reformas ou medidas pontuais, conservar o poder e a hegemonia nas suas mãos, ao mesmo tempo em que mantêm as classes trabalhadoras em sua condição de subalternidade.²⁴³

Neste sentido, a revolução passiva é um movimento desencadeado pelas classes dominantes para conter a participação ativa das massas nos processos políticos. Segundo Coutinho, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir de baixo e que por isso rompe com a velha ordem, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação vinda “de baixo”) e o da “renovação” ou “revolução” (no qual algumas demandas populares são satisfeitas “pelo alto”)²⁴⁴. A revolução passiva designa, portanto, este movimento de revolução-restauração que as classes dominantes realizam para recuperar a legitimidade de sua dominação: por um lado, elas incorporam certas reivindicações “vindas de baixo” (revolução), por outro lado, elas readquirem o consentimento de parcela das classes subalternas para sua permanência no poder (restauração). Com isso, os processos de revolução passiva engendram transformações históricas “pelo alto” que permitem ao sistema capitalista avançar, sem que isso implique rupturas com a sua estrutura econômica e social.

Portanto, de acordo com Modonesi, a essência do conceito de revolução passiva desenvolvido por Gramsci está ligada a análise da dialética subordinação-insubordinação das classes subalternas no processo histórico. As análises de Gramsci sobre revolução passiva seguem, primeiramente, o fio condutor que leva as classes subalternas da condição de passividade a uma época de ascensão das lutas sociais e de ampla politização, para depois acompanhar o movimento de descenso da luta de classes, procurando analisar a contradição entre a ativação das massas e sua recondução à passividade ainda sob a ordem do capital. Ainda que esse processo assuma formas diversas, pois como se sabe Gramsci empregou o conceito à diferentes processos históricos, tanto ao New Deal americano e quanto ao Fascismo italiano, de modo que poderia se falar de modalidades progressivas e regressivas de revolução passiva.²⁴⁵

²⁴³ LOSURDO, Domenico. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. op.cit.

²⁴⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política in: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C.. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

²⁴⁵ MODONESI, Massimo. Revoluções passivas na América Latina. Uma aproximação gramsciana para a caracterização dos governos progressistas do início de século. *Novos Temas: revista de debate e cultura marxista* nº9, 2º semestre/2013, ICP, São Paulo, 2014.

De qualquer forma, no início do processo encontra-se sempre uma ação vinda dos “de baixo”, uma ascensão das lutas das classes subalternas em torno de um projeto de transformação social. No entanto, de acordo com o pensamento do marxista italiano, o elemento decisivo para que uma revolução de “tipo clássico”, “jacobina”, não ocorra é a ausência de uma “iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história”, ou seja, de uma “vontade coletiva” suficientemente forte que tenha se posto o desafio de superação de determinada ordem social. Embora o empuxo a partir dos “de baixo” não seja suficiente para produzir uma ruptura com a ordem capitalista, conseguem impor certas mudanças sociais na medida em que algumas demandas populares são incorporadas pelos “de cima”. Portanto, revoluções passivas são as reações das classes dominantes à “subversão esporádica, elementar e inorgânica das massas populares”, uma estratégia em que as classes dominantes acolhem parte das exigências populares, tendo em vista promover um apassivamento da luta de classes.

Assim, para Gramsci, a revolução permanece passiva se as classes subalternas não revolucionam as superestruturas, ou seja, se não se instaura um novo Estado e os novos aparelhos de hegemonia dos trabalhadores (os conselhos populares), de modo que, sem a luta pela transformação do Estado no sentido de uma maior socialização da participação política das classes subalternas, abre-se a possibilidade da burguesia recuperar a sua hegemonia sobre a sociedade e promover um apassivamento da luta de classes, instituindo novamente um período de relativa estabilidade para o desenvolvimento do capitalismo.²⁴⁶

O conceito de revolução passiva aponta, portanto, para a constituição de uma forma de dominação baseada na capacidade das classes dominantes de promover reformas conservadoras maquiadas de “transformações revolucionárias” com o consentimento das classes dominadas, o que remete para a iniciativa das classes dominantes de reformar as estruturas e as relações de dominação para alicerçar a continuidade e o aprofundamento da ordem capitalista²⁴⁷. Segundo Gramsci, “pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças...”²⁴⁸, de modo que toda revolução passiva é a expressão histórica de determinadas correlações de forças e, ao mesmo tempo, um fator de modificação das mesmas, ou seja, toda revolução passiva é uma reação das classes dominantes ao processo de crescimento da mobilização e da politização das classes subalternas, ao mesmo tempo que é um conjunto de

²⁴⁶ BIANCHI, Álvaro. *Revolução Passiva: o pretérito do futuro*. **Crítica Marxista** nº23. 1ª ed. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2006.

²⁴⁷ MODONESI, Massimo. *Revoluções passivas na América Latina. Uma aproximação gramsciana para a caracterização dos governos progressistas do início de século*. op.cit. p.189.

²⁴⁸ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. p.317.

transformações econômicas, políticas e sociais que visam apassivar as classes subalternas e recuperar a hegemonia das classes dominantes sobre o conjunto da sociedade.

Aplicando esse “critério de interpretação” à realidade brasileira, pode-se afirmar que o esgotamento do regime militar (e de seu modelo de modernização conservadora) desencadeou no país um processo de intensificação das lutas de classes no país que se estendeu por toda a década de 1980, contudo, a passagem dos anos 1980 para os anos 1990 implicou numa espécie de fechamento dessa conjuntura, uma forma de revolução passiva que foi capaz de recuperar a hegemonia das classes dominantes em torno de um projeto neoliberal, que promoveu um apassivamento das lutas das classes subalternas no país. A derrota e a inflexão nas lutas sociais dos anos 1990 não decorreu da imposição de mais uma ditadura, mas sim de um conjunto de transformações do padrão da dominação no Brasil, que impulsionaram novas modalidades de convencimento e hegemonia. A democracia brasileira, fruto de um amplo movimento de massas, enfrentaria uma regular e sistemática redução de seu teor igualitário, crescentemente restringida aos seus mecanismos eleitorais e parlamentares.

A proposta de conselhos populares, que foi um elemento orgânico desse ciclo de lutas das classes subalternas no Brasil e um componente fundamental do projeto contra-hegemônico (projeto democrático-popular) construído pela classe trabalhadora neste período, com a vitória do neoliberalismo, e as transformações que esse novo modelo socioeconômico desencadeou no país, foi atingida profundamente nas suas bases sociais, na ideologia e no projeto político que até então hegemonizavam a luta pelos conselhos populares no país. Essa crise do projeto de transformação social permitiu às classes dominantes repolitizar (dotar de um novo sentido) a luta pela participação no Brasil, capturando-a para a lógica da filantropia e da colaboração de classe, que a transformou num importante instrumento de legitimação do neoliberalismo no país.

3.2 - Hegemonia do neoliberalismo e apassivamento das classes subalternas

A repolitização da luta pelos conselhos e pela participação popular no Brasil foi uma expressão desse processo mais amplo de apassivamento das classes subalternas e de ascensão do neoliberalismo no país. De modo que é preciso compreender como esse conjunto de transformações desencadeadas no Brasil após a década de 1990 criaram as condições políticas e sociais para esse processo de cooptação da luta pela participação. Como observou Gramsci, a revolução passiva é um processo que permite acolher “uma parte das exigências que vinham de baixo”, no entanto, essas reivindicações são ressignificadas de acordo com o projeto das classes

dominantes, no interesse da “restauração”. Portanto, esse processo de cooptação que envolve a realização de uma revolução passiva não é um processo simples, que depende apenas da vontade política das classes dominantes, pelo contrário, é um processo bem mais complexo e que demanda uma série de transformações na sociedade, na economia, no Estado, etc., pois implica um amplo processo de recondução da luta de classes à normalidade da ordem capitalista.

Pode-se afirmar que é a desestruturação do projeto antagonista da classe trabalhadora que tornou possível a captura da proposta de participação no Brasil. Na medida em que a proposta de conselhos populares era um elemento orgânico do “fazer-se” das classes subalternas no país, a vitória do neoliberalismo sobre o projeto democrático-popular ocasionou uma crise do projeto de transformação social que permitiu as classes dominantes capturarem a bandeira da participação e ressignificá-la no interior de um projeto neoliberal. Neste sentido, este tópico pretende analisar o conjunto das transformações históricas que criaram as bases sociais para esse processo de cooptação e apassivamento da luta pelos conselhos no Brasil.

Gramsci vivenciou um processo muito semelhante ao que procuramos analisar, para o qual aplicou as reflexões contidas no conceito de revolução passiva na tentativa de entendê-lo. Um dos debates mais marcantes de sua época foi a discussão em torno da “capitulação” dos principais partidos da classe trabalhadora aos interesses do capital, processo que atingiu o seu marco incontestado quando a socialdemocracia, principal corrente política e ideológica dos trabalhadores durante as primeiras décadas do século XX, declarou seu apoio político à guerra imperialista das burguesias europeias (posteriormente denominada como I Guerra Mundial). Uma parte significativa das interpretações tendiam a explicar esse processo como “traição das direções”, ou seja, os dirigentes e a burocracia partidária traíram a classe operária, abandonaram a defesa dos interesses da classe para aderirem ao nacionalismo. No entanto, Gramsci procurou abordar a questão de outra maneira, não reduzia a questão apenas a um problema de direção política ou degeneração ideológica, ele se preocupou em analisar de maneira detalhada e minuciosa os determinantes históricos e culturais que criaram as bases desse processo de acomodação, que implicou a passagem de grupos e ideias do campo contra-hegemônico para uma posição de colaboração com a ordem capitalista (que Gramsci designou como transformismo).

A revolução passiva reconstituía em novos patamares e com nova complexidade a dominação do capital sobre a sociedade. Segundo Gramsci, o sistema capitalista se reforça com a absorção de elementos retirados da bagagem ideal e política do movimento operário pois com

isso ele aumenta o seu poder de atração sobre o conjunto da sociedade. Fortalecida por ideias e práticas incorporadas do pensamento contra-hegemônico, a hegemonia burguesa torna-se capaz de influenciar até os movimentos e as lutas das classes subalternas, chegando mesmo ao ponto de “decapitá-los” ideologicamente, capturando-os e subordinando-os ao projeto político e social das classes dominantes.

Segundo Gramsci, tinha que se evitar de colocar a questão em termos “intelectualistas”, e não em termos “histórico-políticos”. Ou seja, a captura da luta pela participação por uma direção política e ideológica neoliberal no Brasil foi acompanhada de toda uma reestruturação das relações de poder na sociedade pois o terreno onde se formulam e se difundem as ideologias e onde se constroem as vontades coletivas, que Gramsci denominou de sociedade civil, não é uma esfera isolada em relação a dimensão da produção e do Estado. A abordagem culturalista desse processo nos leva a uma valorização abstrata das ideologias em relação as instituições que as organizam e viabilizam. Se o ideológico tem importância na relação Estado - sociedade civil, não é por isso que se deve cair num "ideologismo" que entende a superestrutura como uma esfera ético-política hipostaziada (a imagem de Gramsci como um teórico preocupado exclusivamente com o papel das superestruturas ideológicas foi difundida principalmente por Norberto Bobbio). Como se a ideologia e a política fossem fenômenos independentes do conjunto da sociedade. Não é possível excluir o processo de produção econômica do conjunto de fatores que condicionam a conformação e a dinâmica interna de uma sociedade civil concreta. É impossível conceber a criação de novas formas ideológicas sem empreender a transformação da prática social e dos elementos que a conformam. Como afirmou Gramsci: "uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar vinculada a um programa de reformas econômicas". Não há também isolamento da sociedade civil com relação ao conjunto da sociedade. Este constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento.

Todas as formas de organização política e ideológica da sociedade civil remetem ao terreno da produção e do Estado, sendo que a concepção de sociedade civil em Gramsci é inseparável da noção de totalidade. Neste sentido, Gramsci afirmava que os dois princípios fundamentais que fundamentam o conceito de revolução passiva “devem ser reconduzidos à descrição dos três momentos fundamentais em que se pode distinguir uma ‘situação’ ou um equilíbrio de forças”. O que remete a uma das mais importantes notas dos Cadernos do Cárcere,

Análise de situações. Relações de força, em que Gramsci expõe o seu método de investigação da correlação de força numa determinada conjuntura. Para o pensador italiano, a conjuntura de uma época é determinada fundamentalmente pela combinação de três elementos ou momentos da luta de classes: 1) uma correlação de forças vinculada à estrutura econômica objetiva da sociedade, ou seja, relacionada ao grau de desenvolvimento das forças produtivas (e de suas contradições), a partir do qual se erguem grupos sociais ocupando posições específicas na economia; 2) uma correlação de forças políticas no âmbito da sociedade civil, que compreende o grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos vários grupos sociais; e 3) uma correlação de forças referente ao Estado (político-militar), “momento imediatamente decisivo” da disputa entre as classes. Pode-se afirmar que, para Gramsci, a combinação e os contornos destes três momentos (estrutura econômica, sociedade civil e Estado) fornecem os elementos fundamentais sobre os quais se move um processo de revolução passiva.²⁴⁹

Orientando-se pela reflexões de Gramsci, pretende-se analisar as bases do apassivamento das classes subalternas no Brasil contemporâneo, sabendo, de partida, que este processo não foi resultante de uma operação simples, mas sim de um complexo de significativas transformações no conjunto da sociedade brasileira, com profundas raízes econômicas, sociais, políticas e culturais, que alteraram a correlação de forças no país, pendendo claramente para uma recuperação da hegemonia pelas classes dominantes. De acordo com o estudo do processo de transformismo do PT realizado pelo historiador Eurelino Coelho, “o principal resultado que obtivemos com esta análise foi a compreensão de que os eventos estudados estão inscritos num momento de derrota histórica das classes subalternas”²⁵⁰, de modo que, não se pode compreender o apassivamento das classes subalternas no Brasil fora desse conjunto de transformações que marcaram a crise geral de um projeto alternativo de sociedade, orientado pelas ideias socialistas.

O contexto histórico mais geral dos anos 1990 foi marcado pela vitória do neoliberalismo e pela crise do socialismo, processos que resultaram numa profunda alteração da correlação de forças no plano internacional, político e ideológico. Na realidade brasileira, essa nova conjuntura se desencadeou principalmente a partir de 1989, quando a eleição de Collor para presidente da república e a queda do muro de Berlim, ambos ocorridos neste mesmo ano, contribuíram para aguçar a percepção de uma mudança de época na história do país. Já em 1990 o PT afirmava: “atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto

²⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.3. op.cit.

²⁵⁰ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*.op.cit.

internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa”²⁵¹. Segundo Mauro Iasi, esses dois acontecimentos incidiram profundamente sobre os rumos do PT e desencadearam uma crise no projeto contra-hegemônico (projeto democrático-popular) que as classes subalternas vinham construindo ao longo dos anos 1980, colocando o partido na defensiva no que se refere a afirmações de suas metas socialistas²⁵². Dessa maneira, pode-se afirmar, portanto, que a conjuntura que se abre no Brasil a partir do início da década de 1990 foi marcada, em concordância com a ordem internacional, fundamentalmente por uma ofensiva do capital.

A Queda do Muro de Berlim foi um acontecimento de relevância histórico-universal, com profundas consequências no plano político e ideológico das sociedades contemporâneas, que resultaram num claro declínio das ideias e propostas de cunho socialistas. Como afirma o historiador Eric Hobsbawm, a queda no Muro de Berlim representou claramente uma mudança de época: o ano de 1989 corresponderia àquelas datas como 1789 (Revolução Francesa) e 1917 (Revolução Russa) que simbolizam todo um processo de transformações sociais que se concentrariam num acontecimento ou data específica, neste sentido, a queda do muro de Berlim, em 1989, “significou o fim de uma era em que a história mundial girava em torno da Revolução de Outubro”, seja a favor, seja contra a revolução. Durante mais de sessenta anos, a política internacional foi empreendida como uma cruzada contra a ameaça comunista. A queda do muro de Berlim representou o fim dos confrontos entre Estados Unidos e União Soviética, acompanhado pela restauração do capitalismo nos países do Leste Europeu, o que significou o fim do antagonismo e da bipolaridade que haviam marcado a geopolítica mundial no período da Guerra Fria. Para Hobsbawm, “há momentos quando acontecimentos concentrados em um curso espaço de tempo, não importa como o interpretamos, são obviamente históricos e imediatamente reconhecidos como tal”, o ano de 1989 é um desses momentos.²⁵³

A crise que explodiu no “campo socialista” em 1989, e que culminou com a dissolução da própria União Soviética em 1991, foi a expressão das profundas contradições que já vinha marcando a sociedade soviética a algum tempo, no mínimo desde os anos 1950. Segundo José Paulo Netto, por mais diferenciados que sejam os componentes e os vetores de cada um dos contextos nacionais que compõem o campo socialista, o fato é que a crise da URSS teve como eixo central a contestação do Estado e sua relação com a sociedade civil, ou seja, em primeiro

²⁵¹ VII Encontro Nacional (1990) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.433.

²⁵² IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. op.cit.

²⁵³ HOBSBAWM, Eric. Adeus a tudo aquilo in: BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

lugar, o que estava sendo questionado era a natureza do sistema político soviético²⁵⁴. Para o autor, é sobretudo na natureza autoritária desse regime que se deve buscar as razões para a crise do socialismo real. A crise da URSS nos interessa principalmente do ponto de vista da disputa pela hegemonia pois ela disseminou um forte descrédito nas ideias socialistas abrindo terreno para o avanço das ideias neoliberais. O impacto da crise do “socialismo real” sobre o campo político e ideológico das esquerdas foi enorme, agravado pelo uso político que os opositores do socialismo fizeram desse fato. O colapso da primeira experiência socialista do planeta exigiu um posicionamento das esquerdas frente ao acontecimento. No caso do Brasil, essa derrocada do socialismo se deu justamente num momento em que o PT estava envolvidas na construção de uma proposta alternativa para o país que se afirmava de caráter socialista e democrático. De modo que, em meio a uma série de disputas políticas e ideológicas, o PT precisou repensar com urgência os seus principais pressupostos em meio ao colapso do bloco comunista.

Na avaliação do PT, naquele momento, “no Leste Europeu, na URSS e nos demais países que compunham o chamado *campo socialista*, sucedem-se transformações econômicas, sociais e políticas, que estão pondo abaixo tudo o que se costumou designar como socialismo”. No entanto, o PT sempre foi muito crítico em relação à experiência soviética. Na visão do PT, “durante décadas, os regimes do *socialismo real* privaram povos inteiros da participação política e da democracia”, de modo que deram origem a “uma burocracia que se *autonomizou* de qualquer tipo de controle”²⁵⁵. Como ressalta Izabel Costa, mesmo reconhecendo a reconhecendo diversidade de avaliações presente no partido, a ampla maioria dos petistas estabelecia uma crítica muito clara em relação à experiência soviética, mesmo entre aqueles que ressaltavam as importantes conquistas do regime o balanço era negativo. Em relação às interpretações petistas acerca das sociedades do leste europeu e da crise do socialismo real, predominavam aquelas que negavam a sua natureza socialista, destacando-se as leituras centradas na tese da burocratização e da degeneração.²⁵⁶

Analisando a crítica realizada pelo PT ao socialismo soviético, Eurelino Coelho aponta três aspectos fundamentais dessa crítica, argumentos que serão centrais no processo de justificação e legitimação do transformismo petista. O primeiro ponto está relacionado ao tema da democracia, neste sentido, a crítica incide sobre o caráter autoritário do socialismo real. A concepção de partido único, o cerceamento da liberdade de expressão, o sufocamento das

²⁵⁴ NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

²⁵⁵ **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.494.

²⁵⁶ COSTA, Izabel Cristina Gomes da. Os petistas e a crise do socialismo real: os desafios da renovação e as heranças das esquerdas tradicionais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.33, nº66, 2013, p. 309-330.

organizações da sociedade civil e a fusão Estado-partido, se tornaram, aos olhos do PT, num obstáculo para o avanço do socialismo. O segundo aspecto da crítica era sobre a economia soviética, o fracasso econômico do socialismo real teria demonstrado os limites da concepção econômica que confundia socialismo com estatismo pois, embora houvessem erros de planejamento, o problema mais profundo devia-se a gestão burocrática e autoritária da economia. O terceiro plano da crítica era no nível ideológico-cultural, mesmo os regimes comunistas tendo proporcionado uma universalização da escolaridade e maior acesso aos bens culturais que muitas sociedades capitalistas, no entanto, por outro lado, induziu um profundo espírito dogmático no ensino e na cultura, de modo que a luta pela libertação cultural se restringiu à exaltação de um regime político.²⁵⁷

De um modo geral, a avaliação que o PT fazia da URSS era muito negativa, daí que ele acreditava que as transformações que ocorriam nos países do socialismo real trazia processos que apresentavam um sentido positivo, pois o partido entendia aqueles acontecimentos como “verdadeiras revoluções democráticas, que estão demolindo – de dentro para fora – um mundo organizado fundamentalmente em torno da URSS”, o que significaria o “renascimento do movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural” naqueles países. (492)

Nas resoluções de 1990, o documento afirma:

Os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultracentralizada da economia. O desfecho desse processo está em aberto e será a própria disputa política e social a definir os seus contornos. Mas o PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado *socialismo real* têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo hegemonizado por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista.²⁵⁸

Tais movimentos deveriam ser valorizados “porque rompem com a paralisia política, recolocam em cena aberta os diversos agentes políticos e sociais, impulsionaram conquistas democráticas e, em perspectiva, podem abrir novas possibilidades para o socialismo”²⁵⁹. Ou seja, o PT apoiava todas as medidas de democratização como necessárias para reforçar a luta contra a burocracia stalinista e abrir caminhos para outras concepções do socialismo

²⁵⁷ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: op.cit..

²⁵⁸ I Congresso (1991) In: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p 432.

²⁵⁹ Ibidem. p.432.

No entanto, ao contrário do que acreditavam os petistas, a crise do socialismo soviético represento a emergência de outras correntes do socialismo, mas sim um declínio generalizado das ideias socialistas. Perry Anderson ressalta que, além da derrocada da URSS, assistia-se simultaneamente a derrota das forças socialistas na Europa que se apresentavam como uma alternativa ao neoliberalismo. Ao longo da década de 1980, enquanto a maioria dos países no norte do continente elegiam governos de direita e neoliberais, no sul do continente, chegavam ao poder, pela primeira vez, governos de esquerda: Mitterrand, na França; Gonzalez, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreu, na Grécia. Todos eles se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários e populares, que se opunham a linha neoliberal dos governos Reagan e Thatcher, e que lutavam para construir um Estado de Bem-Estar no sul da Europa. No entanto, em fins dos anos 1980, todas essas experiências tinham fracassado e os governos socialistas se viram forçados pelos mercados financeiros a mudar drasticamente o curso de suas políticas, reorientando-as para uma linha muito próxima à ortodoxia neoliberal. No final da década, o nível de desemprego e as políticas de austeridade dos países governados pela esquerda europeias eram os mesmos dos governos neoliberais.²⁶⁰

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, ao final dos anos 1980 o movimento socialista tinha sofrido uma derrota no seu conjunto. A derrocada do socialismo soviético não favoreceu nenhuma das outras correntes do socialismo que esperavam prosperar a sombra da crise da URSS: tanto trotskistas, como eurocomunistas, ou socialdemocratas, todos viram diminuir sua influência na sociedade, de modo que ao final dos anos 1980 todas essas correntes atravessavam profundas dificuldades. Diante desse novo contexto histórico, muitas das organizações de esquerda abandonaram o socialismo e aproximaram-se gradativamente das ideias neoliberais, adotando propostas que não ameaçavam em nada a ordem capitalista.²⁶¹

Todos esses fatores, combinados, tiveram um peso muito grande na conjuntura dos anos 1990. Analisando o debate político e ideológico que se seguiu ao colapso da União Soviética, Robin Blackburn observou que a interpretação dominante sobre a derrocada do socialismo soviético afirmava que este fato representava uma grande “lição da história” que demonstrava como é perigoso e irreal supor que uma economia moderna possa prescindir da complexidade

²⁶⁰ ANDERSON, Perry. Introdução in: ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (org.). **Um mapa da esquerda na Europa ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

²⁶¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

e da autonomia das relações de mercado, de onde se concluía que as normas e as instituições da democracia liberal seriam fundamentais para qualquer tipo de sociedade. Neste sentido, a crítica não recaiu somente sobre o estatismo e o burocratismo da experiência soviética, ou sobre a economia planejada e a forma do Estado-partido, mas o socialismo em geral foi apontado como um grande entrave ao desenvolvimento humano, chegando a comprometer, como ressalta Blackburn, a própria ideia de socialismo.²⁶²

A derrocado da União Soviética teve um profundo impacto sobre o campo político e ideológico das sociedades modernas. Do final do século XIX até as últimas décadas do século XX, a maioria das organizações do campo político das esquerdas formaram suas convicções e construíram a sua ação política numa época em que o socialismo era uma referência essencial para todos aqueles que almejavam mudar o mundo, desde os partidários do modelo socialdemocrata até as correntes comunistas. E como vimos, muitas dessas experiências reivindicavam a identificação com a teoria e a prática dos conselhos populares. Tal como observou Martorano, os conselhos populares foram a principal forma política encontrada pelos trabalhadores nas tentativas de superação da ordem capitalista ao longo do século XX. As ideias socialistas haviam hegemonizado o movimento operário e as esquerdas ao longo do século XX, no entanto, a partir do final desse século, as transformações engendradas pelo capitalismo e pela crise da URSS fez o ideal de uma sociedade socialista entrar em declínio.

Os anos 1990 marcaram, portanto, a emergência de uma Nova Ordem Mundial, que naquele momento foi denominada de Globalização. A partir de então, o mapa do mundo foi sendo reestruturado sob o signo do neoliberalismo, de modo que a globalização, como ascensão da economia de mercado, representou o elemento dominante da história mundial nos anos 1990, em todos os planos da vida social: economia, política, cultura e sociedade. Segundo Octavio Ianni, a globalização foi a expressão de um novo ciclo de expansão do capitalismo, como “modo de produção e processo civilizatório” de dimensões planetárias, que desfez as hegemonias construídas durante a Guerra Fria sob as quais desenhava-se o mapa do mundo até a queda do muro de Berlim.²⁶³

A crise dos socialismos foi acompanhada por uma direitização do clima político e ideológico do Ocidente promovida pela ascensão do neoliberalismo, como afirma Therborn, o que trouxe consigo um duplo movimento: por um lado, uma super exaltação do mercado como

²⁶² BLACKBURN, Robin. O socialismo após o colapso in: BLACKBURN, R. (org.). **Depois da queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

²⁶³ IANNI, Octavio. Globalização e a nova ordem internacional. In REIS; FERREIRA; ZENHA. **O século XX** – v.3. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

portador de todas as benesses, e por outro, uma satanização do Estado como causador de todas as desgraças das sociedades capitalistas. Segundo Therborn, o neoliberalismo seria a superestrutura ideológica e política que acompanha as transformações do capitalismo contemporâneo.²⁶⁴

Como se sabe, o neoliberalismo é, antes de tudo, uma doutrina que se opõe frontalmente as teorias do Estado intervencionista. Tal como analisou David Harvey, as ideias neoliberais partem do entendimento de que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se o capital das amarras do poder público, por isso qualificam toda e qualquer forma de intervenção estatal como uma ameaça totalitária. Seus argumentos baseiam-se fundamentalmente na crítica ao Estado e na exaltação do mercado e da iniciativa privada. No discurso neoliberal, o Estado é sempre apontado como o maior inimigo das liberdades, devido às formas de controle que ele desenvolveu ao longo do século XX, ao passo que o mercado e a iniciativa privada são apresentados como a encarnação da liberdade contra as práticas disciplinadoras e regulatórias do poder. Neste sentido, a ascensão do neoliberalismo foi uma expressão da contra-ofensiva dos setores dominantes do capitalismo frente ao keynesianismo, na medida em que o seu modelo de desenvolvimento buscava dissolver as barreiras que limitavam a expansão do capitalismo, daí os pilares de seu programa serem: a desregulamentação do trabalho, a abertura da economia, a privatização e o corte nos gastos públicos.²⁶⁵

No Brasil, essa “derrota histórica” foi representada pela vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989 representou a vitória do projeto neoliberal sobre a proposta democrático-popular representada pelo candidato Lula. Na avaliação do PT,

Apelando diretamente ao eleitorado – a quem chama de “pés-descalços” e “descamisados” – com um discurso supostamente antielites, privatizante, neoliberal e modernizador, Collor de Mello apresentou-se à burguesia brasileira como alternativa ao fracassado Governo Sarney, ao mesmo tempo que a livrou de uma derrota frente aos setores populares: um governo democrático-popular, encabeçado por Lula.²⁶⁶

Embora o governo Collor tenha sido tortuoso, o neoliberalismo demonstrou um poder de enraizamento político e social muito mais profundo e duradouro na sociedade brasileira. Pode-se mesmo afirmar que a história do Brasil nos anos 1990 foi marcada pela implementação,

²⁶⁴ THERBORN, Göran A crise e o futuro do capitalismo In: SADER, E. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

²⁶⁵ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2ª ed., Edições Loyola: São Paulo, 2011.

²⁶⁶ I Congresso (1991) In: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.453.

consolidação e predomínio da hegemonia neoliberal no país. A experiência brasileira inseriu-se na terceira grande onda de experimentações neoliberais de um movimento político e ideológico de escala internacional. Ou seja, quando o neoliberalismo ascendeu ao poder no Brasil, ele já havia se tornado uma força hegemônica primeiramente na Europa e nos Estados Unidos, depois no Leste Europeu e finalmente na América Latina, de modo que as políticas neoliberais e seus impactos eram bem conhecidos quando começaram a ser implantados no país.

O novo projeto político que se sagrou dominante no Brasil contemporâneo parte do entendimento de que o modelo nacional-desenvolvimentista, instituído no país por volta da década de 1930, tinha se esgotado. Afirmava-se que era preciso pôr um fim ao Estado “gastador” e “desperdiçador” e que acabando com a “Era Vargas” o país poderia modernizar a sua economia. Orientado por tais concepções, a partir dos anos 1990, tem se início um processo de “ajuste estrutural” da sociedade brasileira com o objetivo de adequar o país aos novos padrões de trabalho e sociabilidade sobre os quais a economia mundial vinha se reformulando desde a crise dos anos 1970, um capitalismo baseado numa acumulação “flexível” e “financeirizada”.

Assim, desde a eleição de Collor, responsável pela introdução oficial do neoliberalismo no Brasil, passou a ser voz corrente nos meios políticos e intelectuais a inescapável necessidade de reduzir o tamanho do Estado, privatizar as empresas estatais, controlar gastos públicos, abrir a economia, etc. Segundo Francisco de Oliveira, a política de Collor identificou no Estado gastador e desperdiçador o “bode expiatório” da má distribuição de renda, da situação degradada da saúde, da educação e das políticas sociais, que colocou em curso um movimento de reorganização da sociedade em função do livre mercado, a partir do que importantes setores econômicos e sociais controlados pelo Estado foram repassados a iniciativa privada e regido pela lógica do capital²⁶⁷.

Daí que os chamados ajustes estruturais neoliberais retiraram grande parte dos mecanismos regulatórios das economias nacionais, gerando desemprego e pauperismo. Conforme reconhece José Murilo de Carvalho em seu estudo sobre a história da cidadania no Brasil, as transformações da economia internacional contribuíram para pôr em xeque a própria noção de direitos, de modo que a agenda política do país passou a ser orientada pela necessidade de uma reforma do Estado centrada nos temas da privatização e da redução dos gastos públicos,

²⁶⁷ OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. op.cit.

que atingia diretamente as possibilidades de efetivação dos direitos que haviam sido conquistados com a Constituição de 1988²⁶⁸.

De modo que, para promover esse movimento de contrarreforma foi necessário destruir a capacidade de luta e de organização de parte importante da sociedade brasileira que resistiam a ideologia neoliberal. Neste sentido, a hegemonia neoliberal foi capaz de metamorfosear um movimento de esperança das classes subalternas, que ao longo dos anos 1980 mostrou uma extraordinária vitalidade quando de certa forma conseguiu conter o avanço do neoliberalismo no país, num movimento de refluxo e capitulação das lutas sociais, de tal maneira que as transformações introduzidas pelo neoliberalismo na sociedade brasileira produziram um significativo apassivamento da luta de classes no país, ao mesmo tempo que recuperou, aos poucos, a estabilidade da ordem capitalista no Brasil. O acomodamento daquele vigoroso movimento de massa que se desenvolveu ao longo dos anos 1980 à nova ordem política e econômica instituída no Brasil nos anos 1990 implicou um amplo processo de reformulação neoliberal da sociedade brasileira.

Ou seja, o apassivamento das classes subalternas, como enfatiza Eurlino Coelho, “não se dá como experiência puramente subjetiva”, de modo que foram as condições geradas pela “derrota histórica das classes subalternas” forneceram as bases sociais, sem as quais não é possível compreender esse processo de apassivamento do projeto contra-hegemônico. Importante assinalar que as transformações no Brasil a partir do início dos anos 1990 instaurou uma nova correlação de forças nos três momentos fundamentais (estrutura econômica, sociedade civil e Estado) sobre os quais se dão a luta de classes numa determinada conjuntura.

No plano da economia e das relações de produção, a abertura dos mercados implementada inicialmente pelos governos neoliberais fez avançar no Brasil novas formas de trabalho que se caracterizavam por um novo padrão tecnológico e por uma precarização das relações de produção. Segundo Ricardo Antunes, a incorporação de novas tecnologias (como a automação, a robótica e a microeletrônica, etc.) provocou um movimento de eliminação do trabalho humano, que teve como consequência um aumento expressivo da taxa de desemprego no país. Além disso, o capitalismo na sua forma globalizada também apresenta uma tendência à subproletarização da força de trabalho, que se manifesta na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, voluntário, subcontratado, terceirizado e de tantas outras formas de trabalho sem direitos.²⁶⁹

²⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. op.cit.

²⁶⁹ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

Na mesma direção, Giovanni Alves afirma que as linhas determinantes do capitalismo globalizado foram implementadas mais amplamente no Brasil a partir dos anos 1990, com a introdução das políticas econômicas neoliberais (privatização, abertura comercial, ajuste monetário) e das transformações produtivas (inovações tecnológicas e organizacionais), que consiste numa verdadeira ofensiva do capital com o objetivo enfraquecer o poder social dos trabalhadores, pois tinha por objetivo debilitar o poder objetivo da classe trabalhadora no processo produtivo através do aumento do desemprego e da introdução de um padrão de acumulação flexível (precarização, terceirização, prestação de serviços, etc.), por meio dos quais são eliminados diversos direitos sociais e trabalhistas que foram conquistados ao longo do século XX.²⁷⁰

Segundo o PT, o governo “Collor busca credenciar-se, com a legitimidade das urnas, para conduzir um governo que se propõe inaugurar uma nova era do capitalismo no Brasil”²⁷¹.

Esse novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista desarticula o núcleo de trabalho operário da indústria, investe sobre as conquistas sociais e fragmenta a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta sindical e política. Com base nesse novo surto tecnológico, assumem novas e gigantescas dimensões as potências espoliadoras do capital sobre o trabalho, intensificando-se a exploração da força de trabalho...²⁷²

Os fenômenos do desemprego e da precarização transformaram-se num dos núcleos articuladores da hegemonia neoliberal como fatores de desequilíbrio da correlação de forças em prol das classes dominantes. Como ressalta Francisco de Oliveira, a partir dos anos 1990, o Brasil entrou numa “era de indeterminação” em que a precarização das relações de produção e os avanços tecnocientíficos geraram uma situação em que o “trabalho sem-forma” incluía mais de 50% da força de trabalho do país. Um verdadeiro processo de “desmanche” da classe através do desemprego, da fragmentação dos trabalhadores e da precarização das relações de trabalho.²⁷³

Tais transformações do capitalismo e de sua base tecnológica atuaram poderosamente sobre as classes subalternas, desorganizando os trabalhadores e alterando a correlação de forças entre as classes. Do ponto de vista político e ideológico, observa Edmundo Dias, o mais

²⁷⁰ TEXEIRA, Francisco J.S.; OLIVEIRA, Manfredo A. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

²⁷¹ I Congresso in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p 453.

²⁷² Ibidem. p.484.

²⁷³ OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação. op.cit.

importante é que este processo de desenvolvimento técnico seja visto como natural, sem sujeito, visto como o motor da história, no entanto, a verdade é que a técnica é também um momento da luta de classes, tendo em vista que a aplicação capitalista das tecnologias visa sempre ampliar o processo de subsunção real do trabalho ao capital²⁷⁴. Na avaliação geral dos pesquisadores que se dedicavam ao estudo do mundo do trabalho, o neoliberalismo, e as novas formas de organização do trabalho que ele impulsionou, imprimiu uma profunda derrota ao movimento operário do século XX, tanto na sua “vertente socialdemocrata”, quanto na sua “vertente marxista-leninista”. Algumas interpretações, como a de Alain Bihr, entendiam que o conjunto das transformações introduzidas no capitalismo contemporâneo promoveram uma fragmentação tal do proletariado, que tende a enfraquecê-lo e paralisá-lo enquanto força política e social no capitalismo contemporâneo²⁷⁵.

O impacto que essas transformações do capitalismo desencadeadas no Brasil a partir dos anos 1990 não se circunscreveu unicamente à esfera da produção e das relações de trabalho, mas se fez sentir por todo o conjunto da sociedade brasileira, em especial no campo da sociedade civil. De acordo com Gramsci, a sociedade civil é o espaço onde criam as ideologias e onde se organiza a luta política, ou seja, a sociedade civil é o lugar privilegiado da disputa de projetos societários a partir dos quais se estrutura a disputa pela hegemonia, que define o campo ideológico onde se movem as classes ou grupos sociais numa determinada época. É na sociedade civil que se constrói a organização das vontades coletivas e onde se produz formas de consciência social que podem ser adequadas a lógica do capital (hegemonia) ou, ao contrário, capazes de oporem-se aos interesses e aos valores das classes dominantes (contra-hegemonia).

Ricardo Antunes ressalta que a profundidade das transformações que se processaram na sociedade capitalista deve-se “ao fato de que, simultaneamente, atingiu a materialidade e a subjetividade do ser-que-vive-do-trabalho”, que levou as organizações dos trabalhadores a abandonarem qualquer proposta de luta anticapitalista²⁷⁶. Esta nova realidade do capitalismo arrefeceu e acuou o movimento de luta dos trabalhadores brasileiros que havia surgido em fins dos anos 1970 com o novo sindicalismo. A hegemonia neoliberal promoveu uma reeducação ético-política, individual e coletiva, dos cidadãos brasileiros, objetivando alterar o nível bastante equilibrado da correlação de forças entre projetos em disputa nos anos 1980. De fato, o movimento de trabalhadores na década de 1990 não conseguiu demonstrar a mesma vitalidade

²⁷⁴ DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida**: op.cit..

²⁷⁵ BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

²⁷⁶ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. op.cit. p.149.

política (ou adesão de massas) da década passada. Entre as principais causas do decréscimo do sindicalismo estavam a profunda recessão, desemprego crescente, burocratização das direções, entre outros. Assim, o movimento operário sofreu uma grande virada na década de 1990, que levou a principal organização sindical dos trabalhadores, a CUT, a abandonar qualquer proposta política com algum referencial socialista.

Desde as primeiras medidas liberalizantes do governo Collor, a CUT assumiu uma posição de defesa do emprego e dos direitos sociais como prioridade. O sindicalismo da CUT deixou de viver a mesma vibração com a participação das bases e com o referencial socialista. Neste momento, a CUT vai adotando uma postura mais voltada para a negociação e proposição. Outro indicativo dessa tendência colaboracionista na classe trabalhadora brasileira foi o surgimento da Força Sindical, central sindical criada em 1991, que representou o desenvolvimento de uma vertente de sindicalismo mais disposta ao diálogo do que ao confronto.

Em seus documentos do início dos anos 1990, o PT não se refere explicitamente a um recuo do movimento de massas, porém menciona frequentemente uma necessidade de “retomada da mobilização e da organização popular”, pois “o PT não pode ficar na defensiva nem aceitar a chantagem do governo, que, a pretexto de racionalizar o Estado, quer vender o patrimônio público, quer calar e perseguir o funcionalismo público, desmantelando suas organizações sindicais e liquidando seus direitos sociais”. Neste sentido, o partido percebia que a luta de classes no Brasil estava entrando numa nova fase, de modo que o “movimento sindical e popular deve organizar-se para enfrentar um novo governo e um novo período da economia brasileira”²⁷⁷. O PT também sofreu o seu processo de transformação nos anos 1990, marcado por uma certa acomodação do partido a dinâmica eleitoral.

As principais organizações de luta dos trabalhadores, que ao longo dos anos 1980 se constituíram no eixo articulador de um projeto contra-hegemônico no Brasil, entraram num período de refluxo e de defensiva. Esta reconfiguração e apassivamento da sociedade civil brasileira ocorrida nos anos 1990 resultou numa conquista de parte das classes subalternas ao projeto neoliberal. Para Fontes, esse processo envolveu modificações na própria base organizativa das classes subalternas, que foi em parte desmantelada e em parte reconfigurada pelo surgimento de uma infinidade de ONGs e entidades filantrópicas. Na década de 1990 esse processo se intensificou, convertendo muitas organizações populares em instâncias de “inclusão cidadã” sob crescente direção empresarial. Esta mercantilização da militância contribuiu para segmentar o campo popular e significou a subalternização de uma enorme quantidade de

²⁷⁷ VII Encontro (1990) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit.

entidades ao predomínio das fundações e associações empresariais “sem fins lucrativos”, arregimentadas pela ideologia da responsabilidade social. A atuação destas entidades tornava-se cada vez mais pontual e esvaziada de qualquer conteúdo organizativo contra-hegemônico. Neste sentido, a sociedade civil brasileira foi reconfigurada através de dois movimentos: esvaziamento do ímpeto socializante e cooptação de entidades e movimentos para o campo da filantropia. Com isso, as perspectivas de emancipação humana foram se enfraquecendo e o universo político e ideológico da esquerda passou a ser preenchido com valores do universo democrático liberal.²⁷⁸

Dáí que a participação popular e o controle social puderam ser incorporados à ordem do capitalismo contemporâneo, subalternizando as mais diversas formas de organização popular à hegemonia das classes dominantes. Segundo Dias, a captura da subjetividade do antagonista reduz a luta de classes ao seu aspecto político parlamentar, todo esse processo contribui para a subordinação e o apassivamento da classe trabalhadora diante da ordem vigente. A aceitação da institucionalidade vigente leva a política para uma concepção liberal da política onde deve prevalecer o “interesse geral”, fundado na neutralidade do Estado e na superioridade do parlamento.

Esse processo, não poderia ser diferente, teve um grande impacto sobre o movimento de expansão dos conselhos e da participação popular na década de 1990, o importante princípio da participação política, ressignificado pela hegemonia neoliberal ganha um caráter “asséptico” de participação social em ONGs. Essas associações civis privadas sem fins lucrativos veem se constituindo como instrumento de ampliação dos marcos da democracia direta após a abertura, em importantes veículos de repolitização da política, pois, por intermédio de suas atividades, passaram a disseminar os postulados e proposições neoliberais. Contudo, essa ressignificação da sociedade civil levou parcela significativa das forças progressistas na atualidade brasileira a supervalorizar o caráter emancipador dos instrumentos da democracia direta e, com isso, aceitar acriticamente as novas estratégias da hegemonia neoliberal, que têm no estímulo à ampliação dos instrumentos da democracia direta, na organização da sociedade civil um vetor importante da legitimação social ao seu projeto de Estado. Processo que analisaremos mais detidamente a seguir.

Apoiando-se nas análises de Gramsci, Lúcia M. W. Neves afirma que hegemonia é quando a classe dominante consegue conquistar o consentimento e a “adesão voluntária” das classes subalternas em torno das estratégias de reprodução do capital. A hegemonia é o êxito

²⁷⁸ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. op.cit.

em alcançar a adesão dos grupos dominados as ideias e práticas definidas pelas classes dominantes. No fundo, afirma Neves, o que estava em jogo ao término do regime militar era a capacidade das classes dominantes brasileiras de construir, através do Estado e de suas organizações na sociedade civil, as formas de legitimação política e ideológica para as novas estratégias de desenvolvimento do capitalismo, por dentro das instituições democráticas. Neste sentido, as classes dominantes brasileiras foram capazes de realizar uma típica revolução passiva no país por meio da hegemonia neoliberal, através de um processo de refuncionalização de determinadas demandas, originalmente pertencentes às classes subalternas, mas que ressignificadas pelas classes dominantes, operaram um apassivamento das classes subalternas.

279

Segundo Neves, essa repolitização das demandas sociais foi capaz de promover um rebaixamento da consciência de classe para um nível econômico-corporativo cada vez mais desassociado de qualquer projeto alternativo (ético-político) de sociedade. Segundo Neves, os aparelhos produtores da hegemonia neoliberal promoveram uma repolitização da classe trabalhadora a partir da qual as desigualdades brasileiras passaram a ser imputadas essencialmente à incompetência e a ineficácia dos governantes ou do Estado, e não mais ao capitalismo. Neste sentido, a década de 1990 protagonizou uma redefinição das práticas político-ideológicas das classes subalternas que implicou no abandono de um projeto contra-hegemônico de sociedade para se acomodar nos marcos da hegemonia neoliberal vigente.²⁸⁰

Retomando a distinção gramsciana segundo a qual “a grande política compreende as questões ligadas à fundação de Estados, a luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”, enquanto que “a pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida”, Carlos Nelson Coutinho afirma que a hegemonia neoliberal no Brasil difundiu uma concepção da política que a restringia a disputa de interesses imediatos, econômico-corporativos, concepção que bloqueia a construção de grandes projetos de sociedade e promove uma naturalização das relações sociais, mais precisamente, uma transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum das massas, inclusive das classes subalternas. O que transforma a política em administração do existente, simples gestão de conflitos e interesses, e não mais como uma possibilidade de transformação social.²⁸¹

²⁷⁹ NEVES, Lucia Maria W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. op.cit.

²⁸⁰ NEVES, Lucia Maria W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. op.cit.

²⁸¹ COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C.. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

De acordo com a expressão cunhada por Neves, a hegemonia neoliberal promoveu uma “repolitização da política” que implicou numa resignificação da ideia de participação política e de suas práticas.

A nova pedagogia da hegemonia atua no sentido de restringir o nível de consciência política coletiva dos organismos da classe trabalhadora que ainda atuam no nível ético-político para o nível econômico-corporativo. Mais precisamente, a nova pedagogia da hegemonia estimula a pequena política em detrimento da grande política, propiciando, contraditoriamente, à classe trabalhadora a realização da grande política da conservação. Vale Lembrar, ainda conforme a orientação gramsciana, que os movimentos em torno da pequena política traduzir-se-iam, exemplarmente, tanto no plano mundial quanto regional, em ações como projetos de auto-ajuda, estímulo a um conceito de cidadania restrita, ênfase em ações destinadas à valorização de demandas e espaços comunitários e locais, dentre tantos outros.²⁸²

Segundo Neves, as classes dominantes implementaram, através do Estado e de suas organizações na sociedade civil, uma “nova pedagogia da hegemonia” pautada num modelo novo de cidadania que enfatiza a importância da participação política, porém orientado para ações individuais ou locais e direcionadas pela ideia de responsabilidade social, que prega uma colaboração interclassista no enfrentamento da questão social.²⁸³

Neste sentido, ao longo dos anos 1990 operou-se uma alteração das relações entre sociedade e política no Brasil, indicando que esse tipo de “americanismo” (hegemonia da pequena política) passava cada vez mais a hegemonizar a política brasileira. Tal como afirma Neves, o neoliberalismo é um projeto de sociedade que promoveu no país ao mesmo tempo uma despolitização da política e uma repolitização da sociedade civil. Despolitização da política, no sentido da inviabilização de projetos de transformação social do capitalismo, que limita as possibilidades históricas aos marcos de uma política social pontual e fragmentada no interior da ordem vigente. E repolitização da sociedade civil, no sentido do fortalecimento de práticas que induzem a conciliação de classes, promovendo um redirecionamento da luta política das classes subalternas, de modo que a organização sindical e popular a partir da ascensão do neoliberalismo não caminhou majoritariamente para a construção de um projeto contra-hegemônico no Brasil. Os movimentos sociais e populares, a partir dos anos 1990, passaram a se organizar com uma dinâmica que muitas vezes reforçava a fragmentação de suas lutas e a subordinação de suas iniciativas às diretrizes neoliberais para a sociedade brasileira.²⁸⁴

²⁸² NEVES, Lucia Maria W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. op.cit. p.35-6

²⁸³ Ibidem.

²⁸⁴ Ibidem.

Essa reconfiguração da participação da sociedade civil foi um elemento importante das transformações promovidas pelos neoliberais no âmbito do Estado por este processo de revolução passiva, pois eles se transformaram em importante instrumento de legitimação do Estado neoliberal. Uma das dimensões significativas da reforma do Estado implementada no Brasil a partir dos anos 1990, produtora de significativas alterações na relação entre Estado e sociedade civil, foi a reforma administrativo-gerencial da aparelhagem estatal, que se configurou em importante instrumento difusor de uma nova cidadania. A reforma neoliberal do Estado brasileiro foi essencial tanto para fazer avançar a nova estrutura econômica do capitalismo contemporâneo, bem como para consolidar a hegemonia neoliberal no país. O Estado de bem-estar social foi perdendo espaço para o Estado neoliberal. De produtor de bens e serviços, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil.

Na ótica dos neoliberais, a Constituição brasileira era apresentada como um entrave ao desenvolvimento do país por ser “burocrática” demais. Aquilo que se constituiu no Brasil como esboço de um Estado de bem-estar social, a Constituição de 1988, era agora considerado a razão da crise política e econômica do país. A partir de uma suposta constatação de que a crise enfrentada pelo capitalismo decorria da natureza burocrática e excessivamente regulatória do Estado no Brasil, as classes dominantes instituíram mecanismos para minimizar tanto o raio de ação do Estado na sociedade. Alegando-se que o Estado era gastador, pesado, ineficiente, formou-se um grande consenso nacional em torno da necessidade de implementar as reformas “modernizantes” que levariam o Brasil a uma posição de destaque na chamada era da globalização.

Tais políticas em favor do mercado acarretaram, mesmo nos países centrais do capitalismo, sérias consequências sociais, como o aumento da pobreza e do desemprego e a diminuição da rede de proteção social prevista na constituição. Nesse primeiro momento, tal cruzada contra o Estado esteve acompanhada pela apologia do mercado como instância central para organizar a vida coletiva, empreendendo-se uma árdua defesa pela privatização de empresas públicas e a terceirização de políticas públicas sociais sob a justificativa de que o mercado, como mecanismo de regulação, seria muito mais eficaz do que o Estado, obtendo melhores resultados com menores custos.²⁸⁵

No entanto, afirma José Paulo Netto, o Estado mínio que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao “Estado guarda noturno” (aquele simplesmente voltado para a

²⁸⁵ Ibidem. op.cit. p.175-176.

defesa da propriedade). Se por um lado os neoliberais combatem os sistemas de proteção social típicos do Estado de bem estar social, por outro lado, propõem algum tipo de ação estatal em face do pauperismo²⁸⁶. Do Estado se requeria a não intervenção limitadora nos negócios e se tolerava alguma forma de proteção aos trabalhadores, desde que isso não afetasse a lógica de funcionamento do mercado capitalista. Neste sentido, a recorrência à sociedade civil corresponde à necessidade de envolver a sociedade nas ações estatais, conferindo legitimidade aos ajustes e reformas requeridos pelo processo de reestruturação capitalista.

O apelo à cidadania como uma responsabilidade social de cada indivíduo, grupo ou comunidade, constitui-se em importante estratégia de minimização dos efeitos da superexploração a que está submetida boa parcela da classe trabalhadora mundial em consequência dos efeitos do desemprego estrutural e dos processos de precarização das relações de trabalho. Tal apelo à responsabilidade social, fundamentado na noção de sociedade civil enquanto espaço de ajuda mútua organicamente independente do Estado, consubstancia a estratégia da classe dominante, sob a direção do neoliberalismo, de retração da participação popular aos limites de um pacto social no qual capital e trabalho procuram humanizar as relações sociais vigentes de exploração e de dominação. Assim, a chamada sociedade civil ativa se tornaria o locus da ajuda mútua, da solidariedade, da colaboração e da harmonização das classes sociais.

Portanto, como é próprio de todo processo de revolução passiva, ocorreu no Brasil contemporâneo uma incorporação e uma refuncionalização de determinadas demandas originalmente pertencentes às classes subalternas, mas que ao serem assimilada pelas classes dominantes reforçavam a ordem capitalista. As transformações desencadeadas pelo neoliberalismo nos três momentos da luta de classes (base econômica, sociedade civil e Estado) criaram as bases que permitiram realizar o apassivamento das classes subalternas no país, cooptando e repolitizando a luta pela participação popular sob uma direção de colaboração de classes.

Como já viemos afirmando ao longo de toda a pesquisa, o processo de mobilização e politização das classes subalternas que emergiu no Brasil durante os anos 1980 deu-se principalmente em torno de dois eixos fundamentais: a “luta pela democracia” e a “luta contra as desigualdades”. A derrocada do regime militar brasileiro, e de seu modelo de modernização conservadora, desencadeou uma conjuntura de crise política e econômica no país que promoveu um acirramento da luta de classes que basicamente girava em torno da luta pela

²⁸⁶ NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

redemocratização e da luta contra a pobreza. A revolução passiva realizada pelas classes dominantes brasileiras incorreu numa incorporação dessas demandas e numa refuncionalização dessas reivindicações. Fontes ressalta que a ascensão do neoliberalismo, a partir da década de 1990, foi capaz de assimilar os anseios da população brasileira por democracia e por melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que realizou um trabalho de reelaboração dessas questões com o objetivo de instrumentalizá-las como forma de afirmar o poder e os interesses das classes dominantes.

Contraditoriamente, as reformas neoliberais foram capazes de suplantar a crise política e econômica que havia se delineado no Brasil ao longo dos anos 1980. Economicamente, esta crise provinha de um esgotamento do Estado nacional-desenvolvimentista, enquanto que politicamente, esta crise era fruto da ascensão de um forte movimento de massa que se constituiu em torno da crítica ao Estado autoritário e as desigualdades sociais do país. Neste sentido, as reformas neoliberais implementadas ao longo do Brasil ao longo dos anos 1990 produziram significativas alterações na economia brasileira, mas também na correlação de forças. A luta pela democracia foi contemplada na constituição de 1988, pela primeira vez na história do Brasil a burguesia rompia com o modelo de modernização conservadora e se lançava num regime democrático baseado no sufrágio universal. No entanto, com a ascensão do neoliberalismo no Brasil a democracia foi reduzida aos seus aspectos “minimalistas”, de modo que a crise econômica foi “superada” pelos ajustes estruturais neoliberais (privatização, flexibilização, etc.) e as classes subalternas foram apassivadas no interior da ordem social vigente e normalizadas dentro de uma ordem democrática, destituída de seu teor igualitário.²⁸⁷

Essa revolução passiva realizada pela hegemonia neoliberal foi capaz de incorporar as demandas por maiores liberdades e por espaços de participação política, que nos anos 1980 eram reivindicações características dos movimentos sociais e populares, mas que foram incorporadas pela reforma gerencial do Estado dos anos 1990 e redefinidas no sentido estipulado pelo Consenso de Washington, em que a participação da sociedade civil é apresentada como um dos principais pilares de sustentação do Estado neoliberal. Essa participação tinha por objetivo promover uma espécie de privatização dos serviços sociais, criando espaços de colaboração entre o poder público e a iniciativa privada que permitissem reduzir os gastos públicos como exigido pelo receituário neoliberal, ao mesmo tempo em que

²⁸⁷ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. op.cit.

conseguisse cooptar diversos movimentos sociais e militantes para formas de trabalho voluntário e atividades filantrópicas direcionadas pelos governos e por empresários.²⁸⁸

Fontes ressalta que neste processo de revolução passiva e repolitização das demandas populares, a hegemonia neoliberal elevou a pobreza à dimensão de grande urgência nacional, buscando através do combate à pobreza um processo de apassivamento das classes subalternas. Tendo em vista que as desigualdades brasileiras eram por demais evidentes para serem negadas, todo o discurso da solidariedade que a hegemonia neoliberal fomentou no Brasil durante a década de noventa consiste numa tentativa de redirecionar a luta de classes dos anos 1980, procurando operar uma separação entre questões imediatas (combate à pobreza) dos problemas estruturais decorrentes do capitalismo na sua forma contemporânea. A hegemonia neoliberal incorporou a luta contra as desigualdades, lembra Fontes, no entanto, a converteu em “inclusão cidadã”, atribuindo assim um novo significado a ela, pois passa a predominar a luta pelos excluídos e a ideia de que a pobreza se deve a gestão ineficiente dos recursos públicos, sendo que as desigualdades sociais passam a ser imputadas à incompetência dos governantes, e não mais como uma consequência da sociabilidade capitalista.²⁸⁹

O combate à pobreza tornou-se um importante elemento da hegemonia neoliberal no Brasil, a partir de onde se afirmava que a única saída é gerenciar adequadamente os recursos, sem desperdícios ou gastos exagerados, de forma muito semelhante à iniciativa privada. Por aí se entende porque o “combate à pobreza” promovido pelos governos na era neoliberal não se deu através da afirmação de direitos universais, mas sim através de Ongs e ações focalizadas, numa espécie de terceirização das políticas sociais. Para Sitcovsky, os ideais da participação da sociedade civil foram recolocados em bases neoliberais. A nova relação entre Estado e sociedade civil jogou água no moinho dos processos de desresponsabilização do Estado e de socialização dos custos sociais. O modelo de parceria público/privado empregado no Brasil contemporâneo apresenta um caráter neoliberal (recomendado inclusive pelos organismos financeiros internacionais) que reatualiza práticas tradicionais da assistência social no Brasil, como a filantropia, a caridade e o voluntariado.

De forma muito imbricada, a ofensiva do capital e das classes dominantes nessas três dimensões da vida social (economia, sociedade civil e Estado), momentos da luta de classes como diria Gramsci, forneceram as bases de uma conjuntura que resultou num profundo

²⁸⁸ SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil in: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 3ªed. – São Paulo: Cortez, 2009.

²⁸⁹ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. op.cit.

movimento de apassivamento das classes subalternas no Brasil contemporâneo. Por meio dessas transformações, as classes dominantes foram capazes de apassar e resignificar os principais eixos em torno dos quais se deram a disputa de projetos entre as classes sociais ao longo dos anos oitenta, permitindo que uma das expressões mais radicais do processo de redemocratização da sociedade brasileira, a luta pelos conselhos, fosse acomodada no interior da hegemonia neoliberal.

Essa inflexão na luta de classes teve uma profunda incidência sobre a luta pela participação popular na medida em que as transformações postas em curso pelo neoliberalismo colocaram em crise a ideologia, o projeto político e as próprias bases sociais as quais estavam vinculadas a lutas pelos conselhos populares nos anos 1980, de modo que a partir da conjuntura de 1990 a luta pela participação começa a sofrer um redirecionamento tanto na sociedade civil, quanto no projeto político petista.

3.3 - Crise do projeto contra-hegemônico e apassivamento dos conselhos populares

O início dos anos 1990 marcou o surgimento de uma nova conjuntura no Brasil. A crise de hegemonia aberta em meados dos anos 1970, por conta do esgotamento do modelo de desenvolvimento da ditadura militar, começa a encontrar o seu desfecho no biênio 1988-1989, com a promulgação da nova constituição e com a realização a primeira eleição direta para presidente após a queda do regime militar, de modo que a ascensão da hegemonia neoliberal e o apassivamento das classes subalternas foi aos poucos consolidando uma certa estabilidade política e econômica no país. De um contexto marcado pela crise de hegemonia das classes dominantes passou-se para uma conjuntura de crise do projeto contra-hegemônico.

Esse processo de apassivamento da luta de classes no Brasil promoveu uma crise do projeto contra-hegemônico apresentado pelo PT e com isso criou as condições mais gerais para uma repolitização na sociedade civil da luta pela participação. Na medida em que a ideologia, o projeto político e as bases sociais as quais estavam vinculadas a luta pelos conselhos populares foram profundamente abaladas pela ascensão do neoliberalismo no Brasil, isso permitiu que a luta pela participação fosse cooptada e repolitizada sob uma nova direção mais acomodada aos interesses das classes dominantes. Neste sentido, pretende-se compreender a crise do projeto contra-hegemônico, ou seja, do projeto democrático popular tal como ele foi elaborado pelo PT nos anos 1980, e as modificações que a luta mais geral pela participação sofreu na década de 1990.

A crise do projeto contra-hegemônico decorrente das transformações neoliberais provocou uma crise do projeto política autônomo construído pelas classes subalternas do país ao longo dos anos 1980 e que se manifestou no projeto democrático-popular formulado pelo PT. Pois, não obstante as ambiguidades e as indefinições estratégicas do partido, isso não impediu o PT de construir um projeto contra-hegemônico para o país, elaborando e sintetizando na forma de um projeto político elementos de uma visão de mundo que desafiava a direção intelectual e moral das classes dominantes, de modo que o PT representou ao longo dos anos 1980 um contraponto ao projeto de democracia liberal formulado pelas elites durante a transição, em oposição ao qual o partido apresentava um projeto democrático-popular, no interior do qual a proposta de conselhos populares desempenhava uma função estratégica fundamental para a transformação do país. A campanha de 1989 foi o ponto culminante desse projeto contra-hegemônico do qual o PT era a força dirigente. A partir de então, tal como afirma Coelho, passa-se de uma conjuntura de crise de hegemonia para outra de crise do projeto contra-hegemônico, ou seja, enquanto os impasses das classes dominantes com a transição e com a inserção do Brasil na nova ordem mundial começavam a ser superados, o projeto de transformação social começava a ser fortemente questionado, inclusive no por setores das próprias classes subalternas²⁹⁰. De modo que a ascensão do neoliberalismo provocou uma acelerada mudança da correlação de forças no país que de imediato foi percebida pelos atores políticos.

Neste sentido, as resoluções do VII Encontro Nacional do PT, realizado no ano de 1990, já se afirmava que o país vivia uma “situação nova” e aponta a necessidade de uma revisão da linha do partido, enquanto que no I Congresso Nacional, de 1991, já se procurava indicar os caminhos de uma “renovação” da política do partido. A chamada do I Congresso fazia menção a urgência do partido fazer um “balanço crítico desses anos de experiência partidária a fim de promover as necessárias correções no rumo da atuação política impostas pelas novas conjunturas que o país e o mundo enfrentam”²⁹¹. É dentro desse espírito que o PT realizou o seu I Congresso Nacional buscando realizar uma atualização de suas formulações, partindo de um acerto de contas com a experiência acumulada do partido.

Na avaliação do partido,

As alterações na estrutura socioeconômica brasileira (com o surgimento, o rearranjo e a reacomodação de classes e grupos sociais), as reformulações do

²⁹⁰ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. op.cit.

²⁹¹ Ibidem. p.163.

capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas (principalmente nos países do Leste Europeu), por outro lado, obrigam o Partido dos Trabalhadores a um profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica por uma humanidade livre, justa e fraterna...²⁹²

O I Congresso Nacional do PT marcou uma inflexão na história do partido, pois procurou ajustar a ação do partido ao contexto político nacional e mundial que emergia na década de 1990: “após 11 anos de intensa luta política e social, o Partido dos Trabalhadores defronta-se com uma situação diversa daquela que marcou sua origem e crescimento”, de modo que “o PT de hoje está chamado a enfrentar uma situação internacional e um tipo de luta política e ideológica completamente diferentes daqueles existentes à época de sua fundação: o desmanche do Leste Europeu, a crise do socialismo, a ofensiva neoliberal”²⁹³. Portanto, uma situação nova, que aos olhos do partido, demandava uma reformulação da estratégia e do projeto de transformação social. Em meio a essa nova conjuntura, alguns setores partidários sustentavam que era necessário quase que uma “refundação” do PT para adaptá-lo aos novos tempos. Segundo as resoluções do partido, fazia-se necessário a elaboração um “renovado projeto de socialismo democrático”.

O I Congresso do Partido dos Trabalhadores tornou-se o lugar, por excelência, das principais discussões sobre as concepções de mundo e a direção política propostas pelo partido para essa nova conjuntura. Reconhecendo que o quadro havia se transformado, o I Congresso do PT, procurou elaborar uma nova estratégia para o partido, que buscava ampliar o espaço para que a luta institucional, uma vez que o movimento social entrara em descenso. E apontava também para transformações no programa do partido, com o abandono das ideias estatizantes e com a formulação de um projeto de desenvolvimento país centrado na ideia de “mercado socialmente controlado”, de tal forma que o projeto político que se tornou dominante no PT durante os anos 1990 começou a ser delineado no I Congresso do partido.

Como uma ampla literatura procura demonstrar, o I Congresso Nacional do PT representou uma mudança de direção na história do partido. Segundo Paulo Henrique Martinez, uma periodização da história do PT deve sinalizar que uma primeira fase da trajetória do partido se encerrou no I Congresso Nacional. Martinez destaca que ao longo dos anos 1990 o PT foi abandonando progressivamente a estratégia política que o havia caracterizado o partido ao longo da década de 1980, que era uma estratégia baseada na primazia da organização de base

²⁹² I Congresso (1991) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.436

²⁹³ Ibidem.

nos sindicatos e movimentos sociais e na luta pela participação popular, para deslocar sua atuação para o âmbito institucional e da representação parlamentar. Na década de 1980, houve uma articulação mais orgânica no partido entre competição eleitoral e os movimentos de luta dos trabalhadores e das camadas populares. Já na década de 1990, sobressaiu no PT a disputa pela hegemonia política e eleitoral, pela ocupação de postos governamentais e parlamentares, enveredando-se assim pelos caminhos que marcariam a atuação do partido nos anos noventa. Neste sentido, de acordo com Martinez, o I Congresso do PT foi um marco significativo da história do partido porque ele sintetizava um processo de transformações mais profundas do PT, de um partido “contra a ordem” para um tipo de partido “dentro da ordem”.²⁹⁴

Embora num estágio embrionário, já era visível um processo de acomodamento do PT, que se manifestava pela crescente importância das preocupações institucionais e político-eleitorais e função do descenso do movimento de massas. Daniel Aarão Reis Filho procura analisar as “metamorfoses” do partido em conexão com o contexto histórico, a conjuntura de efetivo vigor dos movimentos sociais levou muitos a afirmar que esse deveria ser o eixo principal de articulação e organização do PT. Nessa perspectiva, as lutas político-eleitorais deveriam ocupar um lugar subordinado e auxiliar dos movimentos sociais. Entretanto, a partir dos anos 1990, outros ânimos começaram a prevalecer na sociedade. À conjuntura das grandes lutas sociais dos anos 1980 sucedia-se uma outra época, marcada na sociedade por um ânimo conciliador, moderado, reformista. As esquerdas, em todo o mundo, estavam numa posição de defensiva estratégica. Diante dessa situação, o PT cada vez mais se concentrou na busca do próprio fortalecimento institucional, o que refletia uma adesão a institucionalidade e não mais tanta preocupação em organizar a classe para transformar as instituições. Evidente que essas alterações na política do partido tiveram profundas consequências sobre a proposta de conselhos e a participação popular formulada pelo PT, que era apresentada como o vínculo do partido com as transformações de caráter socialista.²⁹⁵

Enquanto que André Singer assinala que as mudanças do PT foram uma resposta as novas condições políticas e ideológicas decorrentes da ascensão do neoliberalismo (que demoliu as fundações da onde democrática que varreu o país ao longo da década de 1980) e a queda do Muro de Berlim e a derrocada do socialismo real (que abriram uma conjuntura de avanço dos valores capitalistas no mundo). Entendendo que o quadro havia se transformado, o

²⁹⁴ MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005 in: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil v.6**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

²⁹⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

I Congresso do PT apresentou uma reformulação da estratégia e da tática do partido buscando ampliar o espaço da luta institucional no pensamento político petista, uma vez que o movimento social entrara em descenso. Privado da força motriz dos anos 1980, o PT procura afiançar-se no plano institucional, transformando-se cada vez mais de partido ideológico em um partido voltado para as eleições.²⁹⁶

Para Lincoln Secco, o PT sofreu uma inflexão a partir dos anos 1990, sendo que a vida do partido passou a girar cada vez mais em torno de pessoas profissionalizadas na política e o partido se conformaria como oposição parlamentar. Essa inflexão do PT “à direita” situava-se na combinação da derrota eleitoral para Collor e a queda do Muro de Berlim. O socialismo passou a ter um significado negativo e tornou-se um certo empecilho para as pretensões do PT de avançar eleitoralmente naquela conjuntura.²⁹⁷

No entanto, essas mudanças não podem ser compreendidas de forma simplista, como observa Iasi, meramente como abandono de ideias ou traição das lideranças. Relembrando Gramsci, para quem os partidos devem ser entendidos como expressões das classes sociais, de modo que “desenvolvem-se, decompõem-se, renovam-se conforme os diversos estratos das classes sociais em luta, sofrem mudanças de real interesse histórico”, de modo que essa passagem para uma outra concepção de mundo está associada a um deslocamento concreto de sua situação de classe e das condições de luta dos trabalhadores. De modo que, segundo Iasi, as transformações do PT não podem ser compreendidas fora daquele contexto histórico, pois elas foram as respostas que o partido procurou dar a essas importantes transformações da sociedade.

Acreditamos que os elementos que se combinam para impor a inflexão que presenciávamos eram de três ordens: primeiro, na defensiva geral dos movimentos, principalmente o sindical, entre outros movimentos pelo impacto brutal da reestruturação produtiva do capital; pelos resultados eleitorais e por uma certa avaliação que o limite eleitoral era resultado de um certo perfil “restritivo” do partido, fundamentalmente pelo aspecto “classista” e por uma política de alianças que não iam além das próprias bases sociais; e, por último, mas não menos importante, pelo fato de que o desmonte do chamado “socialismo real” colocava questões de fundo sobre a meta socialista. IASI 461

As mudanças ocorridas no PT são, portanto, uma expressão do processo de acomodamento da consciência de classe dos trabalhadores, afirma Iasi, que se manifestou numa

²⁹⁶ SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. op.cit. p.93.

²⁹⁷ SECCO, Lincoln. **História do PT**. op.cit.

acomodação de suas organizações ao universo ideológico do liberalismo. Aquele projeto político autônomo das classes subalternas, centrado na ideia de “independência política dos trabalhadores”, vai sofrendo modificações, de modo a se transformar num projeto centrado nas ideias e nos valores do “burgueses”. Para Mauro Iasi, a experiência do PT é um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe trabalhadora que se organizou para lutar contra a ordem do capital, mas que acabou por se amoldar aos limites da mesma ordem que queria superar. Nesta trajetória, o I Congresso Nacional do PT (1991) marcou uma virada na história do partido, pois procurou ajustar a ação do partido ao contexto político nacional e mundial que emergia na década de 1990, numa conjuntura marcada pela vitória eleitoral de Collor e pelo desmonte do bloco socialista a partir da crise da URSS e pelo refluxo do movimento de massas, sendo que cada vez mais a estratégia e o projeto do PT passaram a se adequar a ordem vigente.²⁹⁸

A partir de 1990 a estratégia e o pensamento político do PT passou a girar cada vez mais sobre a ideia de democracia. As resoluções do partido vão continuar afirmando do caráter “anticapitalista” do PT, no entanto, o contraponto ao capitalismo passa a ser cada vez mais a democracia, e não o socialismo. Para o PT, afirmam as resoluções do I Congresso, “o socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real”, de modo que a “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”²⁹⁹.

A convicção democrática sempre esteve presente no pensamento do partido, juntamente com a ideia do socialismo, no entanto, a partir dos anos 1990 ela vai ocupar o lugar central no pensamento e na estratégia do partido. Aos poucos, o eixo da reflexão do partido foi sofrendo um deslocamento: o lugar que nas resoluções era ocupado com reflexões do universo socialista (formas de propriedade, relações de produção, vias de transição, etc.), agora é preenchido por temas oriundos do ideário liberal (institucionalidade, liberdades individuais, ética na política, etc). Para Iasi, o tema central em torno do qual passa a girar o pensamento político petista é a democracia e o eixo da estratégia a disputa de hegemonia. Segundo a análise de Iasi sobre os novos rumos do PT, a ideia de disputa da hegemonia no pensamento petista passa a significar cada vez mais vitória eleitoral, disputa por dentro do “Estado burguês”, o que implicava num abandono da ideia socialista a respeito da necessidade de se construir um novo tipo de Estado,

²⁹⁸ IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. op.cit.

²⁹⁹ I Congresso (1991) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit.

uma “democracia dos trabalhadores” fundada nos “organismos de base”, acarretando alterações da proposta de conselhos populares do PT.³⁰⁰

As transformações na proposta petista de participação popular podem ser observadas no surgimento da proposta de Orçamento Participativo. Inicialmente, a proposta de participação popular do PT estava mais ligada à ideia de “governar através dos conselhos”, que manifestava o caráter mais extra institucional da proposta e o entendimento dos conselhos como forma de pressão sobre o poder público e organizados nas várias áreas da vida social, como educação, saúde, moradia, etc. Segundo Leonardo Avritzer, “o PT não tinha originalmente uma proposta de orçamento participativo, mas apenas uma proposta genérica de governo participativo”. Na verdade, a proposta de Orçamento Participativo se formou a partir das experiências administrativas do PT e das transformações na conjuntura dos anos 1990 que pavimentaram as mudanças na política de participação popular do partido. De acordo com Avritzer, o principal objetivo do Orçamento Participativo seria encorajar uma dinâmica e estabelecer um mecanismo sustentado de gestão conjunta dos recursos públicos, através de decisões compartilhadas sobre a distribuição dos fundos orçamentários e de responsabilização administrativa no que diz respeito à efetiva implementação dessas decisões, portanto, instituir “uma prática societária de negociar abertamente o acesso a bens públicos torna-se um desenho participativo e institucionalizado”.³⁰¹

As resoluções do I Congresso Nacional não fazem menção explicitamente ao Orçamento participativo, no entanto, apresenta a diretrizes para a política de participação do partido.

Um projeto democrático e popular de desenvolvimento, como o nosso, confere ao Estado democrático o papel de atuar direta e indiretamente no processo de produção e distribuição de renda e de riqueza. Nossa proposta é recuperar o papel de planejamento econômico, estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado.³⁰²

Embora as resoluções do I Congresso Nacional do PT continuassem tratando os conselhos e a participação popular como sinônimos de transformação social, no entanto, eles estavam cada vez mais subordinados, na estratégia política mais geral, à lógica institucional e de mercado. Nessa nova formulação, é preciso perguntar pelos sentidos e significados que a

³⁰⁰ IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. op.cit.

³⁰¹ AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

³⁰² I Congresso (1991) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.514

luta pela participação assumiu. Segundo Cibele Rizek, a expansão do Orçamento Participativo é marcada pela concomitância do processo de “desmanche da classe trabalhadora” e a implantação das formas de participação direta, de modo que ele era a tentativa de se contrapor, ainda que nas esferas locais, as tendências que se desenhavam a partir da financeirização e da globalização do capitalismo. Durante os anos 1980, a política de participação era tida como uma importante contrapartida nas administrações do PT em que o partido não tinha maioria no legislativo, portanto, uma forma de forçar as transformações para além da institucionalidade liberal-parlamentar. No entanto, afirma Rizek, a tendência que predominou na política de orçamento participativo na década de 1990 caracterizou-se por uma desvinculação entre os movimentos sociais e sindicais e a política de participação, de modo que o orçamento participativo acabou por incorporar as transformações cruciais que tiveram lugar nos anos 1990, tanto no âmbito do desmanche de um horizonte socialista, quanto no enquadramento e transformação das condições que adaptaram movimentos, sindicatos e partidos políticos a nova ordem neoliberal.³⁰³

Ao analisar os rumos que as políticas de participação do PT tomaram a partir da década de 1990, Rizek afirma que ao longo dos anos 1980, a luta pela participação esteve associada aos movimentos sociais e a sociedade civil, no entanto, ao longo da década de 1990 em diante os espaços de participação popular foram ocupados por poucos cidadãos vinculados aos sindicatos ou movimentos, mas sim por indivíduos isolados, que deu origem a um voto desvinculado, desorganizado e de cunho privado. Diante da conjuntura posta pela ascensão das forças neoliberais, a política de participação popular do PT, restrita aos limites da ordem e da institucionalidade, não foi capaz de promover nem distribuição de renda, nem um processo de democratização e politização da sociedade. A política de participação do PT nem conseguiu se contrapor ao neoliberalismo, nem se avançou numa consciência da transformação.

De acordo com a análise de Rizek, o orçamento participativo não produziu resultados distributivos significativos, mas contribuíram para o fortalecimento da hegemonia neoliberal. Segundo a autora, houve uma captura dessa experiência, em princípio potencialmente inovadora, por “simulacros de participação” que no fundo legitimavam a própria insuficiência e incapacidade distributiva, ao invés de dar lugar ao conflito e às prioridades que dele resultam. Ou seja, "trata-se da diferença entre democratização e participação de fato e ação popular

³⁰³ RIZEK, Cibele. São Paulo: orçamento e participação In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C.. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

espetacularizada e instituída de alto a baixo como mecanismo que legitima, explica e justifica a escassez, encolhendo o universo de possibilidades, ao invés de ampliá-lo"³⁰⁴.

Essas transformações na proposta de participação popular do PT não foram apenas de ordem estratégia e tática, mas se estenderam também para o programa ao qual ela estava vinculada no pensamento político petista. De modo que a luta pelos conselhos populares não estava mais vinculada ao projeto democrático-popular tal como ele havia sido formulado no V Encontro do PT, mas a uma nova direção política, ainda que o partido continuasse utilizando muitos dos mesmos nomes para designá-la.

Diante dessa nova conjuntura, procurando-se adequar aos “novos tempos”, o PT iniciou um processo de moderação de suas propostas políticas que apontava no sentido de uma acomodação a institucionalidade vigente. Alguns setores do partido, com base nos resultados eleitorais, avaliavam que o limite eleitoral do partido era resultado de um certo perfil muito restritivo do partido, especialmente pelo aspecto classista de suas propostas e por sua política de alianças que não iam além das próprias bases sociais, sendo que a dinâmica eleitoral demandava outra forma de organização do partido e das classes subalternas.

A revisão programática e a opção cada vez mais resoluta de priorizar a luta institucional fazem parte, ambas, de um mesmo processo de modificações do PT que poderíamos analisar por meio do conceito de transformismo elaborado por Gramsci. No pensamento gramsciano, o transformismo se manifesta quando as forças dominantes operam um movimento de cooptação política e/ou ideológica sobre líderes, grupos ou mesmo amplos setores das classes subalternas. Nos termos de Gramsci, o transformismo pode ser definido como a “absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos”, daí o conceito aparece vinculado à noção de revolução passiva e designa geralmente um processo de deslizamento molecular que conduz ao fortalecimento do campo das classes dominantes, através de uma paulatina drenagem (absorção), por meio da cooptação de forças do campo das classes subalternas. O transformismo é um método muito sutil de apassivamento das classes subalternas, pois permite a preservação das forças de oposição na arena da disputa política, anulando-a, porém, enquanto projeto contra-hegemônico, de modo que as forças oponentes vão perdendo seu conteúdo crítico e seu potencial inovador, sem, necessariamente, ter suas

³⁰⁴ RIZEK, Cibele. São Paulo: orçamento e participação. op.cit. p.151.

propostas atendidas ou implementadas, dando origem a um processo de acomodação à ordem vigente.³⁰⁵

O processo de transformismo do PT caracterizou-se, conforme demonstrou Coelho, por um abandono do princípio da “independência política dos trabalhadores” que havia orientado a atuação do partido até então. A noção de independência de classe significava não apenas o esforço de organização autônoma dos trabalhadores, mas também uma concepção classista da democracia e dos conflitos políticos, sobretudo a identificação da burguesia como classe antagônica. Ao longo dos anos 1980, o PT posicionou-se claramente contra alianças com a burguesia ou com seus partidos e contra um projeto de desenvolvimentista para o capitalismo brasileiro. Não obstante as críticas que possam ser feitas ao partido, o PT empenhou-se ao longo dessa década no trabalho de construção de um projeto contra-hegemônico para o país. Após a campanha presidencial de 1989 começaram a ficar visíveis algumas mudanças no projeto político do PT, que foi se afastando progressivamente do princípio político que fora a base da unidade e da atuação do partido, a independência de classe, para aderir progressivamente a uma lógica eleitoral e de alianças de classe.³⁰⁶

De acordo com a estratégia definida pelo V Encontro Nacional do PT, a disputa por hegemonia era colocada basicamente como uma política de acúmulo de forças, ou seja, de organização e politização das classes subalternas em torno de um programa de reformas estruturais do país. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passou a estar centrada na disputa pelo governo das instituições. De modo que as eleições ganharam uma importância que até então não tinham no discurso do partido.

Nas resoluções do I Congresso afirmava-se:

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada pelo poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa passa necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.³⁰⁷

Portanto, se o centro da estratégia são as eleições, a atuação do partido deve tratar, antes de mais nada, de viabilizar sucessos eleitorais, prática que até poucos anos antes o PT

³⁰⁵ GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do Cárcere**, v.5. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

³⁰⁶ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. op.cit.

³⁰⁷ I Congresso (1991) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit. p.505.

condenava duramente em outras correntes da esquerda, como eleitoralismo. A obtenção de sucessos eleitorais passava a ocupar agora o centro da estratégia petista, que buscava atingir seus objetivos mediante a diluição dos conteúdos classistas dos programas eleitorais, substituídos por pautas amplas, “para todos”. Uma vez abandonado o critério de classe como balizador da ação, a política do partido começou a ser pautada, então, pela resolução democrática dos conflitos. Mesmo quando aparece ainda nos documentos e discursos do partido, a classe aparece desacompanhada de sua perspectiva antagônica. Segundo Coelho, nisto reside o traço mais importante da reviravolta teórica e programática do PT: o abandono da perspectiva de organização política autônoma dos trabalhadores.³⁰⁸

A consequência disso foi que o eixo da vida partidária passou a estar subordinado à dinâmica da política eleitoral, afirma Coelho. Isto significa que a atuação do partido passou a ter sentido contrário ao trabalho de organizar e unificar politicamente a classe, mas atua no sentido de sua desorganização como classe independente, levando os trabalhadores a comparecer perante o Estado não como classe antagônica, mas nas condições estabelecidas pelo próprio Estado liberal, ou seja, como cidadãos, contribuintes ou consumidores. Como organizar a classe como sujeito político independente deixou de ser um objetivo dos seus projetos políticos, o PT passou a não desempenhar mais a tarefa de intelectual orgânico da classe trabalhadora, ressalta Coelho, ao passo que, com seu novo projeto político, o PT se deslocou para o terreno da concepção de mundo da burguesia. A partir de então, o principal vetor de expansão do partido foram os sucessos eleitorais do PT, que fortaleceu a reorientação estratégica das prioridades petistas pelas disputas eleitorais, em detrimento das formas de luta baseadas na ação direta, como a luta pelos conselhos.

Essa guinada tática do PT demandou do partido a adoção de um “projeto alternativo” para o país centrado na “ampliação do mercado interno, na democratização da renda, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas”³⁰⁹. O programa que o partido passa a defender dá ênfase à busca de “um novo ciclo de desenvolvimento, baseado na constituição de um mercado interno de massas, isto é, na criação de um ciclo virtuoso de crescimento entre salários, produtividade, consumo e investimentos”, sendo que caberia ao governo petista engajar-se na viabilização de um ciclo de desenvolvimento capitalista no Brasil, de modo que, segundo esta nova concepção, gerenciar o capitalismo melhor que os capitalistas seria o objetivo dos governos de esquerda.

³⁰⁸ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. op.cit.

³⁰⁹ I Congresso (1991) in: **Resoluções de Encontros e Congressos**. op.cit.

Neste sentido, os intelectuais desse processo de transformismo entendiam que um dos grandes problemas a superar seria a influência do pensamento “cepalino” no conjunto da esquerda, cujos instrumentos de política econômica (reservas de mercado, incentivos fiscais e empreendimentos estatais) estariam exauridos. Deste modo, presa à defesa do Estado Nacional e incapaz de apresentar um projeto alternativo, a esquerda estaria perdendo o debate ideológico para o neoliberalismo. O PT estaria desafiado a renunciar a esta herança, que havia se tornado um estorvo. Deve-se notar que o mercado foi reabilitado pelo novo projeto, enquanto o planejamento centralizado passou a ser acusado de ineficiência e de gerador de privilégios e dominação. A melhor opção para gerir a alocação de recursos e comandar a economia em geral parece ser, para essa esquerda, o mercado socialmente regulado, mas não necessariamente pelo Estado, e sim preferencialmente por um setor público não estatal (sociedade civil ou terceiro setor).³¹⁰

A crítica ao capitalismo não deveria, portanto, tornar-se um anticapitalismo e sim um tipo de projeto de capitalismo democraticamente organizado. Socialismo não deveria ser pensado como oposto a capitalismo, mas como uma “proposição valorativa” de grande importância na ética partidária. Partindo do entendimento de que o princípio da “independência de classe” era o ponto basal da articulação das correntes do PT, as mudanças do partido que desembocaram no “republicanismo” não-classista foi não só um abandono de princípios, mas uma definição de rumos de outro tipo. O novo projeto do PT se caracterizaria pela constituição de um amplo mercado de consumo de massas, medidas de radicalização da democracia (controle social do Estado e do mercado), planos para garantir o crescimento econômico com estabilidade, reforma do Estado, entre outros.

A burguesia, antes apontada como inimiga de classe, sócia do imperialismo e beneficiária do subdesenvolvimento, agora era vista como aliada estratégica para desenvolver o país. Os termos originais em que foi concebido o princípio da independência de classe ficavam, assim, abandonados. A aproximação do PT com a burguesia se deu por meio de alianças políticas, mas também por meio das doações e do financiamento empresarial de campanha, de modo que a aproximação com a burguesia não era apresentada apenas como uma opção tática para o momento, mas como parte necessária de um novo projeto político, que se propunha a governar o país com um programa de desenvolvimento.

Neste sentido, ressalta Daniel Aarão, essas transformações do PT implicaram numa ruptura com algumas ideias de esquerda ou socialista, afastamento que se manifestou também

³¹⁰ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. op.cit.

com a expulsão de algumas correntes da esquerda do partido, como foi o caso do Partido da Causa Operária, em 1990, e da Convergência Socialista, em 1992. Neste período, ganhava força entre os setores dominantes do partido a ideia de que os grupos da esquerda eram empecilhos anacrônicos à consolidação do seu projeto político, de modo que o I Congresso expressou também um processo de centralização e de enrijecimento das instâncias partidárias, principalmente, em relação as tendências de esquerda.³¹¹

Segundo Coelho, a análise do conteúdo político envolvido no confronto interno do partido é capaz de revelar as dimensões mais profundas do processo de transformismo do PT. Algumas correntes de esquerda se tornara um problema incontornável para os setores dominantes do partido, em especial para a Articulação (agrupamento dominante do partido), pois insistiam em reproduzir palavras de ordem e intervenções políticas que faziam parte do repertório comum dos petistas nos anos 1980. Desde o início do partido já havia conflitos entre a Articulação e a Convergência, por exemplo, mas a vigência do princípio da independência de classe permitia obter consensos mínimos que davam legitimidade às propostas aprovadas por maioria. Entretanto, nos anos 1990 desapareceram as condições que possibilitaram tais consensos e isto se deve ao fato de que as posições defendidas pela Articulação se deslocaram para outro terreno político-ideológico que não era o da “independência de classe”, mas sim para o desafio de governar “para todos”, administrar o “bem comum”. Isto exigia contornar e conciliar os antagonismos de classe. A esquerda se torna, então, co-gestora da ordem capitalista, que tenta compatibilizar com políticas distributivistas e com a abertura de espaços para a participação “de todos” na definição de políticas públicas.³¹²

A própria ideia de uma sociedade nova passou a se confundir, cada vez mais, com alguma forma de “capitalismo organizado” e o socialismo ficou relegado a um longo prazo sem conexão visível com o presente ou simplesmente desapareceria do projeto. O novo projeto político não é mais concebido como projeto político e intelectual autônomo em relação às classes dominantes. O PT passou a se apresentar como defensor de um projeto “para todos”, um projeto de país onde um outro capitalismo seria possível e desejável, tornando-se, assim, a esquerda do capital, como definiu Coelho.³¹³

Portanto, por tudo o que foi exposto, pode-se afirmar que a proposta de participação popular do PT passou a ter uma nova direção política: não mais o projeto democrático-popular de reformas estruturais da sociedade brasileira, mas um projeto de desenvolvimento do

³¹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. op.cit.

³¹² COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. op.cit.

³¹³ Ibidem.

capitalismo com controle social do mercado. No entanto, a ascensão do neoliberalismo e o apassivamento das classes subalternas incidiu não só sobre a proposta de conselhos populares do PT, mas sobre a luta por participação como um todo. Maria Glória Gohn, uma das principais referências no estudo dos conselhos no Brasil, é taxativa na sua avaliação. A luta pelos conselhos populares a partir dos anos 1990 se desvinculou cada vez mais das ideias socialistas para se aproximar de concepções políticas próprias do liberalismo. Os ideais da participação da sociedade civil foram capturados pela agenda neoliberal como uma ideia de colaboração interclassista no enfrentamento da questão social, de modo que, afirma Gohn, a política de parceria entre Estado e sociedade civil tem contribuído para a cooptação de organizações e movimentos da classe trabalhadora, o que, por sua vez, dificulta a construção de uma vontade coletiva voltada para a efetivação dos direitos sociais como direitos universais³¹⁴.

Gohn ressalta que as transformações trazidas pela conjuntura dos anos 1990 produziram uma resignificação da luta pelos conselhos populares no Brasil que resultaram em “mudanças no caráter do associativismo e das políticas públicas voltadas à participação” no país. Como demonstra Gohn, os anos 1980 foi um período de lutas nacionais pelo reconhecimento do direito de participação. Naquele momento, a luta pelos conselhos partia fundamentalmente da sociedade civil organizada em movimentos sociais e associações comunitárias, geralmente com o objetivo de aumentar o controle da população sobre os recursos e instituições, tendo em vista reivindicar a efetivação ou expansão dos direitos. A participação tornou-se um dos principais articuladores da luta dos movimentos sociais ao longo dos anos 1980 e expressava a passagem de uma fase da participação como simples pressão para outra fase na qual a população lutava para participar das decisões e estratégias do poder público. Em geral, afirma Gohn, neste período predominou uma “cultura de contra-hegemonia à ordem dominante” na luta pela participação.

No entanto, a partir dos anos 1990, afirma Gohn, começou a surgir um “novo paradigma na gestão dos bens públicos”. Dessa requalificação da participação emergiram novas orientações políticas, “sem o entendimento dessas novas formas de representação, é impossível perceber as alterações em relação à década de 1980, até porque algumas dessas formas não desapareceram. Resulta que as formas originárias dos anos 1980 estão bastante modificadas”, afirma Gohn³¹⁵. A participação comunitária e a participação popular cedem lugar a duas novas denominações, a participação cidadã e a participação social. Na participação cidadã, a

³¹⁴ GOHN, Maria Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

³¹⁵ GOHN, Maria Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. op.cit.

participação pretendia não é mais a dos grupos excluídos, nem dos movimentos sociais, mas sim a do conjunto de indivíduos e grupos sociais que reivindicam o atendimento de seus interesses, que implica numa ampliação do conceito de cidadania, porém, restrito a definição de prioridades nas políticas públicas a partir do debate público, de modo que todas as demandas são legítimas. Sendo que a principal característica desse tipo de participação é a tendência a institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado.

Segundo Gohn, no centro da participação social está o conceito de mobilização, no entanto, com conteúdo ressignificado. A mobilização social passa a ser vista não como a aglutinação de pessoas para fins de protesto, manifestações, públicas (como passeatas, concentrações, etc.), mas como energias a serem canalizadas para objetivos comuns. Gohn observa que há um total e completo esvaziamento do conteúdo político da mobilização e a sua transfiguração em processo para atingir resultados, motivar pessoas a participar, envolverem-se com a comunidade. Segundo a autor, a política de Orçamento Participativo levada a cabo pelo PT na década de 1990 foi um dos maiores exemplos dessas novas formas de participação.

Na acepção liberal, afirma Gohn, a participação objetiva o fortalecimento da sociedade civil, não para que esta participe da vida do Estado, mas para fortalece-la e evitar as ingerências do Estado. A participação seria o meio de satisfação dos interesses pessoais/individuais, em que não se colocam as diferenças de classes, raça, etc. Os conselhos são frutos da crise das instituições públicas e parte constitutiva das reformas que implicam diminuição de custos e transferência de responsabilidade para os cidadãos. Os liberais pensam os conselhos como instrumentos ou mecanismos de colaboração, enquanto a esquerda os veem como possibilidade ou via de mudanças sociais. Pode-se afirmar que a partir dos anos 1990, a ideia de participação da sociedade civil passou a designar formas de ampliar a representação da sociedade nos processos de gestão do Estado, de modo que, perde-se a capacidade de pensar a conflitualidade como constituidora da trama social e reduz, tudo e todos, à institucionalidade vigente. Neste sentido, Ângela Amaral afirma que a recorrência a sociedade civil nas ações estatais a partir dos anos 1990 faz parte da estratégia de legitimação dos ajustes de reestruturação capitalista e da reforma neoliberal do Estado.

Segundo Amaral, a centralidade que a sociedade civil assumiu no cenário político do Brasil pós-ditadura está relacionada à conjunção de três aspectos: primeiro, as determinações e exigências do atual processo de reestruturação capitalista; segundo, as mudanças na relação entre Estado e sociedade decorrente da emergência de uma multiplicidade de formas organizativas; e terceiro, a necessidade de adequar as estruturas do Estado ao processo de

globalização do capitalismo. Desse conjunto de questões decorrem a necessidade de imprimir novas configurações à sociedade civil e aos meios de enfrentamento da desigualdade social, esvaziando a proposta de participação de seu conteúdo classista e apresentando-a como um debate sobre democracia e cidadania.

Isso permitiu a hegemonia neoliberal instrumentalizar práticas sociais muito distintas e criar um brutal esvaziamento, seja do conceito, seja das práticas de participação, operando uma apropriação do tema por um projeto distinto daquele dos anos 1980. Neste contexto, o pensamento neoliberal recupera o conceito de sociedade civil, imprimindo uma outra direção, que evidenciava a dimensão universalizadora, integradora, ampliada e despolitizada da sociedade civil, em contraposição às referências classistas que marcam a sociedade capitalista e que devem ser abandonadas para que as forças neoliberais realizem seu programa. Com isso, reduz a política basicamente ao plano institucional, porque passa a ser o horizonte único do pensar e do agir nas sociedades capitalistas e globalizadas. Ao proceder dessa maneira, afirma Amaral, a política de participação integra e despolitiza o social, negando as possibilidades de construção de uma identidade antagônica dos subalternos.³¹⁶

Neste sentido, devemos compreender que a recorrência ao conceito de sociedade civil e as práticas que ele legitima atuam no interior da reforma do Estado, transformando-se numa estratégia política, como tentativa para destruir a direção das classes trabalhadoras. Essa política à um só tempo, ampliou as esferas de participação nos processos de gestão estatal, integrando a “sociedade organizada” aos seus projetos de reforma, como superou a crise de hegemonia e os dissensos mais profundos a respeito dos rumos da sociedade brasileira. De modo que, conclui Amaral, no Brasil, o que se constata é uma interpelação recorrente à sociedade civil para que esta, na condição de partícipe, colabore com o Estado na execução das políticas sociais. Este apelo à colaboração com o propósito de legitimar as ações estatais e integrar a sociedade à ordem dominante é uma das principais estratégias que se constroem para neutralizar os conflitos e apagar as diferenças de projetos societários.

Na realidade, pode-se pensar, ancorado no pensamento gramsciano, que as iniciativas de envolver a sociedade nas ações estatais são constituidoras da hegemonia dominante. As ideias de apassivamento e de transformismo parecem ser interessantes e apropriadas para pensar a conjuntura que emergiu nos anos 1990, pois as transformações operadas na sociedade implicaram na absorção da tendência antagonista, na neutralização das suas lutas, na destituição

³¹⁶ AMARAL, Ângela Santana do. A categoria de sociedade civil na tradição liberal e marxista. In: MOTTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.

do caráter de classe das suas práticas sociais. Como ressaltava Gramsci em seus estudos sobre revolução passiva, em processos desse tipo, as reivindicações de baixo são incorporadas pelo Estado, porém ressignificadas no interesse das classes dominantes. Neste sentido, a década de 1990 protagonizou uma redefinição das práticas político-ideológicas das classes subalternas que implicou no abandono de um projeto contra-hegemônico de sociedade para se acomodar nos marcos da hegemonia neoliberal vigente.

Os aparelhos produtores da hegemonia neoliberal promoveram uma repolitização da classe trabalhadora a partir da qual as desigualdades brasileiras passaram a ser imputadas essencialmente à incompetência e a ineficácia dos governantes ou do Estado, e não mais ao capitalismo. Assim, os canais de participação popular longe de se constituírem na antessala do socialismo passaram a se constituir em instrumento de legitimidade da ordem política e social vigente, engajando o cidadão na ordem neoliberal, motivando-o a participar nas ações do Estado, envolvendo os indivíduos e os grupos sociais no combate dos problemas cruciais da sociedade brasileira, contudo, sem questionar ou romper com a ordem do capital.³¹⁷

A luta pela participação se separa da luta de classes, e de suas organizações, e para estar cada vez mais vinculada ao voluntariado e a filantropia, sob orientação de organismos ligados ao capital internacional. Essa revolução passiva realizada pela hegemonia neoliberal foi capaz de incorporar as demandas por maiores liberdades e por espaços de participação política, que nos anos 1980 eram reivindicações características dos movimentos sociais e populares, ao mesmo tempo em que essas demandas foram repolitizadas como instrumento de colaboração com a ordem neoliberal no Brasil dos anos 1990.

³¹⁷ NEVES, Lucia Maria W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**. op.cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência dos conselhos populares no Brasil dos anos 1980 foi uma expressão do processo de acirramento da luta de classes que se formou no país em função do esgotamento do modelo de modernização conservadora. O contexto de profunda crise do sistema capitalista, que marcou de modo decisivo a conjuntura brasileira dos anos oitenta, provocou uma insatisfação na população e um descrédito nas instituições que forneceram as bases sociais para o crescimento da luta pelos conselhos populares no cenário político brasileiro. Por outro lado, a proposta de conselhos populares também foi um elemento importante desse processo de acirramento da luta de classes no país na medida em que ela contribuiu para a construção de um projeto político e intelectualmente autônomo das classes subalternas, distinto das propostas liberais formuladas pelas classes dominantes. De modo que, tanto como base social, quanto como ideia que introduzia uma cisão em relação aos projetos das classes dominantes, a luta pelos conselhos populares foi um componente fundamental do processo de acirramento da luta de classes no Brasil durante a década de 1980.

Esse processo de ascensão das lutas dos trabalhadores (e particularmente da luta pela participação popular) teve a sua expressão política mais nítida no projeto democrático-popular formulado pelo PT ao longo dos anos oitenta. Fundamentando-se numa concepção classista da política, o projeto democrático-popular procurava associar a luta pelos conselhos à um programa de reformas estruturais da sociedade brasileira, pautado em medidas “antimonopolistas, antiimperialistas, antilatifundiárias”. Como demonstrou Gohn, a luta pela participação popular era um elemento de unificação de diversos movimentos sindicais e populares. O PT procurou dar uma direção política a este movimento de ascenso das massas no sentido de fazer da participação popular um dos instrumentos centrais de um projeto de transformação “socialista e democrática” da sociedade brasileira. Ao final da década de oitenta, o projeto democrático-popular se tornou o principal projeto contra-hegemônico das classes subalternas, rivalizando com o projeto neoliberal das classes dominantes do país. Foi o auge daquele projeto político no interior do qual a luta pelos conselhos populares desempenhava um papel estratégico fundamental.

No entanto, as transformações do capitalismo a partir dos anos 1990 provocaram uma alteração das condições da luta política e social no Brasil que colocaram em crise o projeto contra-hegemônico formulado pelos trabalhadores. O PT foi abandonando o projeto democrático-popular e começou um processo de reformulação do seu projeto político,

lançando-se na elaboração de um projeto de desenvolvimento para o país³¹⁸. Embora o partido continue se utilizando do termo democrático-popular para designar o seu programa, a verdade é que o projeto democrático-popular foi derrotado nas eleições de 1989 e a partir dos anos noventa o partido começou a elaborar um outro projeto que ficaria conhecido como “neodesenvolvimentismo”. O objetivo programático central desse novo projeto do PT não era mais a superação do capitalismo, e sim a conformação de um capitalismo organizado, com distribuição de renda e ampliação da participação popular na definição de políticas públicas e cujo motor principal seria a expansão do mercado interno e o impulso a um novo ciclo de desenvolvimento. Segundo Coelho, essa migração de alguns dos “elementos mais ativos” das classes subalternas para a zona de hegemonia das classes dominantes dotou o bloco do capital de uma nova ala esquerda, uma esquerda interessada em administrar o capitalismo³¹⁹.

Desse modo, as transformações operadas pelo neoliberalismo no Brasil alteraram as condições da luta de classes no país e isso se refletiu tanto no PT como na luta mais geral pela participação popular. Essa revolução passiva promovida no país pelas classes dominantes criou as condições favoráveis que permitiram uma mudança da direção política das lutas por participação. Como vimos, as alterações do capitalismo desencadeadas pelo neoliberalismo atingiram profundamente a ideologia, o projeto e as bases sociais as quais a luta pelos conselhos estavam vinculadas. A crise política e ideológica do projeto contra-hegemônico e o apassivamento das classes subalternas permitiram as classes dominantes do país capturarem essas lutas sociais para uma outra direção política, sob hegemonia neoliberal. De modo que a partir da década de 1990, as classes dominantes do Brasil foram capazes de empreender um processo de apassivamento do projeto contra-hegemônico das classes subalternas e de cooptação e repolitização da luta pela participação popular no país: de elemento central do projeto de transformação social elaborado pelas classes subalternas ao longo dos anos 80, o tema da participação se tornou instrumento de legitimação da hegemonia neoliberal no Brasil contemporâneo.

Essas modificações na luta pelos conselhos não foram (e não podiam) ser percebidos pelas correntes de estudos sobre “novos movimentos sociais” que predominam na literatura brasileira na medida em que elas veem a passagem do social (e da cultura) para o campo da política como algo muito natural, espontâneo e imediato. De modo que essas abordagens

³¹⁸ LOPES, Walson. O PT na década de 90: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, vol.18 n.33, jul./dez. 2014, p.23-34.

³¹⁹ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

estabeleciam um vínculo direto entre a luta pela participação e o projeto democrático-popular, quanto não com a ideia do socialismo democrático. É verdade que durante os anos oitenta havia uma relação muito grande entre a luta pelos conselhos e o projeto político petista, no entanto, isso não fazia parte da “natureza” do fenômeno, da essência dos conselhos, mas eram uma relação histórica, de uma conjuntura particular, uma “síntese de múltiplas determinações” envolvendo fatores de ordem, econômica, cultural, política, estratégica, etc., tendo ainda em mente que a passagem dos interesses e das demandas sociais para a esfera da política é sempre um processo de disputa (de disputa de hegemonia diria Gramsci).

Segundo Neves aponta, a hegemonia neoliberal foi capaz de instituir um novo bloco histórico (na linguagem gramsciana, bloco histórico significa unidade entre estrutura e superestrutura) que se caracteriza pela combinação contraditória entre o alargamento da participação política e o aumento da apropriação privada da vida social. Ou seja, ao mesmo tempo em que o capitalismo contemporâneo tem se caracterizado por difundir formas de trabalho sem direitos (flexibilização, terceirização, etc.), aumentando com isso a extração de mais-valia, por outro lado, as políticas neoliberais que viabilizaram a sua expansão têm sido implementadas através de regimes democráticos com ampla participação para a sociedade civil.³²⁰

Pode-se afirmar, portanto, acompanhando Virginia Fontes, que a história do Brasil pós-ditadura está marcada por um duplo movimento: de expansão do capitalismo contemporâneo e de apassivamento das classes subalternas. Sob a direção política e moral do neoliberalismo, ocorreu no Brasil uma verdadeira expropriação dos direitos sociais e trabalhistas, causando um aumento da pobreza e a degradação das relações de trabalho. Por outro lado, a hegemonia neoliberal foi capaz de redirecionar a luta de classes no Brasil, operando uma separação entre questões imediatas e problemas estruturais decorrentes do capitalismo, elevando o combate à pobreza a uma dimensão de grande urgência nacional, com o intuito de promover um processo de apassivamento das classes subalternas. Diante do exposto, a configuração atual da sociedade brasileira resultou de um processo de revolução passiva promovido pela hegemonia neoliberal, que permitiu ao Brasil contemporâneo incorporar as novas tendências do capitalismo mundial (precarização, flexibilização, terceirização, etc.), ao mesmo tempo em que conseguiu apassar as forças sociais que sustentaram a correlação de forças que se expressou na Constituição de 1988, sem que para isso tenha sido necessário alterar a estrutura social brasileira. Dessa

³²⁰ NEVES, Lucia Maria W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

maneira, a hegemonia neoliberal reestabeleceu seus vínculos “orgânicos” do país com a nova fase do capitalismo, na sua forma globalizada, e isso tanto no plano interno quanto no plano externo.³²¹

Apesar dos impactos antissociais dessa política para o conjunto da sociedade, a hegemonia neoliberal conseguiu fincar profundas raízes no Brasil, conquistando o consentimento das classes subalternas através de programas de combate à pobreza e do incentivo a uma participação “solidária” na vida política e social do país. Deste modo, as classes subalternas foram apassivadas no interior da ordem capitalista vigente e normalizadas dentro de um regime liberal democrático por meio do desemprego, da precarização e de práticas assistencialistas e filantrópicas. Como ressalta Amaral, falar em sociedade civil no Brasil contemporâneo é reportar-se ao contexto histórico de ofensiva do neoliberalismo, que procurou imprimir novas configurações à sociedade civil e aos meios de enfretamento da desigualdade social. Neste sentido, a recorrência a ideia de participação da sociedade civil, e as práticas as quais ela se vinculou neste período pós-ditadura, atuaram no interior da reforma neoliberal do Estado como tentativa de destruir o projeto contra-hegemônico das classes trabalhadoras. Esse apelo à colaboração com o propósito de legitimar as ações estatais e integrar a sociedade à ordem neoliberal é uma das principais estratégias para se neutralizar os conflitos, integrá-los à ordem significa, no plano das ideologias, destruir a possibilidade concreta de ações autônomas das classes subalternas tendo em vista um projeto de transformação social.³²²

Neste sentido, as ideias de revolução passiva e transformismo desenvolvidas por Gramsci parecem ser bem mais interessantes e apropriadas para pensar as transformações operadas na sociedade brasileira a partir dos anos 1990, que implicaram na absorção da tendência antagonista, na neutralização das lutas sociais e na destituição do caráter de classe das suas propostas, do que as teorias de fim do trabalho, fim da classe operária, fim da utopia, pós-modernidade/culturalismo, muito menos fim da história, entre outras interpretações que foram aventadas neste período. De modo que, apassivada de seu caráter contra-hegemônico, a política no Brasil contemporâneo foi se transformando cada vez mais em mera gestão, administração do existente, e a política de grandes transformações foi saindo de cena.

³²¹ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UERJ, 2010.

³²² AMARAL, Ângela Santana do. A categoria de sociedade civil na tradição liberal e marxista. In: MOTTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Gelson Rozentino de. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- AMARAL, Ângela Santana do. A categoria de sociedade civil na tradição liberal e marxista. In: MOTTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.
- ANDERSON, Perry. As ideias e a ação política na mudança histórica. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S.. **A teoria marxista hoje - problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo – SP: Brasiliense, 1989.
- ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (org.). **Um mapa da esquerda na Europa ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- AZEVEDO, Clovis Bueno. **A estrela partida ao meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- AZEVEDO, Ricardo de. Uma varinha de condão? Revista Teoria e Debate. 3ªed, junho/1988.
- BENSAÏD, Daniel. Lênin, ou a política do tempo partido in: BENSAÏD, Daniel. & LÖWY, Michael. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, manual de instruções**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2)
- BIANCHI, Álvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. **Novos Rumos**, ano 17, nº36, 2002.
- BIANCHI, Álvaro. **Revolução Passiva: o pretérito do futuro**. Crítica Marxista nº23. 1ª ed. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2006.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- : BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.

BRAZ, Marcelo (org.). **Carlos Nelson Coutinho: e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução: 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christenne. Gramsci e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 13ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. Os petistas e a crise do socialismo real: os desafios da renovação e as heranças das esquerdas tradicionais. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.33, nº66, 2013, p. 309-330.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como um valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DANIEL, Celso. Participação popular. *Revista Teoria e Debate*. 2ªed, março/1988.

DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo (SP): Paz e Terra: UNICAMP/IFCH, 2002.

DEL ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. *Novos Temas*. nº7, 2º semestre, 2012. p. 217-336.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5ªed. São Paulo, Cortez, 2001.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia**. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A constituição inacabada: vias históricas e significado político**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Os circuitos da história**. São Paulo: Hucitec, 1977

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação**: o PT e os rumos do socialismo. 2ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UERJ, 2010.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992. (Série Educação Internacional do IPF).

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**. n.32, 2011. p.107-126.

GARCIA, Marco Aurélio. **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

GENTILI, P.; SADER, E. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GOHN, Maria Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.3**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do Cárcere, v.5**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GREEN, Marcus. Gramsci e as lutas subalternas hoje: espontaneidade e organização política. **Revista Outubro**, nº 25, março 2016.

GRESPLAN, Jorge. O lugar da história em tempos de crise. **Revista de História**, 151, 2ª-2004, 09-27.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 6ª ed., Edições Loyola: São Paulo, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2ª ed., Edições Loyola: São Paulo, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro. **As metaformoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro. **Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora**. Artigo publicado no site: pcb.org.br, 2013.

LAUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil** in: www. gramsci.org, 2001.

LOPES, Walson. **O PT na década de 90: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista**. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, vol.18 n.33, jul./dez. 2014, p.23-34.

LOSURDO, Domenico. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro, Revan, 2006.

LOUREIRO, Isabel. **Os conselhos na revolução alemã de 1918/19**. **Revista Crítica Marxista**, n.23, 2006.

LÖWY, Michel. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

KONDER. **O marxismo na batalha das ideias**. 2.ed – São Paulo: Expressão Popular. 2009.

MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da econômica política**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1ed. Revista. São Paulo: Boitempo. 2011.

MODONESI, Massimo. Revoluções passivas na América Latina. Uma aproximação gramsciana para a caracterização dos governos progressistas do início de século. **Revista Novos Temas**: revista de debate e cultura marxista nº9, 2º semestre/2013, ICP, São Paulo, 2014.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática. Editora Ática S.A.: São Paulo, 1995.

MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (orgs). **História do marxismo no Brasil v.4**: Visões do Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2000.

NASCIMENTO, Adriano; TONET, Ivo. **Descaminhos da esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2009.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NEVES, Lucia Maria W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C.. **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo: 2007.

PINHEIRO, Milton [et.al.]. **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano Cavini (orgs.). **Teoria e prática dos conselhos operários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. 5ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

Resoluções de Encontros e Congressos: Partido dos Trabalhadores (1979-1998). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

REIS; FERREIRA; ZENHA. **O século XX** – v.3. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil v.6**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SADER, Eder. **Quando novo personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org). **E agora PT?** Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SADER, Emir. **Governar para todos**: uma avaliação da gestão de Luiza Erundina. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1992.

SADER, Emir (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER; GENTILI. **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SALLUM JR., Brasílio. **Labirintos**: dos generais à nova república. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989,

SILVER, Beverly. **As forças do trabalho**: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius C. (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. São Paulo: Vozes, 1980.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil in: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 3ªed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

TEXEIRA, Francisco J.S.; OLIVEIRA, Manfredo A. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

VIANNA, Luiz Werneck. **A transição**: da Constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

WEFFORT, Francisco Côrrea. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEFFORT, Francisco C.. **Por que democracia?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.